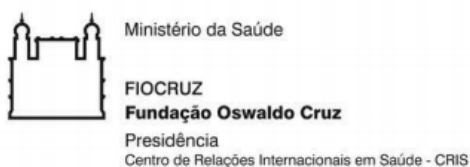


**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 06/2024**  
**10 a 23 de abril de 2024**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024**



## SUMÁRIO

---

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

11 O otimismo e a criança que perdeu as mãos - *Santiago Alcázar*

15 Restaurando o acordo humano quebrado – *Juan Garay*

21 As perspectivas da última sessão do INB antes da Assembleia Mundial da Saúde *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

27 Dia da Mãe Terra faz apelo contra os plásticos e as empresas de óleo - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

34 O novo Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo e seus impactos - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*

38 O estado da população mundial 2024: acabar com as desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivo - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

43 Perdas e desperdícios de alimentos: um problema pouco trabalhado nos sistemas alimentares - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

54 A Unesco na reunião do G-20 do Rio de Janeiro - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Heliton Barros*

56 As Reuniões de Primavera do Banco Mundial – FMI - *Isis Pillar Cazumbá*

62 Retomada do Comércio Global, Patentes e ODS - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

68 Para além do par saúde-doença: mobilizações globais em prol das pessoas, seus territórios e seus modos de vida - *Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

96 Reformas possíveis: o caminho dentro do impossível? - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

106 Igualdade socioeconômica para todos - *Regina Ungerer e Erica Kastrup*

126 Em direção a uma Aliança pela Saúde no G20; A agenda da OCDE pela resiliência climática na infraestrutura - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

140 Enquanto o presidente Petro pede adesão da Colômbia, parceira global da Otan, ao BRICS, os Altos Funcionários de saúde do grupo se reúnem em Moscou - *Claudia Hoirisch*

143 A barbárie não precisa chegar à América Latina - *Miryam Minayo, Sebastian Tobar e Samia de Brito*

153 Sudão: A Guerra Esquecida - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

172 A Europa respira com a aprovação do pacote estadunidense de ajuda financeira e militar à Ucrânia - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

174 Apesar das guerras e tensões, a vida na Ásia e no Oriente Médio avança - *Lúcia Marques*

183 Vida selvagem - *André Costa Lobato*

186 A Estratégia de Segurança da Saúde Global 2024 do Governo dos EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 195

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 198

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 199

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 06/2024 – 10 a 23 de abril de 2024

#### Apresentação

Os senhores da guerra continuam a rufar seus tenebrosos tambores. O Congresso dos Estados Unidos aprovou USD 95 bilhões para manter as barbáries da guerra da Ucrânia e do massacre de Israel contra Gaza. A mesma superpotência vetou (e ficou contra sozinha) a admissão da Palestina como membro regular das Nações Unidas. As guerras menores continuam a povoar o mundo de horrores: no Sudão, no Iêmen, em diversos países da África subsaariana. A humanidade assiste estupefata à escalada na maioria destas guerras. Trilhões de dólares se transformam literalmente em pó e escombros, além de ceifar milhares de preciosas vidas humanas. Enquanto isso, todos os esforços para tornar a vida melhor, mais suave de viver, com alguns dos objetivos do desenvolvimento sustentável podendo ser alcançados com os fartos recursos que estão sendo utilizados para a destruição, arrastam-se na planície do esquecimento, sem financiamento, reduzidos a discursos ociosos, retóricos, irresponsáveis.

**Alcázar** trata disso no seu artigo com o doloroso título que menciona a criança que perdeu as mãozinhas em Gaza, além de debruçar-se sobre as tremendas dificuldades que enfrenta a agenda do desenvolvimento e seus ODS na América Latina, como também o fazem **Tobar, Minayo e Brito**. Nosso novo colaborador, **Juan Garay** busca explicar como se rompeu o acordo (tácito) de sobrevivência humana e planetária, e se é possível e como fazer para restaurá-lo. **Augusto Paulo** e colegas buscam desvendar a esquecida guerra do Sudão e suas violentas consequências sobre a vida dos envolvidos.

A gritante escalada da violência mundial pelas guerras e os martírios humanos que elas produzem está no centro deste fascículo dos Cadernos. A probabilidade da escalada da guerra no Oriente Médio e na Ucrânia, e a omissão absoluta do Ocidente com as “guerras menores”, dói na alma e no coração dos pacifistas e humanistas.

Entretanto, outras *violências institucionalizadas* também são abordadas, como o impacto da nova lei europeia de migração e asilo, recém votada por um Parlamento Europeu cada vez mais conservador e avesso à acolhida e à solidariedade, contrariando todas as tradições do continente até a alguns anos atrás. O Parlamento britânico aprovou a polêmica remoção de imigrantes ditos ilegais para Ruanda, que gerenciará sua devolução aos países de origem ou redistribuição para outros países: gado humano, em síntese. Ademais, entra nesta categoria o veto americano à admissão da Palestina como Estado-membro das Nações Unidas, passados quase 50 anos de dissimulações e embustes contra um povo marcado pela tragédia. Já a aprovação pela House of Representatives da mega ajuda de 95 bilhões de dólares para a morte e a destruição na Ucrânia, Israel e Taiwan (aqui preventivamente, sic) talvez seja a mais dura violência institucionalizada a ser registrada.

Contudo, ainda há marcas de humanidade no mundo. Pelo simbolismo e oportunidade, reproduzimos abaixo o texto de **Cristina Galvão** sobre um imenso gesto de solidariedade global:

*“Três barcos com mais de 1.000 pessoas de mais de 30 países estão a caminho de Gaza, para interromper o bloqueio israelense e entregar 5.000 toneladas de alimentos e medicamentos para as cidadãs e cidadãos palestinos.*

*Em 2010, Israel matou 10 tripulantes de uma expedição humanitária, sequestrou todo o resto da tripulação e apreendeu toda a mercadoria. A **Flotilha da Liberdade** precisa furar o cerco genocida que o governo de Israel promove, não permitindo que cheguem medicamentos e gêneros de primeira necessidade à Gaza.*

*Entre os tripulantes estão o neto de Nelson Mandela, a ex-prefeita de Barcelona, um ex-general americano que renunciou quando os EUA invadiram o Iraque, parlamentares em exercício, ex-ministros de vários países e muitas pessoas indignadas e corajosas do mundo todo!*

*Vai na frente, São Jorge, nosso guerreiro vencedor do dragão! Estenda seu escudo e poderosas armas para que esta expedição humanitária possa cumprir sua missão!*

*Pelos 34.000 que morreram - dentre eles 14.000 crianças! Pelas 10.000 pessoas sob os escombros! E pelas 1.000 crianças amputadas sem anestesia!*

*Que o axé de Ogum e a força de São Jorge abram os caminhos para a **Flotilha da Liberdade!***

Também digno de registro, a reação dos estudantes em universidades de elite dos Estados Unidos, com quebra-quebra, suspensão de aulas e prisão dos manifestantes. Parece que a juventude norte-americana (tal como nos tempos do Vietnam?) desperta para as injustiças que se desenvolvem no mundo com o ativo protagonismo do governo do seu país.

No **Haiti**, a guerra civil entre gangs de milicianos e uma frágil polícia nacional continua assombrando a população vulnerável de mulheres, crianças e idosos, impedindo o funcionamento de serviços de saúde e escolas, produzindo a fuga de milhares de haitianos da capital para o exterior. Nesta semana, o Conselho Presidencial de Transição assumiu, enquanto o primeiro-ministro oficializa sua demissão. Restaurar a segurança pública, preparar eleições gerais democráticas, confiáveis e participativas e restaurar os direitos fundamentais dos cidadãos são os objetivos do Conselho. Prosseguimos acompanhando, mas continuamos espantados com a omissão da institucionalidade da governança regional com a tragédia do país.

As **Nações Unidas** começam, nas diversas regiões, os preparos para o *High Level Political Forum (HLPF)* que, no âmbito do *Conselho Econômico-Social (ECOSOC)*, vai fazer o balanço anual da **Agenda 2030 e seus ODS**, entre 8 e 17 de julho próximos, em Nova York. Como de praxe, as diversas Comissões Econômicas das Nações Unidas publicam os respectivos informes, material riquíssimo sobre a situação atual deste processo que consideramos civilizatório, que é focar no desenvolvimento global. Como sabemos, o tema deste ano será: *Reforçando a Agenda 2030 e erradicando a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras*. Os documentos regionais a que nos referimos, e dos quais recomendamos a leitura, estão disponíveis nos respectivos sites da CEPAL (América Latina e Caribe), ECA (África), ESCAP (Ásia-Pacífico), ESCWA (Ásia Ocidental – Oriente Médio), ECE (Europa), além de toda a programação em preparo, disponível em: <https://hlpf.un.org/2024>

Na **OMS**, foi liberado o novo rascunho do *Acordo de Pandemias*, antecedendo o último encontro do INB antes da Assembleia Mundial da Saúde. Segundo **Reges, Bermudez e Galvão**, persistem preocupações em relação à transparência e ao cumprimento das obrigações, especialmente no financiamento público para pesquisa e desenvolvimento de produtos relacionados a pandemias e a temática de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios. Os artigos individuais destacam a importância da produção sustentável, transferência de tecnologia, acesso e repartição de benefícios, cadeia de suprimentos e logística.

Paralelamente, o *Dia Mundial da Doença de Chagas*, em 14 de abril, visa aumentar a conscientização sobre esta doença parasitária e suas graves consequências, enfatizando a detecção precoce, cuidados ao longo da vida e medidas preventivas. Apesar dos avanços persistem desafios no acesso ao diagnóstico e tratamento, destacando a importância de ações individuais e apoio a iniciativas de combate à doença.

A OMS lança a *Semana Mundial da Vacinação*, com a expectativa de implementar as coberturas vacinais em todos os países e locais, com um conjunto importante de vacinas, no contexto da **celebração dos 50 anos do Programa Expandido de Imunizações (PAI)**, originalmente desenvolvido nas Américas, quando Carlyle Guerra de Macedo era diretor-geral e lá estava o médico gaúcho Cyro de Quadros, responsável pelo bem-sucedido programa, que levou a OMS a adotá-lo como estratégia global.

O **Dia Internacional da Mãe Terra**, celebrado em 22 de abril, enfatiza a capacidade de ação individual e coletiva contra mudanças climáticas e poluição. O **PNUMA** desenvolveu kits de ferramentas para restauração de ecossistemas e redução da poluição plástica, promovendo a resiliência global. A quarta reunião do **Comité Intergovernamental de Negociação** discutirá na próxima semana o texto sobre o novo tratado para reduzir a poluição por plásticos, visando eliminar o uso de plásticos descartáveis e aprimorar a reciclagem, é destacada a necessidade de citar a poluição dos ambientes aquáticos como um todo. O **Centro e Rede de Tecnologia do Clima (CTCN)** celebrou uma década de inovação tecnológica em adaptação climática, com projetos em 112 países para atender ao Acordo de Paris. Uma ativista funda a *GoodLands* e mapeia as terras da igreja católica que podem ser usadas como áreas de preservação. Uma colaboração mais forte com organizações religiosas para proteger o meio ambiente está no centro da *Coalizão Fé pela Terra do PNUMA*. Por fim, a *InfluenceMap* destaca que um pequeno número de empresas e países são responsáveis por uma grande parte das emissões de carbono global, com grande porção de empresas estatais, com necessidade urgente de ações governamentais e cooperação internacional para uma transição para uma economia sustentável e uma redução significativa nas emissões. São os temas abordados por nossos analistas **Magalhães e Galvão** no seu informe da quinzena.

Neste informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** apresenta o **Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo**, aprovado pelo Parlamento Europeu por maioria, e as reações de alguns dos países europeus ao texto.

No campo da **Saúde da Mulher, Crianças e Adolescentes**, as analistas **Massari e Gomes** nos trazem o *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2024* do **UNFPA**, que fornece uma análise das tendências da população global, com foco no tema “*Direitos e escolhas reprodutivas: uma base para o desenvolvimento sustentável*”. O relatório explora questões-chave como a saúde reprodutiva, a igualdade de gênero, o empoderamento dos jovens e questões demográficas relacionadas ao tema. O relatório enfatiza a importância crítica de se garantir o acesso universal aos direitos e serviços reprodutivos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por meio de dados e estudos de caso de todo o mundo, o relatório destaca os progressos alcançados, os desafios enfrentados e as oportunidades de intervenções políticas para promover os direitos reprodutivos e as escolhas para todos os indivíduos, especialmente as populações marginalizadas, defendendo abordagens mais inclusivas e baseadas em direitos para políticas populacionais que priorizem o bem-estar e o empoderamento.

O grupo de analistas do Caderno, **Nilson, Oliveira, Ell e Ubarana** discutem as perdas e desperdícios de alimentos e seus impactos sobre a **segurança alimentar e nutricional**, as economias e as mudanças climáticas, bem como possíveis caminhos para sua redução, a partir do *Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024*. Descrevem também a situação brasileira e as iniciativas nacionais para o enfrentamento do problema.

As Reuniões de Primavera do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e do **Banco Mundial (BM)** foram realizadas de 15 a 20 de abril e reuniram diversas lideranças dos setores público e privado, representantes governamentais, acadêmicos e organizações da sociedade civil, a fim de discutir os assuntos do atual cenário global. Durante as sessões, foram realizadas apresentações direcionadas à economia global (com o lançamento das perspectivas econômicas regionais e globais de ambas as instituições), ao desenvolvimento internacional e ao sistema financeiro internacional. Para **Cazumbá**, os pontos altos do evento foram os anúncios de projetos focados em aumentar a cobertura da saúde global, ampliar o desenvolvimento econômico e alargar a efetividade da ajuda aos países mais vulneráveis.

A **OMC** e a **UNCTAD** destacam projeção de recuperação gradual para o comércio global de bens em 2024 e 2025. No entanto, apesar da projeção otimista, segundo **Chamas e Cesário**, vários riscos podem obstruir essa recuperação: conflitos regionais, como as tensões no Leste Europeu e no Oriente Médio e incertezas relacionadas às políticas econômicas de grandes economias. A **OMPI** lançou estudo que apresenta análise das patentes mapeadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O informe de **Gaspar, Sanglard e Barros** chama a atenção da participação da **UNESCO** na reunião do G-20 em novembro próximo, no Rio de Janeiro, como convidada do governo brasileiro. Este informe recupera outros informes que compartilhamos ao longo da participação dos autores no Cadernos, mas enquadrando-os na perspectiva da reunião do G-20.

Na última quinzena, o grupo de analistas liderado por **Sousa** monitorou 51 organizações, das quais 34 fizeram manifestações relevantes para os fins deste informe. Em geral, as manifestações reiteraram a necessidade da garantia dos direitos humanos e da ajuda humanitária, em especial no atual contexto de multiplicação de conflitos violentos. Os conflitos armados e os obstáculos para a ajuda humanitária foram discutidos com frequência neste período pelas organizações, reforçando o caráter urgente do tema, tendo em vista suas reverberações não apenas nas regiões dos conflitos, mas também na governança global, sobretudo nas áreas de direitos humanos e de saúde. Outras manifestações trataram das mudanças climáticas e das mobilizações em prol da justiça climática; de discussões acerca do papel do colonialismo em diversas áreas da saúde global, desde a alimentação até a produção de conhecimento. Além disso, houve muitas manifestações, tanto das **organizações de interesse público** como das **organizações de interesse privado**, sobre assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento. Merece menção o fato de uma OSC, a *Find*, ter elogiado o Brasil por ter posto a inovação em saúde em alta na agenda do G20. Por fim, vale destacar que esta edição do Informe traz uma *seção especial sobre a 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos*, realizada na cidade argentina de Mar del Plata, entre 07 e 11 de abril. Dois membros da equipe que produziu esse Informe estiveram presentes e relatam o que se passou de mais importante.

**De Negri e De Negri Filho** constroem um caminho da Saúde Global até o Clima, culminando na financeirização da vida e dos direitos. Para tanto, analisam documentos, eventos e iniciativas da última quinzena, com especial atenção ao último rascunho da proposta do



Tratado Pandêmico da OMS, aos acontecimentos em torno do Dia Internacional da Terra e às reformas necessárias - não tão sistêmicas como seriam necessárias, mas as possíveis, propostas por atores da **sociedade civil global**.

Com a aproximação da reunião do HLPF em julho, um dos destaques foi o *Fórum da Juventude de 2024 do ECOSOC* que contou com a participação do **UNOSSC**, e do **Movimento Jovem dos Não Alinhados**. Jovens líderes de todo o mundo tiveram a oportunidade de serem ouvidos e de interagirem em um diálogo construtivo para acelerar a implementação da Agenda 2030 e os ODS. **Ungerer e Kastrup** destacam também o Fundo Índia-UN, que segue firme apoiando projetos de desenvolvimento sustentável e liderados pelo Sul, com foco nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A participação do Brasil na **cooperação Sul-Sul** esteve voltada para temas sociais e ambientais alinhados com as políticas nacionais prioritárias com parceiros do Sul global. O **G-77 e a China** participaram de nove reuniões da AGNU, destacando a necessidade da igualdade socioeconômica para todos e que a implementação dos ODS esteja intrinsecamente ligada ao financiamento sustentado, sem o qual não se conseguirá cumpri-los até 2030. Pediram mais uma vez, uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional, a necessidade da transparência fiscal e financeira e a redefinição do papel dos *Bancos Multilaterais de Desenvolvimento*. Outro tema relevante foi o *Pacto para o Futuro*, cujo processo de negociação deve estar guiado pelas vozes daqueles que representam os mais vulneráveis, para que a credibilidade da *Cúpula do Futuro* não seja comprometida. O diretor executivo do **Centro Sul** destacou, na reunião de Ministros e Governadores do G-24, que o panorama econômico global e as perspectivas para 2024 continuam sendo afetados pelas incertezas e calamidades econômicas, geopolíticas e políticas relacionadas com as alterações climáticas.

A quinzena no **G20** foi marcada por dois importantes encontros: a *reunião dos ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais*, e a *reunião do Grupo de Trabalho de Saúde*. Em relação ao primeiro evento, avanços foram pautados nas discussões sobre tributação e reformas nos bancos multilaterais de desenvolvimento. Já na área da saúde, a *Aliança para Produção e Inovação Regional e Local* recebe amplo apoio, junto com os temas de *saúde digital* e de *“dívida por saúde”*.

O **G7** afirma estar comprometido em agir para a redução da escalada de conflito no Oriente Médio. No encontro dos *Ministros das Relações Exteriores* (Capri, 17-19 de abril), o objetivo principal foi discutir o fortalecimento do G7 como principal fórum de discussão entre as lideranças globais, e encarar as principais crises mundiais. Quanto ao tema da *Saúde Global*, os ministros afirmam estarem comprometidos com as negociações para o novo instrumento sobre pandemias até maio de 2024.

Os destaques da **OCDE** se dividem entre o fórum promovido pela mesma sobre *infraestrutura e resiliência climática* e os principais lançamentos promovidos no evento, a divulgação de dados preliminares sobre a AOD de 2023 e a atualização de dois de seus índices estatísticos sobre economia global.

Depois que a Argentina desistiu de ingressar no **BRICS**, em dezembro de 2023, e formalizou interesse em ser parceiro da OTAN, em abril desse ano, o Brasil prometeu apoiar a candidatura da Colômbia no BRICS. A Colômbia já é parceira global da OTAN. Enquanto isso se desenrolava, os altos funcionários de **saúde do BRICS** se reuniram em Moscou nos dias 18-19 de abril, para discutir as próximas atividades na área de saúde durante a presidência russa. Conversaram sobre como avançar na implementação da criação de um *Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS*



para prevenir o risco de doenças infecciosas em massa, sobre iniciativas para estabelecer uma *Revista Médica Científica do BRICS*, e uma *Associação Médica do BRICS*, entre outras questões.

Nossos analistas de **América Latina e Caribe**, *Minayo, Brito e Tobar*, comentam a Cúpula virtual da **CELAC**, convocada para discutir as tensões políticas que surgiram a partir da intervenção das forças policiais equatorianas na Embaixada do México, em Quito. Destacam também as principais atividades da **CEPAL**, como a realização da *Sétima Reunião do Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável da América Latina e Caribe* e da *Terceira Reunião da Conferência das Partes (COP 3) do Acordo de Escazú*. No que concerne as organizações regionais, o **ORASCONHU** promoveu agenda nos temas de doenças renais crônicas e de vacinação; a **COMISCA** cumpriu agenda nos temas de vigilância molecular e respostas a surtos e alimentação saudável; e a **OTCA** instalou a *Rede Amazônica de Autoridades de Águas*. Por fim, resumem os principais pontos da Declaração de Presidentes de Brasil e Colômbia, emitida por ocasião da visita de comitiva brasileira à Bogotá.

*Conferência sobre o Sudão* quis quebrar o silêncio de uma guerra esquecida na **África**. Comunicação de risco e envolvimento comunitário no espaço da **CEDEAO** foi tema de uma reunião anual. A fuga de cérebros em áreas críticas ameaça pesquisa em saúde na África. O governo de direita sueco vai congelar ajuda aos países mais pobres. **Reunião de Ministros da Saúde da União Africana** toma decisões importantes sobre Mpox. O **CDC África** faz alerta sobre o recuo da farmacêutica Moderna em apoiar a produção local. A **África Oriental** mobiliza parcerias estratégicas para preparar as comunidades transfronteiriças para resposta a emergências. Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da **CPLP** aprovam o Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho (PECTAS-CPLP, 2024-2030). A Cúpula Extraordinária da Troika do Órgão da **SADC** analisou e decidiu sobre a segurança regional, com foco especial nas situações de conflito na parte oriental da RDC e em Cabo Delgado, norte de Moçambique. Para promover igualdade de gênero, a sub-região da **COMESA** desenvolve iniciativas focadas em ampliar as oportunidades de carreira para mulheres no âmbito de aviação. Estes foram os temas abordados pelo quarteto de analistas dos Cadernos para a África, *Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg*.

Segundo *Freire*, a **Europa** respira com a aprovação do pacote estadunidense de ajuda financeira e militar à Ucrânia. Após o ataque iraniano a Israel, a União Europeia estuda aplicar novas sanções ao país. Em reunião do Conselho de Relações Exteriores da UE, a pauta é praticamente dominada pelo tema da defesa e se cogita a criação de um futuro exército da UE. Já a reunião informal de ministros da saúde, tem como pauta a crise na força de trabalho em saúde e a segurança no fornecimento de medicamentos.

Apesar das guerras e aumento de tensões, a vida na **Ásia e no Oriente Médio** avança. Crescem as relações de cooperações multilaterais, trilaterais e bilaterais entre os países do Sul Global. Os países das duas regiões aprenderam a olhar para as oportunidades e a superar as diferenças - diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas - e aproveitar as similaridades. Todos buscam o desenvolvimento tecnológico, sustentável e reduzir as desigualdades. *Marques* selecionou alguns exemplos e uma nova área para a colaboração e avanços tecnológicos: a pesquisa espacial, que pode envolver trilhões de dólares até 2035. A evolução da tecnologia espacial poderá contribuir para melhorar os sistemas de alerta para catástrofes naturais, defesa e agilizar o fluxo do comércio global através de cadeias de abastecimento mais eficientes, como mostraram o [relatório](#) do Fórum Econômico Mundial – que deixou de fora o programa espacial

chinês - e o *white paper*, apresentado na Conferência Espacial do Oriente Médio em Mascate, Omã. No *Tabuleiro da Geopolítica*, quem tem poder de influenciar os dois rivais – Irã e Israel?

Sobre a **China**, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia da **COSBAN** realiza reunião prévia à reunião da Comissão em Pequim em junho. O zoológico de São Francisco firmou acordo para o envio de novas pandas e Pequim terá seu próprio “pandário”. Segundo **Lobato**, a guerra econômica da Casa Branca contra a China entra em novo território: o complexo biotecnológico de Wuxi, de onde vieram boa parte das vacinas distribuídas no Brasil durante a pandemia.

A *Estratégia de Segurança da Saúde Global 2024* do Governo dos **EUA** foi lançada para fortalecer a segurança da saúde global nos próximos cinco anos. Segundo **Galvão**, enfatiza a prevenção, detecção e resposta a ameaças de doenças infecciosas. A visão é criar um mundo seguro contra ameaças de doenças por meio de cooperação, comunicação, abordagem conjunta e equidade. A abordagem da estratégia inclui coordenação interagências, parcerias bilaterais, apropriação dos países e sustentabilidade. As áreas de foco incluem o fortalecimento dos sistemas de saúde, a melhoria dos sistemas de vigilância e alerta precoce, a melhoria da capacidade laboratorial, a promoção da comunicação de riscos, o envolvimento da comunidade, a pesquisa e abordagens multissetoriais.

Uma nota de regozijo pela comemoração dos 50 anos da **Revolução dos Cravos**, em **Portugal**, que a 25 de abril de 1974 livrou o país do fascismo. O paradoxal é que a comemoração ocorra sob um governo de direita.

Um registro importante sobre a **cooperação internacional do Brasil no campo da saúde** foi a assinatura do **Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola**, que vai apoiar na formação de 38 mil profissionais de saúde angolanos nos próximos anos e é coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, em parceria com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

A quinzena fica marcada por grandes amarguras no cenário global. E por fiascos institucionais da governança global, caso das até aqui fragilizadas negociações do Acordo Pandêmico na OMS. O cenário futuro não se apresenta melhor. Contudo, sempre resta uma nesga de esperança. Seríamos editores felizes se pudéssemos trazer boas notícias no nosso próximo encontro.

Boa leitura e boa quinzena!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 25 de abril de 2024**

**Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger**  
Coordenação do CRIS/Fiocruz



## O otimismo e a criança que perdeu as mãos

*Santiago Alcázar*

A CEPAL preparou um documento intitulado *Séptimo informe sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible em América Latina y el Caribe*. O documento serviu de base para as discussões realizadas no Foro dos Países da América Latina e o Caribe sobre aquele tema, de 16 a 18 de abril, em Santiago.

O documento da CEPAL compõe-se de 2 partes, com 3 capítulos cada uma:

Parte 1 – Avanços na implementação dos ODS

Capítulo 1 – Em direção a um desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável na América Latina e o Caribe

Capítulo 2 – O progresso da América Latina e o Caribe na consecução das metas dos ODS

Capítulo 3 – Avanços em relação aos ODS 1, 2, 13, 16 e 17

Parte 2 – Aceleração em direção à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Capítulo 4 – Transições para acelerar o progresso dos ODS

Capítulo 5 – Financiamento para alcançar os ODS

Capítulo 6 – Conclusões e recomendações gerais

Não é este o lugar para fazer comentários exaustivos sobre o documento. O que interessa aqui é destacar alguns pontos que, espero, podem contribuir para uma primeira leitura crítica do que esperar para o HLPF, que deverá realizar na primeira metade de julho.

No prólogo, diz-se que a Cúpula dos ODS, que se realizou em setembro de 2023, deixou registro da falta de convergência entre as trajetórias necessárias para alcançar os objetivos e as trajetórias observadas. Conclusão da Cúpula: é urgente ajustar as trajetórias. Não seria absurdo associar a conclusão da Cimeira a uma aula de balística, talvez em concordância com os tempos em que vivemos.

Para cumprir a promessa inscrita na Agenda 2030, são necessárias ações ambiciosas, justas e transformadoras, uma vez que segundo as projeções das Nações Unidas, apenas 15% das metas serão cumpridas até 2030, se tudo continuar como está.

Os desafios para a América Latina e o Caribe para a realização dos ODS são enormes, diversos e complexos. Lento crescimento das economias, do comércio e dos investimentos. Aumento dos fluxos migratórios. Iniquidades em ascensão nos países e entre eles. Insegurança alimentar. Impactos da inovação tecnológica e da mudança climática. Custos maiores para o financiamento internacional. Redefinição da globalização por conta de nova geoeconomia (rede descentralizada de polos regionais) e geopolítica (blocos competindo nas áreas econômica e militar, mas também com visões de mundo distintas e incompatíveis).

Todos esses fenômenos constituem forças de explosão e definem um estado de crise que, alguns, dizem ter chegado para ficar com o nome de “*permacrise*”. O diagnóstico parece correto e preocupante. Tudo piora, no entanto, à medida em que o olhar clínico se aprofunda nas manifestações do tempo em que se vive. Neste ponto é recomendável deter a crítica e deixar-se guiar pela avaliação dos analistas da CEPAL, tal como descrita no relatório:

*Los países latinoamericanos y caribeños se enfrentan a retos derivados tanto de la situación de la economía mundial como de las mismas dinámicas regionales. La globalización —como se conoció a partir de la década de los noventa del siglo pasado— ha cambiado y continúa cambiando. El sistema multilateral basado en reglas claras y predecibles, con cadenas globales de producción altamente fragmentadas basadas en la búsqueda de la eficiencia, está, en la actualidad, cediendo terreno ante otro en que la toma de decisiones está guiada por motivos de carácter político más que económico. Mientras que antes se celebraba la interdependencia y se confiaba en las organizaciones multilaterales para dirimir controversias entre Estados soberanos, el sistema actual se basa menos en reglas y más en la estrategia y el poder.*

O sistema multilateral baseado em regras claras e predizíveis a que parecem referir-se os analistas deve ser o sistema de comércio internacional, com as suas cadeias de produção e de distribuição, travado e paralisado durante Covid-19, com graves consequências para toda a economia, sobretudo a dos países da América Latina e o Caribe. Ao menos nesse parágrafo, os analistas não parecem apontar para o fracasso da ONU e, de modo particular, de seu Conselho de Segurança em evitar e por um fim ao genocídio em Gaza, que constitui a demonstração cabal da falência ética e moral da governança global ante a tragédia humana dos palestinos. É preciso ressaltar esse ponto, uma vez que o sistema multilateral baseado em regras se mostra incapaz de atender às necessidades econômicas-comerciais dos países em desenvolvimento, ademais de cruel e insensível frente à tragédia humana que acontece aqui e agora na Palestina. A situação é particularmente grave porque o que parece haver-se instalado é o caos e não uma crise.

A diferença é crucial. O caos reclama solução radical a partir de um começo. A crise oferece oportunidade de transformação. Submersos em um mar pragmatismo, os analistas preferem o caminho das transformações que podem ser mensuradas e comparadas. Por essa razão, apontam para 6 grandes transformações que teriam de ser realizadas: i) nos sistemas alimentares, onde atuam fatores diversos como clima e meio ambiente, uso da terra e urbanização, distribuição de renda, migrações e conflitos, fatores políticos e dinâmicas comerciais estabelecidas – e também a guerra na Ucrânia, a inflação e as taxas de juros; ii) no acesso a energia – que implica a extração de petróleo, gás, carvão, a inundação de grandes áreas ou a poluição de paisagens com moinhos de vento ou campos de placas solares, ademais dos conflitos geoestratégicos pelo lítio e outros insumos para baterias; iii) a conectividade digital – com os conflitos pelo lítio e a mineração a céu aberto de outros insumos para componentes de eletrônicos e as ações predatórias de magnates como Elon Musk, as redes sociais, as plataformas de fake news, negacionismos e o avanço da extrema direita; iv) a educação – com o debate entre o ensino público ou privado, custos/financiamentos taxas exorbitantes/adequados, o papel da escola e da universidade; v) o emprego e a proteção social – terceirização, a violação das convenções da OIT, os conflitos laborais, o achatamento dos salários e o crescimento das inequidades; vi) a mudança climática, a perda da biodiversidade e a produção de lixo e descartáveis contaminantes – a resistência dos lobbies do petróleo e do carvão, Elon Musk e a mineração predatória de insumos para baterias, o oligopólio de sementes homogêneas, o uso de químicos contaminantes na agricultura, mitigação e adaptação.

Os analistas da CEPAL destacam apenas as primeiras referências dos numerais acima. São as transformações necessárias para avançar em direção às metas e aos ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As referências que seguem àquelas primeiras são as complexidades que as compõem, como peças de relojoaria. As primeiras são receitas para sair da crise. As segundas são pontos de ligação, que não podem ser ignorados uma vez que tudo

está ligado e nada acontece no vácuo, a não ser as emanações de energia previstas pela física quântica. A imagem sugere um quadro caótico onde a análise linear não tem sentido. Por isso não se trata de transformar o que já está aí, mas de formar o que ainda não existe.

O desafio é enorme. O SG das Nações Unidas imprime uma marca de otimismo com a Cúpula do Futuro, que é o meio encontrado para redinamizar ações para levar a cabo a Agenda 2030 e os ODS, e o faz confiante nas perspectivas oferecidas pelas transformações acima. Um mundo melhor é possível se – e é essencial sublinhar esse se – as transformações se realizarem, legitimando assim o otimismo. As complexidades, no entanto, assustam pela enormidade do desafio porque exigiria a mudança total, inclusive a do próprio ser humano. Fica-se, então, com pessimismo com respeito à capacidade das transformações produzirem o que se imagina possa ser um mundo melhor. Por outro lado, surge um otimismo com a capacidade de mudar a partir da vontade de mudar de maneira radical, abraçando a complexidade em toda a sua enormidade. Nesse sentido, pessimismo e otimismo têm ambos legitimidade, sempre que se tenha em conta que se trata de duas dimensões distintas da realidade.

Ninguém melhor que os analistas para demonstrar a enormidade do desafio. Na parte reservada às necessidades de investimentos e financiamento para os ODS, recordam que as estimativas realizadas pelo Comitê Intergovernamental de Peritos em Financiamento do Desenvolvimento Sustentável em Adis Abeba, em julho de 2015, as necessidades de financiamento para a efetivação dos ODS ascendiam a vários trilhões de dólares. A erradicação da pobreza, por exemplo, demandava US\$ 66 bilhões; infraestrutura, US\$ 5 a US\$ 7 trilhões; financiamento de pequenas e médias empresas, US\$ 3,5 trilhões; US\$ 7 trilhões para mitigação e adaptação à mudança de clima. Todas essas cifras referem-se às necessidades por ano. O financiamento total para os ODS, por ano, é muito maior, como se pode compreender.

Comparem-se essas cifras destinada às transformações necessárias para a Agenda 2030 com aquelas destinadas à destruição. O que choca não são tanto as cifras obscenas, mas o descaso com a perda de vidas e destruição que acarretam. O jornalista investigativo Filipe Barini produziu matéria publicada pelo jornal O Globo, intitulada *Empresas dos EUA lucram com guerras em Gaza*. Barini destaca as palavras de Jason Aiken, vice-presidente da General Dynamics, um dos principais produtores de armamentos, pronunciadas em final de outubro de 2023:

*A situação em Israel obviamente é terrível e ela está evoluindo neste momento, mas acho que se observarmos as crescentes demandas em potencial, a maior parte delas vem da artilharia.*

Jason Aiken deve ser um homem pragmático, admirado pelos seus pares, bem como pelos acionistas do conglomerado. É um homem de visão. Onde muitos viam destruição, perda de vidas e desumanização, Aiken viu oportunidades e sem perder tempo pôs a máquina para produzir peças de artilharia e munições em números suficientes para garantir que o exército de Israel pudesse continuar com o genocídio, sem ter de preocupar-se com o esvaziamento de prateleiras.

É inútil repassar os números exibidos no excelente trabalho de Filipe Barini. Eles não mais assustam. Assusta a desumanização que avança como um câncer e carcome o fino tecido que nos faz humanos capazes de amar, não somente o bonito, mas também o feio, o disforme, o pustulento, o pobre; não somente o amigo, mas também o contrário, o adversário, o inimigo – pois é somente pelo amor, em todas as suas formas e manifestações que nos tornamos humanos.

A continuação do genocídio dos palestinos por parte do único povo que jamais poderia repetir essa tragédia humana, com a aceitação, o aval e o financiamento ilimitado das potências ocidentais – é a mais gritante demonstração do processo de desumanização que parece ser a marca de nosso pão de cada dia.

Frente a um quadro desesperador é preciso fazer algo. Armar-se de otimismo, ainda quando o pessimismo atormenta, e seguir em frente. É como finalizam o documento os analistas da CEPAL

*La Cumbre del Futuro, que se celebrará en septiembre de 2024, debe propiciar un fortalecimiento del compromiso con la Agenda 2030, así como políticas y acciones renovadas y audaces de todos los actores. Se debe persistir en el esfuerzo en relación con todos los ODS, con énfasis en aquellos cuyos indicadores muestran la mayor distancia respecto de los umbrales definidos. El escenario descrito para 2030, en particular la muy baja posibilidad de cumplimiento de casi un tercio de las metas, no debe ser motivo para cejar en el esfuerzo, sino, al contrario, para redoblarlo y así llegar a esa fecha en mejores condiciones para continuar trabajando por un futuro más productivo, inclusivo y sostenible para la región.*

Uma criança de cinco anos em Gaza perdeu as duas mãos. Chorando, sem compreender, pergunta ao pai quando as suas mãos voltarão a crescer<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Relatado pelo Doutor Mustafa Barghouti no seminário CRIS/Fiocruz “saúde como ponte para a paz”, em 17 de abril de 2024.

## Restaurando o acordo humano quebrado

*Juan E. Garay*

Parece que o fim das guerras do século XX, referidas na China como guerras "europeias", levou a um esforço coletivo na criação das Nações Unidas, apesar do devastador bombardeio nuclear dos EUA ao Japão. No entanto, pode-se argumentar que foi mais um arranjo entre as potências vitoriosas, centrado na autoridade do Conselho de Segurança, com a carta de direitos humanos servindo como uma fachada superficial sem aplicabilidade. Evidências históricas parecem apoiar essa interpretação.

A era pós-guerra viu um aumento na cooperação global, centrada no Plano Marshall dos EUA e na interligação das economias de mercado ocidentais. Também testemunhou a formação de alianças entre ex-adversários na Europa e o surgimento de movimentos de independência em nações africanas, que ainda estavam sob jugo colonial. No entanto, ao lado desses desenvolvimentos, os Estados Unidos apoiaram regimes fascistas nas Américas e se envolveram em conflitos malsucedidos contra o comunismo na Ásia e em outros lugares. A Guerra Fria intensificou as ameaças nucleares e polarizou o mundo até a queda do Muro de Berlim. Enquanto isso, a China buscou silenciosamente uma estratégia de combinar o comércio global com planos de desenvolvimento nacional comunista de partido único, resultando nas taxas de crescimento do PIB e da expectativa de vida mais rápidas registradas (1). Essa abordagem representa uma das misturas mais bem-sucedidas de economias de mercado e centralizadas em termos de expectativa de vida humana, embora ao custo de restrições à liberdade e degradação ambiental.

Durante as duas primeiras décadas do século XXI, a Guerra Fria pareceu transitar para um cenário multipolar, especialmente com o declínio da Rússia e a ascensão econômica e geopolítica da China.

Enquanto isso, a humanidade testemunhou o impacto de dois grandes números de mortes até o final do século XX: a pandemia de AIDS (2) e as consequências do colapso da União Soviética (3). Globalmente, as taxas de mortalidade infantil e adulta diminuíram, e a expectativa de vida continuou sua trajetória ascendente (4), aumentando aproximadamente 0,5% anualmente. Simultaneamente, avanços na tecnologia digital, especialmente no entendimento do genoma humano (5), bem como em tecnologias aplicadas, nanotecnologias (6) e mapeamento e engenharia de proteínas em 3D (7), empurraram adiante os limites do conhecimento.

No entanto, apesar desses avanços, os dois principais desafios globais de saúde desde a década de 1980 persistiram: desigualdades intra- e intergeracionais (equidade sustentável) (8). A Organização Mundial da Saúde (OMS) continuou a lidar com a tarefa elusiva de estimar as desigualdades por meio de desigualdades em variáveis estratificadoras relevantes (9), falhando, mesmo após 75 anos, em medir adequadamente o único objetivo comum de saúde entre as nações: melhor nível viável de saúde (10). Consequentemente, o ônus da desigualdade em saúde (11), representando a lacuna para a universalidade do direito à saúde, permaneceu não medido.

Os esforços para identificar esse alvo enfrentaram desafios dos modelos de desenvolvimento da ONU (12) (com os melhores Índices de Desenvolvimento Humano em



grande parte não replicáveis e insustentáveis), dos limiares de pobreza do Banco Mundial (13) (ficando aquém de permitir os níveis de saúde viáveis mencionados anteriormente), e da meta de cooperação do OECD-DAC de 0,7% a partir de 1970, que ficou em apenas 0,37% mais de 50 anos depois, de qualquer forma significativamente abaixo das taxas de redistribuição necessárias para a equidade econômica e, portanto, equidade global em saúde (14).

Por que existe essa relutância persistente em medir o progresso global da saúde e desafiar a persistência de conceitos anacrônicos de desenvolvimento, econômicos e de cooperação?

Enquanto a transição dos ODM para os ODS visava padronizar metas entre todos os países, reduzindo a lacuna entre intra (ODM e ODS 1-11) e inter (ODS 12-16, COP e metas de Biodiversidade), e superar a polarização norte-sul (15), ficou aquém de traduzir completamente a retórica em ação, para dizer diplomaticamente.

Enquanto isso, a governança política e econômica global permaneceu enraizada nas mãos do Conselho de Segurança, dominado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, e instituições financeiras internacionais girando em torno do dólar americano, perpetuando assim a supremacia econômica dos EUA (16).

O baixo comprometimento com uma governança global justa é refletido no magro orçamento regular geral das Nações Unidas (17): menos de 0,00002% do PIB mundial. Ele é complementado por financiamentos *ad hoc* e alocados principalmente por agências de desenvolvimento ocidentais e "filantropia" ligada a poderes econômicos e interesses privilegiados. No caso da governança global da saúde, sob a Assembleia Mundial da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, as contribuições regulares para o orçamento da OMS não ultrapassam 20% (18), com uma crescente influência de contribuições *ad hoc* principalmente de agências de desenvolvimento ocidentais, doações filantrópicas ou influência direta de empresas farmacêuticas (19) cujos lucros derivam principalmente de monopólios de patentes (20).

Diante desse cenário, a Humanidade enfrentou três desafios interligados: a crise especulativa econômica de 2008-2010, a pandemia de COVID-19 de 2020-2022 e os conflitos em curso na Ucrânia e em Gaza. Embora aparentemente distintos, esses desafios compartilham raízes comuns que têm dificultado o progresso sustentável da equidade em saúde desde a década de 1980 e que contribuem para a crescente ameaça existencial do aquecimento global antropogênico.

1. A especulação econômica, impulsionada principalmente por interesses econômicos de barganha, em vez de criatividade ou produção, evoluiu para camadas cada vez mais complexas e detém maior poder, especialmente nas mãos de grandes gestores de ativos (21). Esse sistema tem acumulado aproximadamente 20-30% do PIB (22) e uma parte significativa do crescimento do PIB ao longo das últimas quatro décadas, desviando recursos da justiça humana global e se dissociando do bem-estar humano global (23). Essa economia especulativa é uma parte importante do que anteriormente chamávamos de "limiar de acumulação" (24) e foi recentemente chamada de "PIB desperdiçado" (25). Além disso, ela agrava tanto a desigualdade econômica intra (correlacionada com o aumento do índice de GINI) quanto intergeracional (vinculada às mudanças climáticas por meio da produção, comércio e consumo em escala global) (26). Portanto, um termo mais apropriado para isso seria "PIB tóxico", comportando-se de maneira semelhante a um câncer na economia global e na harmonia humana com a natureza.

Essa dinâmica continua a impulsionar e dominar não apenas a economia global e os estilos de vida, mas também, ligada à mídia em massa movida pelo poder e à inteligência artificial, o pensamento humano global. Ela perpetua uma governança econômica tendenciosa que protege os principais poderes especulativos, frequentemente resultando em receitas fiscais diminuídas ou até mesmo inexistentes (27). Posições ocidentais têm se oposto ao desenvolvimento de um Tratado Fiscal da ONU destinado a abordar os efeitos prejudiciais não mencionados da especulação financeira (28).

A pandemia de COVID expôs como a governança global prioriza o capital sobre a humanidade. Apesar de investimentos científicos e econômicos significativos em bens globais urgentes, como vacinas eficazes, a resposta foi fortemente tendenciosa a favor das grandes empresas farmacêuticas, acelerando a implantação de suas novas tecnologias protegidas por patentes, como o mRNA, (com incerteza remanescente de segurança a médio e longo prazo) (29), beneficiando principalmente países e comunidades de alta renda. Esse acesso desigual às vacinas exacerbou disparidades e polarizou a humanidade, lembrando o fosso da AIDS na década de 1990 (30). Neste caso, a disparidade entre aqueles protegidos da pandemia e aqueles expostos se correlaciona com indivíduos "trabalhando" atrás de telas, frequentemente associados a uma economia especulativa ou tóxica, versus aqueles que atendem às necessidades essenciais, como alimentos, água, energia, transporte e serviços públicos vitais. A governança global falhou em estabelecer estruturas vinculativas para bens globais, e as isenções às leis de patentes para fins de saúde pública provaram ser lentas e ineficazes, priorizando os lucros sobre a saúde e as vidas da maioria (31).

As guerras em curso estão relacionadas a uma crescente divisão e tensão entre o Ocidente e o Oriente e entre o Norte e o Sul. O "norte e oeste" têm aproximadamente um sexto da população mundial, mas dois terços do PIB mundial, dos gastos militares, da pegada de carbono global e ecológica e também dois terços do poder de veto no Conselho de Segurança. Seu papel oligárquico na economia e política global, como mencionado acima, está sendo progressivamente contestado (32). As guerras mais recentes na Ucrânia e em Gaza refletem reações à ruptura de balanços frágeis de uma OTAN vs. Rússia e suas crescentes alianças com a China, e a Liga Árabe vs. Israel e seu grande irmão, os EUA. Os duplos padrões ocidentais (33), confrontando a invasão da Rússia, enquanto apoiam ou são complacentes com o suposto genocídio de Israel (34), minam seu antigo - pelo menos intencional - multilateralismo e discurso de direitos humanos. Enquanto isso, a tensão cresce entre as duas principais potências, os EUA e a China, sobre a soberania de Taiwan (35), de onde também vêm a maioria dos chips (os neurônios da economia e comunicação globais). A governança política e militar global se mostrou fraca e tendenciosa, pois o poder de veto dos membros permanentes anacrônicos do Conselho de Segurança (36) sobrepujou o clamor global para parar de bombardear civis inocentes, especialmente em Gaza.

As crises mencionadas acima revelaram um aprimoramento do "acordo quebrado" da Humanidade, incapaz de limitar coletivamente o PIB tóxico e seu impacto na natureza, desenvolver bens globais para enfrentar desastres naturais e pandemias crescentes devido à destruição da natureza pelo homem e para prevenir abusos militares, incluindo ameaças nucleares, por alguns. A governança econômica, ecológica, do conhecimento, política e militar global está tendenciosa, vazia e/ou quebrada. Como resultado, o bem-estar humano, medido pela expectativa de vida, caiu pela primeira vez após o acordo pós-guerra da humanidade (retórica?) e não está se recuperando após a pandemia em muitas regiões (38). A inequidade de saúde intra-geracional, com um ônus de cerca de 16 milhões de mortes em excesso e injustas

por ano, permaneceu alta (39), enquanto esperamos dados demográficos internacionais comparáveis para avaliar a tendência pós-pandêmica no período atual de 2020-2025. As perspectivas de mortalidade intergeracional em excesso ultrapassam 220 milhões de mortes no restante do século, principalmente em países, comunidades e grupos etários de baixa poluição (40).

Essas causas raízes da injustiça humana global e da destruição da natureza têm uma raiz comum: sociedades não empáticas (entre humanos, e muito menores com outras formas de vida), manipuladas e/ou passivas (41). A combinação de poderes econômicos, de conhecimento e militares impulsionados pela ganância, com sociedades passivas e submissas, alimenta poderes econômicos globais especulativos e ecologicamente destrutivos, por meio de consumo e poupança cegos, proteção egoísta de privilégios individuais, corporativos e nacionais injustos, acesso desigual ao que deveriam ser bens públicos globais, e votação orientada pelo mercado de poder e mídia, contribuições fiscais forçadas para manter o *status quo* e até mesmo recrutamento militar para matar outros desconhecidos, mandados pela ganância de poder longe dos campos de batalha.

Como pode ser restaurado o presente acordo quebrado dentro da Humanidade e com a natureza? Se os governos se mostraram incapazes ou relutantes em construir justiça humana nos últimos 75 anos, os indivíduos e as sociedades podem reverter os crescentes fosso intra e intergeracionais e restaurar o "acordo quebrado"?

Curiosamente, assim como os quadros de governança tendenciosa estão inter-relacionados, também estão as dinâmicas contrárias que as sociedades podem colocar em movimento. Uma consciência aprimorada do nosso presente consumo, poupança, impostos e votos coletivamente cegos pode desencadear uma nova filosofia além do antroposofismo, em direção ao biosofismo, de simplicidade, solidariedade e respeito à biodiversidade humana e natural (42).

Meios digitais podem ajudar a conhecer o indivíduo (43) e os limites éticos econômicos coletivos (prevenindo o PIB/consumo tóxico) e ecológicos (prevenindo emissões de carbono em excesso e pegada ecológica).

Se o "PIB tóxico" encolher e eventualmente colapsar, poderes políticos e militares podem seguir o mesmo caminho.

Um número crescente, especialmente entre as gerações mais jovens, busca se libertar da incessante corrida urbana global de produção e consumo excessivos (44, 45). Uma solução potencial reside em fomentar um novo paradigma societal enraizado em governança local empática, produção e consumo ecossistêmicos de necessidades essenciais e inovação digital colaborativa para avançar o conhecimento humano e criar benefícios globais.

Esse sistema transformador poderia resultar em uma redução significativa (em torno de 40%) do PIB (considerado como parte tóxica), ao mesmo tempo em que estreita o fosso na desigualdade do coeficiente GINI internacional atual de 0,6 e do coeficiente nacional médio de 0,45 para uma faixa mais equitativa entre os limites da dignidade e do excesso (abaixo de 0,15 GINI), mantendo as emissões de carbono e as pegadas ecológicas abaixo dos limites éticos (aproximadamente 1 tonelada métrica e 1 hectare anualmente por habitante, respectivamente) (39).

Ao garantir que os padrões de vida ultrapassem o limite de dignidade (maior que US\$ 10 por pessoa por dia) (39) para todos os indivíduos e fornecer acesso universal a serviços de prevenção e tratamento em saúde, bem como bens globais essenciais, como conhecimento salvador de vidas, produtos e dispositivos, essa abordagem poderia ajudar a alcançar o objetivo global de saúde elusivo e frequentemente negligenciado de alcançar o melhor nível de saúde possível para todos, evitando assim as estimadas 16 milhões de mortes injustas anualmente.

Essa revolução global e pacífica, destinada a restaurar a equidade sustentável, tem o potencial de reverter as tendências preocupantes atuais e orientar a humanidade para horizontes mais brilhantes.

## Referências

- 1) <https://www.statista.com/statistics/1041350/life-expectancy-china-all-time/>
- 2) <https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>
- 3) <https://academic.oup.com/book/10210/chapter/157873288>
- 4) [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)31833-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)31833-0/fulltext)
- 5) <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23284016/>
- 6) <https://www.iinano.org/frontiers/>
- 7) <https://deepmind.google/technologies/alphafold/>
- 8) <http://www.peah.it/2021/04/9658/>
- 9) <https://health-inequalities.eu/jwddb/who-health-equity-monitor/#:~:text=The%20WHO%20Health%20Equity%20Monitor,resources%20for%20health%20inequality%20monitoring.>
- 10) [https://treaties.un.org/doc/Treaties/1948/04/19480407%2010-51%20PM/Ch\\_IX\\_01p.pdf](https://treaties.un.org/doc/Treaties/1948/04/19480407%2010-51%20PM/Ch_IX_01p.pdf)
- 11) <https://www.peah.it/2015/10/understanding-measuring-and-acting-on-health-equity/>
- 12) <http://scielo.sld.cu/pdf/rnp/v18n36/1817-4078-rnp-18-36-87.pdf>
- 13) <https://www.binasss.sa.cr/eng.pdf>
- 14) <https://sdgpulse.unctad.org/development-financing/>
- 15) <https://www.undp.org/publications/transitioning-mdgs-sdgs>
- 16) [https://scholar.google.com/scholar?hl=fr&as\\_sdt=0%2C5&q=us+dollar+global.economic+governance+biased&btnG=#d=gs\\_qabs&t=1713263714000&u=%23p%3DK7uNOI1zKk8J](https://scholar.google.com/scholar?hl=fr&as_sdt=0%2C5&q=us+dollar+global.economic+governance+biased&btnG=#d=gs_qabs&t=1713263714000&u=%23p%3DK7uNOI1zKk8J)
- 17) <https://betterworldcampaign.org/resources/briefing-book-2022/united-nations-budget>
- 18) <https://www.who.int/about/funding>
- 19) [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2020-002335\\_EN.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2020-002335_EN.html)
- 20) <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0954349X23000048>
- 21) <https://www.afr.com/companies/financial-services/how-asset-managers-came-to-rule-the-world-20230428-p5d3zk>
- 22) <https://www.investopedia.com/ask/answers/030515/what-percentage-global-economy-comprised-financial-services-sector.asp>
- 23) <https://www.epi.org/publication/charting-wage-stagnation/>
- 24) <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0033350617301610>
- 25) <https://www.nature.com/articles/s41599-023-02210-y>
- 26) <https://earth.org/gdp-climate-change/>
- 27) <https://www.cristianismeijusticia.net/sites/default/files/pdf/en170.pdf>
- 28) <https://taxjustice.net/press/un-adopts-plans-for-historic-tax-reform/>
- 29) <https://www.mdpi.com/1422-0067/24/2/1404>

- 30) <https://www.peah.it/2022/01/10563/>
- 31) <https://www.hrw.org/news/2023/04/19/proper-pandemic-treaty-would-value-universal-access-over-profit>
- 32) <https://geopoliticeconomy.com/2024/02/26/western-dominance-ended-eu-josep-borrell/>
- 33) <https://mondediplo.com/2024/01/01editorial>
- 34) <https://news.un.org/en/story/2024/01/1145937>
- 35) [https://www.researchgate.net/publication/375000050\\_Will\\_the\\_US\\_and\\_China\\_Go\\_to\\_War\\_over\\_Taiwan](https://www.researchgate.net/publication/375000050_Will_the_US_and_China_Go_to_War_over_Taiwan)
- 36) <https://press.un.org/en/2022/ga12473.doc.htm>
- 37) <https://www.thinkglobalhealth.org/article/global-life-expectancy-declines-first-time-30-years>
- 38) <https://www.scientificamerican.com/article/why-life-expectancy-keeps-dropping-in-the-u-s-as-other-countries-bounce-back1/>
- 39) <http://www.peah.it/2021/04/9658/>
- 40) <https://www.peah.it/2018/07/5498/>
- 41) <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0169796X211068451>
- 42) <https://www.peah.it/2023/12/12800/>
- 43) <https://g.co/kgs/MoYB7vQ>
- 44) <https://www.pas.va/content/dam/casinapioiv/pas/pdf-volumi/extra-series/es41pas-acta19pass.pdf>
- 45) <https://apnews.com/article/china-youth-lifestyle-nomad-thailand-086c064470a11365acfafbd4457ba166>

## As perspectivas da última sessão do INB antes da Assembleia Mundial da Saúde

*Paula Reges*

*Luana Bermudez*

*Luiz Augusto Galvão*

### **Resumo.**

Foi liberado o novo rascunho do Acordo de Pandemias, em antemão ao último encontro do INB antes da Assembleia Mundial da Saúde. Preocupações persistem em relação à transparência e ao cumprimento das obrigações, especialmente no financiamento público para pesquisa e desenvolvimento de produtos relacionados a pandemias e a temática de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios. Os artigos individuais destacam a importância da produção sustentável, transferência de tecnologia, acesso e repartição de benefícios, cadeia de suprimentos e logística. Paralelamente, o Dia Mundial da Doença de Chagas, em 14 de abril, visa aumentar a conscientização sobre esta doença parasitária e suas graves consequências, enfatizando a detecção precoce, cuidados ao longo da vida e medidas preventivas. Apesar dos avanços, desafios persistem no acesso ao diagnóstico e tratamento, destacando a importância de ações individuais e apoio a iniciativas de combate à doença.

**Palavras-chave:** *INB, Acordo de pandemias, Doença de Chagas*

### **Abstract.**

The new draft of the Pandemic Agreement was released in advance of the last INB meeting before the World Health Assembly. Concerns persist regarding transparency and compliance with obligations, especially in public financing for research and development of products related to pandemics and the theme of access to pathogens and sharing of benefits. Individual articles highlight the importance of sustainable production, technology transfer, access and benefit sharing, supply chain and logistics. At the same time, World Chagas Disease Day, on April 14, aims to raise awareness about this parasitic disease and its serious consequences, emphasizing early detection, lifelong care and preventive measures. Despite advances, challenges persist in access to diagnosis and treatment, highlighting the importance of individual actions and support for initiatives to combat the disease.

**.Keywords:** *INB, Pandemic Agreement, World Chagas Day*

### **Expectativas última sessão INB 9**

As negociações em curso para o acordo de pandemias refletem tanto os desafios iminentes quanto as oportunidades promissoras. É sabida a necessidade de um documento que envolva compromissos concretos de compartilhamento e equidade entre os 194 Estados membros da OMS e organizações multilaterais.

Como trazido em nossos informes anteriores, embora ainda existam pontos de discordância, é enfatizado que as diferenças no texto não são insuperáveis e que um acordo é possível desde que seja visto o alto engajamento político. Enfatiza-se a importância de uma visão holística do acordo, concentrando-se nas responsabilidades individuais e coletivas. É uma janela

de oportunidade limitada para alcançar um acordo significativo sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, e sem os princípios de cooperação internacional, a viabilidade torna-se difícil.

A versão mais recente do documento<sup>1</sup> foi compartilhada na última semana, às vésperas da sessão resumida do INB 9, que acontecerá em Genebra a partir do dia 29 de abril.



**NINTH MEETING OF THE INTERGOVERNMENTAL  
NEGOTIATING BODY TO DRAFT AND NEGOTIATE  
A WHO CONVENTION, AGREEMENT OR OTHER  
INTERNATIONAL INSTRUMENT ON PANDEMIC  
PREVENTION, PREPAREDNESS AND RESPONSE  
Provisional agenda item 2**

**A/INB/9R/3  
April 2024**

## **Proposal for the WHO Pandemic Agreement**

O ponto sobre o sistema de acesso a patógenos e compartilhamento equitativo de benefícios (PABS, sigla em inglês), segue sendo um dos aspectos mais controversos das discussões. O PABS tem como componentes mínimos a reserva de 20% dos produtos de saúde relacionados a pandemias para distribuição pela OMS, juntamente com contribuições financeiras anuais dos usuários do sistema. O objetivo do PABS é garantir o compartilhamento justo, equitativo e oportuno dos benefícios, tanto monetários quanto não monetários, decorrentes do acesso a materiais e informações do PABS. Embora os componentes mínimos do PABS estejam definidos, os detalhes operacionais serão delineados em um instrumento legal vinculativo até maio de 2026.

Após a conclusão do rascunho, espera-se que seja apresentado à Assembleia Mundial da Saúde da OMS em maio, com a criação de grupos de trabalho para resolver questões pendentes. No entanto, preocupações persistem em relação à transparência e ao cumprimento das obrigações, especialmente em termos de financiamento público para pesquisa e desenvolvimento de produtos relacionados a pandemias.

Embora tenham ocorrido reduções nas obrigações de transparência, alguns dispositivos importantes foram mantidos, como a exigência de que os acordos de pesquisa e desenvolvimento financiados pelos governos incluam disposições que promovam o acesso oportuno e equitativo aos produtos. No entanto, certas cláusulas relacionadas ao uso de flexibilidades do TRIPS para acesso a medicamentos foram removidas, gerando preocupações entre ativistas de acesso a medicamentos.

Após a conclusão do rascunho, espera-se que seja apresentado à Assembleia Mundial da Saúde da OMS em maio, com a criação de grupos de trabalho para resolver questões pendentes. No entanto, preocupações persistem em relação à transparência e ao cumprimento das obrigações, especialmente em termos de financiamento público para pesquisa e desenvolvimento de produtos relacionados a pandemias.



Em ponto de análise individual dos artigos:

- Artigos 4, 5 e 6. Os Artigos 4, 5 e 6 que abordam medidas de prevenção, vigilância, Saúde Única e medidas de prontidão, detalham uma série de obrigações.
- Artigo 9. Este artigo aborda P&D de forma geral, trazendo atenção especial aos países em desenvolvimento. Porém, quanto às condicionalidades para pesquisas com financiamento público, o rascunho não propõe uma obrigação vinculativa.
- Artigo 10. Produção sustentável e geograficamente diversificada, transferência de tecnologia e know-how: este artigo enfatiza a importância da produção sustentável e geograficamente diversificada de produtos de saúde relacionados à pandemia, bem como da transferência de tecnologia e know-how. Reconhece que diferentes países têm capacidades e recursos diferentes e apela à cooperação internacional para apoiar os países com maiores capacidades e recursos. Isto implica que devem ser envidados esforços para garantir o acesso equitativo às capacidades de produção e à transferência de tecnologia, em particular para os países em desenvolvimento.
- Artigo 11. Transferência de tecnologia e de know-how: Este artigo aborda a transferência de tecnologia e know-how no contexto da prevenção, preparação e resposta a pandemias, com o objetivo de garantir o acesso a tecnologias em saúde e a produção local sustentável.
- Artigo 12. Acesso e repartição de benefícios: Este artigo destaca a importância do acesso e da partilha de benefícios em relação aos recursos biológicos e materiais relevantes para a prevenção, preparação e resposta a pandemias. Reconhece o direito soberano dos Estados sobre seus recursos biológicos e enfatiza a necessidade de ação coletiva para mitigar os riscos à saúde pública. Também pede o compartilhamento oportuno, seguro, transparente, responsável e rápido de materiais e informações de patógenos com potencial pandêmico, bem como a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes desse compartilhamento. Isso implica que devem ser envidados esforços para garantir o acesso equitativo aos recursos biológicos e os benefícios derivados de seu uso.
- Artigo 13. Cadeia de suprimentos e logística: Este artigo aborda a importância da cadeia de suprimentos e da logística na prevenção, preparação e resposta a pandemias. Embora não mencione explicitamente a equidade, garantir uma cadeia de suprimentos e um sistema logístico eficazes e equitativos é crucial para o acesso equitativo a produtos de saúde relacionados à pandemia, especialmente nos países em desenvolvimento.
- Artigo 13bis: compras e distribuição nacionais: este artigo se concentra especificamente na aquisição e distribuição nacionais de produtos de saúde relacionados à pandemia. Embora os detalhes deste artigo não sejam fornecidos, sugere que o documento reconhece a importância de sistemas de aquisição e distribuição equitativos dentro dos países para garantir que os produtos de saúde relacionados à pandemia cheguem a todos os segmentos da população, incluindo grupos vulneráveis.

O Bureau também compartilhou uma proposta de resolução para a AMS, que será apreciada pelos Estados Membros na segunda semana da sessão retomada do INB. A resolução define a criação de Grupos de Trabalho Intergovernamentais para certas disposições e atribuições imediatas para o Diretor Geral da OMS. Cabe destacar alguns aspectos da proposta de resolução. Primeiro, é esclarecido que a adoção do acordo ocorrerá de acordo com o Artigo 19 da Constituição da OMS. Em segundo lugar, são estabelecidos Grupos de Trabalho Intergovernamentais para garantir que o trabalho subsequente seja realizado dentro de prazos definidos. Por fim, é sugerida a formação de um terceiro Comitê principal na AMS para lidar com todos os assuntos relacionados a emergências. É provável que haja resistência a esses aspectos, já que países têm diferentes abordagens e interesses. O rascunho da resolução também obriga

o Diretor Geral da OMS a implementar disposições-chave, como a gestão da cadeia de abastecimento e a transferência de tecnologia.

A pressão política para aceitar o último rascunho apresentado pelo, uma versão considerada muito diluída, é muito alta. No entanto, os países terão que fazer uma escolha política quanto ao grau em que apoiarão o texto em sua forma atual, fontes diplomáticas nos dizem. No momento em que a nona reunião do INB foi suspensa, os países concordaram em fazer uma avaliação das deliberações até 3 de maio, com o objetivo de concluir as discussões até 10 de maio.

Se os países avaliarem que o último rascunho não consegue operacionalizar a equidade, haverá pressão sobre eles para fortalecer o conteúdo do acordo nos dias restantes antes da Assembleia Mundial da Saúde.

Existe um coro crescente, pelo menos de alguns países, pedindo uma extensão do processo para garantir um acordo significativo. Mas não está claro se tal demanda receberá apoio dos estados membros, pois muitos têm citado preocupações sobre a perda de ímpeto político além de maio de 2024. Partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, alertaram que qualquer novo acordo não deve perpetuar o status quo, mas principalmente não deve piorá-lo.

Muito dependerá do processo de condução das negociações na reunião retomada do INB 9 e da capacidade do Bureau e dos estados membros de negociar interesses e flexibilizar para chegar a um consenso em questão de dias.

### **8a Sessão do Grupo de Trabalho de Emendas do Regulamento Sanitário Internacional**

A 8ª, e última, reunião do WGIHR ocorrerá de 22 a 26 de abril na sede da OMS em Genebra. Um texto consolidado sobre propostas de emenda ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) de 2005 foi produzido pelo Bureau para ser discutido durante essa reunião.

O texto consolidado remove todas as propostas textuais dos Estados Membros e propõe emendas a cerca de 25 artigos, incluindo o artigo que trata de definições, bem como os anexos. O texto do Bureau reconhece a necessidade de acesso equitativo para uma resposta eficaz a Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Nesse sentido, o texto propõe uma emenda ao título do Artigo 13 sobre resposta em saúde pública, acrescentando a frase "incluindo acesso a produtos de saúde". Além disso, o texto propõe mais 3 parágrafos ao Artigo 13, a saber, 7, 8 e 9. O Parágrafo 7 proposto do Artigo 13 obriga a OMS a apoiar e coordenar atividades de resposta durante ESPII e emergências pandêmicas. Entre as atividades de apoio está facilitar o acesso equitativo por meio de alocação e distribuição equitativas de produtos de saúde, inclusive por meio de transferência de tecnologia. O Parágrafo 8 propõe obrigar o Diretor Geral da OMS a tomar medidas após a determinação de ESPII para facilitar o acesso equitativo. O Parágrafo 9 propõe obrigações aos Estados Partes de cooperar entre si ao máximo possível, conforme sua legislação nacional e recursos disponíveis, para colaborar com a OMS e outros Estados Partes para apoiar atividades de resposta coordenadas pela OMS.

Ademais, o texto do Bureau propõe a inclusão da "disponibilidade e acessibilidade a produtos de saúde relevantes" no Artigo 17 como um dos critérios para as recomendações. Ele também propõe uma obrigação aos Estados Partes de tomar todas as medidas práticas, ao tomar medidas adicionais sob o Artigo 43, para facilitar o acesso a produtos de saúde a outros países.

Outra proposta relevante sobre acesso equitativo no texto do Bureau diz respeito ao Artigo 44 que trata de colaboração e assistência. O Bureau propõe incluir a facilitação do acesso a produtos de saúde, inclusive por meio de mecanismos coordenados pela OMS. Da mesma forma, o texto do Bureau também propõe "facilitar o acesso equitativo a produtos de saúde por meio de mecanismos coordenados pela OMS" como uma área de colaboração entre a OMS e os Estados Membros.

No entanto, alguns interessados acreditam que essas propostas, especialmente as relacionadas ao Artigo 13, carecem de meios eficazes de implementação, pois não fornecem nenhuma direção ou indicação sobre como o Secretariado da OMS e o Diretor Geral devem facilitar o acesso equitativo. Neste sentido, muitos temem que, na ausência de tal direção, haja espaço suficiente para a OMS e o Diretor Geral não cumprirem com a responsabilidade sobre essa questão importante.

É evidente que, embora o Bureau do WGIHR reconheça a equidade como um princípio no Artigo 3 do RSI de 2005, o texto do Bureau requer melhorias e esclarecimentos para operacionalizar a equidade em resultados concretos.

### **Dia Mundial da Doença de Chagas**

O Dia Mundial da Doença de Chagas, celebrado em 14 de abril, visa aumentar a conscientização sobre essa doença parasitária e suas graves consequências. Este ano, o tema é "*Enfrentando a Doença de Chagas: Detecção Precoce e Cuidados para Toda a Vida*".



A doença de Chagas, causada pelo protozoário *\*Trypanosoma cruzi\**, é transmitida principalmente pelas fezes do inseto barbeiro infectado. Pode também ser transmitida por outras vias, como transmissão congênita, transfusão de sangue ou transplante de órgãos, e acidentes em laboratório.

Os sintomas variam entre as fases aguda e crônica, podendo incluir febre, fadiga, inchaço e complicações cardíacas, digestivas ou neurológicas graves. O diagnóstico é feito por exames de sangue, e o tratamento envolve medicamentos antiparasitários, mais eficazes quando iniciados precocemente.

Medidas de prevenção incluem controle do vetor, melhorias na habitação, uso de inseticidas e educação em saúde. Ações individuais, como informar-se, compartilhar

informações, apoiar campanhas de conscientização e doar para organizações que combatem a doença, são importantes na luta contra a doença de Chagas.

Apesar dos avanços, ainda há desafios no acesso ao diagnóstico e tratamento para muitas pessoas afetadas.

### **Semana Mundial de Vacinação**

É sabido que as vacinas são uma das maiores conquistas da humanidade, salvando milhões de vidas todos os anos. Em 2024, a Semana Mundial da Vacinação celebrará os 50 anos do "Expanded Programme on Immunization"(EPI) – uma iniciativa colaborativa que visa garantir o acesso universal a vacinas que salvam vidas para todos, independente da localização geográfica ou do status econômico. Mais informações podem ser consultadas neste link: ([https://www.who.int/news-room/events/detail/2024/01/01/default-calendar/50th-anniversary-of-the-expanded-programme-on-immunization-\(epi\)](https://www.who.int/news-room/events/detail/2024/01/01/default-calendar/50th-anniversary-of-the-expanded-programme-on-immunization-(epi))). Inicialmente, o programa lançado em 1974 se concentrou na proteção de todas as crianças contra seis doenças infantis, incluindo tuberculose, difteria, tétano, tosse convulsa, poliomielite e sarampo. Hoje, este número cresceu e incluí as vacinas: BCG, DTP, Hib, Hepatite B, polio, tríplice viral, rotavírus, HPV, COVID-19.



Nesta semana comemorativa, de 24 a 30 de abril, tem-se a expectativa do fomento à iniciativa liderada por OMS, a UNICEF, a Gavi, a Vaccine Alliance e a Fundação Gates com o tema 'Humanamente Possível' - uma campanha global partilhada para assinalar a profunda conquista do EPI e apelar aos líderes para que invistam na imunização. O site da campanha é: <https://www.worldimmunizationweek.org/>.

### **Referências**

NINTH MEETING OF THE INTERGOVERNMENTAL NEGOTIATING BODY TO DRAFT AND NEGOTIATE A WHO CONVENTION, AGREEMENT OR OTHER INTERNATIONAL INSTRUMENT ON PANDEMIC PREVENTION, PREPAREDNESS AND RESPONSE A/INB/9R/3 Provisional agenda item 2 Proposal for the WHO Pandemic Agreement [Internet]. 2024 [cited 2024 Apr 23]. Available from: [https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2024/04/DRAFT\\_WHO-Pandemic-Agreement\\_16-April-2024.pdf](https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2024/04/DRAFT_WHO-Pandemic-Agreement_16-April-2024.pdf)

## **Dia da Mãe Terra faz apelo contra os plásticos e as empresas de óleo**

### ***Mother Earth Day Calls for Action Against Plastics and Oil Companies***

**Danielly Magalhães**

**Guto Galvão**

#### **Summary**

*International Mother Earth Day, celebrated on April 22nd, emphasizes the potential for individual and collective action against climate change and pollution. The United Nations Environment Programme (UNEP) has developed toolkits for ecosystem restoration and plastic pollution reduction, promoting global resilience. Next week, the Fourth Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee will discuss the text of a new treaty aimed at reducing plastic pollution, focusing on eliminating single-use plastics and enhancing recycling, with an emphasis on addressing pollution in aquatic environments as a whole. The Climate Technology Centre and Network (CTCN) has celebrated a decade of technological innovation in climate adaptation, with projects in 112 countries to meet the Paris Agreement. GoodLands was founded to map Catholic Church lands that could serve as conservation areas. Stronger collaboration with religious organizations to protect the environment is at the heart of UNEP's Faith for Earth Coalition. Lastly, InfluenceMap highlights that a small number of companies and countries are responsible for a large portion of global carbon emissions, with a significant share from state-owned enterprises, underscoring the urgent need for governmental action and international cooperation to transition to a sustainable economy and significantly reduce emissions.*

**Keywords: Climate Change, Global Emissions, Plastic Treaty, Faith for Earth Coalition**

#### **Resumo**

O Dia Internacional da Mãe Terra, celebrado em 22 de abril, enfatiza a capacidade de ação individual e coletiva contra mudanças climáticas e poluição. O PNUMA desenvolveu kits de ferramentas para restauração de ecossistemas e redução da poluição plástica, promovendo a resiliência global. A quarta reunião do Comité Intergovernamental de Negociação discutirá na próxima semana o texto sobre o novo tratado para reduzir a poluição por plásticos, visando eliminar o uso de plásticos descartáveis e aprimorar a reciclagem, é destacada a necessidade de citar a poluição dos ambientes aquáticos como um todo. O Centro e Rede de Tecnologia do Clima (CTCN) celebrou uma década de inovação tecnológica em adaptação climática, com projetos em 112 países para atender ao Acordo de Paris. Uma atividade funda a GoodLands e mapea as terras da igreja católica que podem ser usadas como áreas de preservação. Uma colaboração mais forte com organizações religiosas para proteger o meio ambiente está no centro da Coalizão Fé pela Terra do PNUMA. Por fim, a InfluenceMap destaca que um pequeno número de empresas e países são responsáveis por uma grande parte das emissões de carbono global, com grande porção de empresas estatais, com necessidade urgente de ações governamentais e cooperação internacional para uma transição para uma economia sustentável e uma redução significativa nas emissões.

**Palavras-chave: Mudanças climáticas. Emissões globais. Tratado de Plástico. Coalizão Fé pela Terra.**

## Dia Internacional da Mãe Terra

O Dia Internacional da Mãe Terra é celebrado todo ano em 22 de abril e serve como um lembrete crucial do nosso poder coletivo para enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição. Apesar dos desafios globais assustadores, incluindo recordes crescentes de aquecimento global e ameaças aos ecossistemas e à saúde, as ações em nível individual permanecem potentes. O vice-diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Bruno Pozzi, enfatiza que essas crises são reversíveis por meio de esforços colaborativos em todos os níveis de governança, integrando ciência, tecnologia e inovação. O PNUMA também desenvolveu kits de ferramentas práticas para ações comunitárias e individuais, que abrangem a restauração de ecossistemas, o combate às mudanças climáticas, a redução da poluição plástica, a melhoria da qualidade do ar e o plantio eficaz de árvores. Essas iniciativas ilustram uma abordagem proativa para promover a saúde e a resiliência planetárias, alinhando-se com os objetivos da Década das Nações Unidas sobre Restauração de Ecossistemas em andamento.

O [site EarthDay](#) também focou suas ações na poluição causada pelos plásticos e nos impactos à saúde associados à exposição aos microplásticos, como cânceres, autismo, Alzheimer's, defeitos congênitos e diminuição da fertilidade. As empresas de óleo são citadas como as causadoras dessa poluição que ainda colabora para às mudanças climáticas, a empresa Dow é citada como a terceira maior produtora de plásticos.



## Quarta reunião do Comité Intergovernamental de Negociação (INC)

E por falar em Plásticos na próxima semana vai ocorrer a quarta reunião de negociação para tratar sobre o novo acordo de plásticos. Em 2022, a comunidade internacional comprometeu-se a desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos até ao final de 2024. O atual rascunho que será discutido e revisado encontra-se [aqui](#). O tratado tem objetivo de banir o uso de plásticos de uso único e de melhorar o ciclo de vida e produção dos plástico dentro do contexto da economia circular, hoje em dia somente 7% dos plásticos produzidos são reciclados.

Em análise ao documento, Michael Rennie, pesquisador da Área de Lagos Experimentais do IISD chama atenção para a relação com a poluição das águas doces que é pouco citada no tratado. A água doce é de vital importância para cada um de nós. É a água que bebemos, usamos para hidratar as terras agrícolas e gado. A cada ano, mais plástico está sendo liberado nesses ambientes, incluindo microplásticos, [mesmo nos ambientes de água doce mais remotos](#), e nos Grandes Lagos da América do Norte, onde 90% das amostras de água [tinham níveis de microplásticos superiores aos níveis seguros para a vida selvagem aquática](#). É por isso que a [pesquisa atual no IISD Experimental Lakes Area](#) está enfrentando o problema de frente.

Michael Rennie destaca a necessidade urgente de melhores políticas para proteger os ecossistemas de água doce da poluição por microplásticos. O INC-4 é uma esperança e espaço para melhorias, particularmente no que diz respeito à água doce. O atual projeto de texto reconhece todo o ciclo de vida dos plásticos e seus aditivos químicos, mas tende a se concentrar predominantemente nos ambientes marinhos. No entanto, há um reconhecimento crescente e algumas opções de texto que consideram estender a linguagem para "ambientes aquáticos" ou "água" para abordar melhor os impactos da poluição em todos os corpos d'água, incluindo sistemas de água doce. Referências específicas à água doce são escassas no rascunho, sugerindo a necessidade de uma inclusão mais explícita para proteger lagos, rios e pescarias interiores da poluição por plásticos. Este próximo tratado tem um potencial significativo para melhorar a qualidade da água doce globalmente se incorporar com sucesso medidas abrangentes de proteção da água doce.

De um modo geral, a presença iminente de tal tratado e o actual projeto de texto são motivo de optimismo. A inclusão de cláusulas detalhadas para evitar a libertação inicial de plásticos no ambiente, considerações sobre aditivos químicos problemáticos e emissões de plástico ao longo do ciclo de vida dos produtos de plástico são elementos potencialmente impactantes. O INC-4 é um processo internacional crítico e o tão esperado acordo global vinculativo sobre a poluição plástica pode e deve ter grandes implicações para a qualidade da água doce em todo o mundo.

#### **Seminário virtual: Saúde Humana e CIN-4. Rumo à regulamentação da poluição plástica e sua importância para a saúde humana e ambiental - 16 de abril de 2024, 12h00**

Em preparação para o INC-4 o PNUMA, a OMS e a PAHO realizaram um seminário sobre os efeitos dos plásticos na saúde humana e o posicionamento da OMS sobre o tratado. O seminário destacou os impactos significativos da poluição por plásticos e microplásticos na saúde humana e ambiental, com especial enfoque nos danos causados aos oceanos e na necessidade de investigação adicional sobre os seus efeitos na saúde, incluindo problemas respiratórios e cardíacos associados à exposição a microplásticos. O seminário também teve como objetivo sensibilizar para a necessidade de uma regulamentação mais rigorosa da utilização de plásticos para proteger a saúde, especialmente das populações vulneráveis. No entanto, o posicionamento da OMS é que, neste primeiro momento, nenhum utensílio médico seja incluído no acordo.

#### **10 anos do Centro e Rede de Tecnologia do Clima**

**O Centro e Rede de Tecnologia do Clima (CTCN)** celebra seu 10º aniversário, marcando uma década de apoio à inovação tecnológica para adaptação, mitigação e resiliência climática. Como braço operacional do Mecanismo de Tecnologia de Mudanças Climáticas da UNFCCC e hospedado pelo PNUMA, o CTCN executou mais de 300 projetos de assistência técnica em 112 países em desenvolvimento, ajudando-os a cumprir seus compromissos sob o Acordo de Paris e muitos com enfoque no melhoramento da saúde. Os esforços da CTCN incluíram diversos projetos, como o desenvolvimento de padrões de construção verde, o aprimoramento de modelos de risco de seca e a melhoria da eficiência energética industrial em vários países. Durante seu evento de aniversário em Copenhague, a CTCN divulgou um relatório detalhando suas conquistas e impacto. Simon Stiell, Secretário Executivo da UNFCCC, enfatizou o papel crítico da CTCN na próxima apresentação de Contribuições Nacionalmente Determinadas mais ambiciosas, destacando sua função crucial em preencher lacunas tecnológicas e promover a ação climática global. A CTCN chega a mais de 840 membros e o impacto da assistência técnica



inclui uma estimativa de 10 a 15 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>-equivalente por ano em emissões de gases de efeito estufa reduzidas ou evitadas, além de:

- 500 pedidos de assistência técnica recebidos.
- 110 países em desenvolvimento atendidos.
- 200 milhões de beneficiários previstos.

### **Fé e mudanças climáticas**

Molly Burhans, ambientalista e cartógrafa, vê a decadência urbana como uma chance para a restauração ecológica. Ela fundou a GoodLands durante uma visita transformadora a um mosteiro. A GoodLands colabora com a Igreja Católica, usando a tecnologia GIS para mapear e gerenciar suas extensas propriedades de terra de forma sustentável. Esta iniciativa se alinha com a crença de Burhans de que as organizações baseadas na fé são fundamentais para enfrentar os desafios ambientais devido à sua significativa propriedade e influência da terra. Reconhecendo seu trabalho inovador, Burhans foi premiada com o prêmio de Jovem Campeã da Terra das Nações Unidas em 2019. Ela defende o aproveitamento das forças espirituais e comunitárias de grupos religiosos para combater a tripla crise planetária das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição, refletindo uma iniciativa mais ampla da ONU para integrar comunidades religiosas aos esforços globais de sustentabilidade.

Burhans estima que, através de suas paróquias, catedrais, mosteiros, fazendas, florestas e outras propriedades rurais, a Igreja Católica possui ou administra terras equivalentes ao tamanho da França. Globalmente, as organizações baseadas na fé possuem muito mais: [8% das terras habitáveis](#) na superfície da Terra e 5% de todas as florestas comerciais.

Uma colaboração mais forte com organizações religiosas para proteger o meio ambiente e, de forma mais ampla, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, está no centro da [Coalizão Fé pela Terra](#) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

"Dentro das instituições de fé está um poder inegável, nascido de seus ensinamentos, sua capacidade de unir comunidades e seus vastos recursos econômicos", diz Iyad Abumoghli, diretor da Coalizão Fé pela Terra do PNUMA. "Para inúmeros crentes, o princípio sagrado de viver harmoniosamente com a natureza não é apenas uma crença, mas um modo de vida. É essencial que aproveitemos essas profundas conexões espirituais para enfrentar a tripla crise planetária das mudanças climáticas, da perda da natureza e da biodiversidade, da poluição e do desperdício."

### **A Economia da Sobrevivência**

[Em reportagem ao Le Monde Diplomatique Brasil](#), Carlos Bocuhy, discute as perguntas: Práticas econômicas que apoiem o desenvolvimento, sem impactar no meio ambiente e em questões sociais, são possíveis? Será factível *resetar* (reiniciar) a economia livrando-nos de suas inconsistências atuais, de sua voracidade insustentável e seus impactos globais?

O texto discute a necessidade urgente de transformar a economia global para abordar os problemas ambientais causados pela exploração excessiva de recursos, particularmente os fósseis, destacando os desafios e as ações necessárias para alcançar a sustentabilidade. Ressalta-se a participação de entidades internacionais e nacionais, como a ONU e o Brasil, na criação de políticas que promovem o desenvolvimento sustentável. A longa trajetória inclui importantes conferências e relatórios que moldaram a agenda ambiental global, enfatizando a necessidade

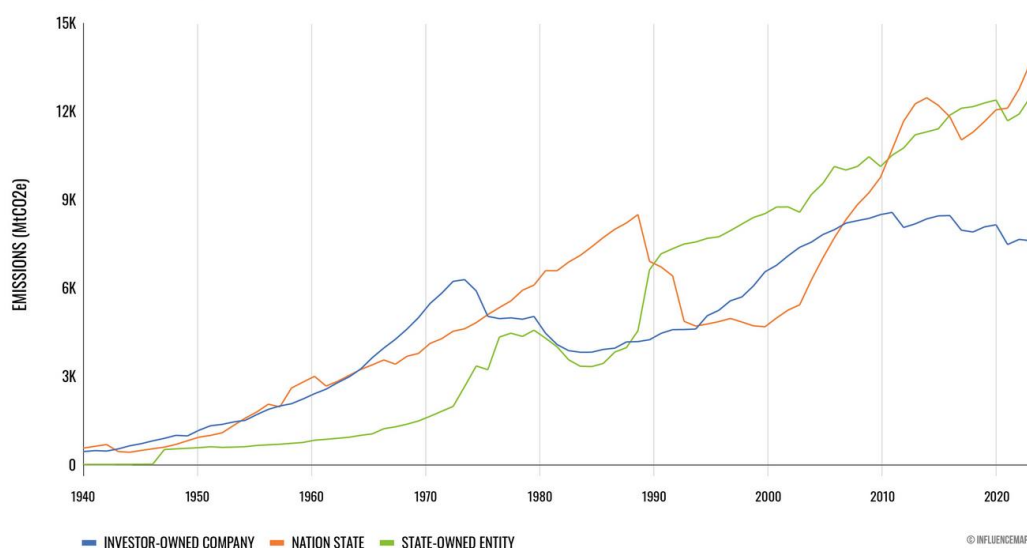
de inovação contínua e maior responsabilidade no gerenciamento ambiental. As discussões apontam para a importância crítica de uma ação coordenada e ambiciosa para evitar os piores cenários de mudança climática, sublinhando que as estratégias atuais podem ser insuficientes para manter o aquecimento global dentro de limites seguros. A conferência climática futura em Belém é vista como uma oportunidade para fortalecer estas respostas.

## Relatório sobre emissões de gases de efeito estufa e empresas com maiores emissões

[Uma análise recente da organização sem fins lucrativos InfluenceMap](#) destaca a contribuição desproporcional de um pequeno número de empresas para as emissões globais de carbono. A figura abaixo mostra que entre 2016 e 2022, 57 empresas foram responsáveis por 80% das emissões globais de dióxido de carbono, com os principais contribuintes sendo entidades controladas pelo Estado e empresas de propriedade de investidores. Isso ficou particularmente evidente em setores como carvão, petróleo, gás natural e produção de cimento, que responderam por cerca de 30 mil megatoneladas de emissões de CO<sub>2</sub> apenas em 2022. Apesar da adoção do Acordo de Paris em 2015, que visa limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2100, essas empresas aumentaram sua produção.

Notavelmente, de 2016 a 2022, a produção estatal de carvão da China foi a maior fonte individual de emissões, e Saudi Aramco, Gazprom e Coal India também foram grandes contribuintes. O relatório ressalta a necessidade de uma ação governamental mais forte e cooperação internacional para conter a expansão dos combustíveis fósseis e a transição para a energia sustentável, à medida que empresas privadas e estatais continuam a aumentar sua produção de combustíveis fósseis, ignorando as metas climáticas urgentes estabelecidas pelos acordos globais.

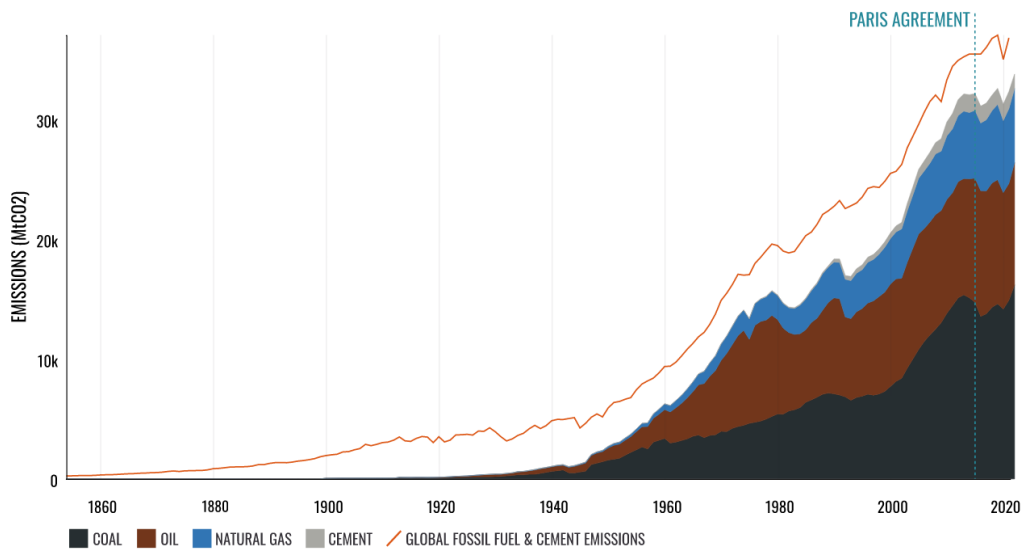
Emissions by Entity Type (1940–2022)



O banco de dados Carbon Majors rastreia 1.421 GtCO<sub>2e</sub> de emissões históricas acumuladas de 1854 a 2022 para 122 produtores industriais, cuja parcela de CO<sub>2</sub> equivale a 72% das emissões globais de CO<sub>2</sub> de combustíveis fósseis e cimento desde 1751. Mais de 70% dessas emissões globais de CO<sub>2</sub> historicamente podem ser atribuídas a apenas 78 entidades produtoras corporativas e estatais.

O Carbon Majors é um banco de dados de produção histórica dos 122 maiores produtores de petróleo, gás, carvão e cimento do mundo. O conjunto de dados Carbon Majors tem desempenhado um papel fundamental em manter os produtores de combustíveis fósseis para contabilizar seus impactos relacionados ao clima em contextos acadêmicos, regulatórios e legais. Exemplos incluem [quantificar a contribuição](#) dessas entidades para a temperatura da superfície global, o nível do mar e o aumento do CO<sub>2</sub> atmosférico e [estabelecer a responsabilidade corporativa](#) por violações de direitos humanos relacionadas ao clima.

Carbon Majors & Global CO<sub>2</sub> Emissions (1854–2022)



O banco de dados categoriza entidades em três tipos: empresas de capital aberto, empresas estatais e estados-nação. Historicamente, empresas de capital aberto respondem por 31% de todas as emissões rastreadas pelo banco de dados (440 GtCO<sub>2e</sub>), com Chevron, ExxonMobil e BP sendo os maiores contribuintes, respectivamente.

Empresas estatais estão ligadas a 33% do total do banco de dados (465 GtCO<sub>2e</sub>), com Saudi Aramco, Gazprom e a Companhia Nacional de Petróleo do Irã sendo os maiores contribuintes. Os estados-nação respondem pelos 36% restantes (516 GtCO<sub>2e</sub>), com a produção de carvão da China e a ex-União Soviética sendo os maiores contribuintes.

Nos sete anos após a adoção do Acordo de Paris no final de 2015, 251 GtCO<sub>2e</sub> de emissões estão ligadas às 117 entidades existentes no banco de dados, das quais mais de 88% são de emissões totais de combustíveis fósseis e cimento neste período. 80% dessas emissões globais de 2016 a 2022 podem ser rastreadas até apenas 57 entidades corporativas e estatais produtoras. Durante este período, produtores de estados-nação representam 38% das emissões no banco de dados, enquanto entidades estatais representam 37% e empresas de capital aberto 25%.

O banco de dados Carbon Majors descobriu que a maioria das empresas estatais e de capital aberto expandiu suas operações de produção desde o Acordo de Paris. 58 das 100 empresas foram vinculadas a emissões maiores nos sete anos após o Acordo de Paris do que no mesmo período antes. Esse aumento é mais pronunciado na Ásia, onde 13 de 15 empresas avaliadas (87%) estão conectadas a maiores emissões em 2016-2022 do que em 2009-2015, e no Oriente Médio, onde esse número é 7 de 10 empresas (70%). Na Europa, 13 de 23 empresas (57%), na América do Sul, 3 de 5 (60%) empresas, e na Austrália, 3 de 4 (75%) empresas foram

vinculadas a um aumento das emissões, assim como 3 de 6 (50%) empresas africanas. A América do Norte é a única região onde uma minoria de empresas, 16 de 37 (43%), foi vinculada a emissões crescentes.

A análise dos dados do Carbon Majors mostra que houve uma mudança gradual no fornecimento de carvão no período de sete anos após o Acordo de Paris, de empresas de capital aberto para entidades controladas pelo estado. De acordo com a IEA, o consumo global de carvão aumentou quase 8% de 2015 a 2022, atingindo um recorde de 8,3 bilhões de toneladas em 2022. Esta pesquisa constata que de 2015 a 2022, as emissões de CO<sub>2</sub>e vinculadas à produção de carvão por empresas de capital aberto diminuíram 28%, enquanto as emissões de CO<sub>2</sub>e vinculadas à produção de carvão por empresas estatais e estados-nação aumentaram 29% e 19%, respectivamente.

Perante esses dados, a saúde das pessoas fica nas mãos do lucro das suas próprias nações. Não há mitigação das mudanças climáticas sem parar de queimar combustíveis fósseis. As empresas de petróleo reconheceram que as mudanças climáticas é uma realidade, depois de implantar muita fake news para tentar negar os fatos, e mais recentemente vem passando a falsa informação sobre soluções tecnológicas que vão possibilitar a perpetuação dessas empresas, como a captura de carbono, o hidrogênio azul e a reciclagem de petroquímicos. Nenhuma dessas alternativas são suficientes para reduzir as emissões, além de serem extremamente caras e pouco se sabe sobre a segurança delas, o que as tornam inviáveis. Há 50 anos essas tecnologias existem e nunca evoluíram, enquanto a energia solar vem ficando cada vez mais barata e se constitui uma potente alternativa.

Além dessas empresas serem bilionárias ainda recebem boa parte de subsídios do governo e, segundo o Lancet Countdown South America 2023, em alguns países da nossa região esses subsídios ultrapassam os orçamentos nacionais destinados à saúde.

No próximo informe apresentaremos um pouco mais sobre as fakenews das empresas de petróleo apontadas pelo relatório The New Climate Denial, além dos resultados sobre os avanços no tratado sobre plásticos.

## **O novo Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo e seus impactos**

### ***The New European Pact on Immigration and Asylum and Its Impacts***

***Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado,  
Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura***

**Resumo.** Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global apresenta o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, aprovado pelo Parlamento Europeu por maioria, e as reações de alguns dos países europeus ao texto.

**Palavras chave:** Refúgio. Saúde Global. Europa.

**Summary.** In this report, the Working Group on Migration, Refugees, and Global Health presents the European Pact on Immigration and Asylum, approved by the European Parliament by majority, and the reactions of some European countries to the text.

**Keywords:** Refugee. Global Health. Europe.

#### **O que prevê o pacto europeu sobre migração e refúgio?**

No dia 10 de abril de 2024, o Parlamento Europeu aprovou por maioria o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, resultado de uma negociação que começou em 2020 entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu. Essa é uma proposta de mudança nas Regras Comuns do sistema de asilo e está dividida em dez textos legislativos.<sup>2</sup> As mudanças ocorrem acerca dos procedimentos, condições e acolhimentos de asilo, mudanças no Eurodac e nas vias seguras e legais para a Europa. As novas regras devem ser formalmente aprovadas pelo Conselho e os regulamentos entrarão em vigor vinte dias após a publicação no Jornal Oficial da UE e começarão a ser aplicadas dois anos depois.<sup>7</sup> Essa é uma das reformas mais relevantes e profundas dos últimos anos no âmbito da imigração na União Europeia, consequência de uma extensa negociação que perdurou por quatro anos e sobre a qual o próprio Parlamento e os governos da União haviam chegado a um acordo de princípio em dezembro de 2023. A aprovação das reformas foi intensamente criticada por partidos de esquerda e de extrema direita em países como Hungria e França, que julgam certas medidas instauradas ainda muito moderadas e outras desvantajosas para seus países. Antes de oficializar, ocorrerá uma votação pelo Conselho da União Europeia, órgão em que possui representantes dos governos de 27 países-membros e que a decisão é aguardada para o final de abril de 2024.<sup>1</sup>

Em relação aos procedimentos de refúgio, eles podem durar um máximo de 12 semanas e pessoas menores de idade não estarão sujeitas a procedimentos fronteiriços e deverão ter condições de acolhimento adequadas. A capacidade adequada desses procedimentos a nível da UE será de 30.000 pontos de acolhimento e os Estados-Membros terão que garantir a sua capacidade em realizar os procedimentos no seu território.<sup>6</sup> Cada país terá um número máximo de pedidos por ano determinado pela Comissão. As condições de asilo reconhecem o estatuto de refugiado ou proteção subsidiária, baseado na Convenção de Genebra sobre Refugiados, e as autoridades nacionais, ao avaliarem pedidos individuais de proteção internacional, deverão considerar informações, relatórios e análises comuns sobre a situação nos países de origem e notas de orientação elaboradas pela Agência da UE para o Asilo, assim como recomendações

relevantes emitidas pelo ACNUR. Além disso, visando evitar movimentações dentro da UE, as novas regras estabelecem que os beneficiários de proteção internacional devem residir no Estado-Membro que lhes concedeu proteção internacional.<sup>4</sup>

Em relação ao Eurodac (sistema europeu de comparação de impressões digitais dos requerentes de asilo), houve alteração na coleta de dados sobre requerentes de asilo e migrantes irregulares detidos no território dos Estados-Membros da UE através de dados biométricos, imagens faciais às bases de dados de impressões digitais existentes e informações adicionais, incluindo nome, sobrenome, nacionalidade e data e local de nascimento. O limite para a recolha de dados de uma criança será reduzido dos 14 para os 6 anos de idade, a ser realizada por pessoal formado de uma forma adequada às crianças. Todas as estatísticas geradas sobre esses dados serão anônimas apenas a fim de fornecer informações úteis aos formuladores de políticas.<sup>5</sup> É importante salientar, que as pessoas que não cumprirem as devidas condições para entrarem na UE estarão sujeitas a um processo de triagem que irá ocorrer antes de suas entradas, incluindo a identificação, a coleta de dados biométricos e os controles sanitários e de segurança também serão realizados, dentro de um período máximo de sete dias. Os Estados-Membros terão o dever de gerar ferramentas de controle independentes, com o intuito de garantir o respeito pelos direitos fundamentais. O texto, cuja relatora do Parlamento Europeu foi Birgit Sippel, foi aceito por 366 votos a favor, 229 votos contra e 26 abstenções. Os eurodeputados adotaram, da mesma forma, as novas regras para o Sistema Europeu de Informação com relação aos Registos Criminais de nacionalidades de países terceiros por 414 votos a favor, 182 votos contra e 29 abstenções.<sup>7</sup>

Sobre as vias seguras e legais para a Europa, há o apoio para o primeiro quadro de reinstalação da UE. Este quadro inclui procedimentos comuns de reinstalação e admissão humanitária de pessoas particularmente vulneráveis que são elegíveis para receber o estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária na UE. Será dada atenção especial ao grupo de mulheres e meninas em situações de risco, às pessoas sobreviventes à violência ou tortura, aos menores não acompanhados, às pessoas com necessidades médicas ou deficiências e às pessoas em situações prolongadas de refugiados. Esses grupos poderão chegar ao território da UE de forma legal, segura e organizada, onde serão oferecidas soluções de longo prazo para o seu deslocamento, com estatuto legal e acesso a todos os direitos fundamentais associados a este estatuto. De acordo com a ACNUR existem mais de dois milhões de refugiados necessitados de reinstalação em todo o mundo em 2024, com números que tendem a aumentar em todas as regiões. O número de vagas disponíveis permanece significativamente inferior à quantidade de procura.<sup>3</sup>

### **As reações ao novo Pacto**

Apesar de aprovado nas instâncias supranacionais da União Europeia, o pacto migratório europeu vem sendo marcado por uma ampla gama de críticas e insatisfações, razão pela qual essa aprovação se deu por margem ajustada<sup>8</sup>. Em editorial crítico, o jornal El País destacou a conformação e insatisfação dos representantes europeus com o texto do projeto votado, não resolvidas por quase uma década de debate e 3 anos de negociação. O texto coloca o pacto como um exercício de “estratégia” para aprovação no parlamento, desagradando amplamente mesmo aqueles que votaram a favor deste. No entanto, destaca-se também o grande número de votos contrários, principalmente aqueles que enxergaram o texto como “um endurecimento da Europa como lugar de refúgio e que choca com o relato humanista que o bloco faz de si”. Assim, o pacto se apresentaria como um “mal menor; melhor dos possíveis”, não um passo adiante. Conforme a social-democrata sueca, Ylva Johansson, o acordo “silenciaria

a extrema direita, tirando sua principal pauta eleitoral, a migratória”, evidenciando a noção tática do pacto.

Entre os diversos pontos de crítica sobre o endurecimento do pacto, destacam-se as condições de refúgio, a possibilidade de pagamento para que determinado país do bloco não cumpra com suas cotas e o curto período de análise dos requerimentos de refúgio. O editorial finaliza com o seguinte trecho: “O preço de abandonar os próprios argumentos para se limitar a rebaixar os da extrema direita será pago com mais sofrimento por pessoas desesperadas que fogem da miséria e da guerra. A nova política comum não faz nada para resolver os problemas subjacentes que causam a migração, nem contribui para evitar que o Mediterrâneo se torne uma vala comum: 3.000 pessoas morreram no ano passado tentando chegar [até a Europa]. Não se pode confundir um movimento tático com uma solução. Perante uma Europa fortificada, os desesperados encontrarão rotas novas e mais perigosas, mas não deixarão de vir porque está escrito no papel que não podem”.

A BBC destacou os grupos políticos que trabalharam para a aprovação do pacto: notadamente a aliança de centro-direita e a aliança de centro-esquerda do parlamento, o grupo do partido popular europeu e a aliança progressista dos socialistas e democratas, respectivamente. O jornal inglês destacou também os comentários positivos de líderes das instituições europeias e do primeiro-ministro alemão. Por outro lado, destacou a oposição da extrema-direita e de grupos de esquerda, além da oposição de OnG’s como a Anistia Internacional e as destacadas preocupações da Federação Internacional da Cruz Vermelha.<sup>9</sup>

Já o jornal italiano Internazionale apresenta as visões de líderes do governo italiano, evidenciando as visões da Liga Norte e do Fratelli d’Italia como contrárias ao pacto, em alinhamento com líderes de extrema direita como Marine Le Pen e Viktor Orban. Contudo, Giorgia Meloni destacou o acordo como uma “vitória italiana”, visão contestada por muitos analistas italianos que apontam a ausência de mudanças nos princípios de Dublin quanto à solicitação de refúgio nos países de entrada. Uma pauta importante para a Itália, notório por ser um país de entrada, era a mudança no sistema de solicitação de refúgio, cuja análise recai sobre o país de ingresso. Do outro lado, o jornal também apontou argumentos das organizações de direitos humanos que se mostraram contrários ao acordo e a opinião da Associação do estudo jurídico sobre a imigração, segundo a qual o acordo seria contrário à constituição italiana por violar garantias e princípios de análise do requerimento de refúgio.<sup>10</sup>

## Referências bibliográficas

1. ILPOST . **O Parlamento Europeu aprovou regras mais rigorosas para os requerentes de asilo.** Disponível em: <https://www.ilpost.it/2024/04/10/parlamento-europeo-nuovo-patto-migrazione-asilo/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
2. INTERNACIONALE . **O que prevê o Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo?**. Disponível em: <https://www.internazionale.it/notizie/annalisa-camilli/2024/04/11/patto-europeo-migrazione-e-asilo-cosa-prevede>. Acesso em: 21 abr. 2024.
3. PARLAMENTO EUROPEU. **MEPs support a first-ever EU Resettlement framework.** Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240410IPR20333/meps-support-a-first-ever-eu-resettlement-framework>. Acesso em: 19 abr. 2024.
4. PARLAMENTO EUROPEU. **EU wide harmonisation of refugee and subsidiary protection status.** Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240410IPR20332/eu-wide-harmonisation-of-refugee-and-subsidiary-protection-status>. Acesso em: 21 abr. 2024.
5. PARLAMENTO EUROPEU. **Eurodac: better identification of asylum seekers and irregular migrants.** Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press->



- room/20240410IPR20334/eurodac-better-identification-of-asylum-seekers-and-irregular-migrants. Acesso em: 20 abr. 2024.
6. PARLAMENTO EUROPEU. **MEPs endorse common asylum procedures and border returns** . Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240410IPR20337/meps-endorse-common-asylum-procedures-and-border-returns>. Acesso em: 21 abr. 2024.
  7. PARLAMENTO EUROPEU. **Parlamento valida acordo final do novo pacto sobre migração e asilo da União Europeia**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20240408IPR20290/parlamento-valida-acordo-final-do-novo-pacto-sobre-migracao-e-asilo-da-ue>. Acesso em: 20 abr. 2024.
  8. EL PAÍS. **Pacto Migratorio: un trago amargo**. Editorial. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2024-04-14/pacto-migratorio-trago-amargo.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.
  9. GOZZI, Laura. Eu approves major overhaul of migration rules. **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-68779387>. Acesso em: 22 abr. 2024.
  10. CAMILLI, Annalisa. Cosa prevede il patto europeo su immigrazione e asilo. **Internazionale**. Disponível em: <https://www.internazionale.it/notizie/annalisa-camilli/2024/04/11/patto-europeo-migrazione-e-asilo-cosa-prevede>. Acesso em: 22 abr. 2024.

## **O estado da população mundial 2024: acabar com as desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos**

### ***The state of the world population 2024: end inequalities in sexual and reproductive health and rights***

**Maria Teresa Rossetti Massari**  
**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Resumo:** O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2024 do UNFPA fornece uma análise das tendências da população global, com foco no tema “Direitos e escolhas reprodutivas: uma base para o desenvolvimento sustentável”. O relatório explora questões-chave como a saúde reprodutiva, a igualdade de gênero, o empoderamento dos jovens e questões demográficas relacionadas ao tema. O relatório enfatiza a importância crítica de se garantir o acesso universal aos direitos e serviços reprodutivos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Através de dados e estudos de caso de todo o mundo, o relatório destaca os progressos alcançados, os desafios enfrentados e as oportunidades de intervenções políticas para promover os direitos reprodutivos e as escolhas para todos os indivíduos, especialmente as populações marginalizadas, defendendo abordagens mais inclusivas e baseadas em direitos para políticas populacionais que priorizem o bem-estar e o empoderamento.

**Palavras-chave:** Saúde da mulher; Saúde reprodutiva; Direitos humanos

**Abstract:** UNFPA’s State of World Population Report 2024 provides an analysis of global population trends, focusing on the theme “Reproductive rights and choices: a foundation for sustainable development”. The report explores key issues such as reproductive health, gender equality, youth empowerment and related demographic issues. The report emphasizes the critical importance of ensuring universal access to reproductive rights and services to achieve the Sustainable Development Goals. Using data and case studies from around the world, the report highlights progress made, challenges faced, and opportunities for policy interventions to advance reproductive rights and choices for all individuals, especially marginalized populations, advocating for more inclusive approaches and rights-based policies that prioritize well-being and empowerment.

**Key words:** Women’s health; Reproductive health; Human rights

Há trinta anos, governos de todo o mundo concordaram que a saúde e os direitos reprodutivos são peças fundamentais para o desenvolvimento global. Avançar neste consenso abriu caminho para progresso e, desde então, a taxa global de gestações indesejadas caiu quase 20%, o número de mulheres que usam métodos contraceptivos modernos dobrou, ao menos 162 países têm leis aprovadas contra a violência doméstica, e as mortes maternas diminuíram 34% desde o ano 2000. Ainda assim, este progresso não foi suficientemente rápido ou abrangente.

A violência, especialmente a violência baseada em gênero, continua desenfreada em praticamente todos os países. Houve zero redução da mortalidade materna desde 2016 e, em um número alarmante de países as taxas estão subindo. Quase metade das mulheres ainda é incapaz de tomar decisões sobre seus próprios corpos e de exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos.



Um relatório publicado pelo UNFPA, a agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva, traça o caminho que conduziu a este progresso e revela o quão pouco estas melhorias afetaram as mais pobres e mais marginalizadas do mundo, para quem os direitos e as escolhas permanecem, em grande parte, fora do alcance<sup>[1]</sup>.

Na Conferência Internacional para a População e o Desenvolvimento ([ICPD - International Conference for Population and Development](#)) ocorrida em 1994 no Cairo, o mundo reuniu-se para definir uma agenda ousada: colocar as pessoas, a sua dignidade e os seus direitos sexuais e reprodutivos no centro do desenvolvimento.

Ainda que hoje este seja considerado um direito humano básico, há 30 anos, o acordo dos estados em defender os direitos sexuais e reprodutivos foi inovador: significou reconhecer o papel do sistema de saúde como facilitador dos direitos humanos e, como disse o então Diretor Executivo do UNFPA, Nafis Sadik, “libertar as mulheres de um sistema de valores que insiste que a reprodução é a sua única função”.

Embora as pessoas vivam hoje mais tempo e com mais saúde do que nunca, milhões permanecem muito atrás na trajetória do progresso. Muitas pessoas encontram-se presas a múltiplas formas de marginalização e discriminação, enquanto o grupo de pessoas mais privilegiadas da sociedade global têm alcançado os avanços com maior facilidade. Alguns fatos importantes:

- 800 mulheres morrem todos os dias durante o parto, a maioria delas em países em desenvolvimento. Quase todas essas mortes são evitáveis.
- Em 69 países, um quarto das mulheres ainda não consegue tomar suas próprias decisões sobre cuidados de saúde.
- 1 em cada 10 mulheres não têm escolha sobre usar contraceptivos.
- Entre 2016 e 2020, a redução global da morte materna foi zero.
- As mulheres com deficiência têm 10 vezes mais probabilidades de sofrer violência baseada em gênero, incluindo violência sexual.
- Pesquisa em 25 países mostrou que as barreiras aos cuidados de saúde caíram mais rapidamente para as mulheres de estatuto socioeconômico mais elevado e para aquelas pertencentes a grupos étnicos que já estavam em melhor situação.
- Um quarto das mulheres não conseguem dizer não ao sexo com o marido ou parceiro.
- Novos dados sobre tendências sobre a experiência de autonomia corporal das mulheres mostram que, de 32 países, 19 registaram progressos, mas 13 países regrediram.

## Fatores de marginalização

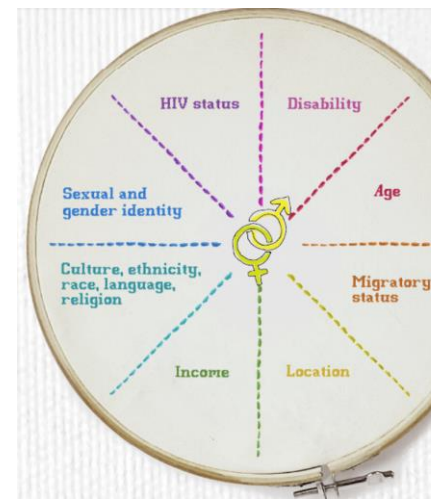
Em trinta anos, aprendemos muito sobre como funciona a desigualdade: os mais atrasados enfrentam desvantagens que se combinam para produzir dificuldades extremas ou exclusão. É importante ressaltar que isso é específico do contexto; as circunstâncias que levam os indivíduos a ficarem para trás são determinadas por fatores sociais, políticos e culturais mais amplos, que podem diferir substancialmente de um lugar para outro.

### Como os fatores de marginalização se cruzam?

O gênero de um indivíduo pode cruzar-se com outros aspectos da sua identidade para produzir camadas adicionais de discriminação. Fatores como a etnia, o estatuto de deficiência ou o rendimento podem sobrepor-se à identidade de gênero para criar experiências únicas de marginalização ou opressão.

Por exemplo:

- Um homem gay vivendo em um campo de refugiados
- Uma trabalhadora do sexo transgênero com risco para HIV trabalhando em uma comunidade pobre
- Uma jovem trabalhadora doméstica sem documentos
- Uma menina com deficiência auditiva que está fora da escola e vive em uma comunidade remota
- Uma jovem mulher lésbica que é membro de uma minoria étnica
- Uma mulher indígena mais velha que vive em território em disputa



Em uma geração com enorme riqueza e soluções comprovadas nos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, essa disparidade sugere mais uma falta de vontade política que uma escassez de ideias ou recursos. Em seguida, discutiremos alguns pontos sobre como a desigualdade aparece na sociedade, elevando algumas comunidades enquanto empurra outras para trás – e sobre o que pode ser feito para mitigar questões que levam a estas disparidades e garantir um futuro pacífico e próspero para todos.

### 1. As desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos estão por toda parte

As mulheres e meninas com deficiência frequentemente discriminação no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, acesso limitado a serviços e exclusão de uma educação sexual abrangente. Algumas meninas e mulheres são até esterilizadas contra sua vontade.

Os desafios específicos que mulheres com deficiência enfrentam durante a gravidez e o parto reforçam um dos principais temas do relatório: que o acesso à saúde e aos direitos varia muito de uma região, país e de pessoa para pessoa.

A deficiência representa apenas uma faceta da identidade que afeta o direito à saúde. A geografia é outra, com as mulheres da África cerca de 130 vezes mais propensas a morrerem de complicações na gravidez do que as mulheres na Europa. No que diz respeito às mulheres e

meninas de minorias étnicas, foram encontradas disparidades no acesso aos cuidados de saúde em todos os países pesquisados.

## **2. O progresso na saúde sexual e reprodutiva para todos está estagnado e, em muitos aspectos, está piorando**

Durante quase 20 anos, a redução anual global das mortes maternas foi zero – o que significa que não houve progresso, e um quarto das mulheres hoje relatam não serem capazes de dizer não ao sexo com seus parceiros.

Isto significa que, apesar dos investimentos em advocacy e de um grande arcabouço de legislação, a capacidade das mulheres de exercerem a tomada de decisões sobre os seus próprios corpos pode estar estagnada ou até mesmo diminuindo. E, embora as barreiras à saúde tenham caído rapidamente para as mulheres mais privilegiadas, estes obstáculos permanecem enormes para as mais desfavorecidas.

## **3. A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos estão a ser politizados e as opiniões polarizadas**

Enquanto metade do mundo vai às urnas este ano, muitos líderes decidiram basear as suas estratégias políticas em semear a divisão.

A ansiedade relacionada à migração, bem como as taxas de fertilidade (baixas ou altas) estão sendo transformadas em armas por alguns decisores políticos para derrubar acordos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo, há acordos tornando os sistemas jurídicos menos equitativos, descriminalizando a mutilação genital feminina ou restringindo os direitos das pessoas LGBTQIA+, por exemplo.

Estereótipos prejudiciais sobre mulheres, meninas e pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas são frequentemente divulgados para justificar a desigualdade de gênero e a homofobia, com consequências perigosas.

## **4. O progresso é alcançável, mas devemos rejeitar a divisão e abraçar a colaboração**

O relatório do UNFPA mostra acima de tudo que não podemos dividir e conquistar o caminho para garantir a saúde e os direitos universais. Em vez disso, devemos encontrar consenso político, adaptar soluções às comunidades e mobilizar financiamento urgente para alcançar os objetivos.

Iniciativas comunitárias têm impactos tangíveis, mas precisam de mais apoio. Gastar mais 79 bilhões de dólares em países de baixa e média renda até 2030 evitaria 400 milhões de gestações não planejadas, salvaria 1 milhão de vidas e geraria 660 bilhões de dólares em benefícios econômicos. A formação de mais parteiras também poderia prevenir cerca de 40% das mortes maternas e neonatais e mais de um quarto dos natimortos. O financiamento salva vidas, enquanto a falta de investimento as põe em perigo.

### **Reconciliação com uma história de desigualdade**

Apesar de 30 anos de consenso sobre o poder emancipatório da saúde sexual e reprodutiva, os sistemas de saúde ainda são atormentados por profundos legados de desigualdade de gênero, discriminação racial e desinformação.

Para que os profissionais de saúde se tornem facilitadores dos direitos humanos, os sistemas de saúde devem reconciliar-se com esta história. As mulheres têm sido historicamente

marginalizadas nos sistemas de saúde dominados pelos homens. Um exemplo claro desta desigualdade pode ser visto, hoje, no tratamento recebido por parteiras.

As pesquisas mostram que a força de trabalho da obstetrícia, que é majoritariamente feminina, sofre com a segregação profissional, disparidades salariais entre homens e mulheres, falta de oportunidades de liderança e múltiplas formas de discriminação e assédio, incluindo assédio sexual. Os profissionais de saúde do sexo feminino ganham, em média, 28% menos do que os homens – e persiste uma disparidade salarial de 11% os enfermeiros e as parteiras.

A saúde reprodutiva também apresenta cicatrizes profundas da história colonial racializada, com mulheres negras e indígenas frequentemente vítimas de violência obstétrica, exploração e até mesmo experimentação. Hoje, os especialistas internacionais em saúde e direitos humanos continuam a manifestar preocupação com a discriminação persistente, o acesso desigual aos cuidados de saúde e os resultados de saúde díspares – incluindo taxas desproporcionais de mortalidade materna – vividos por grupos étnicos marginalizados.

Um passo importante para a concretização dos direitos de todas as pessoas é rejeitar a visão de que os países desenvolvidos são arquétipos do progresso inevitável, ao mesmo tempo que enquadrados os países em desenvolvimento como atrasados. Na verdade, os projetos coloniais impuseram frequentemente normas rígidas de gênero que afetaram milhões de pessoas colonizadas ao longo de séculos de controle. Muitos destes quadros jurídicos e normas sociais continuam a restringir os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ atualmente.

### **Educação abrangente em sexualidade para todos**

O acesso à educação sexual é uma condição prévia para permitir a autonomia reprodutiva para todos. Ela está associada a atrasos na idade da primeira relação sexual, ao aumento da utilização de métodos contraceptivos e à redução das taxas de gravidez na adolescência.

Os programas que associam a educação sexual abrangente a serviços de saúde sexual e reprodutiva acessíveis e adequados aos jovens demonstraram ser particularmente importantes na redução da gravidez indesejada.

Quando as mulheres utilizam contracepção para evitar partos não planejados, o subsequente declínio da fertilidade acaba por conduzir a uma proporção menor de crianças dependentes na população em relação ao tamanho da população em idade ativa. Esta mudança demográfica pode levar ao que é comumente referido como o dividendo demográfico: o aumento das taxas de produtividade e de crescimento econômico.

Para assistir o vídeo de lançamento do relatório UNFPA, [clique aqui](#).

### **Referências**

1. United Nations Population Fund. Interwoven lives, threads of hope - State of the world population report 2024 [Internet]. Available from: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swp2024-english-240327-web.pdf>

## **Perdas e desperdícios de alimentos: um problema pouco trabalhado nos sistemas alimentares**

***Eduardo Nilson  
Denise Oliveira e Silva  
Erica Ell  
Juliana Ubarana***

**Resumo:** Nesse informe, discutiremos as perdas e desperdícios de alimentos e seus impactos sobre a segurança alimentar e nutricional, as economias e as mudanças climáticas, bem como possíveis caminhos para sua redução, a partir do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024. A partir desse referencial internacional, descreveremos a situação brasileira e as iniciativas nacionais para o enfrentamento desse problema.

Quando abordamos a atual crise global de alimentos e nutrição e destacamos seus impactos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN), considerando a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, as perdas e desperdícios de alimentos são um tema normalmente pouco abordado, mas fundamental na agenda de transformação dos sistemas alimentares globais.

Apesar de serem comumente tratados em conjunto, perdas e desperdícios são questões semelhantes, mas analisadas em contextos distintos. Primeiramente, as perdas de alimentos (do inglês *“food loss”*), está relacionado à perda tanto no campo (de produção) até distribuição, até a chegada ao atacado. Por exemplo, no caso das cadeias produtivas de commodities, refere-se aos alimentos não reaproveitados em momento algum desse caminho, seja para consumo humano, seja animal. Enquanto isso, desperdícios de alimentos (*“food waste”*, em inglês), representam é tudo o que foi removido e descartado da cadeia de produção, distribuição, venda e consumo de comida, ou seja, está diretamente relacionado ao desperdício do alimento processado ou natural, seja no varejo, seja no consumo doméstico.

Desde quando as primeiras comunidades humanas se fixaram em determinados territórios, um ponto crucial de seu sucesso, principalmente à medida em que populações cresciam, foi a preservação e conservação dos alimentos. Disso nasceram tecnologias como a secagem, o uso de sal e, depois, tecnologias mais e mais complexas, desde a pasteurização e o uso de baixas temperaturas e vácuo até o uso de aditivos alimentares, com o advento dos produtos ultraprocessados. Assim, ao mesmo tempo, um grupo de soluções oferecidas envolve o processamento industrial benéfico dos alimentos minimamente processados e processados, como queijos, conservas e alimentos preservados por congelamento e vácuo, entre outros, utilizando novas tecnologias de conservação e embalagem, os riscos associados aos ultraprocessados cresceram

Nesse mesmo contexto, com o crescimento da especialização de atividades nos sistemas alimentares e o do comércio vieram desafios adicionais e aumentos nas perdas e desperdícios ao longo de toda a cadeia entre a produção e o consumo que faz parte de sistemas alimentares cada vez mais longos, inclusive globalizados.

Naturalmente, a primeira ideia que surge a partir das perdas e desperdícios é em relação ao seu impacto sobre a SAN, visto que, ao menos em parte, seriam alimentos que potencialmente poderiam alimentar muitos dos famintos no mundo. Contudo, as perdas e desperdícios acontecem ao longo dos sistemas alimentares, desde a produção até a preparação e o consumo e, trazendo consigo considerações sanitárias e logísticas, como as relacionadas às condições sanitárias dos alimentos e condições de transporte e armazenamento quando se pensa em formas de doação, distribuição ou reaproveitamento.

Além disso, as perdas e desperdícios também possuem relevantes impactos ambientais, tanto no que se refere à contaminação ambiental do lixo, ainda que degradável, quanto em relação à emissão de gases de efeito estufa

### **Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024**

Diante dessa questão, a publicação do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sobre Perdas e Desperdícios de Alimentos 2024 foi um importante marco, ao expandir análises e estimativas sobre as perdas e desperdícios de alimentos em nível global, inclusive aprimorando metodologias de mensuração e propondo alternativas para reduzir o problema e mitigar suas consequências (United Nations Environment Programme, 2024).

Na apresentação do relatório, argumenta-se que, para catalisar ação essencial rumo à redução das perdas e desperdícios de alimentos e ao alcance do ODS 12.3, é imperativo compreender a sua extensão. Portanto, a questão da medição dessas perdas e desperdícios permite aos países compreender a magnitude do problema, revelando assim o tamanho da oportunidade de intervenção, ao mesmo tempo que estabelece uma linha de base para acompanhar o progresso.

No histórico dos Relatórios globais sobre o tema, a edição de 2021 marcou um momento crucial na compreensão das perdas e desperdícios de alimentos globalmente, abrangendo os setores de varejo, serviços alimentares e domésticos e revelou uma disponibilidade maior de dados sobre desperdício de alimentos do que era esperada, especialmente no nível doméstico, e mostrou que a geração per capita dos desperdícios de alimentos domiciliar era mais consistente globalmente do que se pensava anteriormente.

Nessa sequência histórica, o relatório de 2024 baseia-se em seus antecessores de três maneiras-chave: em primeiro lugar, incorpora dados vastamente expandidos de todo o mundo, proporcionando estimativas globais e nacionais significativamente mais robustas, detalhadas no Capítulo 2 do relatório principal; em segundo lugar, expande a metodologia de medição do desperdício de alimentos do ODS 12.3 introduzida no relatório de 2021, oferecendo orientação aprimorada sobre medição nos setores de varejo, serviços alimentares e domésticos (explorando várias metodologias, suas forças e limitações, e estratégias para priorizar subsectores para medição); e, por último, o relatório passa de focar exclusivamente na medição das perdas e desperdícios de alimentos para explorar soluções para a sua redução por meio de abordagens eficazes, com destaque para parcerias público-privadas neste relatório de 2024.

Entre as mensagens chaves do Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024, destacam-se:



- Em 2022, o mundo desperdiçou 1,05 bilhão de toneladas de alimentos. Isso representa perto de um quinto (19%) dos alimentos disponíveis para os consumidores sendo desperdiçados, nos níveis de varejo, serviços alimentares e domésticos. Isso se soma aos 13% dos alimentos do mundo que se estima serem perdidos na cadeia de abastecimento, conforme estimado pela FAO, desde a pós-colheita e excluindo o varejo.

- A maior parte do desperdício de alimentos do mundo vem dos lares. Do total de alimentos desperdiçados em 2022, os lares foram responsáveis por 631 milhões de toneladas, o que equivale a 60% do total, enquanto o setor de serviços alimentares representou 290 milhões de toneladas e o setor varejista, 131 milhões de toneladas de alimentos desperdiçados, ou seja, o equivalente a 28% e 12% do total, respectivamente.

- Reduzir o desperdício de alimentos traz benefícios cumulativos: as perdas e desperdícios de alimentos geram de 8 a 10 por cento das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) – quase cinco vezes as emissões totais do setor de aviação. Paradoxalmente, isso ocorre enquanto 783 milhões de pessoas estão com fome e um terço da humanidade enfrenta algum grau de insegurança alimentar e nutricional (INSAN).

- As habitações desperdiçam pelo menos um bilhão de refeições por dia, isto é, em média, cada pessoa desperdiça 79 kg de alimentos por ano. Essas estimativas consideram uma avaliação muito conservadora sobre a parcela de desperdício de alimentos que são comestíveis. Pensando-se no quanto isso representa em termos da INSAN global, isso equivale a 1,3 refeições todos os dias do ano para todos impactados pela fome.

- O desperdício de alimentos não é um problema unicamente dos países ricos. Após praticamente dobrar a cobertura de dados desde que o Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos de 2021 foi publicado, houve um aumento da convergência nas estimativas médias de desperdício de alimentos domésticos per capita, permitindo maior detalhamento nas análises e comparações. Nesse sentido, países de alta renda, renda média alta e renda média baixa diferem nos níveis médios observados de desperdícios de alimentos domésticos em apenas 7 kg/per capita/ano.

- A correlação entre temperatura local e o desperdício de alimentos: países mais quentes parecem ter mais desperdício de alimentos per capita em lares, potencialmente devido ao aumento do consumo de alimentos frescos com partes substancialmente não comestíveis e à falta de uma cadeia de frio robusta. Além disso, temperaturas sazonais mais altas, eventos de calor extremo e secas tornam mais desafiador armazenar, processar, transportar e vender alimentos com segurança, muitas vezes levando a volumes significativos de alimentos sendo desperdiçados ou perdidos.

- Disparidades urbano-rurais: países de renda média exibem variações entre populações urbanas e rurais, com áreas rurais geralmente desperdiçando menos. Possíveis explicações incluem uma maior destinação de restos de alimentos para animais de estimação, ração animal e compostagem caseira em áreas rurais. O relatório recomenda concentrar esforços para fortalecer a redução do desperdício de alimentos e os circuitos circulares nas cidades.

- Papel do G20 na redução dos desperdícios de alimentos: apenas quatro países do G20 (Austrália, Japão, Reino Unido e EUA) e a União Europeia têm estimativas de desperdício de alimentos adequadas para rastrear o progresso até 2030. Dois países adicionais do G20 têm estimativas domésticas adequadas (Canadá e Arábia Saudita), com a estimativa do Brasil esperada para o final de 2024. Os países do G20 podem desempenhar um papel de liderança na

cooperação internacional e no desenvolvimento de políticas para cumprir o ODS 12.3, podem usar sua influência substancial nas tendências globais de consumo para promover conscientização e educação sobre desperdício de alimentos em casa, e podem compartilhar sua experiência com países que estão começando a enfrentar esse problema.

- Países como o Japão e o Reino Unido mostram que a mudança em grande escala é possível, com reduções de 18% e 31%, respectivamente. Governos nacionais e locais, cidades e empresas de alimentos de todos os tamanhos devem trabalhar em colaboração para reduzir o desperdício de alimentos e ajudar os moradores a agir.

- Parcerias público-privadas para reduzir o desperdício de alimentos e os impactos nas mudanças climáticas e no estresse hídrico estão sendo adotadas por um número crescente de governos, grupos regionais e industriais. Centradas em uma abordagem Alvo-Medida-Ação, elas reúnem partes interessadas para colaborar e alcançar um objetivo comum, superando alguns dos desafios de um sistema alimentar fragmentado e impulsionando a inovação para uma mudança holística de longo prazo.

- Os países devem utilizar o Índice de Desperdício de Alimentos para medir o desperdício de alimentos de forma consistente, desenvolver linhas de base nacionais robustas e acompanhar o progresso. Poucos países coletam dados robustos sobre desperdícios de alimentos, que são essenciais para entender a escala do problema, direcionar pontos críticos e avaliar a eficácia das intervenções. Apesar da abundância de estudos domiciliares, apenas alguns são adequados para rastrear o progresso para o ODS 12.3 em nível nacional e a cobertura de dados sobre desperdício de alimentos nos setores de varejo e serviços alimentares ainda é frágil.

- Deve-se aproveitar a oportunidade da próxima rodada de planos nacionais de clima e estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade (NDCs e NBSAPs), porque até 2022, apenas 21 países incluíram a redução de perdas e desperdícios de alimentos nesses planos. O processo de revisão dos NDCs para 2025 oferece uma oportunidade chave para aumentar o compromisso climático, integrando as perdas e desperdícios de alimentos. Integrar medidas abrangentes para enfrentar o desperdício de alimentos dentro das é outra oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável, integrando este compromisso a outros da Agenda 2030.

- O desperdício de alimentos deve ser abordado tanto em nível individual quanto sistêmico, incluindo esforços direcionados em áreas urbanas e colaboração internacional entre países e ao longo das cadeias de abastecimento.

Como reforçado nas mensagens principais do relatório, o desperdício de alimentos é uma falha de mercado que resulta no descarte de mais de US\$1 trilhão em alimentos a cada ano, assim como representa é uma falha ambiental, na medida em que, junto com as perdas de alimentos, gera aproximadamente 8 a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. Além disso, ocupa o equivalente a quase 30% das terras agrícolas do mundo, tendo em vista que a conversão de ecossistemas naturais para a agricultura tem sido a principal causa da perda de habitat no mundo. Com a mesma urgência, o desperdício de alimentos está falhando com as pessoas, pois enquanto toda essa quantidade de alimentos está sendo jogada, estima-se que até 783 milhões de pessoas são afetadas pela fome a cada ano, e 150 milhões de crianças menores de cinco anos têm seu crescimento e desenvolvimento prejudicados devido à falta crônica de nutrientes essenciais em suas dietas.

Como resposta no âmbito dos compromissos globais, o ODS 12, meta 12.3, captura um compromisso de reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita global nos níveis de varejo e consumo, e reduzir a perda de alimentos ao longo das cadeias de abastecimento até 2030. No contexto dos organismos das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é responsável pelo monitoramento do desperdício de alimentos global nos níveis de varejo, serviços alimentares e doméstico, enquanto a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) é responsável pelo acompanhamento das perdas de alimentos ocorrendo ao longo da cadeia de abastecimento pós-colheita até o atacado (antes do nível de varejo). Além das questões específicas das perdas e desperdícios, o ODS 12.3 tem um papel fundamental no alcance de outros ODS, incluindo aqueles relacionados à Fome Zero (ODS 2), às cidades sustentáveis (ODS 11) e à ação climática (ODS 13).

No campo dos compromissos internacionais, além dos ODS, outro ponto importante é o reconhecimento da conexão entre o desperdício de alimentos e a perda de biodiversidade no Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que especificamente destaca a redução pela metade do desperdício de alimentos global até 2030 na meta 16 (Convention on Biological Diversity, 2022).

Em relação à disponibilidade de informações, merece destaque o aumento substancial na disponibilidade e cobertura de dados no setor doméstico, com 194 pontos de dados em 93 países, o que representa quase o dobro no número de países com algum tipo de estimativa em 2021, com um crescimento especialmente significativo na cobertura de países de baixa e média renda. A partir desse aumento, estima-se que há pelo menos alguns dados sobre desperdício doméstico de alimentos em países que representam cerca de 85% da população global, fortalecendo a confiança e robustez das estimativas de desperdício de alimentos.

Por fim, nas recomendações, foi bastante enfatizada a importância das parcerias público-privadas, tendo em vista que uma parcela significativa dos desperdícios acontece no comércio e serviços de alimentação, que exige responsabilização desses atores na agenda.

### **Metodologia de estimação dos desperdícios de alimentos**

Apesar do teor mais técnico, é fundamental discutir brevemente a metodologia desenvolvida e aplicada para o Índice de Desperdício de Alimentos apresentada no relatório do PNUMA. Essa metodologia possui três níveis, aumentando na precisão e utilidade dos dados gerados, mas também é fruto do aumento nos recursos e informações básicas necessárias para implementar esses níveis, particularmente no relatório de 2023:

- O Nível 1 utiliza técnicas de modelagem para estimar o desperdício de alimentos e é relevante para os Estados-Membros que ainda não realizaram sua própria medição, de modo análogo ao papel exercido pelo Estudo de Carga Global das Doenças (GBD – *Global Burden of Disease*) para dados epidemiológicos nacionais. O Nível 1, portanto, envolve a extrapolação de dados de outros países para estimar o desperdício de alimentos em cada setor para um determinado país. As estimativas para esses países são aproximações de sua realidade, de forma que são estimações da magnitude dos desperdícios, suficientes para fornecer insights sobre a escala do problema e para justificar ações, mas inadequadas para rastrear mudanças no desperdício de alimentos ao longo do tempo. Elas são destinadas como suporte de curto prazo enquanto os governos desenvolvem capacidade para medição nacional (consistente com o Nível 2).

- O Nível 2 é a abordagem recomendada para os países e envolve a própria medição do desperdício de alimentos. A natureza da medição variará de acordo com o setor e as circunstâncias locais. Essa abordagem deve ser realizada pelos governos nacionais ou derivada de outros estudos nacionais realizados de acordo com o framework descrito no. Assim, o Nível 2 permite gerar dados primários sobre a geração real de desperdício de alimentos e é adequado para rastrear e monitorar o desperdício de alimentos em nível nacional ao longo do tempo, de acordo com o ODS 12.3.

- Por fim, o Nível 3 fornece informações adicionais para informar políticas e outras intervenções destinadas a reduzir a geração de desperdício de alimentos. Dentre estas, estão incluídas a desagregação de dados por destino, partes comestíveis e não comestíveis dos alimentos, relatório de perdas alimentares na fabricação não cobertas pelo Índice de Perda de Alimentos (por exemplo, onde mais de uma commodity é combinada para produzir produtos alimentícios complexos) e destinos adicionais como esgotos ou compostagem doméstica.

Dessa maneira, espera-se que países que estão no nível 1 possam gradualmente aplicar as estimações diretas do nível 2 e, que aqueles que estão no nível 2 possam gradualmente incorporar mais camadas de análises para completar as estimativas e subsidiar políticas mais efetivas.

### **Impactos econômicos**

A partir das estimativas das perdas e desperdícios de alimentos, estima-se conservadoramente que seu custo anual é de US\$ 680 bilhões e US\$ 310 bilhões em países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente. Há desafios adicionais nessas estimativas, tendo em vista a valoração de diferentes processos para medir particularmente o custo-benefício do uso das perdas e desperdícios para outras atividades e produtos.

Por exemplo, a avaliação econômica da produção de metano poderia ser de menor benefício se considerado somente o rendimento de metano usado para geração de calor (57%) e eletricidade (43%), mas se consideradas as aplicações de alto valor agregado (como a utilização em veículos, eletricidade na rede etc.) do biogás, aumentaria o benefício econômico do processo. É importante, ainda, considerar nessas análises a presença ou não de subsídios governamentais. Esses processos podem ser adaptados para a utilização de diferentes produtos, inclusive resíduos de plantas específicas (como cascas e outras partes não comestíveis de plantas) e soro de queijo, para a produção de álcool combustível. Esse tipo de avaliação permite também identificar opções mais sustentáveis para o gerenciamento de resíduos, desde a incineração (com os devidos sistemas de controle de poluição integrados ao incinerador) e compostagem aos aterros. Além disso, estudos mostraram que estruturas com biorrefinarias que processam múltiplas matérias-primas, como resíduos agroindustriais e residenciais/comerciais, e que também produzem múltiplos produtos, podem ser opções mais promissoras e lucrativas (Roy *et al.*, 2023).

### **Estratégias para a redução das perdas e desperdícios de alimentos**

Como já observado, a urbanização está levando a uma demanda crescente por alimentos embalados e pré-preparados. Por exemplo, inovações em embalagens de alimentos podem manter a qualidade, segurança e valor nutricional dos produtos alimentícios, atendendo às necessidades e preferências dos consumidores e reduzindo as perdas e os desperdícios de alimentos, além de diminuir seu custo, especialmente ao longo de cadeias de distribuição mais longas. No âmbito do varejo, embora os supermercados possam estar ligados ao aumento do

acesso a alimentos nutritivos e a tecnologia alimentar moderna tenha proporcionado benefícios em termos de redução dos desperdícios, de aumento da higiene e de redução dos efeitos adversos da sazonalidade, também têm sido associados ao aumento do fornecimento de produtos ultraprocessados, que são frequentemente possuem alta densidade energética e altos teores de sódio, gorduras e açúcar, além de muitos aditivos alimentares.

A expansão substancial nos tipos, variedades e quantidades de alimentos ultraprocessados vendidos em todo o mundo está em parte associada à expansão de supermercados e hipermercados, à industrialização dos sistemas agroalimentares, à mudança tecnológica e à globalização, incluindo o crescimento do mercado e as atividades políticas de corporações alimentícias transnacionais. Embora haja amplas variações entre regiões e países, as vendas desses produtos são mais altas na Oceania e no Pacífico, América do Norte, Europa e América Latina, mas também estão crescendo rapidamente na Ásia, no Oriente Próximo e na África.

No entanto, abordagens comerciais inovadoras utilizadas pelo setor privado ainda podem ser benéficas para os sistemas agroalimentares: por exemplo, a ideia da "economia circular" está promovendo o desenvolvimento de abordagens inovadoras para reduzir as perdas e os desperdícios de alimentos em diferentes estágios da cadeia de abastecimento de alimentos, incluindo no nível doméstico. Iniciativas de desperdício de alimentos e economia circular são outro ponto de entrada comum para iniciar processos de planejamento e políticas alimentares (incluindo a necessidade de abordagem nos próprios guias alimentares).

Além da redução das perdas e desperdícios de alimentos nos estabelecimentos e domicílios, é fundamental reconhecer que é inviável reduzi-los a zero e, portanto, a definição de destinações adequadas para esses produtos é fundamental. Nesse sentido, os alimentos perdidos e desperdiçados podem ser convertidos em compostagem ou usados para produzir biogás, evitando assim emissões prejudiciais de metano, ao mesmo tempo em que cria oportunidades de emprego e resíduos também podem ser utilizados para produzir ingredientes para a produção de ração animal. No entanto, isso requer que resíduos orgânicos municipais sejam adequadamente gerenciados não apenas no nível doméstico, mas também nos estabelecimentos de varejo de alimentos.

As instituições locais desempenham um papel crítico na criação de um ambiente favorável para reduzir o desperdício de alimentos e adotar práticas de gestão de resíduos. As áreas prioritárias identificadas no nível local para desenvolver estratégias e planejamento alimentares holísticos geralmente incluem agricultura urbana e periurbana; cadeias de abastecimento curtas; mercados alimentícios inclusivos; pontos de venda de alimentos mais saudáveis e alimentos de rua; aquisição pública de alimentos; planejamento e programação setoriais, como programas de alimentação escolar; inspeção de estabelecimentos alimentícios; regras de planejamento e zoneamento sobre estabelecimentos alimentícios e/ou marketing; e prevenção, redução e gestão do desperdício de alimentos.

As iniciativas de agricultura urbana e periurbana têm sido um dos pontos de entrada catalisadores para colocar a alimentação na agenda política local. A agricultura urbana e periurbana tem uma relação próxima com a governança alimentar urbana, pois muitas vezes vão além da produção agroecológica e do consumo sustentável para incorporar outros aspectos, como coesão social, desenvolvimento econômico e questões ambientais. Outro ponto de entrada comum é a alimentação escolar, cujo potencial para melhorar a nutrição, os hábitos alimentares e o desempenho educacional das crianças está inspirando muitos municípios de

diferentes países, mesmo os de menor porte a agir. Os programas de alimentação escolar também são valorizados por seus efeitos multiplicadores, incluindo atividades complementares como a educação alimentar e nutricional, hortas escolares etc.

Existem, ainda, possíveis oportunidades de compartilhamento de alimentos online, que podem reunir e redistribuir excedentes de alimentos em comunidades locais e supermercados em áreas urbanas e rurais, ajudando assim a reduzir o desperdício de alimentos. Eles também podem ter um impacto positivo nos ambientes alimentares, especialmente quando alimentos nutritivos excedentes, como frutas e legumes, são "resgatados" e redistribuídos, tomando todos os cuidados em relação à sua segurança sanitária e adequação aos públicos aos quais se destinam.

As cadeias de frio proporcionam benefícios em termos de manutenção da qualidade dos alimentos (incluindo a qualidade nutricional) e segurança, redução das perdas e desperdícios de alimentos, e facilitação do acesso ao mercado, sendo também essenciais para manter a integridade de medicamentos veterinários e vacinas para ajudar a prevenir e gerenciar surtos de doenças zoonóticas. No entanto, as cadeias de frio apresentam riscos significativos em termos de danos ambientais que os equipamentos de refrigeração podem causar. Além disso, muitas barreiras impedem o uso de cadeias de frio em países de baixa e média renda, como falta de acesso confiável a energia e equipamentos, recursos limitados para investimentos do setor público e privado, incapacidade de pequenos agricultores de arcar com tecnologias de resfriamento e falta de habilidades técnicas, entre outros. Dentro dos países de baixa e média renda, a capacidade e utilização da cadeia de frio são muito maiores para produtos alimentícios exportados do que para alimentos destinados aos mercados domésticos. Sistemas de refrigeração ecológicos baseados em energia renovável podem ajudar as cadeias de frio a se tornarem mais sustentáveis, embora desafios como a garantia do acesso confiável a energia precisem ser enfrentados.

Por fim, inovações em embalagens de alimentos podem manter a qualidade, segurança e valor nutricional dos produtos alimentícios e reduzindo perdas e desperdícios de alimentos e diminuindo o custo de alimentos nutritivos, especialmente ao longo de cadeias de distribuição mais longas. Por exemplo, sprays orgânicos de lipídios finos em frutas e legumes podem prolongar a vida útil, oferecendo grandes benefícios em países com refrigeração limitada. Experiências recentes com as chamadas embalagens "inteligentes" mostram a possibilidade de utilização de materiais que podem monitorar as condições e o ambiente dos alimentos embalados, alertando varejistas ou consumidores sobre qualquer comprometimento ou contaminação, como mudanças de cor. Elas também podem incluir "rótulos inteligentes", como códigos QR, que rastreiam os produtos ao longo da cadeia de abastecimento, verificando a segurança do produto e fornecendo informações adicionais (por exemplo, detalhes sobre alérgenos e origem). Alternativas às embalagens plásticas incluem soluções de *biopackaging*, como bioplásticos de resíduos orgânicos, embora os materiais variem significativamente em termos da quantidade de recursos renováveis utilizados em sua formulação, e podem não ser tão facilmente compostáveis quanto reivindicado (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

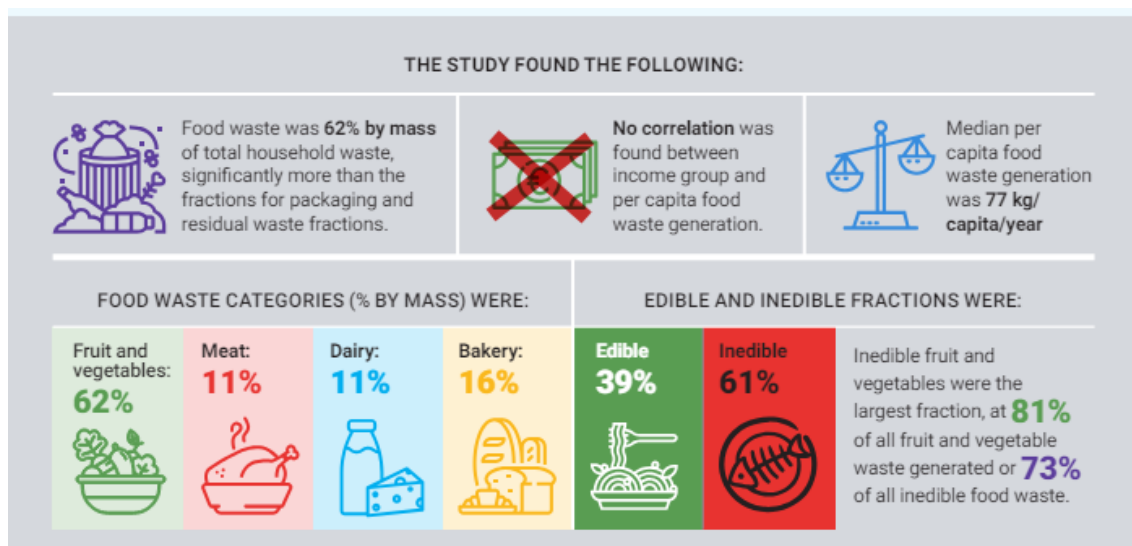
## **Resultados no Brasil**

Em 2023, o Brasil começou a desenvolver uma linha de base para o desperdício de alimentos domiciliar, com a colaboração de parceiros nacionais, para entender as quantidades e tipos de alimentos descartados pelos domicílios. Essa linha de base, incluindo dados de três diferentes áreas do país, apoiará o relatório do ODS 12.3 e informará o desenvolvimento da

Estratégia Nacional de Resíduos Orgânicos do Brasil. Até o momento, somente os primeiros resultados, da cidade do Rio de Janeiro, foram entregues.

Segundo os dados coletados para essa cidade, metade (51%) dos resíduos sólidos domiciliares é de natureza orgânica (resíduos de alimentos ou de jardim), e menos de 2 por cento desses resíduos são atualmente reciclados (principalmente papelão, latas e plásticos). O estudo de 2023 realizado no Rio de Janeiro envolveu 102 domicílios, com 86 participando ativamente, em todas as cinco áreas do município. Esses domicílios foram selecionados e categorizados com base na renda, tipo de moradia, área residencial e número de moradores. Cada domicílio separou seu lixo em três categorias: resíduos de alimentos (frutas e legumes, carne, laticínios e produtos de padaria), materiais de embalagem e resíduos residuais. Para minimizar o viés, os participantes, cientes do estudo de resíduos, não foram informados de que o foco era especificamente nos alimentos. O lixo foi coletado ao longo de oito dias, com o lixo do primeiro dia sendo excluído.

**Figura 1. Resultados do estudo piloto sobre desperdícios de alimentos na cidade do Rio de Janeiro, em 2023.**



Os dados preliminares da cidade (Figura 1) revelam que, em média, a quantidade mediana de desperdício de alimentos é de 212 gramas por pessoa por dia ou 77 quilogramas por pessoa por ano, próximo à média global de 81 quilogramas neste relatório. Os resíduos dividiram-se entre frutas e vegetais (62%), panificados (16%), carnes (11%) e laticínios (11%), sendo a média da fração comestível de 39% dos resíduos. Além disso, o desperdício de alimentos per capita em domicílios e o nível de renda do domicílio não pareceram estar correlacionados.

A experiência local também trouxe recomendações como campanhas de mudança de comportamento priorizando verdureiros para a disseminação de informações, campanhas de redução de resíduos para a preparação de refeições domiciliares para todos os membros da família, incluindo crianças, e fornecimento de orientações sobre tamanhos de porções e gerenciamento de sobras para aprimorar ainda mais os esforços de minimização de resíduos.

### Políticas nacionais

O tema das perdas e desperdícios de alimentos já vêm sendo abordadas em políticas nacionais desde a construção da Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício

de Alimentos no Brasil, lançado em 2018 (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), 2018).

Segundo a Estratégia, que se alinha com as definições adotadas pelos organismos das Nações Unidas, como a FAO e o PNUMA. O problema das perdas e desperdícios também se relacionam com a fome e a desnutrição, na medida em que reduzem as quantidades de alimentos disponíveis para consumo humano significa, além de representarem a ineficiência dos sistemas alimentares, com consumo inútil de terra, água, energia e insumos; emissão desnecessária de gases de efeito estufa; e geração de custos significativos - mas nem sempre calculados - para a sociedade.

Os Objetivo Geral da Estratégia, então, era de coordenar ações direcionadas a prevenir e reduzir as perdas e desperdício de alimentos no Brasil (tratadas como PDA, no documento), por meio da gestão mais integrada e intersetorial de iniciativas do governo e da sociedade, de forma alinhada com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em sua implementação, estavam previstos como eixos e linhas de Ação:

I. Pesquisa, Conhecimento e Inovação, contemplando a mensuração das PDA e a identificação das suas principais causas, pontos críticos e consequências, além de soluções efetivas, capazes de guiar as ações dos diversos atores no debate sobre marco regulatório, políticas públicas e estratégias de comunicação e sensibilização.

II. Comunicação, Educação e Capacitação, contemplando a comunicação e sensibilização da sociedade para o tema, incluindo a geração de informações e conhecimentos mais compatíveis com a realidade brasileira, desde a etapa de identificação de público-alvo até a elaboração de materiais educativos.

III - Promoção de Políticas Públicas, prevendo a incorporação das PDA nos instrumentos estratégicos de planejamento do Governo Federal como o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e o PLANSAN 2016-2019, com vistas a garantir sua inclusão em diferentes políticas públicas, como importantes instrumentos propulsores da Estratégia.

IV – Legislação: cumprindo o que está na Constituição Federal de 1988 em relação à elaboração de leis sobre a produção e o consumo; a conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; e sobre responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Era também previsto um Comitê Gestor da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) para promover mecanismos de coordenação e convergência das ações propostas para a Estratégia, podendo convidar atores-chave a participarem dos processos quando necessário.

Contudo, a implementação da Estratégia foi descontinuada nos anos seguintes, com o desmonte das políticas sociais, incluindo a inatividade da Caisan, de 2019 a 2022. Dessa forma, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) realizou, em 3 de abril, uma oficina para retomar e atualizar a Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil, com a participação de diversos especialistas do governo, instituições públicas e setor privado.



## Conclusões

O relatório do PNUMA sobre os desperdícios de alimentos de 2024 traz dados importantes em relação à questão e alerta que são grandes os desafios para o alcance da meta desenhada para 2030, de diminuir pela metade o desperdício de alimentos no mundo. Esse relatório mostra uma significativa evolução dos dados já apresentados em 2021, a partir do aumento no número de países que passaram a contribuir para a construção das estimativas com dados diretos e da estimação indireta dos desperdícios naqueles que ainda não coletam dados nacionais. A partir desses dados e das metodologias de estimação, espera-se, ainda, subsidiar a elaboração de programas nacionais para o controle do desperdício de alimentos e fortalecer o monitoramento nacional e internacional dos desperdícios a partir de linhas de base e pontos de acompanhamento confiáveis.

É assustador que cerca de 1 bilhão de refeições são jogadas fora todos os dias, em todo o planeta, quando há 735 milhões de pessoas passando fome e bilhões sem acesso a dietas saudáveis e diversificadas, bem como o impacto das perdas e desperdícios para as mudanças climáticas (por meio da emissão de gases de efeito estufa) e da poluição, trazendo uma responsabilidade global para o tema, que deve interligar diferentes ODS para sua consecução.

O resultado dessa interação será um novo conhecimento coletivo sendo construído, e isso é muito mais do que a soma de todas as partes envolvidas, como parte de um processo de constituição de uma sociedade, o processo civilizador (Aun, 2024). Em outras palavras, a reflexão sobre desperdício de alimentos não se limita às soluções para a fome ou para a redução das emissões de gases de efeito estufa, pois envolve repensar o consumo no contexto dos sistemas alimentares modernos, sem deixar ninguém para trás.

## Referências

- AUN, N. **Fome, consumo e desperdício: como desatar esse nó?** Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2024/04/15/fome-consumo-e-desperdicio-como-desatar-esse-no>>.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan\\_Nacional/PDA.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PDA.pdf)>.
- CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework**, 2022. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf>>
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l.: s.n.].
- ROY, P. *et al.* A Review on the Challenges and Choices for Food Waste Valorization: Environmental and Economic Impacts. **ACS Environmental Au**, v. 3, n. 2, p. 58–75, 2023.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Food Waste Index Report 2024. Think Eat Save: Tracking Progress to Halve Global Food Waste**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/20.500.11822/45230>>.

## A Unesco na reunião do G-20 do Rio de Janeiro

**Fabiane Gaspar**  
**Gisele Sanglard**  
**Heliton Barros**

**Abstract:** *This report aims to draw attention to UNESCO's participation in the upcoming G-20 meeting in November, here in Rio de Janeiro, as a guest of the Brazilian government. This document will gather other information that we have shared throughout our participation in the Observatory, framing them within the perspective of the G-20 meeting.*

**Keywords:** UNESCO. G20.

**Resumo:** este informe tem por objetivo chamar a atenção da participação da UNESCO na reunião do G-20 em novembro próximo, aqui no Rio de Janeiro, como convidada do governo brasileiro. Este informe recuperará outros informes que compartilhamos ao longo de nossa participação no Observatório, mas enquadrando-os na perspectiva da reunião do G-20.

**Palavras-chave:** UNESCO. G20.

A UNESCO participará da reunião do G-20 que ocorrerá em novembro próximo aqui no Rio de Janeiro. É a primeira vez que a UNESCO participa desta reunião e a iniciativa coube à presidência brasileira da reunião. O tema da participação da entidade é o combate à desigualdade. Como parceira especial, contribuirá nas seguintes áreas: educação, cultura, economia digital, pesquisa e inovação, empoderamento das mulheres e meio ambiente.

### Educação

A UNESCO atua, no âmbito das Nações Unidas, na área de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e apoia seus Estados-membros na implementação de políticas de suporte a esse ramo educacional para transformar os ambientes de aprendizagem, capacitar os educadores, empoderar e mobilizar os jovens, e acelerar ações nos âmbitos locais.

No âmbito de suas ações, na Conferência Geral da UNESCO de 2019 foi aprovado o primeiro instrumento internacional normativo, a Recomendação sobre Recursos Educacionais Abertos que tem por objetivo apoiar o acesso universal à informação por meio de materiais didáticos de qualidade com acesso aberto.

É por esta experiência que a levou a participar no Grupo de Trabalho de Educação do G20. A Organização irá conectar gestores de plataformas digitais de aprendizagem, bem como fornecer conteúdos relacionados à EDS. A UNESCO também irá disponibilizar as plataformas da Coalizão Global para a Educação aos países do G20.

Além destas ações, a UNESCO atuará em duas outras prioridades estabelecidas pelo Brasil: valorizar e capacitar os profissionais de educação, sobretudo por meio do Relatório mundial sobre professores e o envolvimento escola-comunidade.

## **Pesquisa e Inovação**

A UNESCO atua com objetivo de reduzir a desigualdade em pesquisa, tecnologia e inovação, que estão ancoradas em duas recomendações publicadas em 2017 e em 2021: Recomendação sobre Ciência e Pesquisadores Científicos e a Recomendação sobre Ciência Aberta, respectivamente e que fornecem as diretrizes políticas sobre esses temas.

Ainda sobre esta temática tem as ações para reduzir a desigualdade de gênero neste campo. Assim, a presença da UNESCO no G-20 fornecerá recomendações sobre o fortalecimento da presença das mulheres nas ciências, sobretudo com base em um resumo de dados estatísticos existente sobre essa participação.

Conforme a UNESCO chama atenção, as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) sejam considerados essenciais para as economias nacionais, a maioria dos países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, ainda não alcançou a igualdade de gênero nas áreas de STEM. A igualdade de gênero é uma prioridade global da UNESCO, e apoiar as meninas e as mulheres, formando-as e permitindo-lhes que suas ideias sejam plenamente ouvidas são alavancas para o desenvolvimento e para a paz.

## **Cultura**

Este tema em especial foi objeto do informe 05 de 2024.

## **Economia Digital**

A UNESCO, como parceira de conhecimento do grupo de trabalho de Economia Digital, participará de duas prioridades: Ética da inteligência artificial e Integridade da informação.

Sobre o primeiro tema, a UNESCO irá coorganizar um evento em Brasília, intitulado “Inteligência artificial para equidade social e desenvolvimento sustentável”. O evento terá a participação de diversas partes interessadas e terá como foco os desafios de uma distribuição desigual, em âmbito mundial, de recursos e infraestrutura de IA, e como fornecer aos governos as capacidades e as ferramentas necessárias.

Sobre a questão da integridade, a UNESCO é líder na promoção da salvaguarda da informação como um bem público, tal como é reconhecida na Declaração de Windhoek +30. O governo brasileiro reconheceu o valor agregado da UNESCO na resposta à informação incorreta e à desinformação, bem como quanto à relevância das Diretrizes para a governança das plataformas digitais, uma ferramenta exclusiva, global e destinada a múltiplas partes interessadas em proteger a liberdade de expressão e o acesso à informação confiável online.

## As Reuniões de Primavera do Banco Mundial - FMI

### *The Spring Meetings World Bank - IMF*

**Isis Pillar Cazumbá**

**Abstract.** *The Spring Meetings of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank (WB) were held from April 15 to 20 and brought together various leaders from the public and private sectors, government representatives, academics and civil society organizations, in order to discuss the issues of the current global scenario. During the sessions, presentations were made focused on the global economy (with the launch of regional and global economic perspectives from both institutions), international development and the international financial system. Highlights of the event were the announcements of projects focused on increasing global health coverage, expanding economic development and expanding the effectiveness of aid to the most vulnerable countries.*

**Keywords:** *World Bank. FMI. Spring Meetings.*

**Resumo.** As Reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) foram realizadas de 15 a 20 de abril e reuniram diversas lideranças dos setores público e privado, representantes governamentais, acadêmicos e organizações da sociedade civil, a fim de discutir os assuntos do atual cenário global. Durante as sessões, foram realizadas apresentações direcionadas à economia global (com o lançamento das perspectivas econômicas regionais e globais de ambas as instituições), ao desenvolvimento internacional e ao sistema financeiro internacional. Pontos altos do evento foram os anúncios de projetos focados em aumentar a cobertura da saúde global, ampliar o desenvolvimento econômico e alargar a efetividade da ajuda aos países mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Banco Mundial. FMI. Reuniões de Primavera

### **Banco Mundial e FMI: os principais anúncios nas Reuniões de Primavera 2024**

O desafio de viabilizar o acesso à saúde a todos pode ter influenciado o Banco Mundial (BM) a anunciar um plano considerado ambicioso para o setor. Durante um evento dedicado totalmente a saúde<sup>2</sup>, o Banco, juntamente com os seus parceiros AID (Associação Internacional de Desenvolvimento, tradução livre de *International Development Association*) e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, tradução livre de *International Bank for Reconstruction and Development*), a fim de apoiar os países – especialmente os mais pobres e vulneráveis – na prestação de serviços de saúde de qualidade e de forma acessível, possuem o intuito de atingir 1,5 bilhão de pessoas até 2030<sup>3</sup>. Para o BM, está mais do que na hora de haver um esforço global que ajude a fornecer o básico da saúde, em todas as fases da vida.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [https://live.worldbank.org/en/event/2024/spring-meetings-expanding-health-coverage-for-all?intcid=WBW\\_XPL\\_LangSched\\_EN\\_EXT\\_sm2024](https://live.worldbank.org/en/event/2024/spring-meetings-expanding-health-coverage-for-all?intcid=WBW_XPL_LangSched_EN_EXT_sm2024)

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/18/expanding-health-services-to-1-5-billion-people?intcid=ecr\\_hp\\_sidekickB\\_2024-04-19-SMUHCEventPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/18/expanding-health-services-to-1-5-billion-people?intcid=ecr_hp_sidekickB_2024-04-19-SMUHCEventPR)

Para tornar o plano em realidade, o BM elaborou três estratégias: aumentar as operações de saúde em lugares considerados mais remotos, trabalhar com a administração dos países para promover a redução de taxas e barreiras financeiras na saúde e ampliar a saúde materno-infantil com cobertura de longo prazo. O financiamento aos países mais pobres ficará aos cuidados da AID. Já aos países de renda média, o BIRD irá apoiá-los, incentivando novos investimentos e regulamentações em saúde.

Ao longo de décadas, o BM apoiou muitos países a terem acesso aos serviços de saúde, especialmente para crianças e mulheres. Justamente por esta razão, o Banco aponta que cerca de 2 bilhões de pessoas atualmente não conseguem pagar por serviços de saúde. Observando o cenário atual inclinado para as alterações climáticas, pandemias, conflitos geopolíticos e geoeconômicos, envelhecimento populacional e um déficit de profissionais de saúde, o BM entende que estas questões têm o poder de influenciar o aumento da pobreza e da desigualdade<sup>4</sup>.

A respeito de desenvolvimento, o BM anunciou a coalisão com outros dez bancos multilaterais de desenvolvimento<sup>5</sup> no lançamento de uma plataforma inovadora de cofinanciamento que terá como objetivo canalizar capital para impactar o setor<sup>6</sup>.

A *Plataforma Global de Cofinanciamento Colaborativo* contará com um fórum e um portal de cofinanciamento. O primeiro será uma plataforma totalmente segura e digital para os cofinanciadores, de acordo com o BM. A ferramenta consiste em ampliar a eficácia e a transparência do compartilhamento de informações e ao mesmo tempo identificar as possibilidades de cofinanciamento. O segundo será um espaço onde serão discutidas pelos participantes as melhores práticas e oportunidades de cofinanciamento, apoiando a coordenação de políticas direcionadas à redução de encargos para os países.

Segundo o BM, a plataforma lançada ajudará aos países reduzirem os encargos administrativos e os custos de transação, permitindo assim um financiamento voltado para as suas necessidades e prioridades, onde aumentam as chances de impactar o desenvolvimento.

O BM anunciou a criação de novos instrumentos financeiros “projetados para aumentar a capacidade de empréstimo e permitir que a instituição assuma mais riscos para desafios globais”. A *Plataforma de Garantia de Portfólio*, de capital híbrido e o novo *Fundo Livable Planet* já contam com recursos de vários países<sup>7</sup>. De acordo com o BM, os recursos prometidos durante o evento podem fornecer até US\$ 70 bilhões em fundos, apoiando situações transfronteiriças desafiadoras, ampliando o desenvolvimento:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/health>

<sup>5</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento e Novo Banco de Desenvolvimento.

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/innovative-co-financing-platform-will-improve-development-impact?intcid=ecr\\_hp\\_sidekickC\\_2024-04-19-MDBsPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/innovative-co-financing-platform-will-improve-development-impact?intcid=ecr_hp_sidekickC_2024-04-19-MDBsPR)

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/new-financing-tools-receive-major-funding-boost?intcid=ecr\\_hp\\_headerA\\_2024-04-19-ContributorsPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/new-financing-tools-receive-major-funding-boost?intcid=ecr_hp_headerA_2024-04-19-ContributorsPR)

*"Trabalhamos duro para desenvolver esses novos instrumentos financeiros que aumentam nossa capacidade de empréstimo, multiplicam os fundos dos doadores e, em última análise, nos permitem melhorar a vida de mais pessoas. A generosidade desses países é tanto um endosso do progresso que fizemos para reformar o Banco quanto um sinal de seu compromisso compartilhado com o desenvolvimento global", Ajay Banga, 2024.*

Ao analisar o cenário da economia global, o Panorama Econômico Global<sup>8</sup> elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê que a economia mundial seguirá crescendo nos anos de 2024 e 2025. Dividido em quatro capítulos, o primeiro aborda sobre as perspectivas e políticas globais. De acordo com o Fundo, o crescimento global estimado foi de 3,2%, com uma ligeira vantagem para as economias avançadas – 1,6% em 2023, 1,7% para 2024 e 1,8% em 2025 –, modesta desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento – 4,3% em 2023, 4,2% para 2024 e 2025. O FMI fez uma projeção do crescimento global para os próximos cinco anos e constatou que a estimativa não passará de 3,1%, que é a menor em décadas. Em relação à inflação global, o FMI aponta para uma desaceleração constante de 5,9% para 2023 e 4,5% para 2024 e 2025, desde que haja a continuidade das reformas necessárias para o êxito da queda inflacionária. O relatório entende que os países com economias mais avançadas estão voltando às suas metas de inflação mais rapidamente do que os países emergentes e em desenvolvimento.

O documento ainda argumenta que essas reformas podem direcionar o aumento do crescimento à média mais alta da era pré-pandêmica e que a cooperação multilateral é essencial para frear os custos e os riscos de uma fragmentação geoeconômica e das mudanças climáticas, trazendo assim, celeridade para uma transição verde, tornando a reestruturação da dívida mais viável.

O segundo capítulo aborda sobre os efeitos da política monetária através dos mercados imobiliários e hipotecários. Segundo o FMI, as mudanças nestes mercados moderaram o impacto dos aumentos das taxas de juros em curto prazo.

A desaceleração do crescimento global de médio prazo é tratada no terceiro capítulo. O FMI concentrou-se nas perspectivas de médio prazo, mostrando que a menor estimativa de crescimento em anos se dá devido aos "atritos estruturais persistentes que impedem o capital e o trabalho de se deslocarem para empresas produtivas". Para reverter este quadro, o FMI sugere uma maior movimentação nas reformas para alocar recursos para estas empresas, o que aumentaria a força de trabalho e a inteligência artificial para fins de alavancar a produtividade.

O quarto capítulo aborda sobre as repercussões dos mercados emergentes do Grupo dos Vinte (G20). O documento aponta que os países de economias emergentes estão com as perspectivas mais fracas de crescimento e como isso realmente afeta a relação com os parceiros comerciais. O FMI mostra que as economias emergentes, especialmente a China, vem sofrendo com o aumento dos choques em suas economias e que acabam sendo comparadas com os choques das economias mais avançadas. Para o FMI, o crescimento dos mercados emergentes do G20 pode apoiar o crescimento global efetivamente, contando com o apoio dos formuladores de políticas.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024?cid=bl-com-SM2024-WEOEA2024001>

O BM apresentou as suas estimativas para as economias regionais. Analisando a América Latina e Caribe<sup>9</sup>, o BM indicou um crescimento de 1,6% para o ano de 2024, estimativa mais baixa do que a de outubro de 2023. Para os anos de 2025 e 2026, as expectativas de crescimento serão de 2,7% e 2,6%. De acordo com o BM, estas estimativas foram consideradas as mais baixas em comparação com as outras regiões:

*“Essas taxas são as mais baixas em comparação com todas as outras regiões do mundo e insuficientes para impulsionar a prosperidade. Com as transferências sociais a diminuir e os salários ainda não a recuperarem para os números pré-pandemia, muitas famílias estão sob pressão”, Banco Mundial (2024).*

Segundo o BM, a inflação na região, excluindo alguns países, está melhorando gradualmente. Para tornar a região mais pujante economicamente, a região deve fomentar a concorrência para atrair mais capital investidor, já que possui baixos níveis de competição, dificultando a produtividade e a inovação.

Em se tratando do Sul Asiático<sup>10</sup>, as previsões do BM mostraram que a região permanecerá crescendo devido ao crescimento sólido da Índia. Mesmo com esta estimativa, o BM indica que boa parte dos países da região possuem crescimento abaixo dos níveis pré pandêmicos, fazendo com que haja maior dependência dos gastos públicos. Os investimentos privados foram considerados fracos e a criação de empregos busca acompanhar a população ativa. O Banco sugere a criação de medidas que estimulem o crescimento das empresas, a fim de incentivar o investimento privado e os empregos.

Assim como o Sul da Ásia, o Leste Asiático e Pacífico<sup>11</sup> continuará crescendo, porém, mais lentamente do que antes do período pandêmico. Segundo o BM, o aumento do protecionismo e da incerteza política ajudam a prejudicar o caminho do crescimento.

As estimativas econômicas na África Subsaariana<sup>12</sup> mostraram que mesmo uma projeção de crescimento em 3,4% para 2024, a região possui uma recuperação frágil devido ao cenário global incerto, aos pagamentos de dívidas, os problemas relacionados ao clima e o aumento da violência e dos conflitos. O documento argumenta que somente a criação de políticas transformadoras poderá apoiar a trajetória de crescimento a longo prazo, reduzir a pobreza e as desigualdades.

A região do Oriente Médio e Norte da África<sup>13</sup> terá um crescimento modesto em 2024. De acordo com o BM, espera-se que as economias da região voltem a um baixo crescimento similar à década anterior ao período pandêmico. A estimativa de crescimento para 2024 é 2,7%. O BM analisou as implicações econômicas do conflito na região, destacando a Palestina e os

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/3b61afbc-d799-4d78-8422-6d3c7934f832>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/4ec19c2d-65fd-4523-8020-338f0cb98523/content>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/9bf0f0aa-bd08-4c91-b665-caee561fb5d3/content>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/11e850d1-50ca-4d49-b4bf-f717d3ad47a8/content>

<sup>13</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/725e73ba-c6c4-47f1-a9fe-f47fd9f70c13>

demais países, assim como o peso dos altos níveis da dívida, mostrando os desafios que as economias importadoras e exportadoras de petróleo vem enfrentando.

O crescimento econômico na Europa e na Ásia Central<sup>14</sup> será de 2,8% em 2024, de acordo com o BM. Com isso, mesmo com a atividade econômica mostrando resiliência, sofre com as influências da frágil economia global, além dos preços não atraentes das *commodities* e a desaceleração chinesa.

Sobre a dívida soberana, uma sessão foi dedicada ao tema. A Mesa Redonda da Dívida Soberana Global<sup>15</sup> contou com participantes que analisaram sobre o progresso do trabalho, além de buscar aprimorar os processos e os prazos voltados para a reestruturação da dívida. A sessão discutiu áreas a serem trabalhadas no futuro, como por exemplo, apresentar abordagens para evitar a acumulação insustentável de dívida. Ao término da reunião, Kristalina Georgieva, Ajay Banga e Fernando Haddad, ministro da fazenda do Brasil, elaboraram um relatório intercalar dos co-presidentes com o conteúdo do evento.

Fernando Haddad discursou na abertura da reunião da trilha de finanças do G20 onde defendeu a mudança na forma da governança das instituições multilaterais. Segundo Haddad, o governo brasileiro está preparando um plano que oriente as novas diretrizes para estas instituições. Apontou que os países emergentes precisam ter mais representatividade na administração destas instituições para apoiar o enfrentamento do aumento da fome e das alterações climáticas<sup>16</sup>.

### Considerações finais

Intitulada “Visão Para Impactar”, as Reuniões de Primavera BM-FMI 2024 mostraram aos expectadores que o atual cenário global precisa de maior cooperação. Novas parcerias, a criação de novos mecanismos e planos considerados ousados estiveram presentes ao longo das sessões dos eventos. Durante o evento, ficou nítida a capacidade que as instituições financeiras possuem para construir novos caminhos relacionados ao enfrentamento das crises atuais. Porém, o importante mesmo será nós vermos os resultados ao longo do tempo, se eles serão suficientemente satisfatórios para apoiar os tempos difíceis vividos nos mais diversos setores.

### Referências

Agência Brasil [homepage na internet] Haddad pede recursos aos bancos multilaterais em meio a crise climática [acesso em 20 abr 2024]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/haddad-pede-recursos-bancos-multilaterais-em-meio-crise-climatica>

Banco Mundial [homepage na internet] Latin America and the Caribbean Economic Review, April 2024 - Competition: The Missing Ingredient for Growth? [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/3b61afbc-d799-4d78-8422-6d3c7934f832>

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/59eecf1d-3f8b-4eb8-b065-dc4acc624dd2>

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/04/17/press-release-global-sovereign-debt-roundtable-2ndcochairs-progress-report>

<sup>16</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/haddad-pede-recursos-bancos-multilaterais-em-meio-crise-climatica>



Banco Mundial [homepage na internet] South Asia Development Update [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/4ec19c2d-65fd-4523-8020-338f0cb98523/content>

Banco Mundial [homepage na internet] East Asia and Pacific [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/9bf0f0aa-bd08-4c91-b665-caee561fb5d3/content>

Banco Mundial [homepage na internet] Africa's Pulse [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/11e850d1-50ca-4d49-b4bf-f717d3ad47a8/content>

Banco Mundial [homepage na internet]. MENA Economic Update, April 2024: Conflict and Debt in the Middle East and North Africa [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/725e73ba-c6c4-47f1-a9fe-f47fd9f70c13>

Banco Mundial [homepage na internet] Europe and Central Asia Economic Update, April 2024: Unleashing the Power of the Private Sector [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/59eecf1d-3f8b-4eb8-b065-dc4acc624dd2>

Banco Mundial [homepage na internet]. Expanding health services to 1.5 billion people [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/18/expanding-health-services-to-1-5-billion-people?intcid=ecr\\_hp\\_sidekickB\\_2024-04-19-SMUHCEventPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/18/expanding-health-services-to-1-5-billion-people?intcid=ecr_hp_sidekickB_2024-04-19-SMUHCEventPR)

Banco Mundial [homepage na internet]. [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/innovative-co-financing-platform-will-improve-development-impact?intcid=ecr\\_hp\\_sidekickC\\_2024-04-19-MDBsPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/innovative-co-financing-platform-will-improve-development-impact?intcid=ecr_hp_sidekickC_2024-04-19-MDBsPR)

Banco Mundial [homepage na internet]. [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/new-financing-tools-receive-major-funding-boost?intcid=ecr\\_hp\\_headerA\\_2024-04-19-ContributorsPR](https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/19/new-financing-tools-receive-major-funding-boost?intcid=ecr_hp_headerA_2024-04-19-ContributorsPR)

Banco Mundial [homepage na internet]. [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: [https://www.worldbank.org/en/topic/development/publication/world-bank-regional-economic-updates?intcid=ecr\\_hp\\_sidekickC\\_2024-04-08-REULandingPage](https://www.worldbank.org/en/topic/development/publication/world-bank-regional-economic-updates?intcid=ecr_hp_sidekickC_2024-04-08-REULandingPage)

Banco Mundial [homepage na internet]. [acesso em 19 abr 2024]. Disponível em: [https://live.worldbank.org/en/event/2024/spring-meetings-expanding-health-coverage-for-all?intcid=WBW\\_XPL\\_LangSched\\_EN\\_EXT\\_sm2024](https://live.worldbank.org/en/event/2024/spring-meetings-expanding-health-coverage-for-all?intcid=WBW_XPL_LangSched_EN_EXT_sm2024)

FMI [homepage na internet] World Economic Outlook. [acesso em 20 abr 2024] Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024?cid=bl-com-SM2024-WEOEA2024001>

FMI [homepage na internet]. Global Sovereign Debt Roundtable [acesso em 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/04/17/press-release-global-sovereign-debt-roundtable-2ndcochairs-progress-report>

## Retomada do Comércio Global, Patentes e ODS

### Recovery of Global Trade, Patents and SDGs

**Claudia Chamas**  
**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract:** The WTO and UNCTAD are projecting a gradual recovery in global trade in goods for 2024 and 2025. However, despite the optimistic projection, several risks could obstruct this rehabilitation, including regional conflicts such as tensions in Eastern Europe and the Middle East, as well as uncertainties related to the economic policies of major economies. WIPO has launched a study that presents an analysis of patents mapped to the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs).

**Keywords:** WTO; WIPO; UNCTAD; trade; patents; SDGs

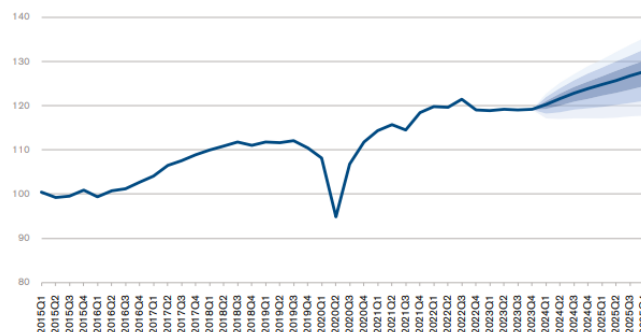
**Resumo:** A OMC e a UNCTAD destacam projeção de recuperação gradual para o comércio global de bens em 2024 e 2025. No entanto, apesar da projeção otimista, vários riscos que podem obstruir essa recuperação: conflitos regionais, como as tensões no Leste Europeu e no Oriente Médio e incertezas relacionadas às políticas econômicas de grandes economias. A OMPI lançou estudo que apresenta análise das patentes mapeadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Palavras-chave:** OMC; OMPI; UNCTAD; comércio; ODS

### OMC: Retomada do Comércio Mundial

O relatório "[Perspectivas e Estatísticas do Comércio Mundial](#)" ("Global Trade Outlook and Statistics") da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) destaca projeção de recuperação gradual para o comércio global de bens em 2024 e 2025, prevendo crescimento de 2,6% e 3,3%, respectivamente. Esta recuperação segue uma contração de 1,2% em 2023, fortemente influenciada pelos efeitos continuados dos altos preços de energia e da inflação. Notadamente, a queda no valor das exportações de mercadorias foi de 5%, totalizando US\$ 24,01 trilhões, o que reflete as pressões sobre a demanda por bens manufaturados (Imagem 1) (OMC, 2024).

**Imagem 1 - Volume do comércio mundial de mercadorias, de 2015 a 2025**  
**Índice de volume ajustado sazonalmente, 2015=100**



Nota: A região sombreada representa tanto a variação aleatória quanto a avaliação subjetiva de risco  
Fonte: OMC. Global Trade Outlook and Statistics. 2024.

Apesar da projeção otimista, a OMC alerta para vários riscos que podem obstruir essa recuperação. Conflitos regionais, como as tensões no Leste Europeu e no Oriente Médio, juntamente com incertezas nas políticas econômicas de grandes economias, podem impactar negativamente o comércio global. Além disso, as tensões geopolíticas, particularmente entre grandes potências comerciais, podem levar à reavaliação das cadeias de suprimento e ao aumento dos custos comerciais, exacerbando os desafios para a recuperação econômica global.

Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC, destacou a importância das cadeias de suprimentos resilientes e de um sistema comercial multilateral robusto para a recuperação do comércio global. Ela apontou que estes elementos não apenas facilitam o comércio, mas também são vitais para a melhoria dos meios de subsistência e bem-estar em escala global. Okonjo-Iweala salientou a necessidade urgente de mitigar riscos emergentes, como os conflitos geopolíticos que têm impactado diretamente as rotas comerciais e a estabilidade dos mercados, bem como a crescente tendência de fragmentação comercial. Esta última, caracterizada pelo aumento das barreiras comerciais e pela diminuição da cooperação entre as nações, poderia ameaçar o crescimento econômico e a estabilidade se não for adequadamente gerenciada. Ela enfatiza que a colaboração internacional e o fortalecimento das instituições multilaterais são essenciais para enfrentar esses desafios e assegurar um futuro econômico estável e próspero para todos (OMC, 2024).

Em contraste com as dificuldades enfrentadas pelo comércio de mercadorias, o setor de serviços exibiu crescimento robusto, com aumento de 9% nas exportações em 2023. Este avanço foi impulsionado pelos setores de serviços digitais e turismo, que começaram a recuperar-se das restrições impostas pela pandemia. O desempenho positivo do setor de serviços sugere diversificação nas bases de exportação e suporte crucial para compensar as perdas no comércio de bens (OMC, 2024).

A análise especial sobre a crise do Mar Vermelho, apresentada no relatório, indica que as interrupções no Canal de Suez, decorrentes de conflitos no Oriente Médio, tiveram impacto econômico limitado até o momento. No entanto, setores específicos, como o automotivo, de fertilizantes e varejo, enfrentam desafios consideráveis com atrasos significativos e aumento nos custos de frete. Esses problemas são destacados como riscos potenciais no relatório, que alerta para a possibilidade de novos aumentos nos preços de alimentos e energia, devido a instabilidades geopolíticas. Essas incertezas podem restringir a recuperação do comércio, já impactada pela fragmentação das relações comerciais entre grandes economias globais e pela necessidade de ajustes nas cadeias de suprimentos, em resposta a políticas econômicas voláteis (OMC, 2024).

O relatório também fornece panorama regional detalhado. Projetando para 2024, espera-se que as exportações da África cresçam mais rapidamente do que as de qualquer outra região, com aumento de 5,3%, embora partam de base baixa devido aos impactos prolongados da pandemia de COVID-19. Outras regiões, como a América do Norte, o Oriente Médio e a Ásia, devem testemunhar crescimento moderado nas exportações, enquanto as exportações europeias continuarão a crescer a ritmo mais lento. O crescimento vigoroso dos volumes de importação na Ásia e na África deve ajudar a sustentar a demanda global por bens negociados. Paralelamente, o comércio de serviços mostra sinais de recuperação robusta, particularmente impulsionado pelo aumento dos serviços digitalmente entregues e pelo turismo, que estão

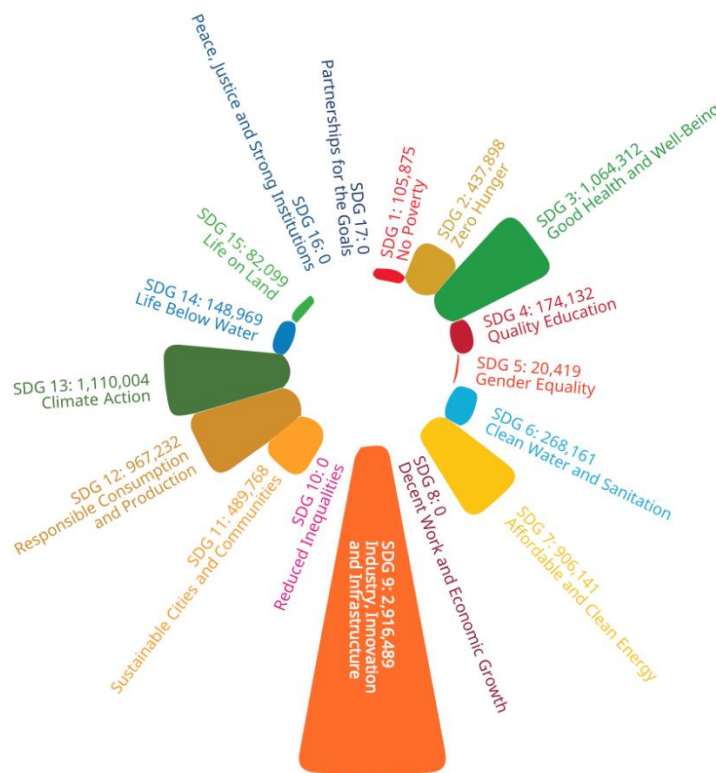
crescendo acima da média global. Este dinamismo no setor de serviços está ajudando a compensar o crescimento abaixo da média em outras regiões, como a América do Sul, o Oriente Médio, a América do Norte e a Europa (OMC, 2024).

### OMPI: Mapa de Patentes e ODS

A OMPI lançou relatório “[Mapping Innovations Patents and the Sustainable Development Goals](#)”, que apresenta análise das patentes mapeadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A metodologia de mapeamento de patentes foi conduzida por especialistas da empresa LexisNexis Intellectual Property Solutions e identificou 100 categorias tecnológicas distintas ligadas aos ODS, abrangendo áreas como agricultura, dispositivos médicos, energias renováveis e transportes. As pesquisas de patentes foram adaptadas a cada tecnologia. Cada uma destas tecnologias corresponde a um ou mais dos ODS, facilitando a agregação de patentes relacionadas com estes objetivos. Os resultados fornecem informações sobre o volume de patentes e as tendências de desenvolvimento da propriedade intelectual em áreas alinhadas com os ODS (OMPI, 2024).

Quase uma em cada três famílias de patentes ativas em todo o mundo (31,4%) está relacionada com os ODS. Por exemplo, o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) e o ODS 13 (Ação Climática) apresentam alinhamento substancial em matéria de patentes, revelando atividade de inovação significativa. No entanto, alguns dos ODS centrados principalmente nos aspectos socioeconômicos apresentam limitações em termos de patentes. A Imagem 2 ilustra o número atual de famílias de patentes ativas associadas a cada um dos 17 ODS. (OMPI, 2024).

**Imagem 2 - Número de famílias de patentes ativas associadas a cada um dos 17 ODS**



Note: SDGs 8, 10, 16 and 17 are not mapped to patents because they primarily address socioeconomic rather than technological goals.  
Source: WIPO, based on patent data from PatentSight, January 2024.

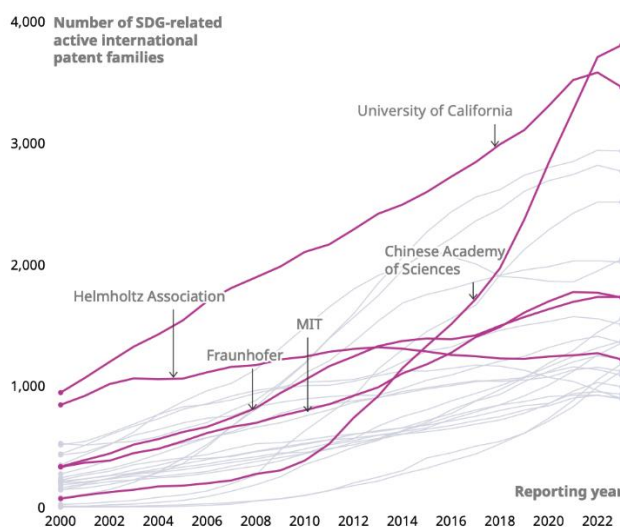
O relatório ilustra o estado do desenvolvimento tecnológico em todos os ODS, destacando tendências de crescimento das patentes. O ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) tem o maior número de patentes, indicando a existência de diversos cenários tecnológicos neste domínio. O ODS 9 engloba a eletrônica, a manufatura e os materiais. Há crescimento ascendente na atividade de patentes relacionada com o ODS 13 (Ação Climática) e o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), refletindo foco crescente em alternativas mais limpas aos combustíveis fósseis (OMPI, 2024).

Uma análise mais profunda utilizando a tabela de concordância tecnológica da OMPI enfatiza o alinhamento entre domínios tecnológicos específicos e os ODS. Por exemplo, a tecnologia ambiental alinha-se significativamente com o ODS 6 (Água Limpa e Saneamento) e com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) (OMPI, 2024).

O relatório também explora as tendências globais de patentes e discute a importância das patentes orientadas para o estrangeiro e o impacto causado pelo crescimento dos registos de patentes chinesas. A análise mostra as diferentes vias seguidas pelos inventores de todo o mundo na procura de proteção de patentes para as suas invenções, destacando a procura de proteção internacional de patentes através do Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT) da OMPI, em particular para as patentes relacionadas com os ODS (OMPI, 2024).

Num panorama académico e de investigação de inovação sustentável medido por patentes alinhadas com os ODS, a Universidade da Califórnia ocupa posição notável como o principal depositante durante a maior parte de duas décadas. No entanto, nos últimos tempos, a sua liderança foi eclipsada pela Academia Chinesa de Ciências, marcando mudança significativa nas tendências globais de inovação. A França tem demonstrado forte presença, com o CEA (Comissariado Francês para as Energias Alternativas e a Energia Atômica) e o CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) a ocuparem lugares de destaque na lista. A República da Coreia demonstra a sua capacidade de inovação por meio de instituições como o ETRI (Instituto de Investigação em Eletrônica e Telecomunicações), enquanto o Fraunhofer da Alemanha dá notável contribuição (Imagem 3) (OMPI, 2024).

**Imagem 3 - Os 25 principais titulares de patentes do sector académico e das organizações de investigação com base no número de famílias de patentes internacionais ativas relacionadas com os ODS, 2000-2023**



Source: WIPO, based on patent data from PatentSight, January 2024.

A análise da localização dos inventores em nível mundial revela as tendências na origem das invenções e as estratégias de proteção de patentes que os inventores decidiram adotar, destacando as variações na origem das invenções e as diferentes abordagens adotadas para a proteção de patentes nas regiões. O relatório destaca o papel desempenhado pelos titulares na promoção da inovação sustentável em diversos setores (OMPI, 2024).

O relatório lança luz sobre a intersecção entre os ODS da ONU e a atividade global de patentes, fornecendo informações sobre medidas quantificáveis do capital intelectual que estão sendo investidas em cada objetivo e um testemunho tangível do compromisso com o desenvolvimento sustentável no panorama da inovação global (OMPI, 2024).

### **UNCTAD: Boas Perspectivas para o Comércio Global**

A atualização de comércio da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (UNCTAD) para 2024 revela uma recuperação do comércio global após contração significativa de 3% em 2023, que totalizou redução de aproximadamente \$1 trilhão em relação ao ano anterior. Esta contração foi sentida principalmente no comércio de bens, que diminuiu 5%, enquanto o setor de serviços experimentou crescimento robusto de 8%, totalizando aumento de \$500 bilhões. Este cenário reflete maior resiliência do setor de serviços em meio a condições econômicas desafiadoras. Os países em desenvolvimento, notadamente aqueles nas regiões Africana, Leste e Sul Asiática, observaram aumento no comércio no último trimestre de 2023, em contraste com a tendência de declínio em países desenvolvidos (UNCTAD, 2024).

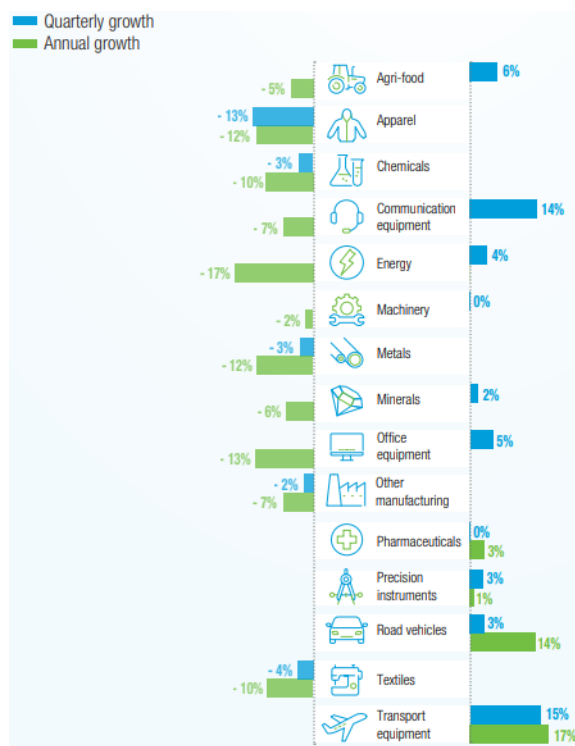
Em termos setoriais, os setores farmacêutico, de veículos motorizados e de equipamentos de transporte se sobressaíram no último trimestre de 2023. O setor de veículos motorizados, em particular, registrou um notável crescimento de 14%, impulsionado substancialmente pela elevada demanda por veículos elétricos, um indicativo do aumento do interesse por opções de transporte mais sustentáveis e ecologicamente corretas. O setor farmacêutico também apresentou desempenho positivo, reflexo de sua importância na cadeia global de suprimentos de saúde. Além disso, a indústria de equipamentos de transporte experimentou aumento, especialmente com a demanda crescente por aeronaves de grande porte, refletindo recuperação no setor aéreo (Imagem 4) (UNCTAD, 2024).

Em contraste, a maior parte dos outros setores industriais enfrentou declínios no valor de seu comércio. Setores como vestuário, químicos e têxteis enfrentaram reduções significativas, destacando-se como áreas particularmente vulneráveis às flutuações do mercado global e às perturbações nas cadeias de suprimentos (UNCTAD, 2024).

Embora tenha havido aumento no comércio em alguns países em desenvolvimento, principalmente nas regiões Africana, Leste e Sul Asiática, desafios significativos continuam a impactar o comércio global. As tensões geopolíticas, especialmente as mudanças nas relações comerciais entre grandes economias como a Rússia, a União Europeia, os Estados Unidos e a China, têm influenciado as rotas comerciais bilaterais e complicado os fluxos comerciais. Além disso, as interrupções persistentes na cadeia de suprimentos, exacerbadas por fatores como problemas de segurança em importantes rotas marítimas e efeitos climáticos adversos em canais críticos como o de Suez e o do Panamá, têm contribuído para o aumento dos custos de transporte. Esses aumentos, por sua vez, pressionam as margens de lucro das empresas e

elevam os preços para os consumidores finais, evidenciando a complexidade das operações comerciais em um ambiente global instável (UNCTAD, 2024).

**Imagem 4 – Tendências de comércio global, por setores - 2023**



Nota: O crescimento trimestral é a taxa de crescimento de um trimestre para o outro de valores ajustados sazonalmente. O crescimento anual refere-se aos últimos quatro trimestres  
 Fonte: UNCTAD. Global Trade Update. Estimativas baseadas nas estatísticas nacionais da China, União Europeia e Estados Unidos. 2024.

### Referências

1. OMC. WTO forecasts rebound in global trade but warns of downside risks. 2024. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/tfore\\_10apr24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/tfore_10apr24_e.htm)
2. OMPI. Mapping Innovations: Patents and the Sustainable Development Goals. 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/web/patent-analytics/mapping-innovations-patents-sustainable-development-goals>
3. UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). UNCTAD’s Global Trade Update shows encouraging signs amidst persistent challenges. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/unctads-global-trade-update-shows-encouraging-signs-amidst-persistent-challenges>

## **Para além do par saúde-doença: mobilizações globais em prol das pessoas, seus territórios e seus modos de vida**

*Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

**Resumo:** Na última quinzena, foram monitoradas 51 organizações, das quais 34 fizeram manifestações relevantes para os fins deste informe. Em geral, as manifestações reiteraram a necessidade da garantia dos direitos humanos, em especial no atual contexto de multiplicação de conflitos violentos. Os conflitos armados e os obstáculos para a ajuda humanitária foram discutidos com frequência neste período pelas organizações, reforçando o caráter urgente do tema, tendo em vista suas reverberações não apenas nas regiões dos conflitos, mas também na governança global, sobretudo nas áreas de direitos humanos e de saúde. Outras manifestações trataram das mudanças climáticas e das mobilizações em prol da justiça climática; de discussões acerca do papel do colonialismo em diversas áreas da saúde global, desde a alimentação até a produção de conhecimento. Além disso, houve muitas manifestações, tanto das organizações de interesse público como das de interesse privado, sobre assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento. Merece menção o fato de uma OSC, a Find, ter elogiado o Brasil por ter posto a inovação em saúde em alta na agenda do G20. Por fim, vale destacar que esta edição do Informe traz uma seção especial sobre a 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, realizada na cidade argentina de Mar del Plata, entre 07 e 11 de abril. Dois membros da equipe que produziu esse Informe estiveram presentes e relatam o que se passou de mais importante.

### **Introdução**

O presente informe se inicia pelo registro da realização da 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos que reuniu, em Mar Del Plata, Argentina, entre os dias 07 e 11 de abril de 2024, organizações da sociedade civil de todos os continentes para discutir os desafios e as perspectivas da Saúde Global. Organizada pelo People's Health Movement (PHM) em parceria com a Universidad Nacional de Mar del Plata, a 5ª Assembleia reuniu mais de 600 ativistas, entre estudantes, lideranças de movimentos sociais, profissionais e pesquisadores do setor saúde de mais de 40 países. As principais discussões da assembleia se concentraram em torno das mobilizações sociopolíticas para a superação do imperialismo e capitalismo, destacando-se as questões da privatização e da mercantilização da saúde. Ao final, aprovou-se um chamado à ação, estruturado em seis eixos: (a) Saúde do ecossistema, (b) Conhecimentos diversos – indígena, ancestral, feminista, decolonial, anti-imperialista e anti-capitalista, (c) Um mundo livre do controle corporativo, (d) Soberania da paz, (e) Justiça de gênero e (f) Transformação dos sistemas de saúde.



Além dessa seção especial, o informe traz, nesta quinzena, as manifestações públicas de 34 organizações da sociedade civil (OSC) das 51 que foram monitoradas.

No caso das OSC de interesse público, duas dezenas de temas foram objetos de manifestações. O tema mais frequentemente citado foram os conflitos armados, incluindo os que estão em curso na Ucrânia, na Etiópia, no Haiti e na Faixa de Gaza. No caso do Oriente Médio, 13 ONGs humanitárias se uniram, apelando a comunidade internacional para que impeça “a maior escalada regional de violência já registrada”. Neste contexto, o Geneva Graduate Institute manifestou sua preocupação com a situação política instável na Indonésia que, em meio às tensões entre EUA e China, pode evoluir para a violência. Além dos conflitos em si, muitas manifestações abordaram a urgência da ajuda humanitária e as dificuldades para provê-la.

Outro tema que se destacou foi o enfrentamento das pandemias, com questões relativas ao acordo pandêmico, ao direito de propriedade intelectual e à força de trabalho em saúde. A nutrição em saúde pública também foi objetivo de várias manifestações, seja denunciando o colonialismo na alimentação infantil, seja apoiando a regulamentação de alimentos. A crise climática, de modo semelhante, foi bastante mencionada, agregando-se notícias sobre iniciativas judiciais para responsabilizar governos por não terem atuado pela redução da emissão de gases de efeito estufa. Ainda entre os mais frequentes, esteve o tema da pesquisa e do desenvolvimento, em geral, pouco mencionado pelas OSC de interesse público.

Além desses temas, muitos outros foram objetos de manifestações de diferentes organizações: equidade de gênero, desigualdades em saúde, promoção da saúde, atenção primária à saúde, saúde mental, saúde bucal, doenças infecciosas, vacinação, saúde dos povos indígenas, saúde da população idosa, saúde da população LGBTQIA+.

No caso das OSC de interesse privado, as manifestações mais frequentes trataram de pesquisa e desenvolvimento, incluindo questões relativas a alimentação saudável, transição energética, testes diagnósticos e pesquisas em serviços de saúde. Além disso, houve manifestações sobre doenças infecciosas, equidade de gênero, saúde mental, profissionais de saúde e cobertura universal da saúde. Uma OSC, a Find, fez várias postagens sobre o G20, sob presidência do Brasil, elogiando o fato da inovação em saúde estar em alta na agenda proposta pelo governo brasileiro.

Por fim, este informe se encerra com a relação de eventos realizados ou anunciados pelas organizações da sociedade civil nas duas última semana.

## **5º ASSEMBLEIA MUNDIAL PELA SAÚDE DOS POVOS**

O People’s Health Movement (PHM) em parceria com a Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), realizou entre os dias 07 e 11 de abril a 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos (5º ASP) em Mar del Plata, na Argentina. O evento reuniu Organizações da Sociedade Civil (OSC) com atuação na arena da Saúde Global de todos os continentes do planeta, com mais de 600 ativistas, convidados, estudantes, profissionais e pesquisadores do setor saúde de mais de 40 países que se reuniram em espaços de debate acerca dos desafios atuais e perspectivas futuras para a garantia do direito à saúde para todos os povos.

Membros do Grupo de atuação da sociedade civil na arena da Saúde Global do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS/FIOCRUZ) marcaram presença na assembleia, o professor Luís Eugênio de Souza, diretor do ISC/UFBA, e Mateus Brito, doutorando do PPGSC-

ISC/UFBA, facilitaram espaços e compuseram mesas de debate sobre governança da Saúde Global, antirracismo e descolonização dos sistemas, práticas e serviços de saúde.



**Fonte:** PHM. **Legenda:** Destacados em azul, os mais de 40 países onde o PHM atua.

O Brasil contou com a sua maior e mais plural delegação da história, com representantes dos movimentos sociais negros, indígena, quilombola, feminista, LGBTQIAPN+, da Reforma Sanitária, Reforma Agrária, antimanicomial, dentre outros. Ao todo, a delegação do Brasil contou com cerca de 40 membros, entre ativistas do Círculo Brasil e da Regional da América Latina do PHM e das OSC convidadas e parceiras.

As principais discussões da assembleia se concentraram em torno das mobilizações sociopolíticas para a superação do imperialismo e capitalismo, bem como do corporativismo, privatização e mercantilização da Saúde Global, com destaque para os desafios na garantia do direito à saúde frente ao domínio de empresas transnacionais na saúde e na economia global, como visto de forma aguda na pandemia da Covid-19. Com efeito, os aprofundamentos das desigualdades em saúde soam como alertas do agravamento das crises humanitária, geopolítica, migratória e climática que atingem todo o globo, e em especial os países mais pobres do Sul Global.

A 5ª ASP gerou uma carta política intitulada [“Call to action PHM: the struggle for health is a struggle for liberation and against capitalism and imperialism”](#). O documento tem como função sistematizar as análises, propostas e reflexões da 5ª ASP, servindo como diretriz para as ações do PHM nos próximos anos.

A “Call to action PHM – 2024”, se estrutura em seis eixos principais: 1) Saúde do ecossistema – alimentos, energia e clima; 2) Conhecimentos diversos – indígena, ancestral, feminista, decolonial, anti-imperialista e anti-capitalista; 3) Um mundo livre do controle corporativo – resistir a corporativização, mercantilização e colonização; 4) Soberania da paz e direito de asilo e livre circulação – resistência à guerra, ocupação e migração forçada; 5) Justiça de gênero e saúde; 6) Rumo a transformação dos sistemas de saúde. No que diz respeito às linhas de atuação do ponto de vista prático, o PHM se planeja para desenvolver ao menos três plataformas de ação: I) Universidade Internacional de Saúde Popular; II) Campanha Mundial Saúde para todos; III) Círculos regionais e temáticos do PHM, o que inclui a articulação com outras OSC parceiras.

Destacaram-se ainda, os debates acerca da necessidade de enfrentamento das injustiças de gênero no acesso à saúde, na atuação das trabalhadoras e no âmbito dos espaços de mobilização sociopolítica das OSC na Saúde Global, onde muitas vezes as mulheres não são

reconhecidas como lideranças protagonistas. Além disso, a grave situação de crise humanitária vivenciada pela população palestina na Faixa de Gaza foi tema de atos políticos e espaços de discussão na 5° ASP, com denúncias acerca dos ataques bélicos de Israel ao território palestino.

O PHM apelou para a promoção da paz, justiça e pela solidariedade internacional para com a população palestina que, inclusive, não pode estar presente na assembleia por questões de segurança geopolítica, participando do encontro a partir de uma carta enviada pela delegação palestina, onde foram registradas diversas denúncias relativas a grave situação humanitária vivenciada pelo povo de Gaza, além do endosso palestino a luta global pela saúde dos povos, pela soberania, emancipação, libertação e por justiça social.

Por fim, os debates da 5° ASP serviram para demonstrar que a saúde dos povos tem sido determinada pelas crescentes desigualdades em saúde, capitalismo, imperialismo, racismo, patriarcado e xenofobia, agravadas pelo cenário global de profunda crise climática, como expressão da “crise final do capitalismo”, impactando as condições humanitária, migratória, sanitária e geopolítica global. O cenário desafiador representa um convite ou chamado à ação coletiva e solidária, tomando como horizonte para um futuro possível a descolonização de saberes e práticas de saúde através do “buen vivir”, bem como a formulação de sistemas de saúde equitativos, igualitário, soberanos e democráticos na busca pela garantia do acesso à saúde para todos os povos.



Fonte: autoria própria. Legenda: Luís Eugênio e Mateus Brito em atividades da 5° ASP.





**Fonte:** autoria própria. **Legenda:** Parte da delegação do Brasil na 5ª ASP.

A Assembleia pela Saúde dos Povos é realizada a cada cinco anos pelo PHM e representa um espaço relevante de participação das OSC no debate acerca da Saúde Global, contando com um protagonismo histórico de movimentos sociais de base popular, comunitária e territorial de países do Sul Global. Para mais informações acesse o site oficial do [PHM](#), ou [@globalphm](#) no Instagram.

No dia 21 de abril, a coordenação do MSL enviou uma mensagem aos participantes da 5ª Assembleia Mundial, convidando os diferentes movimentos sociais a enviarem cartas aos ministros da saúde e das relações exteriores de seus respectivos países, expressando fortes críticas à minuta de acordo pandêmico, divulgada após a 9ª reunião de Órgão Intergovernamental de Negociações (INB), da OMS. As críticas se centram seis pontos:

- (1) Especifica novas obrigações para vigilância e partilha de agentes patogênicos, mas
- (2) sem qualquer assistência financeira para isso, e
- (3) sem qualquer promessa de partilha de tecnologias desenvolvidas com base nos agentes patogênicos partilhados.
- (4) Não há nenhuma garantia de transferência de tecnologia,
- (5) nenhum mecanismo para diversificar a produção e, portanto, expandir os fornecedores durante uma pandemia e
- (6) não há garantias de acesso rápido para prevenir/responder a pandemias.

Diante dessas críticas, o MSP recomenda que os países não endossem a minuta elaborada no âmbito da 9ª reunião do INB e, ao invés disso, insistam em negociações baseadas para se chegar a um texto que supere as críticas elencadas acima.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Conflitos armados**

A CARE divulgou ação realizada na Polônia para apoiar a [adaptação de crianças ucranianas ao sistema escolar polaco](#), que enfrentam dificuldades na adaptação da nova língua, currículo, aliado às perdas pelo conflito em curso no país de origem. Em relatório, a entidade destacou a situação vivida pelas crianças ucranianas, muitas ainda fora da escola, entre as mais de 1 milhão de pessoas que foram deslocadas pela guerra entre a Ucrânia e a Rússia<sup>1</sup>.

A CARE também manifestou preocupação com a [morte materna na Etiópia](#) devido a dificuldade de acesso a cuidados de pré-natal e a partos qualificados, após os conflitos armados enfrentados pelo país. Ressaltou que mesmo após o cessar dos conflitos, não existe transporte médico disponível e as mães que precisam de atenção médica são transportadas com paus e panos para a clínica especializada. A entidade trouxe a informação do aumento da mortalidade materna por causas evitáveis após o conflito que passou de 200 mortes para 840 por 100.000 nascidos vivos em Tigray<sup>2</sup>.

A CARE noticiou a [situação de emergência no Haiti](#), declarada em 04 de março, após a onda de violência que eclodiu em 29 de fevereiro de 2024, sendo que a cidade de Porto Príncipe encontra-se com todas as escolas fechadas e empresas privadas saqueadas ou coagidas a pagar tributos para continuarem funcionando. Destacou que o ressurgimento da violência no país desencadeou uma crise humanitária, que têm levado os residentes de Porto Príncipe, na maioria mulheres e crianças, a deslocar-se internamente abandonando suas casas<sup>3</sup>.

A crise humanitária na Faixa de Gaza, deflagrada após os ataques bélicos de Israel ao território, foi um dos pontos centrais de discussão do People's Health Movement (PHM) ao longo da 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, realizada de 07 e 11 de abril de 2024 em Mar del Plata, Argentina. Na ocasião, cerca de [600 ativistas e convidados de todo o planeta pediram justiça e o fim do conflito em Gaza](#). A delegação palestina não se fez presente no evento por questões de segurança geopolítica, mas enviaram uma carta endossando a importância da luta pela saúde dos povos e denunciando a [situação social e sanitária degradante da qual estão expostos há meses, devido ao conflito Israel-Hamas](#).<sup>4,5</sup>

A CARE abordou em publicação a perspectiva das [mães em Gaza](#), que em entrevista, manifestaram o horror que estão passando desde o agravamento dos conflitos armados promovidos pelo Estado de Israel contra o povo palestino, depois de 07 de outubro de 2023, e a preocupação com a vida dos seus filhos, que somam-se as mais de 2,3 milhões de pessoas em iminente risco de morrer de fome, sendo que a maioria das mortes que ocorreram foram de mulheres e crianças<sup>6</sup>.

A Human Rights Watch e a Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard lançaram um relatório sobre o [impacto devastador das armas explosivas no patrimônio cultural e na população civil em conflitos armados](#). Enfatizando a necessidade de cumprir a Declaração Política de 2022 sobre a Proteção de Civis do Uso de Armas Explosivas, o relatório destaca os danos imediatos e de longo prazo causados a locais culturais e enfatiza medidas para minimizar danos e preservar o patrimônio. Ao endossar e implementar a Declaração, os países podem melhor proteger o patrimônio cultural e os civis em zonas de conflito.<sup>7</sup>

A ActionAid se somou a mais doze ONGs humanitárias que operam no Oriente Médio, para apelar para a comunidade internacional que utilize todos os meios políticos e diplomáticos possíveis do direito internacional, para impedir [“a maior escalada regional de violência já registrada”](#). São milhões de vidas que estão em risco iminente caso sejam conflagrados outros conflitos entre países do Oriente Médio, que já se vê fragilizada pelas crises climática, migratória e humanitária, fome, pobreza, insegurança alimentar e conflitos anteriores. Todas as partes envolvidas devem se responsabilizar pela paz, e a comunidade internacional tem um papel fundamental de mediação dos conflitos em emergência na região.<sup>8</sup>

O Geneva Graduate Institute ensinou o debate acerca das [preocupações com a eleição do general Prabowo Subianto na Indonésia](#), maior país muçulmano do mundo. A jovem



democracia nasceu de conflitos e violências, e após 2014 entrou em uma fase de estagnação. As novas eleições podem representar mais um capítulo de instabilidade para o país, tendo em vista o passado controverso do presidente eleito e o momento desafiador que vive a Indonésia, especialmente quanto às relações geopolíticas que de um lado são tensionadas pelo seu maior investidor, a China, e de outro lado pelo seu maior aliado estratégico, os Estados Unidos da América. Assim, os próximos capítulos nas relações internacionais do país, devem se desenrolar no sentido da sua adesão à OCDE, ainda em análise, afastando-se dos BRICS e das tentativas de estabelecimento de um novo Sul Global ao lado da Rússia, China e Brasil.<sup>9</sup>

### **Ajuda humanitária**

A OXFAM criticou a falta de ação concreta na declaração dos Ministros das Relações Exteriores do [G7 sobre um cessar-fogo em Gaza](#) e o acesso à ajuda humanitária. A organização enfatizou a necessidade de um cessar-fogo permanente e abordar as causas profundas do conflito para alcançar uma paz duradoura entre israelenses e palestinos.<sup>10</sup>

A OXFAM criticou a promessa insuficiente de [fundos](#) na Conferência Humanitária Internacional para o Sudão e seus vizinhos em Paris. A organização enfatizou a necessidade de um aumento imediato de fundos para evitar que os países afetados cheguem a um ponto de ruptura e instou os doadores e a comunidade internacional a agirem rapidamente para salvar vidas.<sup>11</sup>

A OXFAM criticou a estagnação da assistência oficial ao [desenvolvimento](#) (ODA) pelos países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) em 2023, afirmando que manter a ajuda em níveis insuficientes representa um fracasso.<sup>12</sup>

A ActionAid parabeniza a comunidade internacional pelos [avanços na ajuda humanitária para o enfrentamento da crise no Sudão](#), divulgadas ao longo da Paris Summit 2024. A doação de 2,1 milhão de dólares representa um avanço significativo para aliviar os impactos da crise junto às mais de 24 milhões de pessoas que sofrem no Sudão com os deslocamentos forçados, fome, desnutrição, falta de terras agricultáveis e falta de água potável, segundo dados da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Para além disso, é preciso que se avance rumo a ampliação da ajuda humanitária para a região e, sobretudo, rumo a um cessar fogo imediato.<sup>13</sup>

### **Migração e ajuda humanitária**

Depois de sete anos de acusações, declarações difamatórias e campanhas de [criminalização contra organizações humanitárias](#) que realizam operações de busca e salvamento no mar, entre elas, Médicos Sem Fronteiras (MSF), a investigação iniciada no final de 2016 pelo Ministério Público da Sicília, na Itália, foi arquivada esta sexta-feira 19 de abril. As organizações foram investigadas pela acusação infundada de cumplicidade com “imigração ilegal”. Segundo representantes de MSF, esta foi uma grave acusação baseada em conjecturas, escutas telefônicas, declarações falsas e uma interpretação deliberadamente distorcida dos mecanismos de resgate para apresentá-los como atos criminosos.<sup>14</sup>

A World Medical Association apela à solidariedade global para se opor ao projeto de lei proposto pelo governo do Reino Unido intitulado [Lei de Segurança de Ruanda](#), que ameaça minar os direitos e a segurança de migrantes e solicitantes de asilo ao expor esses indivíduos a ambientes onde estão em risco de traumatização e privação de atendimento médico urgente.<sup>15</sup>

## Enfrentamento de pandemias

A World Heart Federation divulgou estudo que evidencia que [pacientes africanos foram hospitalizados com casos mais severos de Covid-19 e tiveram piores resultados](#), com maior proporção de pacientes que sofreram parada cardíaca e lesão renal aguda.<sup>16</sup>

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou documento com propostas para enfrentar a [crise da força de trabalho na saúde e nos cuidados](#) da União Europeia. A entidade ressaltou que a pandemia da Covid-19 contribuiu para desgastar mais ainda a força de trabalho da saúde e dos cuidados, sendo um desafio tanto a escassez de trabalhadores, quanto às competências exigidas, por exemplo, para enfrentar cenários de mudança climática e a informatização do setor. O documento apresenta questões explicativas para este fenômeno, as condições de trabalho, a dificuldade de retenção de pessoal e propõe abordagem intersetorial, governança política e melhor financiamento.<sup>17</sup>

A People's Vaccine Alliance comentou as negociações do acordo pandêmico. Com menos de dois meses até a Assembleia Mundial da Saúde, os países estão correndo para reduzir a lacuna em um acordo pandêmico. O impasse sobre os [direitos de propriedade intelectual](#) na produção de vacinas está exacerbando a desigualdade de vacinas em todo o mundo.<sup>18</sup>

A People's Vaccine Alliance repercutiu o comentário de Nina Schwalbe sobre a [nova versão do acordo pandêmico](#), que não inclui disposições ou detalhes para monitorar o cumprimento sobre os relatórios dos países, exceto "periodicamente". Isso deixa os Estados Membros sem responsabilidade por nenhum dos compromissos de tratados (sejam eles fracos ou fortes).<sup>19</sup>

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou sua newsletter "Highlights of SHEM", edição de abril, destacando as [negociações em torno do acordo pandêmico](#) a ser apreciado na próxima assembleia mundial de saúde. A newsletter pode ser lida aqui: <https://sustainablehealthequity.org/highlights>.<sup>20</sup>

## Nutrição e saúde pública

### Colonialismo na alimentação infantil

A World Public Health Nutrition Association fez publicação no X, repercutindo a denúncia de que a Nestlé, "a maior empresa de bens de consumo do mundo, [adiciona açúcar e mel ao leite infantil](#) e aos produtos de cereais vendidos em muitos países mais pobres da Ásia, África e América Latina".<sup>21</sup>

No período a World Public Health Nutrition também fez publicação [sobre os objetivos do WPHN Congress 2024](#): promover a interação entre diferentes grupos visando soluções para as questões de saúde e nutrição; engajar tomadores de decisão e acadêmicos no avanço de direitos de grupos em desvantagens e marginalizados; incentivar o debate ativo entre tomadores de decisão, ativistas, profissionais, comunidades e pesquisadores; fortalecer a capacidade de ação da força de trabalho de nutrição na saúde pública; denunciar a captura corporativa e o conflito de interesses no planejamento e execução de políticas de nutrição na saúde pública global.<sup>22</sup>

## Regulamentação de alimentos

A NCD Alliance fez postagem no X, chamando atenção para a necessidade de [políticas sobre rotulagem para produtos](#) não saudáveis como tabaco, álcool e alimentos e bebidas não saudáveis.<sup>23</sup>

A ACT Promoção da Saúde repercutiu uma matéria que critica a [tentativa da indústria de alimentos](#) de incluir alimentos ultraprocessados e bebidas alcoólicas na lista de produtos com isenção ou tributação reduzida.<sup>24</sup>

A European Public Health Alliance (EPHA) destacou a publicação de relatórios sobre a [preparação de refeições saudáveis e mais sustentáveis](#), possibilitando que a união europeia reduza 48 milhões de toneladas de emissão de gases de efeito estufa e poupe mais 2 mil milhões de euros por ano, com refeições prontas. O estudo prevê a redução de doenças crônicas através de uma dieta saudável e a exigência de que as empresas do setor de refeições prontas cumpram normas alinhadas às diretrizes da saúde.<sup>25</sup>

## Crise climática

O Greenpeace criticou a falta de progresso nas negociações do [Tratado Global de Plásticos](#) da ONU, alegando que estão sendo prejudicadas por países sem compromisso e pela influência de mais de uma centena de lobistas da indústria de combustíveis fósseis. Na quarta rodada de negociações em Ottawa, o Greenpeace e seus aliados pediram ações ambiciosas, focando em quatro componentes principais: limitar e reduzir a produção de plástico, eliminar os plásticos de uso único, definir metas de reutilização e alinhar os recursos para apoiar o tratado com uma abordagem de resíduos zero. A organização enfatizou que essas medidas devem respeitar os direitos humanos, protegendo os direitos dos povos indígenas e considerando as perspectivas das comunidades afetadas.<sup>26</sup>

O Greenpeace, em parceria com uma coalizão de ONGs e cientistas, pediu aos países da América Latina, incluindo Equador, Panamá, Costa Rica e Colômbia, que ratifiquem o [Tratado de Alto Mar da ONU](#). O tratado busca proteger ecossistemas marinhos, propondo uma reserva transfronteiriça da biosfera marinha que conectaria hotspots biológicos entre os quatro países. A organização ressaltou a necessidade de regulamentação eficaz para atividades extrativas além das Zonas Econômicas Exclusivas e lembrou que o tratado fortalece a gestão regional e reafirma o compromisso global de proteger 30% dos oceanos até 2030.<sup>27</sup>

Em um novo relatório, o Greenpeace denunciou que bancos nacionais e internacionais, como Santander e Rabobank International Brasil, estão [financiando o desmatamento](#) na Amazônia brasileira com mais de US\$8 milhões em créditos rurais. A agricultura industrial, incluindo pecuária e produção de soja, é apontada como principal causa do desmatamento no Brasil, responsável por quase 96% da área desmatada em 2022. O Greenpeace destacou a urgência de reformas no sistema financeiro para alinhar os investimentos com os objetivos de conservação e combate às mudanças climáticas.<sup>28</sup>

O Greenpeace realizou projeções na Colina da Acrópole e no Cabo Sounio, na Grécia, pedindo justiça para comunidades costeiras e o fim da mineração em alto mar. As mensagens foram projetadas antes da [Conferência Our Ocean](#) em Atenas. O Greenpeace ressaltou que apenas três países ratificaram o Tratado de Alto Mar da ONU e alertou sobre a pressão da indústria para avançar na mineração em alto mar. A organização reiterou a importância de proteger comunidades costeiras e pescadores artesanais.<sup>29</sup>



O Greenpeace protestou pacificamente contra o navio bunker Zircone, que abastece a frota de sombras russa em mar aberto ao largo da ilha sueca de Gotland. A organização instou o governo sueco a proibir que o Zircone opere na Zona Econômica Exclusiva Sueca e a remover a infraestrutura crítica da frota que está financiando a guerra na Ucrânia.<sup>30</sup>

O Greenpeace denunciou que fabricantes de móveis que produzem para a [IKEA](#) estão adquirindo madeira de uma das últimas florestas antigas remanescentes da Europa nos Cárpatos romenos, incluindo áreas protegidas da Natura 2000. A organização enfatizou que a IKEA deve cumprir suas promessas de sustentabilidade e limpar sua cadeia de suprimentos da destruição de florestas antigas.<sup>31</sup>

O Geneva Graduate Institute publicou recentemente um debate acerca do [papel dos jovens ativistas do clima na arena global](#) de discussão do tema. Segundo as pesquisas de Laura Bullon-Cassis (Geneva Institute), jovens ativistas do clima como Greta Thunberg têm ganhado notoriedade mundial nos últimos anos, contudo, suas vozes não ultrapassam uma espécie de “simbolismo retórico”. Quanto mais jovens, menos bem-vindos eles são e muitas vezes acabam sendo utilizados como moeda de troca na política climática. Um exemplo disso pode ser visto na COP de Dubai, onde se conquistou um pavilhão destinado aos jovens pró-clima, mas a sua localização ficou quase que escondida do grande público. Assim, apesar dos avanços nas lutas e mobilizações, parece que os espaços de negociação e os tratados ambientais continuam sustentando condições favoráveis a economia capitalista global, em detrimento das bandeiras levantadas pelos ativistas pró-clima.<sup>32</sup>

### **Justiça climática**

O Greenpeace celebrou a [vitória histórica](#) no Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TCEDH) da Associação das Mulheres Sênior Suíças, que processou a Suíça por não estabelecer metas climáticas suficientes. O TCEDH determinou que a Suíça violou os direitos humanos das mulheres mais velhas, estabelecendo requisitos específicos que os estados membros devem cumprir para salvaguardar os direitos humanos relacionados à proteção climática.<sup>33</sup>

A OXFAM apontou para a decisão do [Tribunal Europeu de Direitos Humanos](#), que determinou que a inação dos governos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa viola os direitos humanos. A organização criticou a decisão por permitir que os governos definam políticas climáticas sem considerar os danos globais causados.<sup>34</sup>

### **Qualidade do ar**

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou declaração dirigida aos deputados do parlamento da União Europeia, onde apelou pelo apoio ao projeto que atualiza o acordo provisório da [“Qualidade do ar ambiente e um ar mais limpo para a Europa”](#), que será votado em 24 de abril. A entidade destacou a emergência em saúde pública causada pela poluição atmosférica, que pesa fortemente sobre a saúde das pessoas e na economia, afetando desproporcionalmente os mais vulneráveis, como crianças, idosos e grávidas.<sup>35</sup>

### **Equidade de gênero**

Várias situações de violência ou injustiça ao direito das mulheres foi denunciado pela Women in Global Health, no X, nesse período: o [retrocesso contra os direitos reprodutivos das mulheres](#) nos EUA foi denunciado como uma ameaça a toda a sociedade, não só às mulheres.<sup>36</sup> Os casos de [exploração sexual, abuso e assédio](#) vivenciados pelas mulheres no setor de saúde, em várias partes do mundo nem sempre é relatado, registrado e, conseqüentemente, não é

penalizado.<sup>37</sup> A disparidade entre [mulheres que trabalham em cargos de liderança e em outros cargos na saúde](#), sendo as primeiras sub-representadas e as segundas sobre-representadas, foi apresentada como um direito não garantido às mulheres trabalhadoras na saúde<sup>38</sup>, entre eles o [direito à justiça econômica](#)<sup>39</sup>. Recorrem ao compromisso de [não deixar ninguém para trás](#) para ressaltar a importância dos sistemas de saúde sensíveis ao gênero para a oferta de serviços de saúde de alta qualidade e avanço da cobertura universal de saúde.<sup>40</sup>



A luta em torno da [justiça de gênero na saúde](#) foi um dos pontos centrais de discussão na 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, realizada pelo People's Health Movement (PHM) entre 07 e 11 de abril de 2024 em Mar del Plata, Argentina. O combate às injustiças de gênero e ao feminicídio foram alguns dos pontos denunciados pelas ativistas e profissionais da saúde presentes no encontro. Dentre os horizontes apontados para a construção de sistemas de saúde equitativos, estão a promoção da paz, solidariedade e unidade em torno da justiça de gênero na saúde, destacando o papel de liderança das mulheres nos diversos movimentos sociais e apelando para o reconhecimento destas como protagonistas das diversas lutas e resistências pela saúde dos povos.<sup>41</sup>

A World Medical Association emitiu um forte apelo às autoridades da Gâmbia para interromper a progressão de um projeto de lei que busca [revogar a proibição da mutilação genital feminina](#) estabelecida em 2015. A organização insta ação imediata para proteger os direitos e a saúde de mulheres e meninas na Gâmbia.<sup>42</sup>

## 77ª Assembleia Mundial da Saúde

Em preparação para a 77ª Assembleia Mundial da Saúde em maio deste ano, a NCD Alliance está começando a [coletar informações para discussões relevantes](#) sobre DCNT na reunião.<sup>43</sup> Como atividade paralela para a Assembleia, a NCD Alliance realizará em 28 de maio uma discussão sobre como os países podem introduzir e implementar políticas voltadas para a [redução do sal](#) e proteger as pessoas das NCDs.<sup>44</sup>

A International Alliance of Patients' Organizations (IAPO) e a The Synergist realizarão o evento paralelo "Leveraging patient organizations as key partners in the delivery of universal health coverage" (Aproveitando as organizações de pacientes como parceiros-chave na oferta de cobertura universal de saúde), como evento paralelo à 77ª Assembleia Mundial da Saúde. "Em 2021, a OMS lançou um Manual sobre Participação Social para a Cobertura Universal de Saúde (UHC) e, desde então, houve um aumento na participação política dos pacientes na agenda de parcerias", disse a organização em seu site.<sup>45</sup>

## Desigualdades em saúde

A OXFAM revelou que em 60% dos 106 países de baixa e média renda que recebem subsídios ou empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a [desigualdade](#) de renda é alta ou está aumentando nos últimos dez anos. A organização solicitou um reabastecimento ambicioso da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial e um acordo global para tributar os super-ricos.<sup>46</sup>

A OXFAM criticou o fracasso moral dos [países ricos](#) em manter a ajuda aos países mais pobres estagnada, apesar das crescentes necessidades. A organização apontou a necessidade

de um modesto imposto sobre a riqueza para gerar mais de US\$1,2 trilhão por ano e triplicar o financiamento da ajuda.<sup>47</sup>

A OXFAM destacou que os governos da União Europeia estão perdendo 286,5 bilhões de euros em receita anualmente por não [tributar os super-ricos](#). A organização sugeriu tributos progressivos para arrecadar entre 2% e 5% da riqueza dos super-ricos e destacou que a riqueza acumulada dos bilionários da UE aumentou em um terço desde 2020.<sup>48</sup>

### **Promoção da saúde**

A ACT Promoção da Saúde lançou seu [Boletim 199](#), no qual apresenta um novo estudo sobre doenças crônicas não transmissíveis e a interferência das indústrias de tabaco, álcool e produtos ultraprocessados na saúde, com foco em raça/cor, gênero e escolaridade. Também informa sobre a nova fase da campanha Doce Veneno, que visa promover a reforma tributária. O boletim aprofunda ainda sobre o lobby das indústrias para aprovar leis que favoreçam seus produtos ou frear aquelas que os regulamentam. Em uma seção destacada, foi mencionada a denúncia feita à ANVISA sobre as festas universitárias que distribuem cigarros e cigarros de palha.<sup>49</sup>

O People's Health Movement (PHM) realizou entre os dias 07 e 11 de abril de 2024, a [5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos](#) em Mar del Plata, Argentina. O evento contou com a presença de representantes de mais de 40 países de todos os continentes do planeta. As principais discussões objetivaram o [enfrentamento ao domínio corporativo de empresas transnacionais na saúde e na economia global](#), acreditando ser possível promover [transformações holísticas nos sistemas de saúde e na economia global](#), promovendo os princípios da equidade, responsabilização e sustentabilidade, rumo à garantia da saúde para todos os povos<sup>50,51,52</sup>.

### **Atenção Primária à Saúde**

A World Federation of Occupational Therapists (WFOT) publicou um documento sobre [Terapia Ocupacional e a APS](#), destacando que a oferta de terapia ocupacional na atenção primária é essencial dado o crescente conjunto de evidências que apoiam competências e intervenções da TO neste nível de atenção.<sup>53</sup>

### **Saúde mental**

O tema da Saúde Mental Mundial de 2024, "[É hora de Priorizar a Saúde Mental no Local de Trabalho](#)", foi escolhido por meio de uma votação global envolvendo membros, partes interessadas e apoiadores da World Federation of Mental Health. Com mais de 2000 participantes de 116 países, o tema visa chamar a atenção para os impactos negativos do mundo do trabalho sobre a saúde mental. Segundo a federação, os problemas de depressão e ansiedade afetam as pessoas nos locais de trabalho globalmente, levando a uma diminuição da produtividade e do desempenho, e a pandemia de COVID-19 destacou a necessidade urgente de abordar a saúde mental no local de trabalho.<sup>54</sup>

O Global Health Council abordou a crescente crise de [saúde mental entre os trabalhadores da saúde da linha de frente](#), destacando a pandemia de COVID-19. Seus esforços fazem parte de iniciativas mais amplas que incluem o desenvolvimento de estruturas de intervenção e o envolvimento de diversos interessados para melhorar o bem-estar dos trabalhadores da saúde. Este trabalho está alinhado com os temas da Semana dos Trabalhadores

da Saúde da Linha de Frente, focando na criação de um ambiente seguro e de apoio para os trabalhadores da saúde.<sup>55</sup>

### **Saúde bucal**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou o artigo “*Oral Health for all Schools: A Call to Integrate Oral Health in School Systems*”, escrito por membros do seu grupo de trabalho em Saúde Oral. Neste artigo, os autores abordam as disparidades na saúde oral entre as crianças em idade escolar. Reconhecendo [o impacto da saúde oral no bem-estar geral e no desempenho acadêmico das crianças](#), apelam pela integração da educação em saúde oral nos sistemas escolares.<sup>56</sup>

### **Doenças infecciosas**

A Fundação Huésped compartilhou em suas redes sociais informações dirigidas à população sobre a [dengue](#)<sup>57</sup> e respostas a perguntas sobre a [vacina da dengue](#)<sup>58</sup>.

A Public Citizen informou que o CDC está investigando 19 casos de pessoas que desenvolveram [doenças relacionadas a injeções de toxina botulínica](#) mal administradas. A FDA também alertou sobre a segurança da administração desses produtos com fins cosméticos. A organização lembrou que em dezembro de 2023, pediu à FDA para emitir advertências de segurança mais fortes para o Botox e medicamentos relacionados, incluindo o risco de botulismo iatrogênico, nos rótulos de todos os sete produtos aprovados de Botox e medicamentos relacionados, e a remover reivindicações promocionais enganosas dos rótulos do Botox e Botox Cosmetic.<sup>59</sup>

Motivados pelo Dia Mundial da Doença de Chagas, a World Heart Federation divulgou o projeto RAISE, liderado com parceiros, que visa [melhorar o conhecimento e orientar políticas de saúde eficazes](#) relativas à doença de Chagas<sup>60</sup>. A Doença de Chagas é uma doença tropical negligenciada, que [atinge cerca de 6 a 7 milhões de pessoas em todo o mundo](#). Se não for tratada, pode causar danos irreversíveis ao coração.<sup>61</sup>

### **HIV/AIDS**

A STOPAIDS divulgou uma turnê de uma semana por todo o Reino Unido, que reúne as vozes de [jovens que vivem com e são afetados pelo HIV](#), tanto nacional quanto globalmente e que são parte da Youth Stop AIDS. Compartilhando a experiência vivida de jovens por meio de narrativas, a organização espera inspirar outros jovens a agir na transferência de poder e a advogar por um mundo melhor para todas as pessoas que vivem com HIV.<sup>62</sup>

### **Vacinação**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) lançou o relatório técnico sobre o impacto e os resultados desta série educacional “[Profissionais de Saúde para Vacinação de Adultos](#)”. O relatório pode ser encontrado aqui: <https://ow.ly/7nzU50RgomV>.<sup>63</sup>

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou um [guia sobre estratégias para maximizar, amplificar e medir as campanhas de imunização](#), utilizando as melhores práticas identificadas por ela e outras organizações da sociedade civil. Confira o guia aqui: <https://ow.ly/KnXj50QYI1y>.<sup>64</sup>

## Angina

A World Heart Federation fez postagem no X destacando os sinais da angina a serem observados. A [angina](#) é um importante sintoma das doenças cardiovasculares, lembrando que as doenças cardiovasculares afetam mais pessoas do que qualquer outra doença no mundo.<sup>65</sup>

## Saúde dos povos indígenas

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a participação de sua presidente-eleita, a primeira mulher indígena a ocupar este posto, na [Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas](#). As discussões durante o fórum aprofundaram-se nos Determinantes Indígenas da Saúde, enfatizando o vínculo inseparável entre saúde, cultura e direitos humanos. Em cada sessão, os líderes indígenas reafirmaram o seu compromisso com a ação coletiva e a solidariedade, guiados pelos princípios consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.<sup>66</sup>

A WFPHA divulgou a publicação “Health: [A Political Choice – Advancing Indigenous peoples’ rights and well-being](#)”, co-editada pela OMS e pelo World Health Summit. A publicação apresenta insights de líderes globais de saúde como Tedros Adhanom Ghebreyesus e a presidente eleita da WFPHA, Emma Rawson-Te Patu, sobre como amplificar as vozes indígenas na saúde global.<sup>67</sup>

## Saúde da população idosa

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) se juntou ao Rally Global pelos direitos dos idosos, convocando todas as pessoas a manifestarem seu apoio a uma [convenção das Nações Unidas sobre os direitos dos idosos](#): <https://ow.ly/KvPu5OR9wtY>.<sup>68</sup>

## Saúde da população LGBTQIA+

A World Medical Association adotou uma [posição firme contra as leis opressivas anti-homossexualidade em Uganda](#), reafirmando seu compromisso com a igualdade e os direitos humanos durante sua 226ª sessão do Conselho realizada em Seul, Coreia. Com a atenção global voltada para a situação das comunidades LGBTQ+, a organização condena legislações discriminatórias que minam as liberdades fundamentais e o acesso à saúde.<sup>69</sup>

## Pesquisa e desenvolvimento

A People's Vaccine Alliance repercutiu a matéria sobre a decisão da Moderna de suspender os planos de construir uma [fábrica de vacinas no Quênia](#), sinalizando que os movimentos para investir em preparação para pandemias na África caíram na lista de prioridades à medida que as vendas de vacinas contra a Covid-19 diminuem. A organização disse que emergências de saúde futuras estão em risco devido a esse atraso.<sup>70</sup>

O Geneva Graduate Institute publicou recentemente alguns dos temas relativos aos seus mais [novos projetos de pesquisa em desenvolvimento em todo o mundo](#), com destaque para três pontos específicos: 1) Transformações das economias, desigualdades e solidariedades; 2) Tecnologia, inovação democrática e mídia; 3) Governança democrática, participação e responsabilização. Chama a atenção a presença de pesquisas acadêmicas que unem o teórico e o empírico na produção de evidências científicas com engajamento político, especialmente voltado a temas caros ao Sul Global, como por exemplo o ativismo juvenil, descolonização da política e do Estado, democracia e redistribuição no Sul Global, democracias desiguais no caso brasileiro e sul africano, saúde como forma de política e descolonização literária e textual.<sup>71</sup>

O Geneva Graduate Institute lançou recentemente o livro intitulado "[Decolonisation, Anti-Racism, and Legal Pedagogy](#)", organizados por Foluke Adebisi, Suhraiya Jivrajand Ntina Tzouvala's. A publicação tem como base o pensamento pós-colonial e busca introduzir o debate da descolonização da educação jurídica em todo o mundo. O livro se debruça em métodos anti-racistas e fornece inovações pedagógicas para o ensino do direito, abordando, inclusive, experiências jurídicas não estatais em territórios indígenas. A publicação pode ser uma oportunidade de se visualizar o quanto que o ensino e a educação podem combater as injustiças históricas no mundo, tomando como horizonte a superação da colonização e do racismo.<sup>72</sup>

A DNDi divulgou a assinatura de um acordo de cooperação com o Instituto Queniano de Pesquisas Médicas, visando desenvolver juntos projetos de P&D e preencher lacunas de conhecimento relativas à [doenças tropicais negligenciadas](#).<sup>73</sup>

A STOPAIDS informou que Projeto de Saúde Digital e Direitos e o Laboratório de Transformações Digitais para a Saúde publicaram uma resposta ao [Zero Draft do Global Digital Compact](#) que recomenda a inclusão da saúde no Global Digital Compact como um setor-chave impactado e que continuará a ser significativamente transformado por tecnologias digitais e inteligência artificial.<sup>74</sup>

### **Cooperação global**

InterAcademy Partnership informou que as [Academias de Ciências das nações do G7](#) lançaram conjuntamente uma série de declarações com o objetivo de orientar as discussões políticas dentro de seus respectivos governos e abordar desafios globais críticos. As declarações abrangem uma variedade de questões urgentes, incluindo inteligência artificial, controle de armas nucleares, saúde, desigualdades sociais, segurança agrícola e patrimônio cultural. As declarações foram formalmente apresentadas na reunião, conhecida como S7 + SSH7 e teve discussões sobre as recomendações delineadas nas declarações, enfatizando a necessidade de cooperação global e formulação proativa de políticas.<sup>75</sup>

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### **Pesquisa e desenvolvimento**

#### **Alimentação saudável**

A Gates Foundation divulgou artigo sobre James Mutinda, um agricultor orgânico no Quênia que iniciou sua jornada através da música, mas que hoje une esses interesses com os da sua fazenda. Através de suas terapias musicais para crianças, autistas e idosos, ele enfatiza [a importância da nutrição e do cultivo de alimentos saudáveis](#), como o da batata-doce de polpa laranja, uma cultura promovida pela Gates Foundation e resistente à seca. Mutinda relata que seu trabalho, além de influenciar indivíduos, já resultou na substituição do pão pela batata-doce na escola de seu filho.<sup>76</sup>

A Rockefeller Foundation divulgou um estudo que destaca a necessidade de expandir [as bases de dados globais sobre composição alimentar](#). O estudo destaca a importância de entender não apenas os componentes básicos dos alimentos, mas também os compostos bioquímicos menos conhecidos que influenciam a qualidade dos alimentos e seus impactos na saúde. Foi constatado, a partir de uma lista de 1.650 alimentos selecionados para análise molecular, que mais de 1.000 não estão incluídos em nenhum banco de dados reconhecido globalmente, o que representa uma lacuna crítica em nossa compreensão científica dos alimentos que consumimos.<sup>77</sup>



A Fundação Rockefeller estabeleceu uma parceria multissetorial com a cidade de Nova Iorque para [reduzir as emissões de carbono associadas à alimentação](#). O objetivo é diminuir em 25% as emissões de carbono provenientes da produção dos alimentos até 2030 na cidade. O foco principal está na criação e divulgação de alimentos à base de plantas, visando uma redução significativa do impacto ambiental.<sup>78</sup>

### **Transição energética/sustentabilidade**

A Universidade Nacional de Singapura, através do Instituto de Meio Ambiente e Sustentabilidade (IES), e a Fundação Rockefeller anunciaram uma [colaboração científica para acelerar a transição energética](#) no Sudeste Asiático. Com uma doação de US\$275.000, o IES lançará um edital de bolsas em políticas climáticas e realizará diálogos para aprimorar a conectividade energética regional ao longo de dois anos. Essa iniciativa visa fortalecer a capacidade de entrega de energia renovável entre países, apoiando tanto a transição energética quanto os objetivos de desenvolvimento sustentável na região.<sup>79</sup>

### **Testes diagnósticos**

A FIND destacou o lançamento do novo [relatório](#) "Pesquisa de Vontade de Pagar para Dispositivos de Monitoramento Contínuo de Glicose (CGM) na África do Sul e no Quênia", que estabelece uma necessidade urgente de que os fabricantes ajustem as estruturas de preços, tornando os CGMs mais acessíveis àqueles que mais precisam deles.<sup>80</sup>

### **Pesquisas em Serviços de Saúde**

O CORE Group, apoiado pela Fundação Margaret A. Cargill, está conduzindo um programa de pequenas bolsas para [melhorar os serviços de saúde em Bangladesh, Camboja e Nepal](#), com foco na saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal, infantil e de adolescentes. Seis organizações da sociedade civil estão sendo financiadas e ajudadas a desenvolver capacidades para a sustentabilidade.<sup>81</sup>

### **Doenças infecciosas**

A co-circulação dos [vírus da Dengue e da Zika](#) em populações humanas pode afetar a resposta imunológica a ambos, mas os dados sobre essa interação são limitados. A Wellcome Trust anunciou que está financiando pesquisas para investigar esses efeitos, com foco em regiões onde dados são escassos e impulsionadores sociais, climáticos e de uso da terra podem influenciar a disseminação desses vírus.<sup>82</sup>

O Global Fund enfatizou a introdução de 56 milhões de [mosquiteiros](#) revestidos com clorfenapir e piretróide em países da África Subsaariana através do Projeto New Nets. Estima-se que essa iniciativa evitou 13 milhões de casos de malária e 24.600 mortes. Financiado pela Unitaid e pelo Global Fund e liderado pelo Innovative Vector Control Consortium (IVCC), o projeto adotou redes recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para áreas com resistência a piretróides. A iniciativa contou com o apoio de parceiros como a Fundação Bill & Melinda Gates e a empresa de finanças sociais MedAccess. Além do impacto na saúde, o projeto também gerou economias potenciais de até US\$28,9 milhões para os sistemas de saúde.<sup>83</sup>

O Global Fund ressaltou a importância dos jovens de 15 a 24 anos na luta contra a [AIDS](#), destacando que são o grupo mais vulnerável ao HIV no continente africano e frequentemente são excluídos da tomada de decisões sobre saúde sexual e HIV. Isso resulta na criação de barreiras ao acesso a serviços essenciais como tratamento antirretroviral e prevenção da

transmissão de mãe para filho (PMTCT). A organização enfatizou a necessidade de empoderar os jovens africanos na luta contra a AIDS, já que muitos desconhecem seu status de HIV e a maioria das crianças soropositivas na África Ocidental e Central não recebe medicamentos antirretrovirais pediátricos. Também foi destacada a urgência de investir na PMTCT, nos antirretrovirais pediátricos, na educação de jovens sobre gênero e prevenção do HIV, em programas antiestigma e antidiscriminação e em fortalecer a liderança e capacidade institucional de organizações lideradas por jovens.<sup>84</sup>

O Global Fund salientou que as medidas de combate ao HIV precisam ser equitativas, especialmente para grupos marginalizados como homens que fazem sexo com homens, pessoas que injetam drogas, mulheres trans e profissionais do sexo, bem como para os jovens de 15 a 24 anos, que continuam a sofrer desproporcionalmente com o HIV. Para acelerar o progresso na prevenção de infecções por HIV, é crucial focar nas comunidades mais afetadas. Especialmente na África, onde 4.000 meninas e mulheres jovens ainda são infectadas pelo HIV todas as semanas. A organização enfatizou que a educação transforma meninas em mulheres com mais oportunidades iguais e as protege de doenças como o HIV. Além disso, destacou a importância de renovar o foco na promoção da equidade, investindo em programas que transformem as normas culturais e sociais que predisõem homens e meninos ao HIV e envolvendo mulheres e meninas jovens nos principais programas de saúde e fóruns de tomada de decisão em suas comunidades.<sup>85</sup>

O Global Fund, junto com outros parceiros, aumentou o investimento para a luta contra a AIDS, Tuberculose e Malária em Moçambique em quase US\$ 771 milhões, visando fortalecer os sistemas de saúde e comunitários de 2024 a 2026. A contribuição também visa alcançar a cobertura universal de saúde. O Ministério da Saúde e parceiros da sociedade civil liderarão a implementação, com apoio técnico da OMS e UNAIDS, abordando questões como cobertura antirretroviral, tratamento de TB, prevenção de malária e construção de sistemas de saúde resilientes. Essas ações complementam esforços anteriores, incluindo investimentos em resposta à COVID-19, e refletem o compromisso contínuo de Moçambique e seus parceiros em melhorar a saúde pública. Nos últimos anos, o país tem feito progressos notáveis, expandindo o tratamento do HIV, reduzindo mortes relacionadas à AIDS e aumentando o acesso ao tratamento da TB e prevenção da malária. Com mais de US\$ 3 bilhões em investimentos do Global Fund até o momento, Moçambique está demonstrando um compromisso contínuo com a saúde e o bem-estar de sua população.<sup>86</sup>

A FIND organizou uma série de webinars com a StopTB para discutir o mais recente relatório da OMS que elabora Recomendações sobre o uso do Sequenciamento direcionado de próxima geração (tNGS) para detectar resistência a medicamentos para TB, explorando a tomada de decisões clínicas, estratégias de adoção, recursos disponíveis e muito mais.<sup>87</sup>

A FIND, em comemoração ao Dia Mundial do Chagas, destacou que o tema deste ano é "Lutando contra a doença de Chagas: detectar precocemente e cuidar da vida". A organização enfatizou que o Chagas é tratável quando diagnosticado precocemente, mas pode se tornar fatal se não for detectado a tempo, destacando assim a importância da detecção oportuna.<sup>88</sup>

## **Equidade de gênero**

Melinda Gates elaborou um novo artigo para a Gates Foundation, enfatizando a urgência de ampliar o acesso ao crédito para mulheres empreendedoras no Sul Global. Através de uma pesquisa abrangente envolvendo mais de 200.000 mulheres no Quênia e na Nigéria, a fundação identificou que a principal aspiração econômica dessas mulheres é a posse ou



expansão de negócios próprios. No entanto, muitas delas enfrentam barreiras significativas para concretizar esses objetivos, especialmente devido à escassez de capital inicial acessível. A resolução dessa lacuna de financiamento tem o potencial de contribuir com até 6 trilhões de dólares para o PIB global e fortalecer a resiliência das comunidades diante dos choques climáticos cada vez mais frequentes. Para atingir essa meta na África, a fundação propõe uma série de reformas regulatórias no continente que visem diferenciar os pequenos e grandes investidores, além de defender o financiamento estatal para aprimorar a infraestrutura digital e a securitização estatal de fundos destinados aos gestores de risco internacionais.<sup>89</sup>

### **Saúde mental**

A WellcomeTrust fez uma linha de tweets explicando como aqueles com [vivência em problemas de saúde mental](#) possuem entendimento em primeira mão de seus impactos e desafios, trazendo perspectivas importantes e frequentemente negligenciadas para a pesquisa em saúde mental. A fundação considera que essa experiência é tão vital quanto outras formas de insight, como pesquisa e expertise clínica, e que deve ser integrada em projetos de pesquisa, tornando-os mais inclusivos e reflexivos.<sup>90</sup>

### **Profissionais comunitários de saúde**

O Global Fund reconheceu a contribuição vital dos [profissionais de saúde comunitários](#) no combate ao HIV, à tuberculose e à malária. Esses profissionais, com profundo entendimento das culturas, idiomas e costumes locais, estabelecem vínculos de confiança com as comunidades, criando um espaço seguro onde as pessoas se sentem apoiadas e compreendidas. Eles conectam as pessoas aos serviços essenciais e atendem às suas necessidades holísticas. No entanto, enfrentam desafios como infraestrutura inadequada, falta de educadores de pares qualificados e crenças culturais sobre HIV e TB. O Global Fund tem investido mais de US\$ 1,5 bilhão desde 2020 e planeja investir mais US\$ 900 milhões nos próximos três anos, reconhecendo a importância desses profissionais para sistemas de saúde resilientes e cuidados de saúde para todos.<sup>91</sup>

### **Cobertura Universal de Saúde**

O Global Fund, em parceria com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), estabeleceu uma colaboração estratégica para fortalecer os sistemas de saúde e promover a [cobertura universal de saúde](#) (UHC). O acordo visa desenvolver modalidades de financiamento que aumentem os recursos domésticos, com foco em colaborações em investimentos conjuntos e cofinanciamento de projetos de saúde existentes ou novos. Esta iniciativa busca melhorar o acesso aos serviços de atenção primária à saúde e o controle de doenças infecciosas, como malária e tuberculose, especialmente para os grupos mais vulneráveis da Ásia e do Pacífico. O Global Fund já levantou e investiu mais de US\$ 5 bilhões anualmente desde 2002 para combater doenças infecciosas e fortalecer os sistemas de saúde em mais de 100 países, salvando 59 milhões de vidas.<sup>92</sup>

### **Participações no G20**

A FIND destacou que a Presidência [Brasileira](#) do G20 definiu quatro prioridades para o grupo de trabalho em saúde: produção local e regional de medicamentos, vacinas e suprimentos de saúde para PPPR, saúde digital, equidade em saúde e mudanças climáticas e saúde. Neste contexto, o FIND enfatizou a relevância do diagnóstico para assegurar que o objetivo de construir sistemas de saúde resilientes globalmente seja alcançado.<sup>93</sup>

## Inovação em saúde

A FIND elogiou a Presidência Brasileira durante a segunda reunião do [grupo de trabalho em saúde](#) do G20 por avançar as discussões sobre a Aliança Global para Produção e Inovação Regional, destacando uma estrutura de governança liderada pelo país. A FIND propôs que a participação ativa dos países é crucial para impulsionar a liderança regional na fabricação de VTDs, garantindo que as prioridades sejam representadas e que todas as pessoas, especialmente as mais impactadas, tenham voz na tomada de decisões. A FIND também expressou seu compromisso em apoiar a Aliança na aceleração do desenvolvimento de testes, fortalecimento da capacidade de fabricação local e simplificação dos processos operacionais, enfatizando a importância da coordenação entre todas as partes interessadas e da definição clara de papéis e responsabilidades.<sup>94</sup>

A FIND enfatizou na segunda reunião do grupo de trabalho em saúde do G20 a visão da organização de assegurar que todos que necessitam de um [teste](#) o recebam, destacando também a importância da redistribuição da capacidade de fabricação para diagnósticos. A FIND endossou os objetivos da Aliança Global para Produção e Inovação Regional, alinhados com a Resolução sobre o fortalecimento da capacidade de diagnóstico adotada pela Assembleia Mundial da Saúde, e viu um papel crítico para a Aliança em facilitar o acesso equitativo ao diagnóstico para uma variedade de doenças prioritárias, incluindo o HIV. Foi mencionado que parcerias catalisadas pela FIND e Unitaaid durante a pandemia de COVID-19, para aumentar a produção de testes de diagnóstico, apresentou recomendações para a fabricação regional, incluindo mecanismos de financiamento, desenvolvimento de capacidade, redução de barreiras comerciais, caminhos regulatórios harmonizados e intervenções de mercado. Se destacou a capacidade única da FIND em apoiar os esforços da Aliança e expressou o interesse em parceria com o G20 para promover sua missão.<sup>95</sup>

## Resistência antimicrobiana

A FIND destacou a importância do diagnóstico na luta contra a [resistência antimicrobiana](#) (AMR), enfatizando que, sem diagnósticos, falta a informação necessária para entender o verdadeiro impacto da AMR e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e controle. Também foram destacados os avanços nos diagnósticos durante a pandemia de COVID-19, cruciais para mitigar a emergência da AMR, e apresentou recomendações, incluindo a aprovação de novos antibióticos apenas com estratégias de gestão e diagnósticos complementares, o acesso equitativo a testes apropriados em países de baixa renda e a importância da abordagem "One Health" no manejo da AMR. A FIND reafirmou também o compromisso da organização em apoiar o G20 e o Global AMR R&D Hub na luta contra a AMR.<sup>96</sup>

## Saúde digital

A FIND expressou apoio à Iniciativa Global sobre [Saúde Digital](#) (GIDH) e sua importância na realização do potencial da saúde digital. Foi enfatizado o papel crítico das tecnologias de diagnóstico digital na transformação dos cuidados de saúde, destacando a necessidade de priorizar e aumentar o acesso a essas tecnologias, especialmente para vigilância e cuidados primários de saúde. Também foram solicitados esforços no desenvolvimento de evidências e estruturas regulatórias para o uso seguro e eficaz de tecnologias como IA e telessaúde, a capacitação da força de trabalho da saúde, o apoio a ecossistemas nacionais de inovação e a inclusão de métricas de acesso à saúde como medidas de sucesso para os esforços da GIDH. A FIND comprometeu-se a apoiar os países na transformação digital e a contribuir para os esforços

de operacionalização da GIDH, parabenizando a Presidência Brasileira do G20 e a OMS por sua liderança nesse sentido.<sup>97</sup>

A FIND enfatizou o papel crucial em abordar lacunas de diagnóstico e garantir acesso equitativo aos cuidados de saúde através da [telessaúde](#). A FIND propôs várias medidas para estabelecer um ecossistema de telessaúde eficaz, incluindo o fortalecimento da conectividade digital, a harmonização de caminhos regulatórios, o apoio à criação de uma comunidade de prática, o desenvolvimento de padrões de interoperabilidade, a construção de compreensão entre formuladores de políticas e profissionais de saúde, o estabelecimento de estruturas de governança e segurança de dados, e a adoção de mecanismos de financiamento e incentivos. Ela instou o G20 a considerar esses facilitadores para promover um ambiente propício para a telessaúde.<sup>98</sup>

## EVENTOS

- A World Heart Federation realizará, de 24 a 26 de maio, o [World Heart Summit](#) que reunirá líderes e inovadores dos setores governamental, empresarial, da sociedade civil e acadêmico para enfrentar alguns dos desafios globais mais urgentes na área da saúde cardiovascular.

- A International Federation of Social Worker realizará no dia 24 de abril, o [webinário](#) "Contested values of social work in time and place. Exploring 'origins of social care and social work'".

- A International Federation of Social Worker realizou a [Reunião Geral do IFSW 2024](#), que ocorreu no Panamá e na Internet nos dias 1º e 2 de abril de 2024. "Esse importante encontro culminou com a formação de um novo Comitê Executivo", registrou a organização no X.

- A NCD Alliance convida para encontro sobre [o desafio global da resistência antimicrobiana](#), no dia 22 de abril.

- Como estratégia de advocacy para a quarta Reunião de Alto Nível da ONU (UN HLM) sobre DCNT em Nova York que acontecerá em 2025, a NCD Alliance realizará em Kigali, entre os dias 20 e 22 de outubro, o [Fórum Global da NCDA](#). "A liderança e a ação colaborativa sobre as DNTs ocupam o centro do palco no Fórum".<sup>99</sup>

- A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização de um webinário sobre o [investimento em programas de imunização, comparando-o ao investimento na área da defesa](#). Ao explorar os princípios fundamentais que sustentam ambos os setores, o webinário visa destacar o papel crítico que os investimentos de longo prazo desempenham na garantia da segurança sanitária global.<sup>100</sup>

- O International Council of Nurses convida enfermeiros de todo o mundo a participar do [Congresso do ICN 2025](#) em Helsinque, Finlândia, de 9 a 13 de junho. Com o tema "O Poder dos Enfermeiros para Mudar o Mundo", o congresso enfatiza o papel crucial que os enfermeiros desempenham na transformação dos cuidados de saúde.<sup>101</sup>

## Considerações finais

As organizações da sociedade civil continuaram bastante ativas em suas manifestações nos *websites* e nas redes sociais. Em geral, os objetos das manifestações desta quinzena não foram diferentes dos objetos das manifestações anteriores: conflitos, ajuda humanitária, crise climática, doenças infecciosas, pesquisa e desenvolvimento, etc.

Uma diferença importante, contudo, merece ser registrada. Trata-se de um maior número de manifestações, por parte de organizações da sociedade civil de interesse público, relacionadas a pesquisa e desenvolvimento. Assim, a People's Vaccine Alliance denunciou a decisão da Moderna de suspender os planos de construir uma fábrica de vacinas no Quênia; o Geneva Graduate Institute divulgou seus novos projetos de pesquisa, focando em desigualdades, inovação e participação e lançou um livro sobre descolonização e antirracismo; a DNDi assinou um acordo de cooperação com o Instituto Queniano de Pesquisas Médicas; e a Stopaids publicou um relatório sobre tecnologias digitais e inteligência artificial.

Enfim, os temas centrais continuam sendo aqueles problemas que as populações têm sofrido sem que os poderosos do mundo tomem atitudes para enfrentá-los efetivamente. As organizações da sociedade civil persistem em sua luta para além da saúde-doença, buscando mobilizações globais em prol das pessoas, seus territórios e seus modos de vida.

## REFERÊNCIAS

1. CARE [Internet]. Between two cultures: Bridging the gap for Ukrainian students in Poland; 16 abr 2024 [citado em 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/between-two-cultures-bridging-the-gap-for-ukrainian-students-in-poland/>.
2. CARE [Internet]. Fighting for maternal health in Ethiopia with two sticks and fertilizer sacks; 15 abr 2024 [citado em 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/fighting-for-maternal-health-in-ethiopia-with-two-sticks-and-fertilizer-sacks/>
3. CARE [Internet]. In the 'shooting zones' of Haiti; 10 abr 2024 [citado em 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/in-the-shooting-zones-of-haiti/>.
4. People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHM solidarity act for Gaza; 07 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-solidarity-act>
5. People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHM Global Health activists rally for justice; 07 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-global-health-activists-rally-for-justice> .
6. CARE [Internet]. Mothers in Gaza: "I cry when I sleep.."; 12 abr 2024 [citado em 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/mothers-in-gaza-i-cry-when-i-sleep-i-cry-when-i-wake-up-during-the-day-i-try-to-be-strong-for-my-children/>
7. Human Rights Watch [Internet]. Explosive Weapons' Dire Impact on Cultural Heritage; 18 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/04/18/explosive-weapons-dire-impact-cultural-heritage>
8. ActionAid. [Internet]. All political and diplomatic means must be utilised prevent increased civilian harm and; 16 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/all-political-and-diplomatic-means-must-be-utilised-prevent-increased-civilian-harm-and>
9. Geneva Graduate Institute. [Internet]. Indonésie election Prabowo a démocratie en danger; 16 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/indonesie-avec-lelection-de-prabowo-la-democratie-en-danger>
10. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Reaction to the G7 Foreign Ministers' Statement | Oxfam International; 19 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-g7-foreign-ministers-statement>

11. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Reaction to Paris pledging conference for Sudan and its neighbors | Oxfam International; 16 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-paris-pledging-conference-sudan-and-its-neighbors>
12. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam: Keeping aid to world's poorest countries at stagnating levels is a "moral failure and betrayal" | Oxfam International; 11 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-keeping-aid-worlds-poorest-countries-stagnating-levels-moral-failure-and>
13. ActionAid. [Internet]. 21 billion pledges Sudan crisis step right direction immediate ceasefire still urgent; 17 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/21-billion-pledges-sudan-crisis-step-right-direction-immediate-ceasefire-still-urgent>
14. Médicos Sin Fronteras (MSF) | Organización médico-humanitaria [Internet]. Trapani, Italia: se retiran los cargos contra los rescatadores en el Mediterráneo; [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/trapani-italia-se-retiran-los-cargos-los-rescatadores-mediterraneo>
15. World Medical Association [Internet]. WMA calls for international solidarity in opposing UK proposed legislation on migrants' rights; 19 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-calls-for-international-solidarity-in-opposing-uk-proposed-legislation-on-migrants-rights/>
16. World Heart Federation. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/worldheartfed/status/1780939837694193869>
17. European Public Health Association [Internet]. EPHA Addressing the health and care workforce crisis; 16 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://epha.org/addressing-the-health-and-care-workforce-crisis-ways-forward-for-policymaking/>
18. The People's Vaccine [X]. Less than two months until the World Health Assembly[...]; 11 Abr 2024 [citado em 19 Abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1778443849133621693?s=46&t=1JesNPJNbOeEjoySq8ZNuQ>
19. The People's Vaccine [X]. Less than two months until the World Health Assembly[...]; 11 Abr 2024 [citado em 19 Abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1778443849133621693?s=46&t=1JesNPJNbOeEjoySq8ZNuQ>
20. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. New Release: April SHEM Highlights are out! 15 abr. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1779876560574599370>. Acesso em: 19 abr. 2024
21. World Public Health Nutrition Association. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/WPHNA/status/1781007937684803954>
22. World Public Health Nutrition Association. X [Internet]. WPHN CONGRESS 2024. 16 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Wphncongress/status/1780204827756118478>
23. NCD Alliance. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/ncdalliance/status/1781002415002488874>
24. ACT Promoção da Saúde [Internet]. Alimentação saudável está em risco na reforma tributária, dizem entidades; 10 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/alimentacao-saudavel-esta-em-risco-na-reforma-tributaria-dizem-entidades/19705/>
25. European Public Health Association [Internet]. EPHAMaking Prepared Foods Healthier and More Sustainable; 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://epha.org/making-prepared-foods-healthier-and-more-sustainable/>.
26. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. INC4: Canada must get the Global Plastics Treaty talks back on track - Greenpeace International; 18 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em:

em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66493/inc4-canada-must-get-the-global-plastics-treaty-talks-back-on-track>

27. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Scientists and NGOs call for Ecuador, Panama, Costa Rica and Colombia to ratify the UN High Seas Treaty to deliver 30x30 in the High Seas - Greenpeace International; 9 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66413/scientists-ngos-ecuador-panama-costa-rica-colombia-ratify-un-high-seas-treaty-deliver-30x30-high-seas>

28. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Financial institutions are funding deforestation in the Amazon - Greenpeace International; 9 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66325/banks-financial-institutions-deforestation-amazon-brazil>

29. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. PICTURES: 'Our ocean is not for sale': Greenpeace Greece calls on leaders in Athens to act - Greenpeace International; 15 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66456/pictures-our-ocean-is-not-for-sale-greenpeace-greece-calls-on-leaders-in-athens-to-act>

30. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. PICTURES: Protest in open sea against Russian oil shadow fleet - Greenpeace International; 12 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66428/protest-russian-oil-shadow-fleet-pictures>

31. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. IKEA furniture destroys some of Europe's last remaining ancient forests - Greenpeace International; 10 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66349/ikea-furniture-destroys-some-of-europes-last-remaining-ancient-forests>

32. Geneva Graduate Institute. [Internet]. Climat jeunes manifestants peuvent ils encore peser sur les negociations; 16 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/fr/communications/news/climat-les-jeunes-manifestants-peuvent-ils-encore-peser-sur-les-negociations>

33. Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Victory for Swiss Senior Women for Climate Protection: Climate protection is a human right - Greenpeace International; 9 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66344/victory-for-swiss-senior-women-for-climate-protection-climate-protection-is-a-human-right>

34. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam: European Court of Human Rights provides a partial step forward for climate protection but a step back on international accountability | Oxfam International; 9 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-european-court-human-rights-provides-partial-step-forward-climate-protection>

35. European Public Health Association [Internet]. EPHA Support the trilogue deal for cleaner air and better health; 16 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://epha.org/making-prepared-foods-healthier-and-more-sustainable/>

36. Women in Global Health. X [Internet]. 15 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1779893279443529971>

37. Women in Global Health. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1780912730716745753>

38. Women in Global Health. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1780990568388083978/photo/1>

39. Women in Global Health. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1780990564889952650>

40. Women in Global Health. X [Internet]. 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1781013486274809903>



41. People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHM activists urge unity and solidarity for women; 09 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-activists-urge-unity-and-solidarity-for-women>
42. World Medical Association [Internet]. WMA URGES GAMBIA TO REJECT BILL LIFTING BAN ON FEMALE GENITAL MUTILATION; 17 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-urges-gambia-to-reject-bill-lifting-ban-on-female-genital-mutilation/>
43. NCD Alliance. X [Internet]. 15 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível <https://twitter.com/ncdalliance/status/1779806267315249603>
44. NCD Alliance. X [Internet]. 15 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível <https://twitter.com/ncdalliance/status/1779863895273857292>
45. IAPO and The Synergist jointly host a Side Event at the 77th World Health Assembly in May 2024 | International Alliance of Patients' Organizations. 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15666>. Acesso em: 18 abr. 2024
46. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Income inequality high or rising in 60 percent of countries with loans from IMF and World Bank | Oxfam International; 15 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/income-inequality-high-or-rising-60-percent-countries-loans-imf-and-world-bank>
47. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam: Keeping aid to world's poorest countries at stagnating levels is a "moral failure and betrayal" | Oxfam International; 11 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-keeping-aid-worlds-poorest-countries-stagnating-levels-moral-failure-and>
48. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. EU governments miss 33 million euros per hour in unpaid taxes from Europe's super-rich | Oxfam International; 11 abr 2024 [citado 20 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/eu-governments-miss-33-million-euros-hour-unpaid-taxes-europes-super-rich>
49. ACT Promoção da Saúde [Internet]. Estudo sobre ultraprocessados, nova fase da campanha Doce Veneno, evidências sobre tributos saudáveis, e mais: Boletim 199; 9 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/estudo-sobre-ultraprocessados-nova-fase-da-campanha-doce-veneno-evidencias-sobre-tributos-saudaveis-e-mais-boletim-199/19703/>
50. People's Health Movement (PHM). [Internet]. 5ASP kicks off in Mar del Plata; 06 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-kicks-off-in-mar-del-plata>
51. People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHM call for action against corporate dominance in Global Health; 10 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-phm-calls-for-action-against-corporate-dominance-in-global-health>
52. People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHM holistic health transformations; 10 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-holistic-health-transformations>
53. WFOT - World Federation of Occupational Therapists. Occupational Therapy and Primary Care. 9 abr. 2024. Disponível em: <https://wfot.org/resources/occupational-therapy-and-primary-care>. Acesso em: 19 abr. 2024
54. World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; abr 2024 [citado 17 abr 2024]. Disponível em: [https://wfmh.global/news/2024.24-04-17\\_wmhd2024-theme](https://wfmh.global/news/2024.24-04-17_wmhd2024-theme)
55. Global Health Council [Internet]. The Mental Health Costs for Frontline Health Workers; 5 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://globalhealth.org/the-mental-health-costs-for-frontline-health-workers/>

56. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Integrating Oral Health in School Systems: A Path to Better Well-being | WFPHA. 15 abr. 2024c. Disponível em: <https://www.wfpha.org/integrating-oral-health-in-school-systems-a-path-to-better-well-being/>. Acesso em: 19 abr. 2024
57. Fundación huésped [X]. ¿Cómo que ya estamos en abril y seguimos viendo mosquitos? [...]; 16 Abr 2024 [citado em 19 Abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1780249410187772101>
58. Fundación huésped [X]. Recibimos muchas preguntas sobre la vacuna contra el dengue [...]; 11 Abr 2024 [citado em 19 Abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1778536538718245119>
59. Public citizen [Internet]. CDC Should Promptly Facilitate Administration of Botulinum Antitoxin to People with Illnesses Linked to Counterfeit “Botox”; 17 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/cdc-should-promptly-facilitate-administration-of-botulinum-antitoxin-to-people-with-illnesses-linked-to-counterfeit-botox/>
60. World Heart Federation. X [Internet]. 14 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1779549049487528219>
61. World Heart Federation. X [Internet]. 14 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1779415108348715120>
62. STOPAIDS [Internet]. Shifting Power to Save Lives: Youth Stop AIDS Speaker Tour 2024; 11 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/04/11/shifting-power-to-save-lives-youth-stop-aids-speaker-tour-2024/>
63. IFA. International Federation of Ageing. Following the completion of the Adult Vaccination Health Care Professional (AV-HCP) ECHO program. 17 abr. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1780718086305321400>. Acesso em: 19 abr. 2024
64. IFA. International Federation of Ageing. Vaccine Advocacy Tip of the Day! 12 abr. 2024c. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1778890928842768854>. Acesso em: 19 abr. 2024.
65. World Heart Federation. X [Internet]. 17 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível <https://twitter.com/worldheartfed/status/1780602190144442813>
66. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Empowering Indigenous Voices: Reflections from the Permanent Forum on Indigenous Issues” | WFPHA. 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/empowering-indigenous-voices-reflections-from-the-permanent-forum-on-indigenous-issues/>. Acesso em: 19 abr. 2024.
67. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Health: A Political Choice – Amplifying Indigenous Voices in Global Health | WFPHA. 16 abr. 2024b. Disponível em: <https://www.wfpha.org/health-a-political-choice-amplifying-indigenous-voices-in-global-health/>. Acesso em: 19 abr. 2024.
68. IFA. International Federation of Ageing. It’s the last day of the Global Rally on the rights of older persons! 14 abr. 2024b. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1779540285522882762>. Acesso em: 19 abr. 2024.
69. World Medical Association [Internet]. WMA stands against oppressive anti-LGBTQ laws in Uganda; 19 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/wma-stands-against-oppressive-anti-lgbtq-laws-in-uganda/>
70. The People’s Vaccine [X]. Moderna decides to put plans for a vaccine plant in Kenya on hold [...]; 12 Abr 2024 [citado em 19 Abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1778690525924663528>
71. Geneva Graduate Institute. [Internet]. Discover our research projects; 18 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/discover-our-research-projects>



72. Geneva Graduate Institute. [Internet]. Book launch decolonisation, anti-racism and legal pedagogy; 16 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/book-launch-video-decolonisation-anti-racism-and-legal-pedagogy>
73. DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. We're delighted to have signed an MOU with @KEMRI\_Kenya! 19 abr. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1781258326254223662>. Acesso em: 19 abr. 2024.
74. STOPAIDS [Internet]. The Digital Health & Rights Project Responds to the Global Digital Compact Zero Draft; 15 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/04/15/digital-health-rights-project-responds-to-the-global-digital-compact-zero-draft/>
75. The InterAcademy Partnership [Internet]. The G7 Science Academies released several Joint Statements to address key challenges; 17 Abril 2024 [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/g7-science-academies-urge-action-ai-nuclear-arms-control-and-social-issues>
76. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Through music and nutrition, a farmer's passions come alive; abr 2024 [citado 17 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/james-mutinda-music-farmer>
77. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. New Analysis Aims To Expand Global Food Composition Databases by More Than 1,000; abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-analysis-aims-to-expand-global-food-composition-databases-by-more-than-1000/>
78. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Joins Mayor Adams and Cross-Sector Partnership To Reduce Food-Related Carbon Emissions; abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-joins-mayor-adams-and-cross-sector-partnership-to-reduce-food-related-carbon-emissions/>
79. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. National University of Singapore's IES, The Rockefeller Foundation Advance Renewable Energy Connectivity in Southeast Asia; abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/national-university-of-singapores-ies-the-rockefeller-foundation-advance-renewable-energy-connectivity-in-southeast-asia/>
80. FIND. Twitter [Internet]. Check out our new report, "Willingness to Pay Survey for Continuous Glucose Monitoring Devices in South Africa and Kenya"! There [Tweet]; 18 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1780894870149701661>
81. Core Group [Internet]. Small Grants for Scaled Impact [citado em 19 Abril 2024]. Disponível em: <https://coregroup.org/small-grants-for-scaled-impact/>
82. WellcomeTrust. WellcomeTrust on X [Internet]. WellcomeTrust; abr 2024 [citado 17 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/wellcometrust/status/1777630945304104982>
83. The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. New Nets Prevent 13 Million Malaria Cases in Sub-Saharan Africa; 17 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-04-17-new-nets-prevent-13-million-malaria-cases-sub-saharan-africa/>
84. The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Empower African Youth So They Can Put an End to AIDS; 16 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-04-16-empower-african-youth-put-an-end-to-aids/>
85. The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. To End AIDS, We Must Reclaim Our Unyielding Pursuit of Equity; 18 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-04-18-to-end-aids-we-must-reclaim-unyielding-pursuit-equity/>

86. The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Mozambique and Global Fund Launch New Grants to Accelerate Progress Against HIV, TB and Malaria and Strengthen Health Systems; 11 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-04-11-mozambique-global-fund-new-grants-progress-against-hiv-tb-malaria/>
87. FIND. Twitter [Internet]. Join us for a webinar series with @StopTB on 17 April! We'll delve into the latest @WHO recommendations on using [Tweet]; 12 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1778722007292502017>
88. FIND. Twitter [Internet]. Today is #WorldChagasDay - this year's theme is "Tackling Chagas disease: detect early & care for life" Chagas is treatable when [Tweet]; 14 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1779404241519485184>
89. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The capital women need, for the future we all need; abr 2024 [citado 17 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/capital-women-equitable-growth>
90. WellcomeTrust. WellcomeTrust on X [Internet]. WellcomeTrust; abr 2024 [citado 17 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/wellcometrust/status/1780579661925204294>
91. The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Community Health Workers Bridge the Gap; 9 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-04-09-community-health-workers-bridge-the-gap/>
92. FIND. FIND [Internet]. G20 engagement - FIND; 8 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/advocacy/g20-engagement/>
93. FIND. FIND [Internet]. FIND's second intervention statement at the plenary session on the Global Alliance for Regional Production and Innovation during the second G20 health working group meeting - FIND; 10 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/statements/finds-second-intervention-statement-at-the-plenary-session-on-the-global-alliance-for-regional-production-and-innovation-during-the-second-g20-health-working-group-meeting/>
94. FIND. FIND [Internet]. FIND's first intervention statement at plenary session on the Global Alliance for Regional Production and Innovation during the second G20 health working group meeting - FIND; 10 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/finds-first-intervention-statement-at-plenary-session-on-the-global-alliance-for-regional-production-and-innovation-during-the-second-g20-health-working-group-meeting/>.
95. FIND. FIND [Internet]. FIND's intervention statement at the plenary session on the Global AMR R&D Hub during the second G20 health working group meeting - FIND; 9 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/finds-intervention-statement-at-the-plenary-session-on-the-global-amr-rd-hub-during-the-second-g20-health-working-group-meeting/>.
96. FIND. FIND [Internet]. FIND's intervention statement at the plenary session on operationalizing GIDH during the second G20 health working group meeting - FIND; 8 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/finds-intervention-statement-at-the-plenary-session-on-operationalizing-gidh-during-the-second-g20-health-working-group-meeting/>
97. FIND. FIND [Internet]. FIND statement at telehealth side-event during the second G20 health working group meeting - FIND; 8 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/find-statement-at-telehealth-side-event-during-the-second-health-working-group-meeting-of-the-g20/>
98. FIND. FIND [Internet]. FIND statement at telehealth side-event during the second G20 health working group meeting - FIND; 8 abr 2024 [citado 19 abr 2024]. Disponível em:

<https://www.finddx.org/publications-and-statements/position-statement/find-statement-at-telehealth-side-event-during-the-second-health-working-group-meeting-of-the-g20/>.

99. NCD Alliance. X [Internet]. 16 abr 2024 [citado 18 abr 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/ncdalliance/status/1780262774909595667>

100. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Webinar: Secure Futures: Bridging Sustainable Investment in Immunization and Defense Strategies | WFPHA. 17 abr. 2024b. Disponível em: <https://www.wfpha.org/webinar-secure-futures-bridging-sustainable-investment-in-immunization-and-defense-strategies/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

101. International Council of Nurses. ICN invites the nurses of the world to attend Congress 2025 in Helsinki, Finland, the happiest country on the planet. Recuperado de: <https://www.icn.ch/news/icn-invites-nurses-world-attend-congress-2025-helsinki-finland-happiest-country-planet>

## **Reformas possíveis: o caminho dentro do impossível?**

### ***Possible reforms: the path within the impossible?***

**Rafaela Venturella De Negri**

**Armando De Negri Filho**

**Abstract.** *In this inform we build a path throughout Global Health, to Climate and - finally - peaking at Financialization of life and rights, analysing documents, events and initiatives from the last two weeks, with special attention to the last published draft of the international mechanism called Pandemic Treaty, to the events around the International Earth Day and the necessary reforms - not as systemic as we would like, but as possible as we desperately need - proposed by specialists from civil society.*

**Keywords:** *International Earth Day. Global Public Health. Public Policies Funding. Tax Justice. Localization inside Public Health Policies. Pandemic Treaty.*

**Resumo.** Neste informe construímos um caminho através da Saúde Global, até ao Clima e - finalmente - culminando na Financeirização da vida e dos direitos, analisando documentos, eventos e iniciativas das últimas duas semanas, com especial atenção ao último rascunho publicado do mecanismo internacional denominado Tratado Pandémico, aos acontecimentos em torno do Dia Internacional da Terra e às reformas necessárias - não tão sistémicas como gostaríamos, mas tão possíveis como necessitamos desesperadamente - propostas por especialistas da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Dia Internacional da Terra. Saúde Pública Global. Financiamento de Políticas Públicas. Justiça Fiscal. Localização dentro de Políticas Públicas de Saúde. Tratado Pandémico.

Neste último informe do mês de abril de 2024, retomamos nossa forma - depois de um intervalo curto ao dividir o informe passado não em 3, mas em 2 seções - e trouxemos notícias, eventos e publicações especiais focados em financeirização dos direitos humanos e suas possibilidades de reformas, saúde, entrando aqui a análise do último rascunho do Tratado Pandémico, e clima. Porém, tentando uma nova ordem, agora com Saúde, Clima e, então, fechando nosso documento, Financeirização da vida, da saúde e do clima; tentando assim construir uma narrativa de análise crítica ao redor dos eventos desta última quinzena e sua representação dentro da realidade estruturante da mercantilização do sistema terra e suas possibilidades de reformas em “blocos”.

Ao todo, somam-se 15 documentos que serão analisados abaixo.

### **Saúde**

Uma nova versão do Tratado Pandémico - Pandemic Treaty, em negociação desde 2021 - foi liberada nesta última semana em meio a possibilidades de atraso e revogação do prazo de apresentação de uma primeira versão oficial. A data proposta pelo corpo intergovernamental de negociação - INB - foi maio de 2024, porém o grupo já deu indícios de que, devido a divergências e impossibilidades, a data poderia ser adiada. Divergências essas que - em sua base

- seriam a articulação mais necessária e objetiva do instrumento: a configuração de uma rede de compartilhamento global que teria com a finalidade de observar e alertar sobre o perigo de novos patógenos e ameaças virais e, após isso, garantir acesso igualitário entre as nações para meios de proteção e resposta - vacinas, equipamentos de proteção, tecnologias etc.

As versões anteriores, acusadas de “grandes em forma e curtas em conteúdo” - expressão que casa perfeitamente com o uso de expressões vagas e ambíguas sobre assuntos pertinentes e empíricos para a construção de um mecanismo global eficiente na prevenção, preparação e resposta a pandemias que parece ser a coluna estrutural do documento. Vaga em métodos e mole em ideais, não há proposta sólida dentro do acordo: nem sobre como, onde ou através de qual financiamento - assunto de especial interesse da sociedade civil organizada, que vem levantando possibilidades de financiamento através de uma nova política fiscal e\ou através de mecanismos de financiamento nacional - como as Nações Unidas é - que seria calculado com base na noção de responsabilidade comum, mas diferenciada. O acordo também falha em ignorar as propostas de alívio da dívida externa como um meio de facilitar a fortificação do orçamento em saúde dos países em desenvolvimento.

Somando-se a isso, a falta de comprometimento do Norte Global em aceitar compartilhar equipamentos, tecnologia e informações e, ao mesmo tempo, sua exigência de que o Sul Global o faça sempre que uma possível ameaça surgir, num movimento desequilibrado de acesso a bens comuns de saúde, o Acordo está em perigo.

No último dia 17, a professora Nina Schwalbe, já mencionada em nossos informes, mais uma vez analisou o acordo, ponderando os avanços e os impasses do documento que poderia solidificar - ou enterrar - inúmeros avanços na esfera da saúde global equitativa.

“A proposta #PandemicAccord da Organização Mundial da Saúde foi divulgada. Não há disposições para monitorar a conformidade ou detalhes sobre os requisitos de relatórios estaduais, exceto “periodicamente”. Isto deixa os Estados-Membros sem qualquer responsabilidade por qualquer dos seus compromissos do tratado (fracos ou fortes).

Um positivo? A proposta articula algumas intenções ambiciosas (por exemplo, transferência de tecnologia, partilha de agentes patogénicos). Existe algum texto razoável em torno de disposições para promover o acesso oportuno e equitativo a produtos relacionados com a pandemia que foram desenvolvidos com financiamento governamental.

No entanto, existe muita linguagem ambígua (por exemplo, “tomar medidas”, “considerar apoiar” e “de acordo com a legislação nacional”). Detalhes sobre questões-chave (por exemplo, acesso a patógenos e repartição de benefícios/PABS, One Health e mecanismos de coordenação de financiamento) permanecem a serem definidos. Um projeto de resolução para a Assembleia Mundial da Saúde propõe a criação de grupos de trabalho sobre estas “questões complicadas”. Falta notavelmente um grupo de trabalho para responsabilização ou qualquer tipo de Comitê de Conformidade.

O Secretariado da OMS será o Secretariado do acordo. Por outras palavras, esta OMS não acolhe um Secretariado Independente – é o Secretariado. O DG também será responsável por convocar os comitês de peritos que impulsionarão o pensamento sobre estas questões. Diferentemente dos projetos anteriores, a proposta coloca a OMS diretamente no comando como “a autoridade diretora e coordenadora do trabalho internacional de saúde, incluindo a preparação, prevenção e resposta a pandemias”.

É digno de nota que desapareceu qualquer referência a quaisquer novos fundos e ao alívio da dívida em apoio à preparação e resposta à pandemia. Há também uma nova linguagem em torno do potencial desenvolvimento de um novo (e separado?) instrumento para One Health. Um projeto de resolução para a Assembleia Mundial da Saúde em maio também propõe a criação do Comitê, como o principal comitê para lidar com questões relacionadas com emergências sanitárias. Não está claro como este Comitê se relacionará com o tratado, se é que se relacionará.

O resultado final? Não há previsão de financiamento ou prestação de contas. Assim, mesmo que fosse adotado, como poderia ou seria medido qualquer compromisso (mesmo um fraco)? E como pode qualquer ambição ser alcançada sem financiamento para apoiar a implementação?

Vamos ver, quando as negociações finais começarem em 29 de abril.”

Durante a revisão desse documento, vimos a publicação de um artigo no Washington Post que critica a direção do acordo, deixamos aqui o link para leitura dos interessados: <https://www.washingtonpost.com/health/2024/04/21/pandemic-global-health-officials-agreement/>

Num desdobramento dos níveis - ou desníveis - de privilégio e acesso entre Sul e Norte Global, a organização Public Eye publicou um relatório chocante na última semana: a Nestlé, a gigante alimentícia que faturou quase 3 bilhões de dólares em 2022, não se preocupa igualmente com a saúde de infantes ao redor do globo.

A pesquisa apresentada no documento mostra como a mega indústria adiciona de forma autorizada mais açúcar nos cereais vendidos em pontos do Sul Global. Enquanto produtos Cerelac - o famoso Mucilon - comercializados na Alemanha para bebês de 6 meses tem 0g de açúcar, o mesmo produto comercializado na Tailândia conta com 6g de açúcar, cenário que se repete em outros países, com o Norte Global sempre firme nos 0g de açúcar por porção e com o Sul indo de 1,6g mais exorbitantes 6g por porção, situação que se torna especialmente - como se pudesse piorar - preocupante quando lembramos que os países do Sul Global sofrem com o aumento da obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e câncer frutos de uma alimentação cerceada pelos ultraprocessados e suas empresas que financeiriza a alimentação e colocam em risco a saúde. E a corporação vai além: para aumentar as vendas dos produtos, faz parcerias com influenciadores do nicho parental, como mães e pais que filmam e comercializam a imagem de seus filhos e suas famílias consumindo os produtos da marca - nunca comentando nada sobre o teor de açúcar.

“No entanto, na maioria dos países da América Central, onde a Nestlé promove agressivamente o Nido por meio de influenciadores, o leite em pó para crianças com um ano de idade contém mais de uma colher de chá de açúcar por porção. Na Nigéria, Senegal, Bangladesh e África do Sul – onde Nido é uma das marcas mais populares – todos os produtos para crianças de um a três anos contém açúcar adicionado. “Não compreendo por que os produtos vendidos na África do Sul deveriam ser diferentes dos vendidos nos países de rendimento mais elevado”, afirma Karen Hofman, professora de saúde pública na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, e pediatra qualificada. “É uma prática colonialista que não deve ser tolerada”, denuncia.”

O mesmo vem acontecendo no Norte Global, acometendo famílias com menor poder aquisitivo e com menos acesso a alimentos saudáveis, como vimos em 2023 nos nossos informes

através desta reportagem: <https://peoplesdispatch.org/2023/06/12/ultra-processed-food-dominates-child-nutrition-in-the-uk/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io>. O marketing pró-ultraprocessados é parte do pacote de financiamento das grandes corporações da indústria dos alimentos e domina a possibilidade de escolhas ao redor do mundo, formando um aterro de obesidade e desnutrição. Trouxemos este tópico no nosso primeiro informe do ano de 2024, com o painel da organização Society for International Development intitulado “The surging Pandemic of Health and Food Financialization” explorou as conexões de um mundo financeirizado, com a anulação dos direitos humanos na comida e na saúde promovida pela infecção e controle dessas áreas - e de muitas outras áreas - de bens comuns por empresas privadas e seus objetivos não-cívicos.

Ainda dentro do bloco da saúde, e dando sequência ao segundo bloco do nosso último informe, trazemos os desdobramentos da Quinta Assembleia da Saúde (PHA5) que aconteceu no Mar Del Plata na segunda semana de Abril (7 a 11). A conclusão do evento: a desmilitarização e a soberania da paz são blocos indispensáveis para a construção de uma saúde global. O evento e seus presentes mencionaram a determinação social da saúde e sua ligação com realidades de guerra e destruição, conectando os principais conflitos atuais com práticas colonialistas de controle e exploração, o PHA5 explorou os acontecimentos recentes do Sudão, da Palestina, do Iêmen e do Brasil e afirmou sua relação com práticas imperialistas do Norte Global.

“Falando sobre a situação da saúde no Sudão, a ativista da saúde Rawia Mahmoud alertou que a guerra poderia fazer com que 230 mil mulheres e crianças morressem de fome ao longo de meses. O conflito em curso também significou um aumento significativo de doenças transmissíveis como a cólera, uma vez que as infra-estruturas essenciais de saneamento sofreram danos generalizados. Além disso, a guerra levou a um recrudescimento da violência de gênero, com o número de testemunhos de meninas raptadas e escravizadas crescendo constantemente.

O Iêmen testemunhou uma tendência semelhante ao Sudão com doenças infecciosas, com diarreia a devastar a população, como salientou Elham Jameel, da Associação para a Saúde para Todos. A incapacidade de prestar serviços para tratar doenças transmissíveis anda de mãos dadas com a incapacidade de prestar cuidados a doenças crônicas, alertou Jameel.

Os conflitos armados tornam impossível contar com uma rede de serviços especializados espalhados por um país ou região devido a restrições de viagem ou riscos associados às viagens. Em outros casos, é impossível sequer construir tais infra-estruturas devido às limitações impostas às importações de equipamento médico ou simplesmente ao seu preço.

A saúde é ainda mais afetada pelo confisco de terras e pela deslocação forçada de milhares de pessoas. Durante uma das sessões do PHA 5, Mateus Brito da Coordenação Nacional de Quilombos, Brasil, afirmou que a luta pela saúde não pode ser vista separada da luta pela terra ou da luta contra o racismo. Segundo ele, a colonialidade e o racismo alimentam-se mutuamente – e ambos são resultado do domínio do Norte Global. Só podem ser derrotados com um repensar radical do que significa a descolonização e do papel que a saúde desempenha nela.

“É necessário que o conceito de descolonização saia da pura academia e volte para os movimentos sociais – porque é aqui que estão as comunidades impactadas”, disse Brito.

Muhammad Skafi, da Sociedade Palestiniense de Assistência Médica (PMRS), repetiu os pensamentos de Brito sobre a expropriação de terras, prestando testemunho do crescimento

da violência dos colonos contra os palestinos na Cisjordânia, enquanto os cuidados de saúde na Faixa de Gaza estão a ser dizimados pelas Forças de Ocupação Israelitas. “Eles estão confiscando terras. Estão cortando nossas oliveiras. Algumas comunidades são completamente deslocadas à força devido a ataques de colonos.”

Estas práticas, segundo os ativistas que participaram na Assembleia, não podem ser vistas independentemente dos interesses do complexo militar-industrial. “Hoje, o capitalismo global não pode sobreviver sem violência e militarismo e, portanto, a guerra e o militarismo tornaram-se eles próprios um grande negócio”, afirmou a PHA 5 no seu Apelo à Ação.

Como resposta, os ativistas da saúde estão determinados a continuar a trabalhar no sentido da desmilitarização global, unindo forças com iniciativas de paz e desarmamento já ativas no terreno. A única forma de proteger e descolonizar a saúde global reside na possibilidade de incluir mais grupos de base em ambos os movimentos, trazendo práticas e conhecimentos de baixo para cima e permitindo a solidariedade internacional.

Para que o movimento pelo direito à saúde seja verdadeiramente bem-sucedido no seu apoio à paz, disse Ubai Aboudi do Centro de Investigação e Desenvolvimento de Bisan, deve organizar-se “em comunidade, juntos, a fim de resistir aos sistemas bárbaros que desumanizam as pessoas.”

Ainda nesta temática, o veículo midiático Middle East Eye publicou uma reportagem que explora os efeitos dos conflitos, da violência sistêmica e da destruição do sistema de seguridade social dentro das sociedades violentadas. “Lebanon: Hamas fills a public service void for Palestinian communities” mostra como, numa realidade permeada pela violência, pelo Estado inativo e pela exclusão, civis migrantes encontram em organizações para militares a ajuda que precisam para sobreviver. No Líbano, refugiados palestinos contam com Hamas para sobreviver em meio a um Estado afundado em crises socioeconômicas, criando um ápice de popularidade para o grupo. A falta do Estado - no lugar que for - abre espaço e necessidade para a presença de outros grupos que forneçam os serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado - segurança, educação, saneamento, alimentação, saúde - criando uma realidade de micro gerenciamentos de territórios e grupos de poder paralelos ao Estado com E maiúsculo, intensificando conflitos, promovendo fácil recrutamento e aprofundando a ideia de “não estatização” dos deveres que deveriam ser do governo. A necessidade de receber bem imigrantes e de integrar os mesmos a agenda de obrigadoriedades do Estado é - surpresa - responsabilidade do Estado. Grupos de para-poder são criados a partir de uma necessidade de representatividade, serviços básicos e bens comuns não sendo promovidos pela outra ponta do contrato social.

“Numa sondagem realizada pelo Instituto de Washington após o ataque do Hamas em 7 de outubro, 79 por cento dos libaneses expressaram geralmente uma opinião positiva sobre o Hamas, mas entre os cristãos, a maioria era menor, 59 por cento.

Abu Shanaa mudou-se para o bairro em 2000 e disse que na época a água só corria uma vez a cada duas semanas. Não havia iluminação pública e as estradas estavam cheias de buracos.

Anteriormente, ele morava em Ain al-Hilweh, em Sidon, o maior campo de refugiados para palestinos do país. Quando o pai de Abu Shanaa era criança, fugiu da sua aldeia em Akka, no norte da Palestina, depois de esta ter sido atacada pelas forças israelitas em 1948.



A UNWRA estima que cerca de 250 mil refugiados palestinos residam no Líbano. Embora muitos vivam no país há mais de 75 anos, ainda lhes é negado o acesso a direitos básicos, como possuir uma propriedade.

Pouco depois de Abu Shanaa chegar ao bairro, contactou o município de Sidon e formou um comitê com “todas as seitas e partidos”, tanto libaneses quanto palestinos, para iniciar os projetos de infraestrutura.

Eles começaram cavando poços de água potável, que custaram cerca de US\$ 5 mil no total. O Hamas doou US\$ 2 mil, segundo Abu Shanaa. Em seguida, consertaram as estradas e instalaram iluminação pública.

“O prefeito ficou muito feliz com o nosso trabalho”, disse Abu Shanaa. “Os nossos esforços fizeram com que as famílias, as forças [de segurança] libanesas e o município nos apreciassem mais porque as coisas se tornaram mais organizadas”, acrescentou.

Alguns anos mais tarde, por volta de 2004, Abu Shanaa organizou um projeto para construir uma calçada que conduzia ao bairro: financiado 80% pelo Hamas e 20% pelo município.

Então, em 2009, Abu Shanaa contactou um cristão libanês que possuía um terreno não utilizado na área, que lhe permitiu transformá-lo num campo de futebol. O Hamas contribuiu com US\$ 11 mil, disse Abu Shanaa.

Com espaço para se envolver em atividades saudáveis e participar em programas comunitários, as taxas de abuso de drogas e álcool diminuíram entre os jovens, disse Abu Shanaa. “Ajudamos a estabelecer a ordem”, acrescentou. “As pessoas nos aceitaram e nos respeitaram mais.”

Desde então, o Hamas coordenou uma variedade de projetos e programas para a vizinhança. Abu Shanaa também observou que existem muitas outras comunidades apoiadas pelo Hamas no Líbano, semelhantes à de Sidon.”

Esta reportagem ecoa no novo podcast Global Health Matters da Health Policy Watch - Independent Global Health Reporting de título: “Empowering Global Health Reporting: Perspectives from Leading Journalists”. Os convidados foram Stephanie Nolen, repórter do The New York Times que cobre assuntos de saúde global, e Paul Adepoju, um jornalista freelancer que mora atualmente na Nigéria e cobre assuntos dedicados à saúde e à ciência; conversaram sobre a necessidade de, quando relatando assuntos da saúde global, montar um quebra cabeça que ligue aspectos locais com perspectivas globais - basicamente, o jornalismo sistêmico já explorado num informe de 2023 através de uma publicação do veículo Joio e Trigo. “As histórias de saúde não tratam apenas de fatos médicos; são tapeçarias intrincadas tecidas com fios económicos, políticos e sociais, de acordo com dois jornalistas internacionais de saúde.” reforçou Adepoju, segundo os especialistas, o desafio agora é manter o “hype” gerado pelo COVID-19, que alimentou um holofote internacional em cima de histórias sobre saúde pública global.

“Precisamos manter o impulso que a COVID criou para as histórias de saúde e garantir que as histórias de saúde, as questões de saúde, não regressem a um pequeno canto do jornal”, segundo Adepoju. Há também a necessidade de capacitar, ampliar e chamar mais atenção para plataformas dedicadas de relatórios de saúde, porque não importa o que façamos, ainda há um limite para o que uma publicação de notícias gerais pode comprometer com relatórios de saúde, e há muitos problemas de saúde (para relatar).”

A localização\localization - termo tomado do campo da tradução que define a procura de “sinônimos” inter idiomas - aqui é de vital importância: dar voz aos grupos organizados da sociedade civil é passo vital para o desenho, gestão e implementação de políticas públicas de saúde que sejam verdadeiramente eficazes no que se propõe, como mostra uma nova publicação do Devex - Do Good. Do it Well com exemplos de sucesso do México, de Bangladesh e da Nigéria, com programas pensados em conjunto com atores locais.

“As políticas refletem e definem as prioridades dos países, estabelecendo uma agenda para a ação governamental. No setor da saúde, a política molda os ambientes que influenciam a saúde das pessoas, define os sistemas de saúde pública e define e dirige as prioridades e programas de saúde de um país. A sociedade civil pode contribuir para políticas mais fortes, garantindo que:

- São baseadas em evidências, incluindo evidências que captam as necessidades e prioridades locais.
- Refletir e abordar as necessidades e contextos específicos do país ou comunidade.
- Incorporar o conhecimento das pessoas com maior probabilidade de serem afetadas — bem como das pessoas que correm o risco de serem excluídas se os planos de implementação não os levarem em consideração, como por exemplo devido à sua idade, sexo ou deficiência.
- Promover a equidade na saúde, abordando as barreiras estruturais à inclusão e ao acesso.
- Tornar-se sustentável, envolvendo as partes e agências responsáveis desde o início e concebendo políticas tendo em mente a implementação e a aplicação.

As organizações da sociedade civil locais e nacionais conhecem os seus países e compreendem os seus sistemas sociais, culturais e políticos. Ao mobilizar as suas comunidades, podem construir uma vontade política sustentável para questões importantes, garantir que as políticas sejam adequadas ao contexto e às prioridades locais e promover a mobilização de recursos nacionais que seja simultaneamente responsável e sustentável. A vontade política não pode ser importada ou imposta; deve ser promovida a partir de dentro.”

## **Clima**

Dia 22 de Abril é celebrado o Dia Internacional da Terra. Haverá uma reunião de líderes mundiais para dialogarem sobre a crise do plástico. O chamado Plastic Treaty visa lidar com o ciclo do plástico e seu uso, a fim de proteger a saúde humana, a natureza e o clima enquanto cria novas oportunidades de emprego. Uma iniciativa válida. Porém, a falta de visão estrutural é preocupante. Produzimos muito plástico porque consumimos muito, porque somos movidos por um modelo consumista de realização pessoal insuflado por um sistema de hiper exploração do sistema terra e de financeirização e privatização dos direitos humanos. Encontros, projetos e movimentos que realmente discutissem esses aspectos centrais nos pareceriam mais interessantes - e produtivos - do que a proposta do tratado do plástico. Assuntos não faltariam: a armadilha da dívida e dos combustíveis fósseis, as propostas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, as políticas de proteção à Amazônia e a necessidade de acordos internacionais de financiamento para movimentá las, e a necessidade de construir alternativas pavimentadas não pelo lucro, mas sim pelo respeito ao sistema terra.

Essas críticas reverberam no relatório do já apresentado Bretton Woods Project, “Gambling with the planet’s future? World Bank Development Policy Finance, ‘green’ conditionality, and the push for a private-led energy transition” publicado no dia 9 de Abril. O documento com estudos de caso de Ruanda, Índia e Colômbia mostra como as condicionalidades das entidades de crédito internacional têm um papel basal nas reformas nacionais, criando espaço para e solidificando o papel do setor privado dentro do setor industrial-econômico - e agora dentro da transição verde.

“Duas conclusões principais podem ser destacadas desta análise. Em primeiro lugar, as condicionalidades do setor energético do Banco durante os anos fiscais de 2018 para 2023 estão estreitamente alinhadas com a agenda de reformas de ajuste estrutural do paradigma do setor energético da década de 1990, continuando a promover a desagregação de estruturas verticais e horizontais dentro do setor para atrair investimento privado e estabelecer oportunidades competitivas. Em segundo lugar, enquanto houver uma mudança para o financiamento climático através de empréstimos do Banco DPF, a trajetória política permanece enraizada e liderada pelo paradigma do setor privado.”

De acordo com o relatório, essa abordagem de “sedução” da indústria privada como locomotiva da transição verde levaria a uma corrida pelo melhor negócio, impulsionando governos a criarem cenários de subsídio, regulações especiais e corte de impostos a fim de atrair mais empresas, deixando países menos atrativos, com menos recursos para trás. Porém, acreditamos que a problemática seja maior: a preservação do sistema terra não pode ser pesada na balança do lucro, do melhor negócio. Sim, a criação de um sistema sustentável deve - pelo menos por agora - ser pensada num grau de reforma dentro do sistema capitalista, uma vez que sua superação momentânea parece longe, porém, essas alternativas - se pretenderem de fato romper em algum nível com a superexploração - não podem ceder a lógica do lucro. E é isso que a intromissão de atores privados faz. A transição verde não pode depender do quão lucrativa ela será e por isso não poderá ser guiada pela indústria privada, mas sim feita através de políticas de responsabilização socioeconômica e justiça fiscal de forma global.

Da mesma forma, guiar a transição energética a partir de condicionalidades ou abc’s das entidades de crédito não irá funcionar - ou pelo menos, certamente não irá criar o futuro que almejamos. De acordo com novo relatório publicado pela Oxfam, 60% dos países com empréstimos do FMI e do BM vem sofrendo aumentos - ou já altíssimos - níveis de desigualdade de renda, agravando divisões socioeconômicas já existentes e afastando os países (64 dos 106 países com empréstimos) de uma realidade de saúde econômica capaz de fornecer financiamento para áreas cruciais como saúde, educação e transporte público, como relata a diretora do Oxfam, Kate Donald.

Na mesma direção, um estudo recente do Finance for Development Lab (FDL) propõe uma nova abordagem para questão da dívida externa, combinada a um novo modelo de financiamento para a transição verde, focando nas reformas intersistemas já citadas neste informe como necessidade urgente.

O estudo sugere que muitos destes países enfrentam um problema de iliquidez e não de insolvência e defende uma resposta que incorpore a redefinição preventiva do perfil da dívida combinada com um maior apoio ao investimento internacional para começar a financiar a transição verde. Mas, para além do problema de liquidez, precisamos também enfrentar uma reforma há muito esperada e mais fundamental da arquitetura financeira internacional e do sistema de dívida soberana.

O ambiente de baixo crescimento global, os custos mais elevados da dívida e os conflitos geopolíticos já prejudicam os esforços dos países em desenvolvimento para avançarem nas suas agendas de desenvolvimento e começarem a enfrentar o desafio climático. No entanto, na nossa busca por coisas que podem ser feitas agora, devemos garantir que mesmo soluções parciais sejam consistentes com a nossa visão a longo prazo de um sistema financeiro internacional reformado e centrado no desenvolvimento (ver Observer Spring 2023).

Quando se trata de dívida soberana, a linha divisória entre iliquidez e insolvência depende em grande parte da “dor” que um país está disposto a suportar para evitar o incumprimento (ver Observer Winter 2023). E uma vez que os custos do incumprimento no âmbito da atual arquitetura financeira internacional são elevados, o mesmo acontece com os “limites de dor”. Confrontados com processos de liquidação da dívida complexos, prolongados e ineficazes (ver Observador Inverno 2021, Inverno 2020), os países estão, em vez disso, a fazer a escolha impossível de privilegiar o serviço da dívida em detrimento dos investimentos nos ODS. A proposta do FDL de vincular o alívio de liquidez a um programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) pode não resolver o problema, dado o tempo necessário para negociar e implementar tais acordos (ver Observer Spring 2024). A proposta tem duas questões principais a responder: Será suficiente? e proporcionará alívio a tempo? A menos que estas questões possam ser respondidas de forma mais definitiva, o processo poderá apenas servir para piorar a situação dos cidadãos no futuro.”

Mostrando o porquê é necessário tirar a proteção ao sistema terra da lógica do lucro, trazemos aqui uma mobilização da sociedade civil retratada [numa reportagem da Wayka](#): uma comitiva de líderes do Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampís (GTANW - Peru) promoveu uma série de encontros com as autoridades do país para denunciar a presença ilegal de mineiros no seu território. Desde 2015 as empresas ilegais tentam conquistar aprovação da sua presença através de uma narrativa de desenvolvimento econômico, porém, tudo o que provocaram foi conflito e poluição: agravamento das divisões socioeconômicas e contaminação do Rio Santiago por mercúrio, colocando em risco a fauna aquática do local e a vida dos moradores.

“Uma delegação de líderes do Governo Territorial Autônomo da Nação Wampis (GTANW) está em Lima para demonstrar a presença de mineiros ilegais em seu território. Neste sentido, procuram realizar reuniões com congressistas e ministros para obter apoio e solicitar a intervenção das autoridades para expulsar os mineiros ilegais e restaurar a paz.

As lideranças indígenas buscam uma reunião com representantes da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Energia e Minas, Ministério da Saúde, Ministério do Interior e Ministério da Justiça.

No dia 22 de março, o GTANW realizou uma grande mobilização contra a mineração ilegal na comunidade de Puerto Galilea, onde conseguiu chegar a um pacto para rejeitar a atividade minerária.

«Os recentes acordos de extração ilegal de ouro nas comunidades de Papayacu, Dos de Mayo, Onanga e Quim; sem o consentimento de todos os membros da comunidade, agravaram o conflito. A instalação de plataformas de dragagem por mineradores da região de Madre de Dios e do distrito de Cenepa (Amazonas) gerou confrontos e caos social, especialmente quando, no dia 3 de abril, membros das comunidades de San Martín e Nuevo Papayacu tomaram medidas para expulsar os mineiros”, diz o GTANW.

A Nação Wampis mantém uma floresta que captura 58 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2), contribuindo significativamente para o oxigênio que respiramos.”

### **Financeirização e reformas**

Com os documentos e movimentos explorados acima, construímos o cenário atual: incapacidade de separar a esfera dos direitos humanos, públicos e sociais da esfera do lucro. Através dos impasses criados dentro de mecanismos de equidade, da divisão desigual de recursos, de paz, da falta de saúde, boa alimentação, direito sobre sua terra e de instrumentalização do conflito e da guerra se forma um sistema de transferência de riqueza material, cultural e social que naturaliza a falta e a escassez e procura soluções dentro das mesmas estruturas de superlucro que causaram o problema.

E nossa - como sociedade, como comunidade global - tolerância a isso é alta demais. Primariamente porque estamos dentro desse sistema e de várias formas somos beneficiários dessa superexploração e, também, porque fomos erroneamente acostumados a soluções tapa-buraco, a impossibilidade de fuga do sistema, a afastar os Povos da tomada de decisões e de ver “pequenas reformas” como insuficientes - mas, como mostrado aqui, talvez sejam elas o primeiro passo para uma mudança maior.

Claudio Schuftan desenha muito bem esta realidade na publicação veiculada em seu blog: o capitalismo é inerentemente “anti-direitos” - ele coloca como direitos humanos, mas achamos justo ampliar para “direitos” em geral: humanos, políticos, econômicos - sua natureza de desigualdade é avessa ao fundamento universal dos direitos humanos e isso cria uma lógica de necessidade de “dar o básico para continuarmos” que é responsável por um sistema de seguridade social que garante o mínimo, mas não é suficientemente forte - ou alerta, ou capaz, ou possível dentro de si - para mudar o sistema que não fornece nada e por isso cabe a ele continuar fornecendo o mínimo.

## **Igualdade socioeconômica para todos**

### ***Social-economic equality for all***

**Regina Ungerer**

**Erica Kastrup**

**Abstract:** *As the HLPF meeting approaches in July, one of the highlights was the 2024 ECOSOC Youth Forum with the participation of UNOSSC and the Non-Aligned Youth Movement. Young leaders worldwide had the opportunity to be heard and engage in constructive dialogue to accelerate the implementation of the 2030 Agenda and SDGs. The India-UN Fund, continues to support sustainable development projects led by the South, focusing on LDC and SIDS. Brazil's participation in South-South cooperation was focused on social and environmental themes aligned with national policies and priorities with partners from the global South. The G-77 and China participated in 9 UNGA meetings highlighting the need for socioeconomic equality for all, and that the implementation of the SDGs is intrinsically linked to sustained financing, without which they will not be able to be achieved by 2030. They called for a comprehensive reform of the international financial architecture, as well as fiscal and financial transparency and a redefinition of the role of Multilateral Development Banks. Another important topic was the Pact for the Future, whose negotiation process must be guided by the voices of those who are the most vulnerable to keep the credibility of the Summit. During the G-24 meeting of Ministers and Governors, the Executive Director of South Centre emphasized that economic, geopolitical, and political uncertainties as well as climate change-related disasters continue to impact the global economic landscape and prospects for 2024.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** Com a aproximação da reunião do HLPF em julho, um dos destaques foi o Fórum da Juventude de 2024 do ECOSOC que contou com a participação do UNOSSC, e do Movimento Jovem dos Não Alinhados. Jovens líderes de todo o mundo tiveram a oportunidade de serem ouvidos e de interagirem em um diálogo construtivo para acelerar a implementação da Agenda 2030 e os ODS. Destaque também para o Fundo India-UN que segue firme apoiando projetos de desenvolvimento sustentável e liderados pelo Sul, com foco nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A participação do Brasil na cooperação Sul-Sul esteve voltada para temas sociais e ambientais alinhados com as políticas nacionais prioritárias com parceiros do Sul global. O G-77 e a China participaram de 9 reuniões da AGNU destacando a necessidade da igualdade socioeconômica para todos e que a implementação dos ODS está intrinsecamente ligada ao financiamento sustentado, sem o qual não se conseguirá cumpri-los até 2030. Pediram mais uma vez, uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional, a necessidade da transparência fiscal e financeira e a redefinição do papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Outro tema relevante foi o Pacto para o Futuro cujo processo de negociação deve estar guiado pelas vozes daqueles que representam os mais vulneráveis para que a credibilidade da Cúpula do Futuro não seja comprometida. O Diretor executivo do Centro Sul, destacou na reunião de Ministros e Governadores do G-24 que o panorama econômico global e as perspectivas para 2024 continuam sendo afetados pelas

incertezas e calamidades econômicas, geopolíticas e políticas relacionadas com as alterações climáticas.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

## Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

### Destaques do UNOSSC



**18 de abril de 2024** - Falando em um evento paralelo no **Fórum da Juventude de 2024 do ECOSOC**, a Diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib, destacou uma iniciativa piloto desenvolvida em conjunto pela UNESCO e o UNOSSC para tornar o ensino superior mais ecológico.

<https://twitter.com/UNOSSC>  
Assista ao [Video](#)

Disse: “Num mundo que enfrenta profundas implicações causadas por alterações climáticas, com grande degradação ambiental, é mais necessário do que nunca que haja uma ação imediata”.

A nossa resposta coletiva a estes desafios deve ser rápida, decisiva e inclusiva. Deve-se aproveitar o vasto conjunto de conhecimentos, competências e experiências do Sul Global, assegurando ao mesmo tempo a participação ativa dos jovens, em todas as áreas da sociedade.

O **Fórum da Juventude de 2024 do ECOSOC** foi realizado de 16 a 18 de abril de 2024 e co-organizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) e pelo Escritório da Juventude da ONU, em colaboração com a Rede Interagências das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Juventude (IANYD), o Grupo Principal para Crianças e Jovens (MGCY) e Reunião Internacional de Coordenação de Organizações para a juventude.

Foi uma oportunidade para o diálogo construtivo entre os Estados-Membros e jovens líderes de todo o mundo para discutirem soluções para desafios que afetam o seu bem-estar. Um espaço para os jovens partilharem sua visão e ações, bem como para promoverem soluções para que possam acelerar a implementação da Agenda 2030 e os ODS.

Os jovens líderes de todo o mundo tiveram a oportunidade de interagir com representantes governamentais, jovens delegados, decisores políticos e outras partes interessadas relevantes da sociedade civil e do setor privado.

As discussões foram orientadas pelo tema geral do ECOSOC e do HLPF de 2024 “Reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de crises múltiplas: a entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras” e decorreram em torno dos ODS em destaque no HLPF de 2024, ou seja:

ODS 1: Erradicação da Pobreza

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes  
 ODS 17: Parcerias e meios de implementação

Considerando a tão esperada Cúpula do Fúturo em setembro de 2024, este Fórum foi também uma oportunidade para o compartilhamento e recomendações de ideias inovadoras vindo dos jovens.

Para quem quiser saber mais, [clique aqui](#).

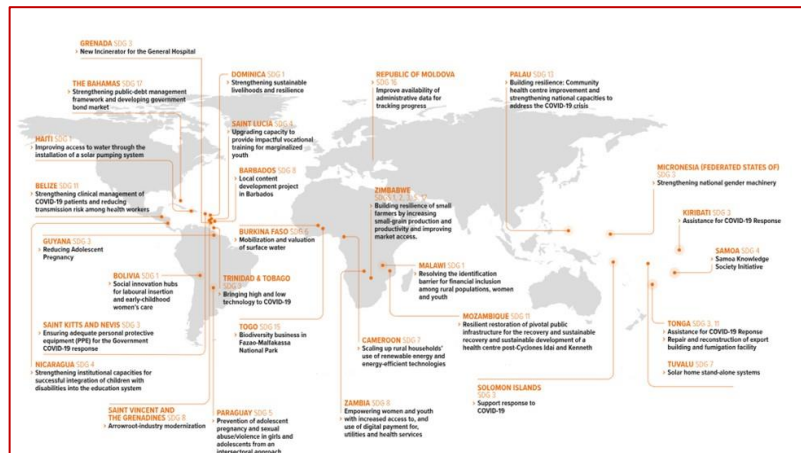
### Outros destaques

### Fundo de parceria para o desenvolvimento India-UN

Estabelecido em 2017, no valor de 150 milhões de dólares, é apoiado e liderado pelo Governo da Índia e implementado em colaboração com o sistema das Nações Unidas.

O Fundo apoia projetos de desenvolvimento sustentável transformacionais e liderados pelo Sul, com foco nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. As agências das Nações Unidas implementam os projetos do Fundo em estreita colaboração com os governos parceiros.

Veja gráficos abaixo:





Alguns exemplos recentes de colaboração com o Fundo Índia-UN.

- 1) **Fortalecimento do Sistema de Saúde de Barbados** no Período de Transição da Recuperação da COVID 19. O serviço anti-drogas de Barbados tem agora a capacidade para expandir os serviços que oferece ao público devido à doação de um caminhão frigorífico do Governo da Índia.
- 2) **Concluída a primeira fase do projeto de modernização da indústria de araruta de São Vicente e Granadinas.** O objetivo deste projeto é melhorar os meios de subsistência das comunidades indígenas envolvidas na agricultura e processamento de araruta, com especial enfoque na criação de oportunidades de emprego para as mulheres.
- 3) **Papel catalisador da cooperação Sul-Sul destacado antes das conferências históricas dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e países menos desenvolvidos.** Os representantes dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e dos Países Menos Desenvolvidos foram recebidos pela Missão Permanente da Índia para discutir o papel fundamental da cooperação Sul-Sul na abordagem para os desafios do desenvolvimento, antes da 4ª Conferência Internacional sobre pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS4) e a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDC3) que serão realizadas em 2024. Foi a primeira vez que estes dois grupos de Estados-Membros se reuniram juntos.
- 4) **Construindo Futuros: A Cooperação Sul-Sul abre caminho para a educação inclusiva na Nicarágua.** O Ministério da Educação da Nicarágua, com o apoio da UNICEF, apresentou a Estratégia “Mais Inclusão” para contribuir com mudanças sociais e comportamentais para promover a integração de meninas, meninos e adolescentes com deficiência na educação do país. Este esforço marca um avanço significativo no sentido de garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de prosperar academicamente.

## **Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul**

### **28ª Reunião Anual da Rede de Cooperação Sul-Sul da China**

Dentro do Projeto Centro Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSDC), organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, com apoio financeiro do Governo da China, foi organizada a 28ª Reunião Anual da Rede de Cooperação Sul-Sul da China em parceria com o Centro Internacional de Intercâmbios Econômicos e Técnicos da China.

A Rede de Cooperação Sul-Sul da China foi estabelecida em 1995, e hoje conta com 50 instituições técnicas, cobrindo uma vasta gama de áreas técnicas, incluindo tecnologia agrícola, biotecnologia e fertilizantes, energia limpa e renovável, proteção ambiental. e desenvolvimento industrial. A Rede desempenha um papel crucial na promoção da cooperação técnica e econômica entre a China e outros países em desenvolvimento.

### **O Brasil na cooperação Sul-Sul**

No dia internacional da saúde, comemorado em 07 de abril, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, destacou que “a saúde está entre uma das principais áreas de intervenção dos projetos coordenados pela ABC”. Mencionou que as iniciativas e projetos no tema envolvem o Ministério da Saúde do Brasil, a Fiocruz, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) e outras instâncias, com destaque para a Rede Global de Bancos de Leite Humano, um projeto vinculado ao Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz (IFF/Fiocruz) que tem o objetivo de combater a mortalidade neonatal e está presente hoje em 23 países latino-

americanos e africanos. A ABC destacou ainda que cooperação em saúde do Brasil também envolve parceria com organismos internacionais como a OPAS/OMS, e a cooperação humanitária, que envolve doação de medicamentos, vacinas e outros itens de saúde, para países do Sul Global<sup>17</sup>.

Outras iniciativas destacadas pela ABC na quinzena envolvem a cooperação na área ambiental, que é um dos temas prioritários na agenda internacional brasileira, por exemplo: O projeto Floresta+ Amazônia<sup>18</sup>, é uma iniciativa que reúne cooperativas, associações e empreendedores comunitários que comercializam produtos oriundos da biodiversidade da Amazônia. O projeto envolve uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, o PNUD e Fundo Verde para o Clima, e ressalta o protagonismo das mulheres na manutenção da “floresta em pé” e seu papel na sustentabilidade e na preservação ambiental.

Outro destaque da área ambiental foi a participação da ABC e da ministra do meio ambiente do Brasil, Marina Silva, no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos países e comunidades de Língua Portuguesa. No evento, o embaixador Rui Pereira, diretor da ABC, destacou que a cooperação com os países africanos de língua portuguesa por meio da CPLP é prioridade para a Agência e lembrou que a desigualdade global é um desafio persistente que afeta negativamente o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica e social, e que a cooperação pode ser uma estratégia para vencer esses desafios<sup>19</sup>.

A ABC também esteve presente na reunião ordinária do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal, realizado em Rio Branco (AC), no âmbito do 27º Fórum de Governadores da Amazônia em que se debateu os marcos e perspectivas de cooperação internacional na região. Em sua fala, o coordenador-geral de cooperação técnica e parcerias com países desenvolvidos da Agência, Wófsi Yuri de Souza, apresentou o histórico da cooperação internacional no Brasil na área ambiental, o papel da ABC na coordenação das negociações com países e organismos internacionais parceiros, a especial contribuição das modalidades de cooperação internacional no desenvolvimento de capacidades nacionais e de inovação em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, enfatizando, a necessidade de observar princípios adotados pelo Brasil nas relações de parceria de cooperação internacional. A participação de Souza neste evento reforça o papel do Brasil sobre a Amazonia como ativo estratégico no diálogo com os países desenvolvidos.

Outros temas sociais presentes na cooperação Sul-Sul brasileira, como o Trabalho, foi tema de uma oficina entre os ministérios do trabalho de Brasil e Peru e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Lima, em que foram abordados temas como a Cooperação Sul-Sul e Trilateral brasileira, o Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-OIT Justiça Social para o Sul Global, o Projeto Algodão com Trabalho Decente, além do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo<sup>20</sup>.

No dia 17 de abril, o Presidente Lula esteve na Colômbia e assinou acordos de Gestão Territorial e Combate à fome. Na ocasião, foi realizado o seminário "Experiencias entre Brasil y Colombia en Asociatividad y Cooperativismo de la Economía Familiar, Campesina y

---

<sup>17</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/p/C5daB0hIDGw/>

<sup>18</sup> Projeto Projeto+ Amazônia - <https://www.florestamaisamazonia.org.br/>

<sup>19</sup> Fonte: [https://www.instagram.com/p/C5gXWYwMFUu/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C5gXWYwMFUu/?img_index=1)

<sup>20</sup> Fonte: [https://www.instagram.com/p/C5y1fbdvWHu/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C5y1fbdvWHu/?img_index=1)

Comunitaria", do qual o diretor da ABC participou do painel "Acciones Gubernamentales para la Asociatividad y Cooperativismo"<sup>21</sup>.

Como parte da promessa feita pelo presidente Lula na 78ª AGNU de criar voluntariamente o 18º ODS dedicado ao racismo, foi realizado em 16 de abril, na sede da CEPAL no Chile, durante a 7ª reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, o painel "ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial na Agenda 2030: a experiência brasileira para a construção de um novo ODS". O painel contou com a participação da diretora-adjunta da ABC, Luiza Lopes da Silva, que resgatou a transversalidade do tema étnico-racial em projetos e programas de cooperação já executados pelo Brasil, reforçando que o ODS 18 e suas respectivas metas pode, igualmente, ser observado nos projetos da Agência.

A participação do Brasil na cooperação Sul-Sul na quinzena esteve voltada para temas sociais e ambientais que estão em linha com as políticas nacionais prioritárias para o atual governo, que busca se projetar internacionalmente por meio do diálogo com parceiros do Sul global.

## **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>22</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>23</sup>, Paris (UNESCO)<sup>24</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>25</sup>, Viena (UNIDO)<sup>26</sup> e Washington (G-24)<sup>27</sup>.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

**De 04 a 22 de abril de 2024, o G-77 e a China participaram de 9 reuniões da AGNU.**

### **Washington – 16 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião de 2024 de Ministros e Governadores do G-24<sup>28</sup>

Em uma longa declaração, o Embaixador Ayebare referiu que durante a pandemia do Covid-19, muitos países desenvolvidos criaram estímulos fiscais massivos para proteger as suas

<sup>21</sup> Fonte: <https://www.instagram.com/p/C54M5WYvE5x/>

<sup>22</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>23</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>24</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>25</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>26</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>27</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

<sup>28</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

economias e sociedades, apoiados por políticas monetárias agressivas, enquanto a maioria dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos não conseguiram responder da mesma forma.

Ele seguiu dizendo que a implementação dos ODS está intrinsecamente ligada à implementação bem-sucedida da Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento do Desenvolvimento (AAAA), e que sem financiamento adicional, oportuno e sustentado, não se conseguirá cumprir os ODS até 2030. Por isso, é necessário urgentemente a mobilização adequada de recursos para a implementação eficaz da Agenda 2030, especialmente através de uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional.

Para o G-77 e a China a participação inclusiva de todos os países na formação de um novo sistema financeiro global é crucial para garantir que as metas e preocupações de todos os países em desenvolvimento sejam devidamente consideradas. Portanto, uma reforma ancorada nas necessidades de desenvolvimento é mais imperativa do que nunca.

Neste momento, uma grande “divisão financeira” restringe a capacidade de muitos países em desenvolvimento investirem na sua recuperação e no desenvolvimento sustentável. Não houve progresso dos ODS e o déficit de financiamento para os ODS é atualmente estimado entre 2,5 e 4 bilhões de dólares anuais. As lacunas de financiamento que já eram grandes antes de 2020, aumentaram significativamente desde a pandemia do Covid-19 e estão em torno de 56% para os países em desenvolvimento. O impacto disso é agravado por um sistema financeiro global injusto, orientado para o curto prazo e propenso a crises. Infelizmente, isto agrava ainda mais as desigualdades.

É preciso rever a representatividade dos países ligada às quotas e ao poder de voto nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), que limita a participação dos países em desenvolvimento nos processos de tomada de decisão e de normalização dentro destas instituições e restringe o acesso aos seus recursos. É necessária uma revisão completa do sistema de participação acionária, incluindo uma nova fórmula de cotas e atualização de dados, para que haja um equilíbrio de poder dentro das IFI e para que o Sul global possa participar do desenvolvimento em todos os níveis, considerando que a atual fórmula de quotas do FMI cria distorções e tende a favorecer os países desenvolvidos. Para tal, o G-77 e a China exigem uma revisão da política de sobretaxas do FMI, que atualmente é regressiva, pró-cíclica, aumenta as vulnerabilidades dos países em situação de sobreendividamento e leva ao desvio de recursos que deveriam ser direcionados ao desenvolvimento.

Mais uma vez, o Embaixador Ayebare apelou para que todos os países cumpram urgentemente com suas promessas não cumpridas de recanalizar 100 bilhões de dólares em Direitos Especiais de Saque (SDRs) em tempo útil, inclusive através dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e os países desenvolvidos devem assumir compromissos adicionais. Salientou que o financiamento do FMI é limitado, e embora os SDR tenham sido utilizados em períodos de crise, a distribuição dos SDR proporcional às cotas dos países, significou que os países em desenvolvimento receberam apenas cerca de um terço das dotações dos SDR em 2021.

Por isso, o G-77 e a China recomendam outras opções relacionadas aos direitos especiais de saque que possam suprir as necessidades dos países em desenvolvimento membros do FMI e ressaltaram a importância de catalisar o potencial dos direitos especiais de saque como fonte de financiamento do desenvolvimento sustentável.

O Embaixador tocou ainda na necessidade da transparência fiscal e financeira internacional; o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; na dependência de agência de classificação de crédito; no cumprimento dos 100 bilhões de dólares em financiamento climático anual, entre outros pontos importantes.

E terminou dizendo que os países em desenvolvimento devem continuar a liderar a luta em prol de uma ordem econômica internacional mais justa, equitativa, sustentável e orientada para o desenvolvimento com a suspensão de todas as medidas coercitivas unilaterais que dificultam a capacidade dos países do Sul de alcançarem seu desenvolvimento sustentável.

#### **New York – 16 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, durante a consulta informal sobre a Cúpula do Futuro

O G-77 e a China estão trabalhando para se possa atingir o consenso sobre o documento do Pacto para o Futuro que seja ambicioso, conciso e orientado para a ação, a fim de tornar o sistema multilateral mais adequado à sua finalidade, em particular para reforçar a Agenda 2030 e os ODS. Importante concentrar as negociações nas áreas de convergência e destacar o compromisso dos países desenvolvidos de facilitar meios adequados de implementação respeitando os princípios fundamentais, especialmente “as responsabilidades comuns mas diferenciadas” e o direito ao desenvolvimento.

Utilizando uma linguagem forte, o Grupo declarou que ao iniciar uma nova rodada de negociações, seria importante que todos refletissem sobre a razão pela qual a Cúpula do Futuro é tão relevante. Tal como o nome “Pacto” diz, o documento final deverá garantir um futuro melhor, uma vez que a própria espécie humana está em perigo.

Infelizmente, aqueles que estão mais em risco são principalmente os povos do Sul Global. É nestes países que a pobreza é mais cruel, e que a fome e as doenças preveníveis atingem mais gravemente as comunidades, e são as pessoas destes países que sofrem dos anacronismos que impedem a ascensão das suas nações.

O Pacto precisa definir o caminho para reverter esta realidade injusta da maioria da população mundial. O processo de negociação deve ser guiado pelas vozes daqueles que representam os mais vulneráveis. Caso contrário, a credibilidade da Cúpula do Futuro poderá ficar comprometida.

O G-77 e a China esperam que os resultados altamente ambiciosos do Pacto para o Futuro possam constituir o início de avanços significativos na implementação dos ODS e lembraram a fala do Secretário-Geral que disse que a Cúpula do Futuro deveria turbinar os ODS.

Além disso, deve-se restaurar e manter a confiança de todos para que o Pacto seja aderido tanto pelos Estados-Membros quanto pelo público. A reconstrução da confiança exige ações concretas em áreas como as alterações climáticas, o alívio da dívida dos países em desenvolvimento, a transferência de tecnologia e conhecimento e o reforço de capacidades.

O princípio de defender os propósitos da Carta da ONU e honrar os compromissos previamente acordados, fortalecem o pacto e reforçam os mecanismos de implementação dos ODS. O Pacto deve basear-se em documentos fundamentais, incluindo a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba e a Declaração Política da Cúpula dos ODS de 2023.

O Pacto não deve minar compromissos, acordos e princípios existentes, tais como as responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e também não deve minar processos ou mecanismos estabelecidos como o Fórum Político de Alto Nível (HLPF).

O Grupo reafirmou sua visão em relação à erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reforçou a necessidade de melhor a arquitetura da dívida soberana global, com a participação significativa dos países em desenvolvimento, que permita um tratamento justo, equilibrado e orientado para o desenvolvimento.

Destacaram a importância de acabar com o fosso digital entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, aumentando a conectividade e o acesso às tecnologias, melhorando a infraestruturas, desenvolvendo competências e literacia digital e garantindo a transferência de tecnologia e conhecimentos.

Reiteraram que a cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente a cooperação Norte-Sul, continua a ser um catalisador fundamental para o desenvolvimento sustentável, já que a cooperação Norte-Sul é o principal canal de financiamento do desenvolvimento. A comunidade internacional deve defender o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" e revigorar a cooperação Norte-Sul para continuar a desempenhar o seu papel fundamental.

Finalmente, o Embaixador deixou claro que ao negociar o Pacto do Futuro, os países devem recordar a importância da solidariedade e da ação. Esta iniciativa histórica deve possibilitar uma mudança transformadora necessária para alcançar os ODS e construir um mundo mais equitativo, sustentável e próspero para todos os povos, especialmente os mais vulneráveis.

A Cúpula do Futuro deve ser uma oportunidade para fortalecer o papel da ONU. Não deve ser uma cúpula de "fato consumado" e não se deve tentar alterar os acordos previamente celebrados pela AGNU, especialmente aqueles que são importantes para os países em desenvolvimento.

#### **New York – 15 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no debate temático de alto nível da AGNU sobre a sustentabilidade da dívida e igualdade socioeconômica para todos

O Embaixador Ayebare começou seu pronunciamento dizendo que os desafios da dívida dos países em desenvolvimento continuam elevados, tendo, esta dívida, atingido um nível record de 11,4 bilhões de dólares em 2022, um aumento de 1,9%. Os encargos insustentáveis para os países, associados à dívida, impedem investimentos vitais e restringem o progresso dos países em prol dos ODS. Sobrecarregam também as redes de segurança social, causando enormes danos socioeconômicos, restringindo o desenvolvimento sustentável.

Enquanto isso, a resposta multilateral tem sido modesta, tendo em conta a gravidade da situação.

Considerando que a igualdade socioeconômica para todos exige ações coordenadas em todos os níveis, o G-77 e a China apelam que medidas urgentes sejam tomadas, tais como:

- Melhoramentos na arquitetura de dívida soberana global, com a participação significativa dos países em desenvolvimento, permitindo um tratamento justo, equilibrado e orientado para o desenvolvimento.
- Deve-se intensificar as conversões da dívida para a execução dos ODS, incluindo ações voltadas para o clima e a natureza e segurança alimentar, permitindo que os países em desenvolvimento utilizem os pagamentos da dívida para investir no desenvolvimento sustentável e tomar medidas multilaterais, embora o reconhecimento de trocas de dívida não possa substituir tratamentos mais amplos da dívida em situações de dívida insustentáveis.
- Suspensão da política de sobretaxas por parte do FMI, considerando que esta estrutura existente funciona de forma cíclica e desigual, uma vez que deixa os países que estão em mais dificuldades, com encargos financeiros mais pesados.
- O alívio da dívida deve ser coordenado sob os auspícios das Nações Unidas, e considerar não só a capacidade de pagamento, mas também as necessidades de desenvolvimento.
- Deve-se considerar a participação de credores privados em iniciativas de alívio da dívida.
- O embaixador considerou a necessidade de reforçar ainda mais o Quadro Comum do G20 para o tratamento da dívida para além da DSSI<sup>29</sup> e a implementação plena de forma transparente, contínua, atempada, ordenada e coordenada, para aumentar o espaço fiscal dos países em situação difícil em relação às suas dívidas e incentivar a maior participação do setor financeiro através de mais clareza na avaliação da comparabilidade do tratamento, observando também que é necessário fazer mais para responder às necessidades dos países que não estão cobertos pelas iniciativas atuais, incluindo os países de renda média.
- Além de adotar análises de sustentabilidade da dívida que incorporem as necessidades de espaço fiscal para investimentos no desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões.

A arquitetura financeira internacional não conseguiu proporcionar o financiamento ou a estabilidade necessária para alcançar os ODS. Por conseguinte, o G-77 e a China reiteram o seu apelo à reforma urgente da arquitetura financeira internacional, incluindo as instituições financeiras internacionais e a sua estrutura de governação, para melhor enfrentar os desafios globais, para que estes sejam equitativos e capazes de responder às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento. Desta forma, existe a possibilidade destes países melhorarem sua eficácia e conseguirem ter voz, participação e representação na tomada de decisões econômicas internacionais, na definição de normas e na governança econômica global.

O G-77 e a China apelam à comunidade internacional, em particular aos países desenvolvidos, e às instituições financeiras internacionais para que tomem as medidas necessárias para implementar plenamente a proposta de estímulo dos ODS do Secretário-Geral da ONU.

---

<sup>29</sup> A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) é um mecanismo multilateral que o G20 e o Clube de Paris aprovaram em novembro de 2021 para apoiar países de baixa renda com dívida insustentável.

## **New York – 12 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Duncan Laki Muhumaza, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na segunda consulta informal sobre o rascunho Zero do documento final do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC 2024 (Forum FfD)

O G-77 e a China, preocupados com o déficit crescente de financiamento para os ODS, que aumentou para 4 bilhões de dólares anualmente, juntam suas vozes à comunidade internacional para que tomem medidas urgentes para implementar o estímulo dos ODS, que é da maior importância para os países em desenvolvimento e para a implementação dos ODS.

A implementação dos ODS está intrinsecamente ligada à implementação bem sucedida da Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento do Desenvolvimento (AAAA). Por isso é importante uma referência ao “direito ao desenvolvimento” e à necessidade de “avançar plenamente em direção a um sistema econômico global equitativo em que nenhum país ou pessoa seja deixado para trás”. tal como é reconhecido na AAAA.

Reafirmam que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

O documento também deve incluir o tema da segurança alimentar e a proposta do G20 de criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para apoiar e acelerar os esforços para erradicar a pobreza e a fome.

Deve estar claro que o financiamento climático é diferente da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e os países desenvolvidos devem cumprir com suas obrigações no fornecimento e mobilização de novos recursos que sejam adequados aos países em desenvolvimento. Deve ficar claro também que o Acordo de Paris foi adotado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O G-77 e a China reconhecem a necessidade de garantir o compartilhamento justo e equitativo dos recursos genéticos e a importância de aumentar urgentemente a mobilização de recursos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

O Grupo gostaria de ver a avaliação de impacto na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas nas políticas orçamentárias nacionais relevantes.

Assim como as regras fiscais internacionais devem responder às necessidades, prioridades e capacidades de todos os países e abordar adequadamente as formas como os mercados modernos operam e os negócios são feitos, como parte da reforma do sistema internacional. Importante manter uma referência aos instrumentos e mecanismos internacionais de transparência fiscal e financeira.

O Grupo gostaria de reiterar a importância de incluir no documento, o crescimento desequilibrado dos investimentos, especialmente em energias limpas e renováveis, que se concentra principalmente nos países desenvolvidos.

O declínio persistente da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) é preocupante para a cooperação internacional e continua a ser essencial como catalisador para o financiamento do desenvolvimento sustentável e para promover a realização dos ODS nos países em desenvolvimento.



Juntamente com outros grandes desafios de desenvolvimento enfrentados pelos países em desenvolvimento, os compromissos não cumpridos da ODA exarcebam os desafios nas áreas da pobreza, da fome, da saúde, da educação e do meio-ambiente. De notar que, em mais de 50 anos, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) da ajuda oficial ao desenvolvimento raramente foi alcançado. Por isso, é imperativo abordar o impacto do declínio dos compromissos da ODA nos desafios tanto no desenvolvimento como no financiamento.

O Grupo também reafirma a importância da cooperação Norte-Sul, uma vez que continua a ser um catalisador fundamental para o desenvolvimento sustentável. Sendo o principal canal de financiamento para o desenvolvimento, a comunidade internacional deve defender o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" ao abordar uma distribuição justa e equitativa dos recursos financeiros para apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável.

O Grupo enfatiza a necessidade de refletir sobre a criação de um grupo de peritos de alto nível para avançar na seleção de indicadores multidimensionais para complementar ou ir além do PIB para melhor abordar o progresso e o desenvolvimento.

Consideraram pertinente a necessidade de reformar a OMC e a importância do fortalecimento do sistema comercial multilateral.

As medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais dificultam os esforços dos países em desenvolvimento para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e é preciso resolver os desequilíbrios das instituições financeiras internacionais que ameaçam as liberdades comerciais e de investimento.

O Grupo continua a apoiar a reforma da arquitetura financeira internacional, bem como a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A arquitetura financeira internacional, incluindo seus modelos de negócio e suas capacidades de financiamento, deve ser mais adequada à sua finalidade, equitativa e receptiva às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento, para aumentar e reforçar a voz e a participação dos países em desenvolvimento nas decisões econômicas internacionais.

Apelaram para que todos os países cumpram urgentemente com suas promessas não cumpridas de recanalizar 100 bilhões de dólares em Direitos Especiais de Saque (SDRs) em tempo útil, inclusive através dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e os países desenvolvidos devem assumir compromissos adicionais. Reforçaram a importância de utilizar o potencial dos direitos de saque especiais como fonte de financiamento do desenvolvimento sustentável.

Insistiram para que o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (IATF) informe ao ECOSOC sobre o andamento desta discussão e propõem que o FMI suspenda a política de sobretaxas com efeito imediato.

Consideraram os principais obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento no acesso às novas tecnologias e à digitalização e reconhecer estes impedimentos é importante para que pensar em formas de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da CTI.

#### **New York – 11 de abril de 2024**

Declaração feita pelo Sr. Marvin Ikondere, 3º Secretário da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na sessão de

encerramento da 2ª sessão do Comitê preparatório para a 4ª Conferência sobre os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento

Os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento (SIDS) entraram nestas negociações com grandes aspirações e com a expectativa de atrair a compreensão, solidariedade e apoio às suas principais necessidades e prioridades no caminho para a prosperidade resiliente e para a criação de um Programa de Ação ousado para os próximos dez anos.

As alterações climáticas continuam a ser um grande desafio para os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento no decurso do seu desenvolvimento sustentável e neste sentido, o G-77 e a China reafirmam a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) como o principal acordo para discutir e encontrar soluções para esta questão específica. O Acordo de Paris, que é um elemento adotado no âmbito dessa Convenção, reconhece as responsabilidades históricas que os países desenvolvidos têm na mitigação e no fornecimento de meios de implementação aos países em desenvolvimento, incluindo os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento.

Portanto, o G-77 e a China lamentam que não esteja explícito a ligação entre a UNFCCC e o Acordo de Paris. Também se preocupam que os países desenvolvidos tenham negligenciado as suas obrigações no âmbito da Convenção-Quadro e do Acordo de Paris, impedindo que uma linguagem mais forte esteja presente em relação aos pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento.

Os SIDS têm vulnerabilidades específicas e únicas, o que não impede que tenham também o direito ao desenvolvimento e o direito de proporcionar um bem-estar sustentável à sua população. Mas é extremamente decepcionante que, em quase todas as ocasiões, os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento sejam forçados a comprometer seus interesses, devido à falta de vontade política dos parceiros de desenvolvimento.

A comunidade internacional, especialmente os países desenvolvidos, deveriam se envergonhar sempre que os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento sejam forçados a comprometer um dos seus interesses.

Os países desenvolvidos com um registo histórico de um passado colonialista e padrões de produção e consumo atuais insustentáveis, com desperdício de alimentos, água e recursos em geral, deveriam mostrar a sua verdadeira solidariedade com os pequenos Estados Insulares e Desenvolvimento.

Tal como o G-77 e a China demonstraram no início deste processo, a 4ª Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em Antígua e Barbuda é uma oportunidade única para a comunidade internacional possa mostrar solidariedade e apoio aos SIDS.

#### **New York –11 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Duncan Laki Muhumaza, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, no diálogo informal sobre a revitalização do trabalho do 2º Comitê da AGNU

#### **O 2º comitê é o Comitê Econômico e Financeiro.**

Deve ser ressaltado que durante as 75ª e 76ª sessões deste Comitê, trabalhou-se em circunstâncias excepcionais devido a situação decorrente da pandemia do Covid-19. Após

aqueles dois anos, sem precedentes, o 2º Comitê voltou à normalidade e durante a 77ª sessão, os membros negociaram projetos em sua totalidade. As práticas e métodos de trabalho atuais contribuíram para uma conclusão oportuna dos trabalhos do Comitê.

É importante dizer que mais resoluções foram adotadas por consenso nesta sessão do que nas duas sessões anteriores, o que sem dúvida confirma que o Comitê está melhorando seu trabalho e preservando a solidariedade e o multilateralismo que devem nortear nossas discussões.

O ano de 2024, se apresenta particularmente desafiador, considerando todas as reuniões, eventos e processos intergovernamentais de alto nível que serão realizadas e que, já estão consumindo a atenção dos Membros do G-77, que terão um impacto na execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS, na implementação da Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) e no bem-estar de todas as populações.

Só a Cúpula do Futuro implicará no Pacto para o Futuro, no Pacto Digital Global e na Declaração das Gerações Futuras. Somado a tudo isso ainda há a COP16 da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a COP29 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2024, a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral e a 4ª Conferência Internacional sobre pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Neste sentido, o G-77 e a China são de opinião de que não há necessidade de tomar uma decisão sobre a revitalização do 2º Comitê, nesta sessão, pois é importante considerar os processos urgentes em curso, que exigem a atenção integral do Grupo, considerando o tempo limitado que resta da 78ª Sessão da AGNU.

Sem o entendimento claro sobre o impacto das decisões anteriores do trabalho do 2º Comitê, Grupo considera que a decisão deste ano deve ser adiada para uma sessão futura, para que tais decisões possam ser avaliadas integralmente.

#### **New York – 05 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Duncan Laki Muhumaza, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, sobre o Rascunho Zero do Pacto Digital Global

Este rascunho está orientado para a ação e levou em consideração algumas das contribuições do Grupo como a inclusão de compromissos mensuráveis e resultados concretos.

No entanto o G-77 e a China destacaram que a linguagem do texto precisa de ser revista e considerar os aspectos transversais de todos os objetivos esperados do Pacto Digital Global. Sem isso, será um desafio para os países em desenvolvimento alcançarem as metas estabelecidas no Pacto.

O G-77 e a China também gostariam de ver menos termos "voluntário" e "em termos mutuamente acordados" que não são específicos e que não fortalecem as ações do Pacto e que o documento deveria contribuir para promover um ambiente aberto, justo, inclusivo e não discriminatório para o desenvolvimento digital, e gostaria de ver incluído no Rascunho zero princípios como "Inclusivo", "focado no desenvolvimento", "acessível e interoperável" e "amigo da inovação" entre outros.

Seguem as negociações e discussões sobre o documento final do Pacto Digital Global.

#### **New York – 04 de abril de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião de embaixadores convocada pelo Comitê preparatório da 4ª Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

O Grupo reafirmou seu firme compromisso nas discussões do Rascunho final do documento para a 4ª Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e continuam a apoiar firmemente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o novo programa de ação para os próximos 10 anos.

Mas destacaram que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento devem liderar o caminho para o seu próprio desenvolvimento e suas necessidades e prioridades devem permanecer no centro das atenções. Não seria justo pedir-lhes que comprometam seus princípios ou que comprometam a implementação da Agenda 2030.

O progresso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento agora e nas próximas décadas é fundamental e este documento deve estabelecer marcos desde o momento da sua adoção e em cada etapa desta jornada rumo ao futuro. É necessário que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento estejam mais à frente e não mais atrás.

#### **New York – 04 de abril de 2024**

Declaração feita pela Sra Celia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira e Sr Jesse Musinguzi da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a primeira consulta informal sobre o rascunho zero sobre o resultado do financiamento do ECOSOC para 2024 para o acompanhamento do Fórum para Desenvolvimento (Forum FfD)

**Ver New York – 12 de abril de 2024 acima.** Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Duncan Laki Muhumaza, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na segunda consulta informal sobre o rascunho Zero do documento final do Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC 2024 (Forum FfD).

#### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.



<https://twitter.com/adoniaayebare>

**18 de abril de 2024** – O Embaixador Adonia Ayebare, Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas e presidente do MNA e o representante permanente da China nas Nações Unidas na sala do Conselho de Segurança da ONU momentos antes da votação para admitir a Palestina como membro pleno da ONU. O MNA foi co-autor de uma carta de apoio à adesão da Palestina, que acabou não se concretizando devido ao veto dos Estados Unidos.



<https://twitter.com/adoniaayebare>

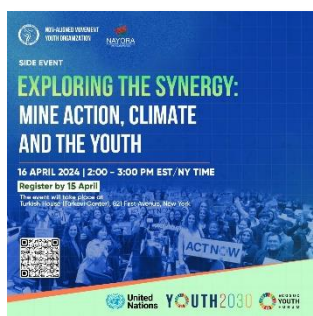
**11 de abril de 2024** – O Embaixador Adonia Ayebare, presidente do MNA e do G-77 participou do diálogo Gayap convocado pelo Presidente da AGNU, Denis Francis, sobre **“Soluções multilaterais para um amanhã melhor - projetando a cúpula do futuro”**. Esses diálogos proporcionam uma plataforma para a troca de opiniões sobre a realização de uma cúpula impactante em setembro de 2024.

Gayap é um termo que descreve a tradição de pessoas se unirem para realizar uma tarefa significativa, como construir uma casa, limpar um terreno ou plantar. A palavra vem da palavra indígena Karinya (Carib) "kayapa". Dennis Francis é originário de Trinidad e Tobago.

O objetivo deste diálogo foi discutir questões-chave para garantir uma Cúpula bem sucedida e inclusiva em setembro. A Cúpula do Futuro deve ser o início de uma jornada rumo a um sistema multilateral mais forte que impulsione o progresso dos ODS.

Mais sobre a participação do presidente do MNA e G-77 sobre a Cúpula do Futuro em **New York – 16 de abril de 2024** acima.

## Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



<https://twitter.com/namyouthorg>

Como já mencionado na sessão do UNOISSC, o **Fórum da Juventude de 2024 do ECOSOC** foi realizado de 16 a 18 de abril de 2024.

Logo no primeiro dia do Fórum, 16 de abril, o Movimento Jovem dos Não Alinhados organizou um evento paralelo sobre o tema **“Explorando Sinergia: Ação contra Minas, Clima e Juventude”** que atraiu um grande público com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o impacto ambiental da contaminação por minas.

O NAMYO também participou das discussões para a Cúpula do Futuro e as muitas maneiras pelas quais os jovens podem contribuir para o “Nosso Futuro Comum”.



<https://twitter.com/namyouthorg>

### NOTA

**A Troika do MNA** está entre os grupos de Estados Membros representados na ONU que coordenam diversas questões na AGNU.

Algumas destas questões incluem o desarmamento, a segurança internacional e a descolonização.

**A Troika do MNA** consiste dos presidentes anterior, atual e futuro do MNA - Azerbaijão, Uganda e Uzbequistão.

## Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### Destaques do Centro Sul

**19 de abril de 2024 - Licenças obrigatórias de exportação: operacionalização no ordenamento jurídico argentino. Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).** Em 2017, entrou em vigor a alteração do Acordo TRIPS, em que foi incluído o artigo 31 bis. Este artigo permite licenças obrigatórias de exportação para países sem ou com capacidade de produção local insuficiente. O objetivo é aliviar as dificuldades dos países sem infraestrutura de produção de medicamentos para que possam fazer uso efetivo das licenças compulsórias e, assim, fortalecer o acesso a medicamentos a preços mais baixos. A Argentina é um país que possui infraestrutura de produção de medicamentos e pode potencialmente se tornar um exportador eficiente. Este documento explora a possível

implementação do art. 31 bis na legislação argentina, propondo incorporar o instituto do licenciamento humanitário compulsório à lei nacional de patentes.

Para ler o documento, [clique aqui](#).



[https://twitter.com/South\\_Centre](https://twitter.com/South_Centre)

**19 de abril de 2024** - O Embaixador Mohamed Idris da Missão permanente do Egito para as Nações Unidas em Genebra foi eleito, para membro do Conselho de Representantes do Centro Sul, como representante da África, à luz de sua notável experiência na ação multilateral internacional e regional.

O Conselho de Representantes do Centro Sul é o órgão máximo de governança do Centro Sul. É composto por representantes dos Estados-Membros e cada membro é representado por um Representante de alto nível.

O Conselho orienta e oferece recomendações específicas para as atividades do Centro Sul, incluindo:

- Revisão do programa de trabalho apresentado pelo Diretor Executivo
- Revisão dos orçamentos e contas apresentados pelo Conselho
- Nomeação dos nove membros do Conselho
- Eleição do Presidente do Centro Sul
- Eleição do secretário e vice-secretário

### **19 de abril de 2024 – Declaração do Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa na reunião de Ministros e Governadores do Grupo Intergovernamental dos 24 (G-24)**

Carlos Correa começou dizendo que o panorama econômico global e as perspectivas para 2024 foram e continuam sendo afetados pelas incertezas e calamidades econômicas, geopolíticas, políticas relacionadas com as alterações climáticas.

Poucas vezes na história a economia mundial enfrentou uma situação tão complexa. Apesar de haver sinais de diminuição da inflação, em todo o mundo, e as projeções de crescimento global tenham melhorado discretamente, a dinâmica de crescimento do PIB ainda é muito menor do que na década anterior à pandemia do Covid-19.

Os países em desenvolvimento enfrentam muitas crises como a dívida, a crescente desigualdade, a fragilidade das posições orçamentárias e a baixa produtividade que são agravados por catástrofes naturais cada mais frequentes induzidas pelas alterações climáticas.

Carlos Correa destacou a dificuldade dos países alcançarem os ODS e os riscos devastadores à economia mundial e à paz causados pelo conflito no Oriente médio e a possível escalada na guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Além disso, 2024 será um ano especial, com a expectativa de que mais de 60 países, realizem suas eleições, inclusive os Estados Unidos e o impacto potencial dos resultados destas eleições nas respectivas políticas econômicas e na economia mundial é imenso.

O crescimento do comércio mundial projetado em 3,3% em 2024, está abaixo da taxa histórica de crescimento de 4,9%. Esta tendência é difícil de reverter, uma vez que o comércio internacional se tornou cada vez mais protegido, fragmentado e localizado. As alianças “*Friend-and on-shoring*”, “*America first*”, e outras políticas relacionadas levaram à reestruturação das cadeias globais de abastecimento e produção.

Tudo isto tem um custo que é suportado desproporcionalmente pelos países menos desenvolvidos. A recém-concluída 13ª Conferência Ministerial da OMC exemplificou esta disparidade de desenvolvimento global com resultados mínimos, exceto a prorrogação de duas moratórias sobre direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas e reclamações de não violação do TRIPS.

Os desafios da dívida enfrentados pelos países em desenvolvimento continuam elevados. E mais da metade dos países de baixa renda são classificados como “de alto risco” ou em situação de sobreendividamento. As elevadas taxas de juro praticamente proíbem a obtenção de novos financiamentos para países já habituados a ficarem excluídos do mercado de capital internacional, tornando a dívida um peso enorme para muitos países em desenvolvimento.

Para tentar aliviar o peso e renovar dívidas antigas, vários países de baixa renda emitiram obrigações de taxas de juro de dois dígitos, expondo os problemas estruturais no sistema financeiro internacional. Este custo extremamente elevado da dívida tem deixado os países com pouca ou nenhuma flexibilidade de receita para fazerem os tão necessários investimentos na mitigação e adaptação às alterações climáticas ou para a implementação dos ODS.

Para tornar a dívida sustentável para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, e os países de baixa renda, é essencial aumentar os recursos financeiros disponíveis através da aceleração da recanalização dos Direitos Especiais de Saque para os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. É também importante reduzir o custo dos empréstimos para os países devedores, especialmente a suspensão ou redução significativa das sobretaxas do FMI. Da mesma forma, deve-se acelerar a reforma da arquitetura da dívida internacional, incluindo mecanismos de resolução e prevenção de crises da dívida.

O déficit de financiamento para o desenvolvimento tem aumentado e o G20 estima que os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento precisam mobilizar anualmente 3 bilhões de dólares, sendo 1 bilhão de dólares provenientes de fontes estrangeiras até 2030, a fim de cumprir os objetivos partilhados em matéria de clima e desenvolvimento.

Mas o fato é que há poucos progressos na mobilização de recursos e a ajuda oficial ao desenvolvimento é cada vez mais desviada para satisfazer necessidades geopolíticas.

A reforma da arquitetura financeira e da governança global tem sido discutida e exigida pelos países em desenvolvimento há muitas décadas. Contudo, a inércia tem sido tão persistente que o mundo ainda é governado pelos sistemas estabelecidos no final da Segunda Guerra Mundial, com pouquíssimas alterações.

O Centro Sul sempre apoiou um realinhamento de quotas que reflitam a evolução da realidade econômica dos países membros, especificamente a voz e representação dos mercados emergentes e as economias em desenvolvimento. Porém, esse realinhamento não pode ocorrer às custas de outros países emergentes e países de baixa renda.



O continente africano, em particular, tem sido marginalizado há décadas. No entanto, em 2023 foi finalmente criado um Presidente do Conselho Executivo do FMI para a África Subariana, a União Africana foi aceita como membro permanente do G20 e a África do Sul deverá assumir a presidência do G-20 em 2025. Isso poderá criar oportunidades para a África participar na formação da economia global no século XXI.

No entanto, a finalização da solução fiscal digital da OCDE do Montante A do Pilar Um foi mais uma vez adiado pelas exigências extremas e irracionais dos países desenvolvidos.

O Centro Sul reitera seu posicionamento e recomendação para que os países em desenvolvimento não esperem mais e comecem imediatamente com medidas fiscais digitais unilaterais, como impostos sobre serviços digitais (DST) ou presença econômica significativa. Estes países devem somente considerar o Montante A depois de ter sido ratificado pelos principais países desenvolvidos, especialmente os EUA.

O Centro Sul, em parceria com o Fórum Africano de Administração Fiscal e o Fórum de Administração Fiscal da África Ocidental, divulgará em breve estimativas de receitas a nível nacional sobre o Montante A vs impostos sobre serviços digitais (DST) para os 85 Estados-Membros combinados da União Africana e do Centro Sul que poderá oferecer dados valiosos para a tomada de decisão informada e sobre o custo de oportunidade de continuar a agir.

No que diz respeito ao Imposto Mínimo Global (GMT) da OCDE do Pilar Dois, as estimativas de receitas próprias da OCDE mostram que apenas 1,6% dos lucros tributáveis do GMT estão localizados em países de rendimento médio-baixo e apenas 0,1% estão em países de baixo rendimento, tornando o GMT da OCDE irrelevante para a grande maioria dos países em desenvolvimento.

Além disso, mesmo nos países onde existem estes lucros mínimos, as empresas multinacionais podem continuar a transferir seus lucros e pagar zero impostos devido à concepção das regras. Reiteramos que a reforma dos incentivos fiscais inúteis e de um imposto mínimo alternativo com uma base tributária como o volume de negócios pode ser muito mais fácil de administrar e gerar receitas, ao contrário do complexo Imposto Mínimo Global da OCDE, cujo custo de administração provavelmente excederá qualquer receita arrecadada.

O Centro Sul aplaude a [resolução histórica 78/230](#) adotada pela AGNU em 22 de dezembro de 2023 para preparar os Termos de Referência (TdR) para uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional.

A Resolução 78/230 se refere à promoção de uma cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz na ONU. A resolução estabelece um comitê intergovernamental para desenvolver um projeto de termos de referência para uma convenção-quadro das Nações Unidas sobre cooperação fiscal internacional. A comissão deverá finalizar o seu trabalho até agosto de 2024. A resolução destaca a necessidade de todos os países trabalharem em conjunto para eliminar a evasão fiscal e a erosão da base tributária.

**Em direção a uma Aliança pela Saúde no G20; A agenda da OCDE pela resiliência climática na infraestrutura**

***Towards an Alliance for Health in the G20; The OECD agenda for climate resilience in infrastructure***

**Pedro Burger**

**Vitória Kavanami**

**João Miguel Estephanio**

**Thaiany Medeiros Cury**

**Nina Bouqvar**

**Paulo Esteves**

**Abstract**

**G20** - *The G20 fortnight was marked by two important meetings: the Finance Ministers and Central Bank Presidents conference, and the Health Working Group event. Regarding the former, progress was made in discussions on taxation and reforms in the multilateral development banks. In the health sector, the Alliance for Regional and Local Production and Innovation received broad support along with the themes of digital health and debt-for-health.*

**G7**. *The G7 affirms they are working to prevent the conflict from escalating further in the Middle East. The G7 Foreign Affairs Ministers' Meetings was held from 17 to 19 April 2024 in Capri and was the first of the two G7 Foreign Affairs Ministers' Meetings to be hosted in Italy in 2024. The main goal was to strengthen the role of the G7 as the main forum for dialogue among leading liberal democracies and as a driver of stability to face major global crises. On Global Health, the ministers are committed to the negotiations for the new instrument on pandemics by May 2024.*

**OCDE** - *The OECD's highlights are divided between their forum on infrastructure and climate resilience and the main launches promoted at the event, the release of preliminary data on 2023's ODA and the updating of two of their statistical indices on the global economy.*

**Keywords:** *G20; G7; OECD; Brazil; Global Health; International Cooperation; Middle East*

**Resumo**

**G20** - A quinzena no G20 foi marcada por dois importantes encontros: a reunião dos ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais, e a reunião do Grupo de Trabalho de Saúde. Em relação ao primeiro evento, avanços foram pautados nas discussões sobre tributação e reformas nos bancos multilaterais de desenvolvimento. Já na pasta da saúde, a Aliança para Produção e Inovação Regional e Local recebe amplo apoio junto com os temas de saúde digital e de “dívida por saúde”.

**G7** - O G7 afirma estar comprometido em agir para a redução da escalada de conflito no Oriente Médio. O encontro dos Ministros das Relações Exteriores se deu em Capri entre os dias 17 e 19 de abril. O objetivo principal era discutir sobre o fortalecimento do G7 como principal

fórum de discussão entre as lideranças globais e encarar as principais crises globais. Quanto ao tema da Saúde Global, os ministros afirmam estarem comprometidos com as negociações para o novo instrumento sobre pandemias até maio de 2024.

**OCDE** - Os destaques da OCDE se dividem entre o fórum promovido pela mesma sobre infraestrutura e resiliência climática e os principais lançamentos promovidos no evento, a divulgação de dados preliminares sobre a AOD de 2023 e a atualização de dois de seus índices estatísticos sobre economia global.

**Palavras-chave:** G20; G7; OCDE; Brasil; Saúde Global; Cooperação Internacional; Oriente Médio;

### **Em direção a uma Aliança pela Saúde no G20**

Uma Aliança pela Saúde no G20 está mais próxima de acontecer, é o que indica o coordenador do Grupo de Trabalho da Saúde, o embaixador Alexandre Ghisleni, em um balanço positivo da primeira reunião presencial do grupo no país<sup>30</sup>. Com base nas dificuldades vivenciadas durante a pandemia de COVID-19, sobretudo em razão do difícil acesso a vacinas, o Ministério da Saúde propôs uma Aliança para a Produção e Inovação Regional e Local com o objetivo de fortalecer a produção regional de insumos e garantir que nenhuma nação fique dependente de um pequeno número de países produtores. Além de diversificar e descentralizar a produção, a proposta brasileira prevê acordos entre as partes para evitar a competição pela mão de obra nos serviços de saúde e promover a inovação no setor. Juntos esses fatores garantem maior capacidade de vigilância, melhores mecanismos de recuperação e capacitação da força de trabalho, os quais atrelados a produção regional de produtos de saúde, são a base para uma eficiente prevenção, preparação e resposta a novas emergências sanitárias.

A Aliança está ancorada em uma das prioridades brasileiras para as discussões no GT, que é a equidade em saúde. Segundo a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, o projeto é fundamental para garantir o acesso igualitário a vacinas, medicamentos e tecnologias: “Na eventualidade de uma nova pandemia, queremos que diversos países, especialmente nações da América Latina, África e outras regiões vulneráveis, tenham acesso de maneira igualitária e facilitada a esses insumos estratégicos de saúde”<sup>31</sup>. Nesse sentido, uma das metas é a produção de tecnologia para doenças negligenciadas, como a tuberculose, hanseníase, malária e doença de chagas. Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do MS, ainda chama atenção para o fato de que será a primeira proposta de produção e inovação local coordenada por um país do Sul Global: “É um passo decisivo para que a estratégia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que coloca a saúde com desenvolvimento e vetor de renda, se aprimore. A produção e a inovação têm de ser para vida das pessoas e para a vida do planeta”<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Discussões para Aliança pela Saúde avançam no G20. **G20**. 12 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/discussoes-para-alianca-pela-saude-avancam-no-g20>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>31</sup> Produção de vacinas demanda alianças globais. **Valor Econômico**. 27 mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/03/27/producao-de-vacinas-demanda-aliancas-globais.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>32</sup> Brasil propõe aliança global no G20 para garantir mais vacinas e medicamentos. **Ministério da Saúde**. 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/brasil-propoe-alianca-global-no-g20-para-garantir-mais-vacinas-e-medicamentos>. Acesso em: 21 abr. 2024.

De modo geral, a proposta da Aliança foi muito bem recebida pelos membros do G20 e por organizações que participaram do encontro. O cientista-chefe da OMS, Jeremy Farrar, no entanto, encorajou os participantes a não se concentrarem apenas no aspecto da produção, mas também olharem para os processos e pessoas em torno da qual ela acontece: “Por trás das instituições há pessoas que precisam ser apoiadas e, particularmente, jovens que entram na ciência, no desenvolvimento da investigação, na regulação, na ética e em tudo o mais que isso implica” acrescentou<sup>33</sup>. A iniciativa segue em fase de negociação e a expectativa é de trabalhar na preparação de propostas e na construção de consensos até a reunião ministerial, marcada para acontecer em outubro no Rio de Janeiro.

No que tange a disputa pela mão de obra no setor, uma grande preocupação tem sido a migração de trabalhadores de saúde para países de maior renda, a exemplo do Caribe. Tais movimentações acontecem por diversos fatores, sendo a falta de oportunidades de desenvolvimento profissional, condições de trabalho inadequadas e salários baixos nos países de origem, alguns deles. A vista disso, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentaram recomendações para garantir uma maior equidade na distribuição desses profissionais, incluindo ações para aperfeiçoamento da qualificação e das condições de trabalho<sup>34</sup>. As sugestões foram baseadas na “Política sobre a força de trabalho em saúde para 2030”, aprovada pelas autoridades de saúde das Américas, em setembro do ano passado, com cinco ações prioritárias, sendo elas:

- Fortalecer a governança e promover políticas e planos nacionais de recursos humanos em saúde.
- Desenvolver e consolidar mecanismos regulatórios relacionados aos recursos humanos em saúde.
- Fortalecer a formação de equipes multiprofissionais e sua incorporação a redes integradas de serviços de saúde baseados na atenção primária à saúde.
- Fomentar o desenvolvimento e fortalecer as capacidades do pessoal de saúde para abordar as prioridades de saúde das populações e apoiar a preparação e resposta a emergências de saúde pública.
- Promover condições dignas de trabalho, proteção física e mental dos profissionais de saúde e dotação adequada de recursos humanos em saúde por meio de financiamento e regulamentação.

Entre os demais debates destacamos as conversas sobre saúde digital e o mecanismo de troca de dívidas externas por ações locais em saúde – conhecida como *debt-for-health*. No primeiro tópico, houve convergência em relação à importância de desenvolver a saúde digital, especialmente a telemedicina e sistemas de integração e análise de dados, e utilizá-la como instrumento de política pública para democratizar o acesso e fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde. Foram discutidas então formas para ampliar a acessibilidade e a necessidade de maior

---

<sup>33</sup> OPAS e OMS apoiam proposta do Brasil de criação de aliança, liderada pelo G20, para inovação e produção local e regional na saúde. **OPAS**. 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-4-2024-opas-e-oms-apoiam-proposta-do-brasil-criacao-alianca-liderada-pelo-g20-para>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>34</sup> Em evento do G20 no Brasil, OPAS e OMS apresentam recomendações para garantir maior equidade na distribuição e qualificação da força de trabalho em saúde. **OPAS**. 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/11-4-2024-em-evento-do-g20-no-brasil-opas-e-oms-apresentam-recomendacoes-para-garantir>. Acesso em: 21 abr. 2024.

investimento em conectividade, segurança cibernética e infraestrutura pública digital para a área.

O encontro de igual modo buscou criar consenso sobre os mecanismos de operacionalização da Iniciativa Global de Saúde Digital (GIDH), que é uma rede colaborativa, coordenada pela OMS, de organizações, instituições e agências técnicas governamentais atuantes nesse setor<sup>35</sup>. Um outro elemento destacado foi a importância de adaptar as estratégias digitais às particularidades de cada região levando em consideração o contexto do sistema de saúde e do território, bem como as necessidades de cada população. “Somente por meio dessa abordagem integrada poderemos aproveitar a promessa da saúde digital e melhorar os resultados de saúde para todas as pessoas”, concluiu o diretor do Departamento de Saúde Digital e Inovação da OMS, Alain Labrique<sup>36</sup>. O programa SUS Digital, em particular sua atuação no Pará e no Amazonas, foi mencionado e parabenizado como exemplo de boas práticas no assunto por melhorar o atendimento da população e a integração e capacidade de análise dos dados no setor.

Já em referência ao mecanismo *debt-for-health*, a proposta da Força Tarefa Conjunta de Saúde e Finanças é que os países com maior dificuldade possam trocar parte de suas dívidas externas por investimentos locais em saúde<sup>37</sup>. A proposta do mecanismo tem como intuito fortalecer os sistemas de saúde de nações endividadas, evitando que tenham que contrair outras dívidas para lidar com emergências, como pandemias. O projeto inclusive vai de encontro com a recomendação feita pela OPAS de que os países das Américas aumentem os gastos públicos em saúde para atingir um mínimo de 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2021, os investimentos públicos no setor de saúde na América Latina e Caribe estagnaram em 4,4% do PIB<sup>38</sup>. Assim, por meio de negociações bilaterais, os países do G20 entrariam em acordo com os devedores para transformar uma parcela da dívida externa em investimento nos seus sistemas nacionais de saúde. De forma semelhante à Aliança, o mecanismo segue em fase de negociação e ajustes.

---

<sup>35</sup> OPAS e OMS defendem ampliação do acesso equitativo à saúde digital em evento técnico do G20 realizado no Brasil. **OPAS**. 7 abr. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/7-4-2024-opas-e-oms-defendem-ampliacao-do-acesso-equitativo-saude-digital-em-evento>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>36</sup> Em encontro do G20 no Brasil, OPAS e OMS destacam importância da telessaúde para alcançar todas as pessoas e fortalecer sistemas de saúde. **OPAS**. 8 abr. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-4-2024-em-encontro-do-g20-no-brasil-opas-e-oms-destacam-importancia-da-telessaude-para>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>37</sup> Brasil propõe que países do G20 troquem parcelas de dívidas por investimento em saúde. **O Globo**. 11 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/04/11/brasil-propoe-que-paises-do-g20-troquem-parcelas-de-dividas-por-investimento-em-saude.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>38</sup> OPAS e OMS destacam importância de investimento adequado em saúde e ações para enfrentar resistência antimicrobiana, em sessões do G20 no Brasil. **OPAS**. 9 abr. 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-4-2024-opas-e-oms-destacam-importancia-investimento-adequado-em-saude-e-acoes-para>. Acesso em: 21 abr. 2024.

**Imagem 1:** Ministra Nísia Trindade na reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20



Fonte: G20, 2024.

Um outro evento a ser mencionado nesta quinzena foi a segunda reunião dos Ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20 que aconteceu em Washington, à margem da programação anual das reuniões de primavera do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. De acordo com a embaixadora Tatiana Rosito, coordenadora da Trilha de Finanças do fórum, a expectativa era a de avançar sobretudo nas seguintes discussões: (i) finanças sustentáveis, com objetivo de reimaginar o modelo de financiamento climático a partir da perspectiva e desafios dos países em desenvolvimento para o enfrentamento à crise do clima; e (ii) reforma e o fortalecimento dos bancos multilaterais e um modelo de arquitetura financeira internacional para o século 21<sup>39</sup>. Sobre este último ponto recai um dos principais desdobramentos: o anúncio da criação de um Roteiro do G20 de reformas dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs)<sup>40</sup>.

O papel crucial dos BMDs na construção de um mundo mais justo e sustentável foi ressaltado em todo o discurso do ministro Fernando Haddad na abertura do encontro. Para atingir o potencial transformador dessas instituições, porém, é necessário pensar em reformas para torná-las melhores, maiores e mais eficazes. Nas palavras do ministro: “Isso implica reformular as estruturas de governança para ampliar a representatividade dos países em desenvolvimento; implementar modelos operacionais que facilitem o acesso ao financiamento; aumentar a capacidade de financiamento; e conceber ferramentas de avaliação para maximizar o impacto de desenvolvimento”<sup>41</sup>. Com isso em mente, foi pensada a elaboração do Roteiro.

<sup>39</sup> Em Washington, ministros das Finanças do G20 vão discutir taxação de super-ricos e combate à fome e à pobreza. **G20**. 15 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/em-washington-ministros-das-financas-do-g20-vaio-discutir-taxacao-de-super-ricos-e-combate-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>40</sup> Ministro Haddad anuncia criação de um Roteiro do G20 de reformas dos bancos multilaterais. **G20**. 19 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ministro-haddad-anuncia-criacao-de-um-roiteiro-do-g20-de-reformas-dos-bancos-multilaterais>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>41</sup> Discurso de abertura do ministro Fernando Haddad na 2ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais. **G20**. 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt->



O documento está sendo formulado com base em estudos e diálogos, coordenados pela presidência do G20, e vai contar com objetivos de curto, médio e longo prazo e iniciativas práticas. Até o momento foram divulgados três pilares que orientam os compromissos. De maneira resumida, o primeiro pilar trata da facilitação do acesso aos empréstimos para apoiar as principais demandas nacionais de desenvolvimento dos países. Já o segundo trata de meios para reforçar a capacidade de financiamento dos bancos e o terceiro propõe melhorar a avaliação e a utilização dos resultados de experiências anteriores. Para tanto, a presidência do G20, pretende criar um documento compartilhado de dados e lições aprendidas com base em evidências para melhorar a colaboração entre as instituições. O Roteiro será apresentado na 4ª Reunião Ministerial de Finanças e Bancos Centrais, em outubro, após ser discutido entre os membros do bloco, bancos e grupos de engajamento.

Um outro tema de relevância para a agenda de finanças proposta pelo Brasil tem sido a questão da tributação dos mais ricos. Em Washington, Haddad defendeu que os países concluam a implementação dos pilares 1 e 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — tributação de serviços digitais e tributação mínima de empresas transnacionais, respectivamente — e avancem em direção a um terceiro eixo: a tributação dos super-ricos<sup>42</sup>. Na visão do ministro, esse é um tema que está no cerne da questão macroeconômica e aparece como uma alternativa para garantir que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Na iminência de uma nova crise global de endividamento, em razão dos gastos com a pandemia e a alta da inflação no planeta, a tributação dos mais ricos pode servir como fonte de novos recursos.

A proposta tem recebido apoio de países como Estados Unidos e França, e existe a expectativa de que o G20 chegue a um acordo sobre a taxaço até novembro<sup>43</sup>. De acordo com Haddad, o comunicado conjunto deverá ter três eixos: o intercâmbio de dados entre os países; o apoio técnico da OCDE; e um prazo curto para implementação das medidas, que mostre o compromisso dos países com a taxaço. Contudo, devemos ter em mente as dificuldades para a implementação da proposta. Ainda que seja acordada entre os membros, sua implementação pode levar anos, pois depende de vontade política, a qual pode oscilar conforme a alternância de governos, e da coordenação internacional, uma vez que a taxaço por apenas um país seria ineficaz e criaria conflitos de interesse.

---

[br/documentos/discursos/discorso-de-abertura-do-ministro-fernando-haddad-na-2a-reuniao-de-ministros-de-financas-e-presidentes-de-bancos-centrais](https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discorso-de-abertura-do-ministro-fernando-haddad-na-2a-reuniao-de-ministros-de-financas-e-presidentes-de-bancos-centrais). Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>42</sup> “Tributação internacional está no cerne da questão macroeconômica global”, diz ministro da Fazenda do Brasil. **G20**. 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/tributacao-internacional-esta-no-cerne-da-questao-macroeconomica-global-diz-ministro-da-fazenda-do-brasil>. Acesso em: 21 abr. 2024.

<sup>43</sup> Haddad diz esperar acordo do G20 até novembro para taxar super-ricos. **Agência Brasil**. 17 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/haddad-diz-esperar-acordo-do-g20-ate-novembro-para-taxar-super-ricos>. Acesso em: 22 abr. 2024.

**Imagem 2:** Reunião dos ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20, em Washington.



Fonte: G20, 2024.

Por fim, fechando o período analisado, alguns eventos realizados no âmbito das reuniões do FMI e do Banco Mundial foram importantes para apresentar e promover as principais iniciativas brasileiras ao mundo e reforçar os posicionamentos do G20. Nesse sentido, a embaixadora Tatiana Rosito, durante participação do evento “Exercício de Simulação para Resiliência Econômica a Pandemias” frisou o apoio a prioridade estabelecida pela Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20 para melhorar a avaliação da saúde global e da vulnerabilidade social e econômica dos riscos decorrentes de pandemias. Segundo Rosito “Pandemias não tem fronteiras” e a crise provocada pelo COVID-19 evidenciou a necessidade de articulação entre os países. Apenas uma boa preparação conjunta, a qual envolve ações de avaliação e gestão de riscos, e exercícios de simulação; tem a capacidade de gerar respostas políticas ágeis e eficazes de resiliência financeira de países e de populações diante de imprevistos graves na área de saúde<sup>44</sup>.

Em conclusão, a equipe econômica também reforçou o compromisso com a promoção da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza<sup>45</sup>. Como já mencionado em outros informes, a Força-tarefa é uma iniciativa da gestão brasileira no G20 e tem como objetivo atrair recursos e obter expertise para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais para a redução da fome e da pobreza no mundo. Na fala de Haddad: “A fome deve estar no centro das políticas

---

<sup>44</sup> “Pandemias não têm fronteiras”: debate global sobre resiliência econômica às crises sanitárias é fundamental. **G20**. 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/pandemias-nao-tem-fronteiras-debate-global-sobre-como-melhorar-resiliencia-economica-as-criSES-sanitarias-e-fundamental>. Acesso em: 22 abr. 2024.

<sup>45</sup> “Além de ser inaceitável, a fome é um problema econômico urgente”, afirma Fernando Haddad. **G20**. 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/alem-de-ser-inaceitavel-a-fome-e-um-problema-economico-urgente-afirma-fernando-haddad>. Acesso em: 23 abr. 2024.



econômicas, uma vez que quebrando o ciclo econômico da pobreza e eliminando a fome, damos o primeiro passo rumo a um mundo mais preparado para lidar com desafios ambientais e climáticos”.

## G7

Os Ministros das Relações Exteriores do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, e Alto Representante da União Europeia), sob a presidência do Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália, Antonio Tajani, reuniram-se em Capri de 17 a 19 de abril. O encontro gerou 3 documentos finais<sup>46</sup>, sendo um voltado especialmente para a ratificação do compromisso no apoio inabalável à Ucrânia, na defesa de sua liberdade, soberania, independência e integridade territorial, dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Quanto a essa questão, o Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, que participou do encontro, afirma ter “sinais encorajadores do Congresso dos EUA de que votarão em um pacote para a Ucrânia nos próximos dias”. O secretário reforçou o compromisso dos Aliados da OTAN em defender a Ucrânia, que nas últimas semanas teve um incremento do apoio militar pela República Tcheca, Holanda, Dinamarca e Alemanha<sup>47</sup>. O ministro das Relações Exteriores da Ucrânia convidado, Dmytro Kuleba, segundo o *The New York Times*<sup>48</sup>, praticamente implorou aos membros da Câmara dos Representantes dos EUA que fizessem algo por seu país. Kuleba disse em entrevista que esse apoio que o Congresso está considerando “ajudaria a salvar os ucranianos do massacre com mísseis russos”. Ele acrescentou: “Essa é uma questão de morte e vida para milhares de pessoas”. Kuleba ainda disse aos repórteres que “A narrativa de que o Ocidente tem que escolher entre apoiar Israel ou a Ucrânia está errada porque esses são dois teatros da mesma guerra”<sup>49</sup>. Ainda, os ministros enviaram um recado à China de que era necessário parar de apoiar a indústria militar de Moscou se quiser ter boas relações com o Ocidente.

Outro documento se debruçava sobre a questão no Oriente Médio e condena veemente o Irã pelos ataques a Israel ocorridos nos dias 13 e 14 de abril que podem provocar uma escalada na guerra com Gaza e causar mais desestabilidade à região. A declaração ratifica o apoio total à segurança de Israel, pede a liberação dos reféns e conclama as partes a se absterem de ações que possam aumentar a tensão. Ainda, o grupo garantiu que a ajuda humanitária continuaria a ser fornecida à população palestina. Como solução, a declaração defende “dois povos, dois Estados”. O mesmo documento também versa sobre a liberdade de navegação no mar vermelho e sobre a preocupação com a situação humanitária no Iêmen e Síria.

No que tange ao ataque do Irã a Israel, em resposta ao bombardeio da embaixada iraniana na Síria, era esperado que haveria uma nova resposta do exército israelita, como ocorreu durante o encontro dos ministros em Capri. Israel realizou o contra-ataque ao território

---

<sup>46</sup> Communiqués of the Foreign Affairs Ministers' meeting. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/communiqués-of-the-foreign-affairs-ministers-meeting/>>. Acesso em: 22/04/2024.

<sup>47</sup> Secretary General participates in G7 meeting, stresses NATO's support to Ukraine. NATO. 2024. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_224853.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_224853.htm)>. Acesso em: 22/04/2024.

<sup>48</sup> Rough Seas for Blinken and Co. as Israel, Iran and Ukraine Cloud G7 Meeting. THE NEW YORK TIMES. 2024. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2024/04/19/world/europe/g7-blinken-israel-iran-ukraine.html>>. Acesso em: 22/04/2024.

<sup>49</sup> G7 pledges swift aid for Ukraine, seeks to calm Middle East. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/g7-powers-boost-ukraine-air-defences-face-russian-strikes-2024-04-19/>>. Acesso em: 22/04/2024.

iraniano na sexta-feira, dia 19 de abril, e os Ministros do G7 se reuniram emergencialmente para pedir contenção das tensões no Oriente Médio. Os EUA se reportaram aos demais ministros informando que não tinham conhecimento da ofensiva e que receberam informações de “no último minuto” sobre uma ação de drones, mas não participaram da decisão. Segundo o Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, os EUA não estavam envolvidos em nenhum ataque e estavam comprometidos em trabalhar para uma “redução da escalada” na região, mas não quis dar mais detalhes. Ainda de acordo com Blinken, “temos o compromisso de ajudar Israel a se defender e, se necessário, participar de sua defesa, como vocês viram há poucos dias”, disse o secretário se referindo à ação dos EUA e aliados para ajudar Israel a repelir o ataque de drones e mísseis iranianos. “Mais uma vez, Israel toma suas decisões, mas temos o compromisso de defendê-lo”, disse Blinken<sup>50</sup>. O G7 em resposta, afirma que estão prontos para adotar mais sanções ou tomar outras medidas, agora e em resposta a outras iniciativas desestabilizadoras de acordo com a declaração emitida após o encontro.

O tom das respostas foi na tentativa de apaziguar o conflito e reduzir a escalada de tensão. Segundo a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen: “É absolutamente necessário que a região permaneça estável e que todas as partes se abstenham de novas ações”; De acordo com o Primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak: “Uma escalada significativa não é do interesse de ninguém. O que queremos é que a calma prevaleça em toda a região; O Chanceler alemão, Olaf Scholz comenta que: “A desescalada continua a ser a ordem do dia no futuro próximo. E também falaremos sobre isso com todos os nossos amigos e aliados, e trabalharemos juntos com eles nessa direção.”; Segundo o Vice-ministro das Relações Exteriores da França, Jean-Noel Barrot: “Tudo o que posso dizer é que a posição da França é apelar a todos os intervenientes para a desescalada e a contenção”; Ainda, para o Secretário-chefe do gabinete do Japão, Yoshimasa Hayashi: “O Japão está profundamente preocupado com a situação no Oriente Médio e condena veementemente quaisquer ações que levem à escalada da situação (...) O Japão continuará a fazer todos os esforços diplomáticos necessários para evitar que a situação piore ainda mais.”<sup>51</sup> Por fim, um último documento parte do mesmo bloco, o G7 discorre sobre desafios globais como as mudanças climáticas, a poluição, a perda de biodiversidade, a saúde global, a educação, a desigualdade de gênero, a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição, o extremismo violento e o terrorismo, a integridade das informações e uma transição digital que respeite, proteja e promova os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Ainda, aborda a importância da promoção de parcerias no enfrentamento desses desafios e na garantia dos direitos humanos como direitos universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Quanto a isso, reforçou que continuará a trabalhar em estreita colaboração com fóruns multilaterais relevantes como o G20, de forma a construir uma resposta internacional coesa para os problemas.

No que se refere à Saúde Global, a declaração reitera o compromisso em promover a saúde considerando a lição aprendida com a Covid-19 de que as emergências em saúde são um desafio global, portanto, necessitam de uma resposta global. A declaração apoia uma reforma

---

<sup>50</sup> Israel gave US last-minute warning about drone attack on Iran, Italian foreign minister says at G7. AP NEWS. 2024. Disponível em: <<https://apnews.com/article/g7-italy-blinken-iran-bf8b33c3cebfe534a16675e6adc3fb0a>>. Acesso em: 22/04/2024.

<sup>51</sup> Líderes mundiais reagem à resposta militar de Israel ao Irã. CNN. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lideres-mundiais-reagem-a-resposta-militar-de-israel-ao-ira/>>. Acesso em: 22/04/2024.

da Arquitetura Global de Saúde para de forma mais coordenada fortalecer a Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia (PPR), especialmente por meio do Fundo Pandêmico. Quanto a isso, reiteraram o compromisso de chegar a um acordo acerca das negociações para novo instrumento internacional para pandemias até o próximo mês de maio.

Os países se comprometeram a redobrar os esforços para promoção da cobertura universal de saúde (como base para preparação de futuras pandemias), e reforçaram o apoio aos países para restaurar o acesso a serviços essenciais de saúde e reduzir as taxas de mortalidade para níveis pré-pandêmicos até 2025. Ademais, reafirmaram o compromisso em investir em sistemas de saúde resilientes, atenção primária e força de trabalho qualificada de forma a recuperar a perda pela Covid-19. Por fim, reconhecem as consequências das mudanças climáticas na saúde global e a ameaça de novas doenças fruto da intensa relação entre todos os seres vivos e o ambiente compartilhado. Dessa forma, reforçam a abordagem “One Health” no enfrentamento desses desafios. Ainda, reafirmam que a resistência antimicrobiana é uma prioridade para o G7 que se prepara para a próxima Reunião de Alto Nível da ONU sobre AMR em setembro de 2024.



Reunião de ministros do G7 na ilha italiana de Capri -18/4/2024 REUTERS/Remo Casilli

## OCDE

Durante os dias 09 e 10 de abril de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu em sua sede, em Paris, a edição de 2024 de seu Fórum de Infraestrutura<sup>52</sup>. Sob o tema “Infraestrutura para Resiliência” (Infrastructure for Resilience, em inglês), o evento se propôs a destacar na agenda global as discussões sobre como construir infraestruturas resilientes, abordando também os desafios e oportunidades no reforço da resiliência e explorando estratégias que transcendem as fronteiras tradicionais e entre governos<sup>53</sup>.

O fórum, desse modo, objetivava oferecer um espaço comum para que tomadores de decisão e partes interessadas compartilhassem perspectivas e boas práticas para o

<sup>52</sup> OCDE. Media advisory - 2024 Infrastructure Forum. OCDE [Internet]. 2024 Apr 04 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-2024-infrastructure-forum.htm>.

<sup>53</sup> IISD. 2024 OECD Infrastructure Forum. IISD [Internet]. 2024 Apr 08 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://sdg.iisd.org/events/2024-oecd-infrastructure-forum/>

fortalecimento da resiliência climática, se concentrando principalmente nos desafios e nas oportunidades de infraestrutura em todos os níveis do governo e da sociedade, incluindo temáticas como a vulnerabilidade da infraestrutura ao impacto do aquecimento do clima e dos eventos climáticos extremos, as interdependências entre os setores críticos de infraestrutura, a cooperação entre os setores público e privado para mobilizar investimentos em infraestrutura resiliente ao clima, entre outros. Isso tudo com a intenção de potencializar e auxiliar na construção de um futuro resiliente que possa resistir aos desafios atuais e antecipar e adaptar-se às complexas demandas do amanhã.

O evento foi ainda marcado pelo lançamento de dois estudos e uma nova rede promovida pela OCDE de certificação sobre o tema.

O primeiro deles a ser aqui destacado é o relatório intitulado “*Infrastructure for a Climate-Resilient Future*” (Infraestrutura para um futuro resiliente ao clima, em uma tradução livre)<sup>54</sup>. Detalhando a crescente pressão de eventos climáticos extremos (como, por exemplo, as temperaturas globais recordes e ondas de calor, secas e inundações) sobre a infraestrutura em todos os setores, desde redes de eletricidade, comunicação, transporte até o tratamento de água e resíduos, e chamando a atenção da desproporcionalidade nos efeitos sofridos por países em desenvolvimento, o documento busca mapear as principais áreas de políticas a serem consideradas para tornar a infraestrutura mais resiliente e delinear as medidas que os países podem tomar para melhorar a resiliência climática de sua infraestrutura por meio de planejamento e financiamento nos níveis nacional e subnacional em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao discutir os avanços e as persistentes lacunas no planejamento e no desenvolvimento da infraestrutura em todo o seu ciclo de vida para o desenvolvimento da resiliência climática, o documento explora como a conscientização e a compreensão de riscos climáticos podem ser fortalecidas e se tornar uma norma para todas as decisões de financiamento e investimento, por meio de padrões e instrumentos financeiros que integrem a adaptação e a resiliência climáticas<sup>55</sup>.

Destaca-se ainda o cuidado ao apontar soluções baseadas na natureza, oferecendo percepções sobre como a natureza pode ser aproveitada como uma medida econômica para desenvolver a resiliência climática, além do reconhecimento de que as necessidades específicas dos países em desenvolvimento exigem atenção global para seu desenvolvimento econômico e da necessidade do fortalecimento de parcerias e apoio internacionais para os mesmos. Assim, o relatório culmina em cinco recomendações principais e gerais para os governos interessados, sendo elas:

1. Integrar os riscos climáticos ao planejamento da infraestrutura e à seleção de projetos;
2. Incorporar a resiliência climática ao financiamento e investimentos em infraestrutura;
3. Explorar o potencial das soluções baseadas na natureza para problemas identificados;
4. Atender aos desafios e as oportunidades específicas enfrentadas por países em desenvolvimento; e
5. Incluir abordagens de resistência climática em todos os níveis de governo

---

<sup>54</sup> OCDE, *Infrastructure for a Climate-Resilient Future*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a74a45b0-en>.

<sup>55</sup> OCDE. Massive investment is needed in sustainable infrastructure to build climate change resilience. OCDE [Internet]. 2024 Apr 09 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/massive-investment-is-needed-in-sustainable-infrastructure-to-build-climate-change-resilience.htm>.

Na esteira da discussão, no estudo “*Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2024: Building Resilience to Natural Disasters*”<sup>56</sup>, a organização intergovernamental reforça sua abordagem sobre a relevância da resiliência climática no tema de infraestrutura e se propõe a discutir formas de aprimorar as capacidades de governos em prevenir, reagir e reconstruir, minimizando assim o impacto de desastres naturais sobre os ativos e as operações de infraestrutura. Ademais, o documento identifica nos dados, em colaborações e nas tecnologias o papel de impulsionadores de tal resiliência e as estruturas regulatórias como principais facilitadores. O estudo ainda apresenta sete princípios acionáveis para fornecer e garantir a resiliência na infraestrutura, baseando-se em boas práticas internacionais e análises aprofundadas de projetos de infraestrutura na Colômbia, em Gana, na Índia, na Indonésia, no Japão, em Moçambique e nos Estados Unidos da América.

Outro marco do evento foi o lançamento da rede *Blue Dot Network* (Rede Ponto Azul, em uma tradução livre)<sup>57</sup>, a primeira estrutura de certificação global voltada para projetos de infraestrutura de qualidade e alinhadas com a sustentabilidade e que supervisionará a implantação internacional de uma estrutura de certificação com o objetivo de auxiliar a mobilizar investimentos em projetos que maximizem o impacto econômico, social, ambiental e de desenvolvimento positivo da infraestrutura. As certificações serão concedidas por órgãos de certificação independentes e terceirizados, que serão responsáveis por garantir a credibilidade dos compromissos de sustentabilidade por meio de evidências e dados. E, para tal obter tal certificação, é necessário estar alinhado com os seguintes critérios, baseados nos padrões internacionais existentes:

1. Promover o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo;
2. Promover investimentos orientados pelo mercado e pelo setor privado, apoiados pelo uso criterioso de fundos públicos;
3. Apoiar a boa gestão financeira pública, a transparência da dívida e a sustentabilidade da dívida em nível de projeto e de país;
4. Construir projetos que sejam resistentes às mudanças climáticas, aos desastres e a outros riscos, e que estejam alinhados com os caminhos para as emissões líquidas zero em 2050, necessárias para manter a mudança de temperatura global de 1,5 graus Celsius dentro do alcance;
2. Garantir uma boa relação custo-benefício durante todo o ciclo de vida de um ativo;
3. Desenvolver a capacidade local, com foco na transferência de habilidades locais e nos mercados de capital locais;
4. Promover proteções contra a corrupção e, ao mesmo tempo, incentivar processos transparentes de aquisição e consulta;
5. Defender as melhores práticas internacionais de salvaguardas ambientais e sociais, incluindo o respeito aos direitos trabalhistas e humanos;
6. Promover o uso não discriminatório dos serviços de infraestrutura; e

---

<sup>56</sup> OCDE. *Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2024: Building Resilience to Natural Disasters*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://doi.org/10.1787/54d26e88-en>.

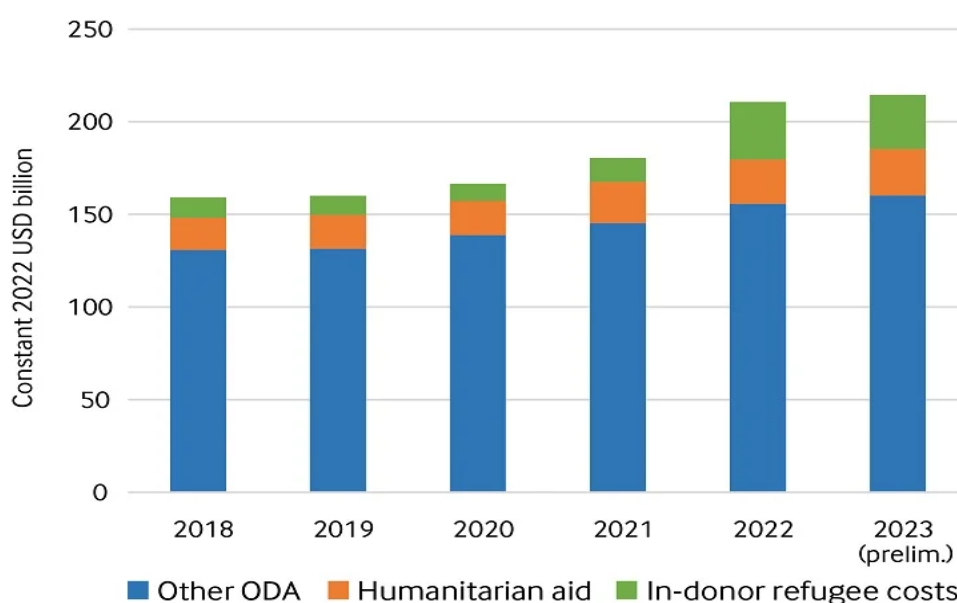
<sup>57</sup> OCDE. The Blue Dot Network begins global certification framework for quality infrastructure, hosted by the OECD. OCDE [Internet]. 2024 Apr 09 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/the-blue-dot-network-begins-global-certification-framework-for-quality-infrastructure-hosted-by-the-oecd.htm>.

10. Promover a inclusão de mulheres, pessoas com deficiências e grupos sub-representados e marginalizados.

Embora hospedado pela OCDE, a rede será uma entidade independente supervisionada pelos governos membros da iniciativa (Austrália, Japão, Espanha, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América), além do apoio dos governos do Canadá e da República Tcheca.

Outro destaque da quinzena foi a divulgação de dados preliminares de 2023 sobre os fluxos de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), revelando então que a ajuda internacional de doadores oficiais aumentou para US\$ 223,7 bilhões, um novo recorde histórico, já que países provedores aumentaram os níveis de ajuda para a Ucrânia e também direcionaram mais assistência humanitária para países em desenvolvimento<sup>58</sup>.

**Figura 1:** Assistência Oficial ao Desenvolvimento ao longo dos anos de 2018 a 2023



Sources: OECD (2024), Flows by donor (ODA+OOF+Private) [DAC1], Aid (ODA) disbursements to countries and regions [DAC2A]



Fonte: OCDE, 2024.

Por fim, no decorrer da quinzena, a organização econômica também divulgou duas atualizações dos seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais promovidos e apresentados, mais especificamente sobre seu acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)<sup>59</sup>, e sobre seu estudo do mercado de trabalho mundial<sup>60</sup>. O resultado das medições da primeira, com

<sup>58</sup> OCDE. International aid rises in 2023 with increased support to Ukraine and humanitarian needs. OCDE [Internet]. 2024 Apr 11 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/international-aid-rises-in-2023-with-increased-support-to-ukraine-and-humanitarian-needs.htm>.

<sup>59</sup> OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 8 April 2024. OCDE [Internet]. 2024 Apr 08 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/sdd/prices-ppp/consumer-prices-oecd-updated-8-april-2024.htm>.

<sup>60</sup> OCDE. Labour Market Situation, OECD - Updated: April 2024. OCDE [Internet]. 2024 Apr 17 [cited 2024 Apr 19]. Available from: <https://www.oecd.org/sdd/labour-stats/labour-market-situation-oecd-updated-april-2024.htm>.



dados referentes ao mês de fevereiro de 2024, expõe que a inflação global da OCDE manteve-se estável em 5,7%, ainda oscilando em torno de 6,0%, enquanto no caso do G20, a inflação subiu para 6,9% no mês, um contraste com os 6,4% mapeados em janeiro, e atingindo assim seu maior nível desde março de 2023.

Paralelamente, os resultados referentes ao período do quarto trimestre de 2023 apontam a manutenção e estabilidade do nível recorde das taxas de emprego e na participação da força de trabalho da OCDE, permanecendo globalmente estáveis em 70,1% e 73,8% – as performances mais elevadas registradas desde o início da série de pesquisa.

**Enquanto o presidente Petro pede adesão da Colômbia, parceira global da Otan, ao BRICS, os Altos Funcionários de saúde do grupo se reúnem em Moscou**

***At the same time President Petro calls for Colombia, NATO's global partner, to join BRICS, the group's Senior Health Officials meet in Moscow***

***Claudia Hoirisch***

**Resumo:** Depois que a Argentina desistiu de ingressar no BRICS em dezembro de 2023 e formalizou interesse em ser parceiro da Otan em abril desse ano, o Brasil prometeu apoiar a candidatura da Colômbia no BRICS. A Colômbia já é parceira global da Otan. Enquanto isso se desenrolava, os altos funcionários de saúde do BRICS se reuniram em Moscou nos dias 18-19 de abril para discutir as próximas atividades na área de saúde durante a presidência russa. Conversaram sobre como avançar na implementação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir o risco de doenças infecciosas em massa, sobre a concepção de uma Revista Médica Científica do BRICS e a constituição de uma Associação Médica. A Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS irá se reunir em Moscou, entre os dias 23-25 de abril e está agendada uma reunião para articular o funcionamento de um Centro de Vacinas do BRICS cuja data ainda não está definida.

**Palavras-chave:** BRICS. Reunião dos altos funcionários de saúde do BRICS. Criação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS. Prevenção de doenças infecciosas em massa. Centro BRICS de Vacinas. Rede de Pesquisa BRICS sobre TB. Revista Médico Científica do BRICS. Divulgação de projetos conjuntos do BRICS. Associação Médica do BRICS. Geopolítica. Otan. Argentina. Brasil. Colômbia.

**Abstract:** After Argentina withdrew from joining BRICS in December 2023 and formalized its interest in being a NATO partner in April, Brazil promised to support Colombia's candidacy in the group. Colombia is already a global partner of NATO. At the same time, BRICS Senior Health Officials met in Moscow on April 18-19 to discuss upcoming health activities during the Russian presidency. They discussed on how to advance in the implementation of a BRICS Integrated Early Warning System to prevent the risk of mass infectious diseases, initiatives to establish a BRICS Scientific Medical Journal, a BRICS Medical Association, amongst other issues. The BRICS TB Research Network will meet in Moscow between April 23<sup>rd</sup>-25<sup>th</sup> and a meeting is scheduled to coordinate the operationalization of a BRICS Vaccine Center, but the date has not yet been defined.

**Keywords:** BRICS. Meeting of BRICS Senior Health Officials. Creation of an Integrated BRICS Early Warning System. Prevention of mass infectious diseases. BRICS Vaccine Center. BRICS TB Research Network. BRICS Medical Scientific Journal. Publication of joint BRICS projects. BRICS Medical Association. Geopolitics. NATO. Argentina. Brazil. Colômbia.

### **Os altos funcionários de saúde do BRICS se reúnem**

A presidência russa tem como prioridades reforçar a capacidade de detectar e responder a surtos de doenças infecciosas de interesse internacional; intensificar a cooperação entre representantes da comunidade científica e especializada do BRICS, e fortalecer a cooperação em



transferências de tecnologia utilizando o potencial da Rede de Centros do BRICS e apoiando a produção conjunta de alta tecnologia nos países do grupo.

Atendendo as diretivas da PPT para esse ano, os Altos Funcionários de Saúde do BRICS se reuniram em Moscou nos dias 18-19 de abril para discutir sobre como avançar na implementação da iniciativa russa de criação de um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa.

Na mesma reunião conversaram sobre a concepção de uma Revista Médica Científica do BRICS que apoiará os pesquisadores do grupo na divulgação de projetos conjuntos e sobre a constituição de uma Associação Médica do BRICS que servirá para expandir a interação entre os médicos e a cooperação entre associações médicas profissionais dentro do BRICS<sup>61</sup>.

A Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS irá se reunir em Moscou, entre os dias 23-25 de abril. As discussões girarão em torno da investigação atual sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo a forma multirresistente, e outras áreas de cooperação que requerem investigação mais intensiva. O objetivo final da Rede é alcançar os ODS e eliminar a TB<sup>62</sup>.

Também está agendada uma reunião para articular o funcionamento de um Centro de Vacinas do BRICS cuja data ainda não está definida.

### **Argentina formaliza interesse em ser parceiro da Otan, Brasil promete apoiar a candidatura da Colômbia no BRICS**

A presidência russa tem como prioridade nesse ano integrar de forma harmoniosa os novos membros do grupo e promover o desenvolvimento institucional dos BRICS.

Após o presidente argentino Milei ter enviado uma carta em dezembro passado aos cinco chefes de Estado dos países que integram o BRICS informando sobre sua decisão de retirar a Argentina da lista de países que passaria a fazer parte do grupo a partir de 1 de janeiro deste ano, a Argentina formalizou interesse em ser 'parceiro global'<sup>63,64,65</sup> da Otan em abril desse ano por meio de uma carta de intenção. O ministro da Defesa da Argentina, Luis Petri alegou que a Argentina desejava "modernizar e treinar as forças armadas do país de acordo com os padrões da OTAN".

A aliança militar transatlântica conta com um restrito grupo de nove países considerados 'parceiros globais' e a Colômbia até o momento é a única nação latino-americana a alcançar esta condição em 2018.

Após revés da Argentina com o BRICS, o presidente colombiano Gustavo Petro pediu a adesão do país ao BRICS alargado. Lula acolheu a iniciativa colombiana e se comprometeu a

---

<sup>61</sup> <https://brics-russia2024.ru/en/news/>

<sup>62</sup> <https://brics-russia2024.ru/en/news/v-moskve-sostoitsya-15-ya-vstrecha-issledovatel'skoy-seti-stran-briks-po-tuberkulezu/>

<sup>63</sup> Parceiros globais da OTAN, também chamado de "Relações com parceiros em todo o mundo", são países que não são membros da Otan devido ao Artigo 10 que impede que países que não são Europa se juntem à aliança, mas que tem uma relação especial com a organização para promover a segurança e estabilidade internacional.

<sup>64</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/argentina-pede-para-se-tornar-parceira-global-da-otan/>

<sup>65</sup> Além da Colômbia, são parceiros globais da Otan: Afeganistão, Austrália, Iraque, Japão, República da Coreia, Mongólia, Nova Zelândia e Paquistão

promover a candidatura do país no grupo<sup>66</sup>. Lula espera que o ingresso da Colômbia nos BRICS ajude a unificar a América do Sul<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> <https://www.estadao.com.br/internacional/lula-promete-apoio-a-inclusao-da-colombia-no-brics-apos-reves-com-a-argentina/>

<sup>67</sup> <https://www.poder360.com.br/governo/lula-quer-colombia-nos-brics-para-unificar-a-america-do-sul/>

**A barbárie não precisa chegar à América Latina**  
***La barbarie no tiene que llegar a América Latina***

**Miryam Minayo**  
**Sebastian Tobar**  
**Samia de Brito**

**Resumen:** En esta edición del informe presentamos la Cumbre Virtual de la CELAC que resalta las tensiones políticas surgidas por la intervención de fuerzas policiales ecuatorianas en la Embajada de México. Los bárbaros acontecimientos, que violan el derecho internacional, llevaron a la Comunidad de Países Latinoamericanos y Caribeños a convocar a una reunión virtual de sus Presidentes. También destacamos las principales actividades de la CEPAL, como su participación en la Séptima Reunión del Foro sobre Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe y en la Tercera Reunión de la Conferencia de las Partes (COP 3) del Acuerdo de Escazú. En cuanto a las organizaciones regionales, ORAS-CONHU promovió una agenda sobre enfermedad renal crónica y vacunación, COMISCA llevó a cabo una agenda sobre vigilancia molecular y respuestas a brotes y alimentación saludable; OTCA creó la Red Amazónica de Autoridades del Agua; y por último, resumimos los principales puntos de la Declaración de los Presidentes de Brasil y Colombia, emitida con ocasión de la visita de la delegación brasileña a Bogotá.

**Palabras-clave:** América Latina y el Caribe. Salud. Crisis política. Desarrollo sostenible

**Resumo.** Nesta edição do relatório apresentamos a Cúpula Virtual da CELAC que destaca as tensões políticas que surgiram a partir da intervenção das forças policiais equatorianas na Embaixada do México. Os acontecimentos bárbaros, que violam o direito internacional, levaram a Comunidade dos Países Latino-Americanos e Caribenhos a convocar uma reunião virtual dos seus Presidentes. Destacamos também as principais atividades da CEPAL, como a participação Sétima Reunião do Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável da América Latina e Caribe e na Terceira reunião da Conferência das Partes (COP 3) do Acordo de Escazú. No que concerne as organizações regionais, o ORAS-CONHU promoveu agenda nos temas de doenças renais crônicas e de vacinação, a COMISCA cumpriu agenda nos temas de vigilância molecular e respostas a surtos e alimentação saudável; a OTCA instalou a Rede Amazônica de Autoridades de Águas; e por fim, resumimos os principais pontos da Declaração de presidentes de Brasil e Colômbia, emitida por ocasião da visita de comitiva brasileira à Bogota.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Saúde. Crise política. Desenvolvimento Sustentável

### **Cúpula Virtual da CELAC**

A região continua com tensões diplomáticas entre seus países, o que levou a CELAC a convocar uma Cúpula Virtual<sup>68</sup> em 16 de abril deste ano. A Cúpula convocada pela Presidente de Honduras, Xiomara Castro, buscou discutir a invasão da Embaixada do México em Quito, Equador, pelas forças policiais equatorianas, no último dia 5 de abril.

---

<sup>68</sup> A cúpula pode ser assistida na íntegra em: [https://www.youtube.com/watch?v=OrN\\_GvKWEg0](https://www.youtube.com/watch?v=OrN_GvKWEg0)

Xiomara Castro leu um comunicado que propôs a formação de uma comissão para analisar as condições de saúde de Jorge Glas e respeitar o seu pedido de asilo.

“Qualquer tentativa de violar e ignorar esse legado constitui uma violação da soberania do Estado e é um precedente desastroso para a aplicação do quadro jurídico internacional. A República do Equador é convidada a redirecionar o procedimento adequado de regras de asilo solicitado pelo ex-vice-presidente Jorge Glas, concedendo a passagem segura necessária ao México e assim começaria a normalização das relações entre ambos os Estados”, disse Castro.

A presidente hondurenha acrescentou que “reiteramos o nosso compromisso de consolidar a nossa comunidade da América Latina e do Caribe como uma zona de paz, na qual as diferenças entre as nações sejam resolvidas pacificamente através do diálogo, para que estes atos irracionais e selvagens não cheguem a nossa região.”

Após a abertura pela Presidente de Honduras Xiomara Castro, na qualidade de Presidência Pro Tempore da CELAC, interveio o Presidente do México López Obrador.

O Presidente Andrés Manuel Lopez Obrador-AMLO destacou a ação de solidariedade que o México tem tido desde a época do Presidente Lázaro Cárdenas, proporcionando asilo político aos exilados da guerra civil espanhola, e o próprio Leon Trotsky e a pessoas de diferentes países latino-americanos face às Ditaduras Militares.

AMLO agradeceu a solidariedade dos países e apresentou sua posição a respeito da flagrante violação de sua soberania e do direito internacional. Nesse sentido, destacou que o Governo do México apresentou uma queixa à Corte Internacional de Justiça para solicitar duas coisas:

1. O Equador seja expulso das Nações Unidas, desde que não se pronuncie pela não repetição deste vergonhoso ato que viola o direito internacional.
2. Definição de um procedimento com base neste caso, para que se algum Estado fizer como o Equador, a Corte Internacional de Justiça apresente à Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução de expulsão da ONU e que os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não poderão exercer o obsoleto direito de veto. Que seja submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas e votado para que os Estados, de forma democrática, resolvam a questão. “Se não fizermos isso, não sobreviveremos num mundo governado por regras e leis.”

O presidente Andrés Manuel López Obrador agradeceu “a solidariedade dos povos e governos da América Latina e do Caribe e queremos propor a vocês, se considerarem viável ou factível, que se juntem a nós assinando a denúncia na Corte Internacional de Justiça”. “Continuaremos defendendo a independência e a soberania do nosso país. O México não é um protetorado e não é uma colônia de nenhum país estrangeiro. O México é um país livre e soberano”.

Depois do Presidente do México, falaram Honduras, o Presidente Petro de Colômbia<sup>69</sup>, o Presidente de São Vicente e Granadinas, o Presidente Lula de Brasil, o Presidente Diaz Canel

---

<sup>69</sup> O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, fez um forte apelo ao Equador, solicitando a restauração do asilo político ao ex-vice-presidente Jorge Glas, e prometeu apoio às ações judiciais internacionais empreendidas pelo México. “O Equador não está no exemplo de convivência, está repetindo uma

de Cuba<sup>70</sup>, Maduro de Venezuela<sup>71</sup>, Luís Arce da Bolívia<sup>72</sup>, o Presidente Arévalo de Guatemala<sup>73</sup> e o presidente de Guiana, Irfaam Ali, representando o CARICOM, que manifestou o apoio ao México.

Entretanto, o Presidente Noboa do Equador ainda não se manifestou sobre a violação do direito internacional pela embaixada mexicana.

O Presidente Lula<sup>74</sup> classificou o episódio como inaceitável e recordou que não havia precedente para essa ação, nem mesmo em períodos de grandes desentendimentos na região.

*“Medida dessa natureza nunca havia ocorrido, nem nos piores momentos de desunião e desentendimento registrados na América Latina e no Caribe. Nem mesmo nos sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente”, afirmou o Presidente Lula.*

*“Um pedido formal de desculpas por parte do Equador é um primeiro passo na direção correta. Também me parece positiva a proposta da Bolívia de formar uma comissão integrada*

---

mensagem que vem dos tempos em que só a morte era possível, não sei por que, vão dizer isso aí, por que um presidente que tem tão pouco espaço na presidência o tempo permite tal barbárie. Equador e Israel, praticamente, apertando as mãos; “É a competição pela barbárie”, disse Petro. <https://www.infobae.com/colombia/2024/04/16/gustavo-petro-aseguro-que-apoyara-a-mexico-si-decide-denunciar-a-ecuador-ante-la-corte-internacional-de-justicia-espero-el-gobierno-ecuatoriano-piense-en-america-latina/>

<sup>70</sup> O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, sublinhou esta terça-feira a rejeição do seu país à “inaceitável” operação policial à embaixada do México no Equador e reiterou o seu “firme apoio” ao país norte-americano. Da mesma forma, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, também garantiu nas redes sociais que Díaz-Canel indicou em seu discurso que este incidente “não só tem repercussões nas relações entre esses dois países, mas também afeta toda a nossa região e a comunidade internacional”. como um todo”. <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/04/16/cuba-da-su-firme-apoyo-a-mexico-tras-la-inaceptable-irrupcion-en-su-embajada-en-quito/>

<sup>71</sup> Venezuela ordena fechamento da embaixada no Equador em apoio ao México, que busca mais apoio na CELAC <https://apnews.com/world-news/general-news-75f8876c378bebf30d2f048dda507b4d>

<sup>72</sup> O presidente boliviano, Luís Arce, afirmou que acompanhará o México em seu processo na Corte Internacional de Justiça (CIJ) contra o Equador, pelo assalto à Embaixada do México em Quito. “Nós, como país, não apenas nos solidarizamos com o povo, com o governo mexicano, mas também vamos acompanhar nas esferas internacionais e nas camadas judiciais esta exigência que nos parece absolutamente correta de estabelecer um precedente definitivo para que isso nunca aconteça de novo.”, expressou Arce em seu discurso. Acrescentou que “hoje mais do que nunca” os laços devem ser fortalecidos para esta segunda e “independência definitiva” e alcançar a paz, a unidade, o diálogo e a solidariedade contrária à “prática hegemônica” que procura a “violência, a guerra”, entre outras. <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/04/16/luis-arce-afirma-que-bolivia-acompanara-a-mexico-en-su-demanda-contra-ecuador-en-la-cij/>

<sup>73</sup> O presidente da Guatemala instou esta terça-feira o Equador a adotar as medidas necessárias para compensar o México pelo ataque à sua embaixada em Quito, ato que rejeitou ao discursar na cimeira virtual da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). “Pedimos ao Governo equatoriano que tome as medidas necessárias para corrigir e compensar os danos infligidos à missão diplomática e as ofensas ao Governo mexicano devido a estes acontecimentos”, disse Arévalo. “Devemos respeitar a soberania dos estados, buscar a resolução pacífica de todas as disputas e afirmar o cumprimento dos tratados internacionais, incluindo a correta aplicação do direito de asilo”, acrescentou. <https://www.veintitres.com.ar/internacionales/Guala-reitera-en-cumbre-CELAC-firme-condena-a-ataque-a-embajada-de-Mexico-en-Ecuador-20240416-0046.html>

<sup>74</sup> <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/04/lula-critica-invasao-a-embajada-do-mexico-no-equador-em-cupula-virtual-da-celac>

por países da CELAC, para acompanhar junto ao governo equatoriano, a evolução da situação e da saúde do ex-vice-presidente Jorge Glas”, completou.

Lula também ressaltou a importância de buscar caminhos para a reconstrução da confiança e do diálogo. “Precisamos olhar para frente e buscar formas para superar esta crise”, defendeu.

### **Sétima Reunião do Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável da América Latina e Caribe**<sup>75 76</sup>

Durante os dias 15 ao 18 de abril, autoridades e delegados de 29 países da América Latina e do Caribe, agências das Nações Unidas e organismos regionais, multilaterais e da sociedade civil reuniram-se na Sétima Reunião do Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para reiterar seu compromisso com a Agenda 2030.

Já na abertura do encontro, foi enfatizada a necessidade de renovar políticas e ações audaciosas para acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os líderes regionais e representantes da ONU acolheram o chamado do Secretário-Geral para redobrar os esforços em direção aos ODS, destacando a importância da colaboração e do multilateralismo efetivo.

Apesar dos avanços desde a primeira reunião do Fórum em 2017, a região ainda enfrenta desafios significativos na implementação da Agenda 2030. É evidente que existe uma lacuna entre o progresso atual e as metas estabelecidas para 2030, exigindo uma aceleração nos esforços.

A Vice-secretária Geral da ONU, Amina Mohammed, enfatizou a importância de uma abordagem clara, comprometida e catalisadora para alcançar os ODS na região, ressaltando que os objetivos nasceram ali e podem ser alcançados com determinação. A Ministra de Costa Rica, em sua qualidade de Vice-presidenta do Fórum, destacou os avanços realizados desde 2017, mas também reconheceu que ainda há desafios a serem superados, enfatizando a necessidade de fortalecer o multilateralismo.

O Secretário Executivo da CEPAL alertou para a urgência de acelerar o progresso em direção aos ODS, observando um desalinhamento entre as trajetórias atuais e as necessárias para cumprir os objetivos estabelecidos.

**Laura Fernández Delgado**, Ministra do Planejamento Nacional e Política Econômica da Costa Rica, na qualidade de Vice-Presidente do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, que observou: “A América Latina e o Caribe estão a caminho para alcançar apenas 22% das metas dos ODS, uma tendência que vemos no mundo. Mas os ODS nasceram nesta região, e com um foco claro, compromisso e ação catalisadora, a região pode crescer mais forte do que nunca e cumprir a visão dos ODS”, entretanto, sublinhou que “desde a primeira reunião do Fórum, realizado em 2017, a região fez enormes progressos, no entanto, é muito claro que continuam a existir desafios pendentes e a obrigação de redobrar esforços para avançar mais rapidamente.” Vale destacar que a Presidência do VI Fórum

---

<sup>75</sup><https://www.cepal.org/es/noticias/america-latina-caribe-debe-implementar-grandes-transformaciones-progresar-seis-transiciones>

<sup>76</sup><https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-llaman-revitalizar-compromiso-la-agenda-2030-propiciar-politicas-acciones>

pertenceu à Argentina, mas esta a entregou à Costa Rica. Só lembrando das fortes críticas que o Governo argentino de Milei faz à Agenda 2030 e seus ODS.

Após a inauguração, houve uma troca de perspectivas sobre a próxima Cúpula do Futuro, destacando a importância das soluções multilaterais e da inclusão das necessidades da região nos processos de negociação internacional.

O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, apresentou um documento sobre os desafios regionais para alcançar a Agenda 2030, enfatizando a necessidade de um novo rumo nas políticas públicas e iniciativas transformadoras para enfrentar a crise de desenvolvimento.

O encontro do Fórum incluiu sessões de diálogo sobre a urgência de reforçar a Agenda 2030 e combater a pobreza, bem como mesas de discussão específicas sobre os ODS relacionados à erradicação da pobreza, fome zero, ação climática, justiça e parcerias para alcançar os objetivos.

Durante o encontro, Salazar-Xirinachs, também apresentou o sétimo relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, intitulado “América Latina e o Caribe diante do desafio de acelerar o passo rumo ao cumprimento da Agenda 2030: transições para a sustentabilidade”. O documento destaca a necessidade premente da América Latina e o Caribe acelerarem o progresso em direção ao cumprimento dos ODS, exigindo uma revisão profunda das políticas públicas e a implementação de iniciativas transformadoras. Ademais ressalta a importância de uma nova governança da política pública, bem como a participação efetiva dos atores sociais e o uso de ferramentas estratégicas como planejamento e prospectiva.

O relatório destaca a importância de avançar nas transições-chave propostas pelo Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que podem ter efeitos catalisadores e multiplicadores no cumprimento dos ODS. Estas transições incluem sistemas alimentares, acesso à energia, conectividade digital, educação, emprego e proteção social, além de ações para combater mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

José Manuel Salazar-Xirinachs enfatizou que essas transições devem ser planejadas com inteligência prospectiva, envolvendo uma nova geração de políticas públicas formuladas com uma visão de futuro e dotadas de governança estratégica. O documento também ressalta o compromisso da CEPAL em contribuir para o cumprimento dos ODS até 2030, por meio de iniciativas como o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Globalmente, apenas 15% das metas dos ODS serão cumpridas até 2030, de acordo com previsões das Nações Unidas. Na região, a CEPAL estima que 22% das metas tenham sido ou serão alcançadas até 2030, com 46% avançando em uma direção favorável, mas não na velocidade necessária.

Os desafios enfrentados pelos países da região são significativos, exigindo ações urgentes para evitar retrocessos no caminho para o desenvolvimento sustentável. O relatório destaca a necessidade de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento produtivo, inclusivo e sustentável, além de medidas para ampliar a disponibilidade de recursos financeiros.

Os capítulos do relatório examinam em profundidade o panorama internacional e regional, a evolução dos indicadores e metas dos ODS, os avanços e desafios relacionados a

cinco ODS selecionados e as propostas de transições-chave para a sustentabilidade. Além disso, analisam a evolução recente das fontes de financiamento para o desenvolvimento na região e apresentam recomendações para impulsionar o progresso em direção ao cumprimento dos ODS até 2030.

Por fim, após três dias de debates intensos na sede da CEPAL em Santiago do Chile, os representantes reiteraram seu compromisso de acelerar o progresso em direção aos ODS nos próximos seis anos. Nesta edição do Fórum, foram especialmente examinados os ODS 1 (Fim da pobreza), 2 (Fome zero), 13 (Ação pelo clima), 16 (Paz, justiça e instituições sólidas) e 17 (Parcerias para alcançar os objetivos).

Também foram abordados os desafios e prioridades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) do Caribe; houve uma sessão especial sobre a próxima Cúpula do Futuro; e foram ouvidas as vozes de crianças, adolescentes e jovens da América Latina e do Caribe, bem como de organizações da sociedade civil da região.

O encerramento, em 18 de abril, foi presidido por Laura Fernández na qualidade de Vice-Presidente do Fórum e José Manuel Salazar-Xirinachs. Laura Fernández ressaltou a urgência de avançar na busca de soluções para os desafios enfrentados pela humanidade hoje, desde o crime organizado até a fome, a pobreza, a desigualdade e os impactos das mudanças climáticas, entre outros.

O Secretário Executivo da CEPAL destacou a participação significativa na reunião, com mais de 700 pessoas presentes, incluindo mais de 180 delegados governamentais de 29 países membros do Fórum, além de representantes do sistema das Nações Unidas, da sociedade civil, do setor privado e acadêmico. Salazar-Xirinachs enfatizou o compromisso dos países da região com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mas também reconheceu os desafios impostos por crises econômicas, mudanças climáticas e conflitos geopolíticos, que têm dificultado o progresso em direção aos ODS. Ele ressaltou a necessidade de implementar políticas eficazes e superar obstáculos de implementação para alcançar os objetivos estabelecidos.

As conclusões e recomendações do Fórum foram reunidas em um documento de 22 páginas, contendo 22 parágrafos que pode ser encontrado na íntegra: <https://foroalc2030.cepal.org/2024/es/documentos/conclusiones-recomendaciones-acordadas-gobiernos-reunidos-la-septima-reunion-foro-paises> .

Sem dúvida, as **Conclusões e Recomendações** constituem o documento político mais importante do VII Fórum acordadas entre os governos, reunidas nesta ocasião. Talvez o fato da estagnação no progresso da concretização da Agenda 2030 e seus ODS seja a explicação que motiva o crescimento das Conclusões e Recomendações, que no Primeiro Fórum eram 21 parágrafos, no Segundo 31 parágrafos, no Terceiro Fórum 57 parágrafos, no Quarto Fórum 94 parágrafos, no Quinto Fórum 106 parágrafos, no Sexto Fórum 110 parágrafos e neste último sétimo fórum são 128 parágrafos.

Parece que apesar de reafirmar nas diferentes **Conclusões e Recomendações**<sup>77</sup> os compromissos com a Agenda 2030 e os seus ODS; Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira

---

<sup>77</sup> A nota descabida foi dada pelo embaixador argentino Jorge Faurie que destacou que “o governo do meu país se reserva o direito de fazer observações sobre o documento, conclusões, do 7º Fórum que acaba de ser aprovado, em virtude do fato de que neste momento estamos prosseguindo com o exercício interno realizado pela administração do nosso governo para analisar o seu conteúdo. O governo da República



Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento; os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e os compromissos de vários fóruns políticos, pouco se traduziu em um compromisso político real por parte dos países da região no progresso da Agenda 2030. Desta forma, ao longo dos 128 parágrafos destas Conclusões e Recomendações, é feita referência a muitos compromissos políticos assumidos em outros fóruns e resulta num muro de lamentações sobre os ODS não alcançados logo após o cumprimento da Agenda 2030.

Durante o VII Fórum e nas Conclusões e Recomendações, foi feita menção em vários momentos à **Future Summit: soluções multilaterais para um amanhã melhor**<sup>78</sup>, que terá lugar nos dias 22 e 23 de setembro de 2024, em Nova Iorque, precedida de uma reunião ministerial preparatória que acontecerá em 18 de setembro de 2023 nas Nações Unidas. Nesta Cimeira, os Estados-Membros das Nações Unidas irão considerar como estabelecer as bases para uma cooperação global mais eficaz que possa enfrentar os desafios atuais e as novas ameaças futuras. Esperemos que isso signifique um compromisso real com a Agenda 2030, num mundo onde os países investem mais em armas do que no desenvolvimento sustentável e não seja apenas um novo parágrafo de Conclusões e Recomendações para o próximo Oitavo Fórum da América Latina e do Caribe de Desenvolvimento sustentável.

Faltando seis anos para 2030, talvez o que se esperasse do VII Fórum, antes de repetir ou dimensionar outros problemas globais e seus impactos na região, como faz o documento de Conclusões e Recomendações ao longo de seus 128 parágrafos, é formular um Plano de Contingência priorizando os ODS e Metas específicas no restante até 2030. Um Plano de Contingência priorizando ODS e suas metas na região poderia ser uma ferramenta política importante para participar no Future Summit, e poder mobilizar fundos e recursos para a cooperação em numa das regiões que tem sido grandemente atingida pela Covid-19.

### **Terceira reunião da Conferência das Partes (COP 3) do Acordo de Escazú**

Entre os dias 22 a 24 de abril, terá lugar a Terceira reunião da Conferência das Partes (COP 3) do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe - conhecido como Acordo de Escazú, na sede da CEPAL. O evento reunirá autoridades e representantes oficiais que já são parte do primeiro tratado ambiental da região, especialistas de organizações regionais e internacionais e membros da sociedade civil.

Até o momento, o Acordo de Escazú foi assinado por 24 países da América Latina e do Caribe e conta com 15 Estados Partes. Estes últimos são: Antígua e Barbuda, Argentina, Belize,

---

*Argentina enviará quaisquer comentários sobre a apresentação em questão antes do mês de julho.*" O embaixador argentino desconhecia, pelo seu depoimento, que o documento final foi distribuído pela presidência do Fórum às missões permanentes dos estados membros junto à ONU no dia 15 de março. Que os comentários e observações estiveram à disposição dos governos até 8 de abril às 18h00 de Nova York. Felizmente para a Argentina, este comportamento desrespeitoso do seu governo foi corrigido pela participação respeitosa da sociedade civil e da sua academia.

[https://www.tiempoar.com.ar/ta\\_article/papelon-argentino-en-cepal-de-la-mano-de-un-ex-ministro-macrista/](https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/papelon-argentino-en-cepal-de-la-mano-de-un-ex-ministro-macrista/)  
<sup>78</sup>[www.un.org/es/common-agenda/summit-of-the-future#:~:text=Soluciones%20multilaterales%20para%20un%20mañana%20mejor&text=Basándose%20en%20la%20Cumbre%20sobre,amenazas%20de%20ahora%20en%20adelante.](https://www.un.org/es/common-agenda/summit-of-the-future#:~:text=Soluciones%20multilaterales%20para%20un%20mañana%20mejor&text=Basándose%20en%20la%20Cumbre%20sobre,amenazas%20de%20ahora%20en%20adelante.)

Bolívia, Chile, Equador, Granada, Guiana, México, Nicarágua, Panamá, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e Uruguai.

O Acordo foi adotado em Escazú, Costa Rica, em 4 de março de 2018, e entrou em vigor em 22 de abril de 2021. Os 24 países signatários podem proceder ao depósito de seus instrumentos de ratificação a qualquer momento na sede das Nações Unidas, em Nova York. Os países que não o assinaram dentro do prazo estipulado (de 27 de setembro de 2018 a 26 de setembro de 2020) podem tornar-se Partes por meio da adesão (um procedimento de passo único sem a necessidade de assinatura).

O objetivo do encontro é trabalhar na aprovação do Plano de Ação sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos em Assuntos Ambientais, elaborado em um processo participativo sob a liderança do Grupo de Trabalho ad hoc coordenado pelo Chile, Equador e São Cristóvão e Névis. Além disso, serão apresentados relatórios da Secretaria, Mesa Diretora, Comitê de Apoio à Aplicação e Cumprimento, bem como planos de ação para implementação nacional, e quaisquer outros assuntos decididos pelas Partes.

### **Organismo Andino de Saúde- Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) cumpre agenda nos temas de doenças renais crônica e vacinação<sup>7980</sup>**

No Congresso Mundial de Nefrologia, realizado nos dias 13-16 de abril em Buenos Aires/Argentina, o ORAS-Conhu, representado por sua secretaria executiva, Maria del Carmen Dávila, recordou a assinatura da “Política Andina de Saúde Pública para enfrentar a Doença Renal Crônica” pelos ministros da Saúde da área andina em 2023. A política tem como objetivo contribuir para o planejamento de ações regionais e buscará linhas estratégicas que facilitem alianças multissetoriais e transdisciplinares para a promoção da saúde renal, a prevenção e o controle da DRC, analisar os fatores de risco e os fatores protetores da saúde renal, melhorar a resposta dos sistemas de saúde e estimular a vigilância e investigação em DRC e seus fatores de riscos, tanto sociais como biológicos. O documento foi elaborado juntamente com a Sociedade Latinoamericana de Nefrologia e Hipertensão (SLANH) e com participação de membros do Comitê Andino de Saúde Renal, membros das Sociedades Nacionais de Nefrologia e outros especialistas.

Nos dias 20-27, a ORAS-CONHU se somará aos esforços da Organização Panamericana de Saúde para a realização de 22ª Semana de Vacinação nas Américas que terá como lema: Atua agora para proteger o seu futuro. Em retrospectiva, em 2002 houve um surto de sarampo na Colômbia e Venezuela que impulsionou a aprovação do Acordo de Sucre sobre a interrupção da transmissão do vírus do sarampo. Em resposta ao surto, na reunião XXIV de Ministros da Saúde da Área Andina do ORAS-Conhu emitiram a Resolução 383 em que acordaram em coordenar e realizar a Semana Andina de Vacinação. A Semana andina de Vacinação foi impulsionadora de outras iniciativas como “Semana da Vacinação contra o sarampo e a intensificação das ações de vigilância epidemiológica sobre as doenças imunopreveníveis na Região da América do Sul” e posteriormente a I Semana de Vacinação das Américas.

---

<sup>79</sup><https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-presenta-la-politica-andina-de-salud-publica-contra-la-enfermedad-renal-cronica-en>

<sup>80</sup><https://www.orasconhu.org/es/semana-de-vacunacion-en-las-americas-sva-se-realiza-con-alto-compromiso-del-oras-conhu-como>

## **O Conselho de Ministros de Saúde da Centro América (COMISCA) cumpriu agenda nos temas de vigilância molecular e respostas a surtos e alimentação saudável<sup>81,82</sup>**

Nos dias 10 e 11 de abril, se realizou a Reunião Binacional de equipes de trabalho entre Costa Rica e El Salvador sob marco do projeto Fortalecimento da Capacidade Mundial da Vigilância Molecular e Respostas a Surtos de Doenças Entéricas. Os objetivos da reunião foram:

- Realizar um intercâmbio de experiências para identificar estratégias de fortalecimento, apoio e coordenação;
- Coordenar ações binacionais;
- Estabelecer mecanismos de cooperação e intercâmbio entre Costa Rica e El Salvador;
- Socializar as diretrizes, algoritmos e recomendações;
- Elaborar um plano de trabalho que inclua atividades conjuntas entre os países.

Em 18 e 19 de abril de 2024, foi realizado o VI Fórum Intersetorial Regional para a Saúde da América Central e República Dominicana sobre Alimentação Saudável organizado pelo SECOMISCA, OPAS e o Instituto de Nutrição da América Central e Panamá (INCAP). O objetivo do encontro é promover o desenho e fortalecimento de políticas públicas que fomentem sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis para fortalecer na eliminação de diferentes formas de desnutrição e redução de doenças não transmissíveis. Carla Paredes, secretaria de Estado do Ministério de Saúde e presidente pro tempore da COMISCA, afirmou que tem trabalhado para unificar critérios sobre obesidade, rotulagem nutricional e segurança alimentar e nutricional e Alejandra Navarro, secretária executiva do COMISCA acrescentou que o Fórum é importante para discutir temas chaves para saúde e destacou a importância de discutir o aleitamento materno como ponto de impacto importante para o curso da vida.

Desde o ano de 2012, sob o marco da XXXVI Reunião ordinária do COMISCA se deu a importância da abordagem da alimentação saudável, a partir da aprovação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da América Central e República Dominicana com objetivo central: contribuir para que toda a população dos Estados que compõem a SECA disponha, acesse, consuma e utilize os alimentos de maneira permanente e oportuna, em suficiente quantidade, variedade, qualidade e inocuidade para satisfazer suas necessidades e preferências. A política foi aprovada também pelo Conselho Agrícola da América Central e do Conselho de Integração Social. Atualmente o Comisca conta com instrumentos estratégicos regionais como a Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030, que aborda em sua prioridade 6, a segurança alimentar e nutricional, em qual se estabelece linhas estratégicas orientadas a promover o desenho e fortalecimento da implementação de políticas públicas nesta matéria, com a finalidade de garantir a estabilidade e segurança alimentar e nutricional.

## **A Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) instalou a Rede Amazônica de Autoridades de Águas (RADA)<sup>83</sup>**

A OTCA instalou oficialmente a Rede Amazônica de Autoridades de Águas (RADA), criada em 2023 pelos presidentes dos oito países amazônicos durante a Cúpula da Amazônia, que tem como objetivo avançar na gestão compartilhada dos recursos hídricos, garantindo o direito

---

<sup>81</sup>[https://www.sica.int/noticias/realizan-reunion-binacional-entre-costa-rica-y-el-salvador-para-fortalecer-vigilancia-molecular-y-respuesta-a-brotes\\_1\\_133779.html](https://www.sica.int/noticias/realizan-reunion-binacional-entre-costa-rica-y-el-salvador-para-fortalecer-vigilancia-molecular-y-respuesta-a-brotes_1_133779.html)

<sup>82</sup> [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-ppt-de-honduras-desarrollan-vi-firs-sobre-alimentacion-saludable\\_1\\_133831.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-ppt-de-honduras-desarrollan-vi-firs-sobre-alimentacion-saludable_1_133831.html)

<sup>83</sup> <https://otca.org/pt/18418-2/>

humano à água e a revitalização, conservação e proteção dos mananciais. Marissa Castro, Diretora geral de Limites e Águas Internacionais das Relações Exteriores da Bolívia, assumiu a RADA e afirmou que a Rede representa um passo para fortalecer a gestão integrada, sustentável e harmoniosa da Bacia Amazônica”.

#### **Visita do presidente Lula à Colômbia<sup>84</sup>**

O presidente Lula e uma comitiva de ministros viajou a Bogotá para se encontrarem com seus homólogos colombianos para discutir sobre temas diversos e também participar da Feira Internacional do Livro de Bogotá, que teve como tema o Brasil.

A agenda de discussões deu origem a uma Declaração Conjunta dos Presidentes de Brasil e Colômbia, emitida dia 17 de abril de 2024. Os principais temas trazidos na declaração foram:

- Desenvolvimento sustentável e ações conjuntas para a Amazônia;
- Mudanças climáticas e cooperação na participação em eventos multilaterais como as COPs;
- Aprofundamento da coordenação dos processos de integração sul-americana;
- Transição energética;
- Cooperação científica e tecnológica;
- Saúde e fronteiras<sup>85</sup>;
- Cooperação educacional e cultural;
- Eleição venezuelana e questão Guiana/Essequibo;
- Cessar fogo em Gaza e garantias para solução dos dois Estados;
- Reforço ao multilateralismo;
- Cooperação em matéria de defesa e policial;
- Cooperação em segurança alimentar;
- Cooperação em promoção da igualdade racial, contra a discriminação e equidade de gênero;
- Cooperação comercial e no turismo.

Além dos pontos discutidos, o presidente Lula também se comprometeu em promover a candidatura da Colômbia para a entrada no BRICS.

---

<sup>84</sup>[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia)

<sup>85</sup> Reproduzimos na íntegra o trecho de saúde abaixo: 24. Afirmaram o seu compromisso em aprofundar a cooperação em matéria de saúde, nomeadamente em ações de saúde fronteiriça. Em especial, destacaram as ações relacionadas ao reforço da saúde indígena, a vigilância sanitária e a cooperação e coordenação dos programas de imunização. Nesse sentido, saudaram a retomada, em março de 2024, das reuniões da mesa técnica sobre cooperação em saúde na região de fronteira, e instaram à continuação dos diálogos com vista à implementação de ações conjuntas em benefício das populações da zona de fronteira. Concordaram em instruir as entidades técnicas competentes de ambos os países a iniciar a negociação de um acordo de cooperação para aumentar as capacidades locais de produção de vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde, a fim de reduzir as vulnerabilidades e promover a ciência, a tecnologia e a inovação no âmbito da saúde, por meio da pesquisa científica conjunta e da transferência de tecnologia, e sobre questões relacionadas com o processo de harmonização e convergência regulamentar com as melhores práticas internacionais.

## **Sudão: A guerra esquecida**

### ***Sudan: The forgotten war***

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *The Conference on Sudan wishes to break the silence of a forgotten war. Risk communication and community involvement in ECOWAS was the subject of an annual meeting. The brain drain in critical areas threatens health research in Africa. The Swedish right-wing government will freeze aid to poorest countries. Meeting of African Union Health Ministers makes important decisions on Mpox. The CDC Africa warns about the retreat of the pharmaceutical Moderna in supporting the local production. East Africa mobilizes strategic partners to prepare cross-border communities for emergency response. The Ministers of Labour and Social Affairs of the CPLP approve the Strategic Plan of Cooperation for Labour (PECTAS-CPLP, 2024-2030). The SADC Organ's Troika Extraordinary Summit examined and decided on regional security, with a special focus on conflict situations in the eastern part of the DRC and in Cabo Delgado, northern Mozambique. To promote gender equality, the COMESA sub-region develops initiatives focused on expanding career opportunities for women in aviation.*

**Keywords:** *African Union. SADC. ECOWAS.COMESA. Africa CDC.*

**Resumo.** Conferência sobre Sudão quis quebrar o silêncio de uma guerra esquecida. Comunicação de risco e envolvimento comunitário no espaço da CEDEAO foi tema de uma reunião anual. A fuga de cérebros em áreas críticas ameaça pesquisa em saúde na África. O governo de direita sueco vai congelar ajuda aos países mais pobres. Reunião de Ministros da Saúde da União Africana toma decisões importantes sobre Mpox. O CDC África faz alerta sobre o recuo da farmacêutica Moderna em apoiar a produção local. A África Oriental mobiliza parcerias estratégicas para preparar as comunidades transfronteiriças para resposta a emergências. Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP aprovam o Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho (PECTAS-CPLP, 2024-2030). A Cúpula Extraordinária da Troika do Órgão da SADC analisou e decidiu sobre a segurança regional, com foco especial nas situações de conflito na parte oriental da RDC e em Cabo Delgado, norte de Moçambique. Para promover igualdade de gênero, a sub-região da COMESA desenvolve iniciativas focadas em ampliar as oportunidades de carreira para mulheres no âmbito de aviação.

**Palavras-chave:** União Africana. SADC. CDC África. CEDEAO. COMESA.

## União Africana

### Conferência internacional sobre Sudão

Uma [conferência humanitária](#) sobre o Sudão teve início em Paris, a 15 de abril, com o objetivo de "quebrar o silêncio" em torno da guerra "esquecida" que dura há pouco mais de um ano neste país da África Oriental, angariar mais de bilhão de euros em donativos e coordenar a mediação para pôr fim ao conflito. "Há um ano que o povo sudanês é vítima de uma guerra terrível que só produziu caos e sofrimento", lamentou o Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Stéphane Séjourné. "Os sudaneses são também vítimas do esquecimento e da indiferença", continuou.

A reunião contou com a presença não só de ministros europeus, mas também de representantes dos Estados vizinhos e dos Estados envolvidos nos vários esforços de mediação. Uma ausência notável e deliberada é a dos beligerantes. No centro desta reunião esteve a necessidade de encontrar formas de pressionar as partes beligerantes a prestar ajuda humanitária.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, uma organização da África Oriental), a União Africana (UA), as Nações Unidas (ONU): as iniciativas de mediação são numerosas e dispersas. O objetivo do primeiro dia era coordenar as iniciativas, explicou Josep Borrell, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros:

"Existem pelo menos três ou quatro procedimentos de mediação. São demasiados e talvez nem todos tenham o selo de qualidade que exigimos aos mediadores. O objetivo desta conferência é ver como podemos deixar os protagonistas, o desejo de influenciar, entregues a si próprios. A Rússia também está aqui presente. E esse seria um dos objetivos desta conferência: assegurar que o processo de mediação seja menos fragmentado e mais coordenado. Mas isso depende obviamente da vontade política dos atores".

Outra questão é o envolvimento de certos atores da mediação no conflito sudanês. Janez Lenarcic, Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária, afirmou:

"Estamos a exercer toda a pressão possível para desencorajar os países que estão a fornecer apoio político ou material a uma ou outra das partes em conflito. Estamos a falar com eles e a pedir-lhes que pressionem as duas partes beligerantes para que respeitem as suas obrigações legais internacionais no que diz respeito ao direito humanitário internacional".

O objetivo é exercer pressão política para abrir corredores humanitários, obter um cessar-fogo e, finalmente, conseguir uma transição democrática.

A segunda parte do dia será dedicada à angariação de fundos para ajudar o Sudão. Até à data, apenas 5% do plano de resposta das Nações Unidas foi financiado. A Alemanha anunciou um montante adicional de 244 milhões de euros, enquanto a Comissão Europeia anunciou um montante adicional de 355 milhões de euros. Mais de [840 milhões de euros](#) de ajuda foram prometidos. Este montante será utilizado para fazer face à grave crise alimentar.

Fome, falta de medicamentos, violência sexual maciça, massacres étnicos e execuções em grande escala, pilhagem dos mercados e das reservas alimentares - é esta a situação descrita

por Jacky Mamou, Presidente da associação *Urgence Darfour*. Jacky Mamou, espera que, com estas doações, seja dada prioridade à ajuda alimentar.

"Obviamente, porque se não houver nada para comer, não há futuro. Por isso, a ajuda alimentar é muito, muito importante. Diz-se que 18 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar e 730.000 crianças sofrem de desnutrição aguda. Tentar apoiar o que resta do sistema de saúde é também muito importante."

Na ausência de um regresso imediato à paz, Jacky Mamou espera

"pelo menos um cessar-fogo, para permitir que a ajuda humanitária se desenvolva sem entraves, uma vez que é continuamente dificultada pelos dois beligerantes. Não se trata apenas de uma questão de segurança, há também obstáculos administrativos. O governo sudanês não deixa passar a ajuda humanitária, não dá autorizações."

Os corredores são necessários "para fazer passar a ajuda humanitária, porque a ajuda não deve ser prestada apenas dentro do Sudão, deve também ser prestada nos países onde existem milhões de refugiados. Diz-se que há 4 milhões de refugiados no Chade, na República Centro-Africana, no Sudão do Sul e no Egípto", acrescenta o presidente da associação *Urgence Darfour*.

Os países que acolhem os sudaneses que fugiram dos combates também estão a ter dificuldades.

"Sofremos com muitas coisas, mas a coisa mais importante são as crianças. As crianças estão a sofrer. As crianças precisam de leite e fraldas. As crianças precisam de abrigo e calor. Também sofremos com a falta de medicamentos e temos doenças crónicas", diz Afaf. Conseguiu refugiar-se no Sudão do Sul com os seus filhos.

Em todo o Sudão, 18 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar aguda - cinco milhões das quais atingiram a fase final antes da fome - e mal podem ser ajudadas pela ajuda humanitária devido a obstáculos à circulação e a uma grave falta de financiamento, segundo o [PAM](#).

## **CEDEAO/OOAS**

### **Comunicação de riscos no espaço da sub-região**

Na CEDEAO, foram realizados progressos significativos na melhoria das capacidades de comunicação sobre os riscos e compromissos comunitários (CREC, comunicação de risco e engajamento comunitário) a nível regional e nacional. A fim de prosseguir os esforços no sentido de estabelecer um programa CREC sustentável e eficaz em caso de emergência, o Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças tenciona organizar a assembleia geral da rede regional CREC da CEDEAO.

Em 16 de abril, Abidjan acolheu a [reunião anual da Rede Regional da Comunicação](#) sobre Riscos e Compromissos Comunitários da CEDEAO. Este encontro visa avaliar os sistemas CREC de cada Estado-Membro, partilhar a base de dados final das mensagens-chave desenvolvidas em Monróvia e renovar as instâncias da rede.

A cerimônia de abertura desta oficina sub-regional foi presidida pelo Diretor de Gabinete do Ministro da Saúde, da Higiene Pública e da Cobertura Universal de Saúde. Em nome do Ministro, felicitou e agradeceu, o Diretor-Geral da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), pela organização deste encontro de intercâmbios e de expressão sobre as experiências multiformes, diversas e variadas na gestão da comunicação de riscos e envolvimento da comunidade em emergências de saúde pública em nossos respectivos países.

A comunicação como um processo interativo e dinâmico desempenha um papel preponderante na prevenção, gestão de emergências de saúde pública através de sinergia de ações de todos os atores envolvidos na crise, comunidades afetadas e pessoas em risco.

O Diretor de Gabinete convidou todos, em qualquer nível de responsabilidade na sociedade, a tomar medidas de alerta, antecipação de crises e isso através da comunicação preventiva durante epidemias e outras pandemias.

«Os profissionais dos meios de comunicação e dos comunicadores de saúde constituem um vector privilegiado de criação e de difusão de mensagens destinadas a desconstruir os rumores e a desinformação no seio das nossas comunidades, a desempenhar a sua função educativa junto das nossas populações, na sua maioria jovens», acrescentou.

Segundo ele, a resposta às emergências de saúde pública deve envolver os atores da vida pública através de espaços privilegiados de compartilhamento de ideias, de opiniões acessíveis ao conjunto da população. E podem e devem, então, promover valores sociais que tenham em conta as expectativas das populações, a fim de as tranquilizar, reforçar os dispositivos e programas a seu favor e aumentar a confiança e a credibilidade das comunidades.

Por ocasião desta cerimónia, O Director de Gabinete recordou com orgulho que a Costa do Marfim acaba de operar uma boa qualidade a nível da gestão de comunicação de riscos e compromisso comunitário, como o demonstram as notas obtidas na recente avaliação externa conjunta:

“Dos três indicadores, a saber: (1) o sistema de comunicação de riscos e mobilização social em emergência, (2) a coordenação e a comunicação; (3) o compromisso comunitário, a Costa do Marfim obteve para cada um dos indicadores a nota três em cinco (3/5). Classificações muito superiores às obtidas na avaliação externa conjunta de 2016, onde estávamos praticamente para todos os indicadores. E, melhor ainda, das 19 áreas técnicas identificadas nesta avaliação externa conjunta, o Grupo de Comunicação de Riscos e Compromisso Comunitário é o melhor em análise de desempenho. Isto merece um *“standing ovation”* no Grupo de Trabalho Técnico da Comunicação de Riscos e Compromisso Comunitário liderado pelo Diretor de Comunicação e Relações Públicas do Ministério da Saúde do nosso país. Parabéns a este Grupo. Continuai a trabalhar juntos, entre comunicadores dos ministérios setoriais, parceiros técnicos e financeiros, organizações da sociedade civil no espírito “Uma saúde”, precisou.

O representante de Pierre N'Gou Dimba garantiu aos participantes que o seu país tomou boa nota dos desafios, dos pontos a reforçar e promete acompanhar a Rede no sucesso dos próximos desafios. O seu desejo é que durante os quatro dias de reflexão saiam recomendações



pertinentes para acompanhar e facilitar uma melhor comunicação de crise nas emergências de saúde pública.

A comunicação de riscos e o compromisso comunitário constituem uma parte integrante do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e um elemento imprescindível na prevenção e resposta às epidemias.

Em nome da Direção-Geral da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), o Dr. Babacar Fall congratulou-se com os progressos significativos registados na melhoria das capacidades do CREC em todas as escalas. Ele citou, entre outras coisas, as múltiplas formações que favoreceram a compreensão dos princípios e estratégia do CREC, a criação de um grupo de trabalho técnico CREC baseado na abordagem «*One Health*», o desenvolvimento de uma base de dados de mensagens-chave sobre as principais epidemias que afetam o espaço comum da CEDEAO que será apresentado durante os trabalhos. Babacar Fall afirmou que o espaço CEDEAO conhece todos os anos novas epidemias, daí a necessidade da criação da Rede. “Todos os anos temos cerca de quarenta novas epidemias, somos uma das regiões da África mais atingidas por epidemias”, afirmou.

Durante quatro dias, os participantes terão que avaliar os sistemas CREC de cada Estado-Membro da CEDEAO, desenvolver um novo roteiro 2024-2025, etc.

Por último, garantiu aos membros da Rede o apoio indefectível da OOAS e a sua disponibilidade para aplicar todas as recomendações de alto impacto que serão elaboradas pelos participantes.

### **A fuga de cérebros ameaça pesquisa em saúde da África**

Os cientistas africanos estão fazendo avanços na genômica e na bioinformática, mas um êxodo de talentos ameaça um avanço ainda maior.

África precisa de excelência científica para competir a nível mundial na pesquisa biomédica. Mas a fuga de cérebros significa que os melhores partem para laboratórios no estrangeiro, deixando o continente com um défice de conhecimentos.

África está a apostar na criação de um sistema de saúde e de pesquisa que a torne suficientemente autossuficiente para não depender dos gigantes farmacêuticos estrangeiros. Está a fazer progressos incríveis. Mas como poderá competir se o seu talento for para os mesmos sítios com o qual compete?

Um grande défice de capacidades humanas ameaça os objetivos genômicos de África, mas os esforços para formar mais cientistas estão a ser dificultados pela fuga de cérebros, uma vez que os cientistas formados migram para o estrangeiro em busca de melhores oportunidades.

No dia 8 de março, a sala 3073 do Instituto de Pesquisa Biomédica da [Universidade de Stellenbosch](#), na África do Sul, foi palco da "*Cientific Happy Hour*", um evento regular do [Centro de Resposta a Epidemias e Inovação](#).

Durante a sessão, o anfitrião, Tulio de Oliveira, que foi recentemente nomeado Diretor-adjunto da unidade de vigilância genômica do [Wellcome Sanger Institute](#), revelou que a sua equipa adaptou e utilizou com êxito a sua plataforma de sequenciação da Covid-19 para a dengue e a chikungunya.

Os participantes saudaram a notícia de que as capacidades genômicas de África estão a ser expandidas para além da Covid-19, com histórias de sucesso da Nigéria e da África do Sul. No entanto, observaram que um grande défice de capacidade humana ameaça a rapidez com que o continente pode avançar, uma vez que os audaciosos objetivos de expansão exigem mais especialistas em genômica e bioinformática.

Embora não haja cientistas suficientes capazes de fazer sequenciamento no continente, os poucos que foram formados ao longo dos anos estão a migrar para o estrangeiro em busca de melhores oportunidades, criando um vazio que os centros de formação em todo o continente não estão a preencher com rapidez suficiente.

A cerca de 7000 quilómetros de Stellenbosch, uma adaptação semelhante das plataformas de sequenciamento genômica da Covid-19 está já em curso no Centro Africano de Excelência para a Genômica das Doenças Infecciosas, ou [ACEGID](#), na Nigéria. Uma semana antes da *Cientific Happy Hour* em Stellenbosch, [uma nova publicação](#) do Centro revelou a prevalência de bactérias multirresistentes em crianças saudáveis na Nigéria, utilizando essa técnica.

A autora principal da publicação, Jessica Nnenna Uwanibe, candidata a doutoramento na instituição, afirmou que era fácil adaptar a plataforma de sequenciamento a diferentes agentes patogénicos, embora os custos e a acessibilidade possam constituir barreiras.

"É fácil mudar, tem a ver com o protocolo, porque a mesma plataforma que utilizamos para a febre de Lassa é a mesma plataforma que utilizamos para a mpox, é a mesma plataforma que utilizamos para a Covid-19. A única coisa que era diferente era o protocolo que estava a ser utilizado e talvez alguns dos reagentes", disse.

O Diretor do Centro, o Prof. Christian Happi, disse que o ACEGID se expandiu para além da Covid-19 e de outras doenças infecciosas para incluir doenças não transmissíveis, tendo obtido novas tecnologias para apoiar esta mudança.

Os desenvolvimentos em Stellenbosch e na ACEGID não são casos isolados. Eles representam a atualização do que o CDC África pretende alcançar com a Iniciativa Genômica de Patógenos da África, ou Africa PGI 2.0, que foi oficialmente lançada em Lusaca na III Conferência Internacional sobre Saúde Pública na África em 2023.

A iniciativa reconheceu a crescente capacidade genômica de África e procura agora alavancar o progresso e as lições aprendidas durante a Covid-19 para considerar as necessidades emergentes, a evolução das prioridades e as mudanças na percepção, utilidade e aplicação da vigilância genômica.

A iniciativa visa implementar casos de utilização de elevada prioridade, permitir a partilha atempada de dados genômicos e fortalecer a comunidade regional de práticas. Pretende também garantir a sustentabilidade, defendendo as políticas, a governação e o financiamento adequados e expandindo a capacidade e a mão-de-obra especializada em genômica em todo o continente.

Sofonias Tessema, o líder do programa PGI em África, (APGI, *Africa Pathogen Genomics Initiative*), disse, no entanto, que, embora existam amplas potencialidades para a aplicação da capacidade genômica, tal como está a ser demonstrado nos laboratórios de Oliveira e Happi, o continente não tem a capacidade humana para maximizar totalmente as suas capacidades atuais - e muito menos para a expansão. Ele considera que o continente precisa de mais

conhecimentos e experiência a nível nacional para integrar dados genômicos nos sistemas de vigilância de doenças e na tomada de decisões de saúde pública. Salientou a necessidade de criar capacidades bioinformáticas sustentáveis através de programas de formação e bolsas de estudo.

"A capacidade bioinformática e a existência de pessoas que saibam analisar os dados; a existência de pessoas que saibam interpretar os dados e transformá-los em informação significativa para os decisores no domínio da saúde pública é uma grande lacuna", afirmou Sofonias.

Por sua vez, Happi afirmou que o seu Centro está a ajudar ativamente a expandir a capacidade humana para a genômica em todo o continente, formando especialistas de todos os países de África. Nos últimos anos, o ACEGID formou mais de 1600 jovens cientistas africanos de 48 países. Recentemente, começaram a formar cientistas dos restantes sete países, o que indica que já cobriram todo o continente. Espera-se que estes cientistas regressem aos seus respectivos países para formar mais pessoas. Happi notou que o objetivo é desenvolver a capacidade bioinformática em toda a África e concordou com Sofonias de que existe atualmente uma escassez, com necessidade de muitas pessoas formadas.

"África é um continente com 1,3 bilhões de habitantes. Por isso, se quisermos ter capacidade e competência adequadas em bioinformática, precisamos de alguns milhões de pessoas. Mas lembrem-se também que não há muitos centros equipados para realizar esta formação. A bioinformática é relativamente nova e não faz parte dos currículos de África", afirmou.

Num [artigo](#) para a revista Science, Oliveira referiu que, para além de muitos países africanos não terem os recursos necessários, o continente está também a perder os seus cientistas devido à migração de talentos.

"Os aspirantes a cientistas procuram frequentemente oportunidades de formação e de carreira no estrangeiro, o que leva a uma perda substancial de talentos e de conhecimentos especializados no continente. Esta migração de talentos, designada por "fuga de cérebros", agrava as lacunas de formação existentes e dificulta a sustentabilidade da investigação em África", afirma no referido artigo.

Embora Happi tenha expressado otimismo quanto à possibilidade de a formação contínua de formadores que o seu centro oferece, juntamente com esforços semelhantes noutros locais, começar a ter impacto nos próximos anos, também está preocupado com a fuga de cérebros. "Estamos a lidar com esta fuga de cérebros. À medida que estamos a formar, eles vão-se embora e é difícil substituí-los."

Embora não tenha fornecido números sobre o problema da fuga de cérebros no seu Centro, observando que é difícil acompanhar a rotatividade, há cerca de três anos, o Centro baixou um vídeo de oito bolsistas de pesquisa ao lado de Happi e de um gestor de laboratório, explicando como realizaram o primeiro sequenciamento da Covid-19 no continente. Dos oito, apenas um permanece no Centro, enquanto os outros partiram em procura de oportunidades no estrangeiro.

Happi descreveu esta tendência no seu Centro como um problema auto infligido, porque está a formar minuciosamente os seus estudantes, tornando-os assim atrativos para o

recrutamento por instituições no estrangeiro que lhes prometem salários mais elevados do que os que podem obter no continente.

Happi e de Oliveira têm opções muito limitadas para reter os seus cientistas, uma vez que não dispõem de fundos ilimitados para contrariar as ofertas que recebem do estrangeiro, nem são capazes de resolver as questões mais amplas que estão a provocar a fuga de cérebros do continente nos vários sectores. Além disso, para os pesquisadores doutorados das respectivas instituições, a obtenção de bolsas de pós-doutoramento em laboratórios de renome no estrangeiro é considerada uma carreira de sonho. Mas acreditam que a criação de várias oportunidades de bolsas de pós-doutoramento bem financiadas nos numerosos centros de renome do continente poderia ajudar a reduzir a rotatividade e a garantir que os cientistas formados pelos laboratórios africanos trabalhem nos laboratórios.

"Precisamos de salários competitivos e de pacotes de benefícios. Como estão a gastar dinheiro em novas máquinas e tecnologias, também deveria haver um investimento agressivo na criação de oportunidades de progressão na carreira e desenvolvimento profissional dentro das nossas instituições, pois isso pode incentivar-nos a ficar", disse Ibukun Adewoye, doutorando na [Universidade de Ibadan](#).

### **Congelamento da ajuda sueca ao desenvolvimento**

A Suécia emitiu sinais preocupantes no panorama mundial do desenvolvimento. Numa medida ousada revelada no mês passado, o governo de direita declarou que iria cortar todos os laços de financiamento com as ONG suecas até ao final do ano.

E porque é que a Suécia rasgou os acordos de financiamento com as suas ONG parceiras, deixando a comunidade humanitária sueca em polvorosa?

No mês passado, o governo de direita da Suécia provocou uma onda de choque na comunidade do desenvolvimento ao anunciar que, no final do ano, terminaria todos os seus acordos de financiamento com as ONG suecas - através das quais uma parte importante do generoso orçamento de ajuda externa do país é atualmente desembolsada.

A medida, anunciada a 15 de março, faz parte de uma reforma histórica que, segundo o [Governo](#), irá "concentrar-se mais nos interesses suecos e no apoio humanitário".

Tradicionalmente, a ajuda da Suécia tem dado prioridade aos contextos mais pobres e mais difíceis. Agora, o governo quer mudar isso e concentrar-se mais nos países de rendimento médio. Esta abordagem tem prós e contras.

Segundo as ONG, o governo já declarou várias vezes que pode "combater mais pobreza por coroa investido" nos países de rendimento médio do que nos países de rendimento baixo. Os países de rendimento médio são também mais interessantes para as empresas operarem, o que é um requisito fundamental para alinhar a ajuda com as exportações suecas. Agora, o governo quer criar estratégias nacionais para todos os domínios políticos, em vez de estratégias específicas de ajuda bilateral.

No entanto, há um problema nesta abordagem. Embora seja verdade que se pode combater mais pobreza por coroa nos países de rendimento médio, nem toda a pobreza tem o mesmo aspeto. Em países como a China e a Índia, a percentagem de pessoas que vivem na

pobreza diminuiu drasticamente desde a década de 1990. Nos anos 90, um indiano em cada dois vivia na pobreza, ao passo que, em 2019, era menos de um em cada dez.

É claro que continuam a existir pessoas pobres tanto na China como na Índia. Mas isso não significa que os fundos de ajuda devam ir para lá. Se os fundos forem transferidos para esses países, terão de ser retirados a países mais pobres que estão a viver uma pobreza mais profunda. E se os países mais pobres perderem o seu apoio, aumenta o risco de continuarem a empobrecer. Isto contribuiria para aumentar as disparidades globais, potencialmente alimentando a fome, os conflitos e a migração, contribuindo assim para uma ordem mundial cada vez mais insegura.

Os princípios da ajuda ditam que aqueles que têm maiores necessidades devem ser os primeiros a receber ajuda. Deve uma parte da ajuda ser redirecionada para os pobres dos países de rendimento médio, mesmo que o seu caminho para sair da pobreza seja mais curto e que o seu país tenha perspectivas razoáveis de gerir o desenvolvimento por si próprio? Ou será que a ajuda deve apoiar apenas os que se encontram na pobreza mais profunda e os países com capacidades limitadas para gerir o desenvolvimento de forma independente? É uma questão difícil, fundamentalmente moral, que exige uma reflexão madura e uma ação cautelosa.

A [ONG sueca](#) recomenda que o governo garanta que as alterações na carteira de ajuda sueca entre diferentes países e regiões sejam feitas com base no compromisso central dos objetivos globais, nomeadamente que ninguém deve ser deixado para trás. Não abandonar os que têm maiores necessidades a favor dos que têm o potencial mais económico.

Ela é de opinião de que o comércio é crucial para o desenvolvimento económico, mas não é uma garantia. Uma componente significativa e controversa da agenda de reformas do governo são os créditos à exportação financiados pela ajuda e as garantias para as empresas que pretendam estabelecer-se nos países em desenvolvimento, incluindo os países de rendimento médio. No entanto, estes instrumentos não são uma garantia de desenvolvimento económico inclusivo, justo e sustentável que beneficie os que vivem na pobreza. Há muitos exemplos de países com um comércio próspero que não satisfazem as necessidades mais básicas da sua população, os direitos humanos ou os objetivos de sustentabilidade.

Para que o comércio conduza ao desenvolvimento, o desenvolvimento económico deve beneficiar a população e ser inclusivo, respeitando os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores e os objetivos globais de sustentabilidade. É fundamental que o comércio envolva sectores e categorias de produtos relevantes para o desenvolvimento dos pobres, quer através da criação de emprego, quer através do aumento do acesso a bens e serviços básicos, como a alimentação e os cuidados de saúde.

A *Swedfund* há muito que inclui organizações de ajuda e da sociedade civil no seu trabalho quando investe em economias em desenvolvimento para garantir que os seus investimentos não só proporcionam retornos monetários, mas também se alinham com os objetivos da Agenda 2030. Agora, à medida que o governo faz um esforço mais amplo para alinhar a ajuda e o comércio, deve seguir o seu exemplo e esforçar-se por desenvolver métodos que garantam a harmonia entre os benefícios empresariais e os objetivos de desenvolvimento.

Os críticos suecos recomendam que o governo crie um conselho de peritos com representantes do sector empresarial, das agências governamentais, da academia e da sociedade civil. Com os seus conhecimentos e experiência combinados, podem fornecer orientações para a operacionalização da agenda de reformas.

## CDC África

### Comunicado final da Reunião de Ministros da Saúde sobre Mpox

Os Ministros da Saúde de Angola, Benim, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Gana, Libéria, Nigéria, Uganda e parceiros, reunidos em Kinshasa, em 13 de abril;

*Observando com preocupação* a epidemia prolongada e em curso de Mpox em vários países da África Central e Ocidental e o risco potencial de transmissão para países vizinhos e mais além;

*Seramente preocupados* com a mudança da dinâmica de transmissão, alta taxa de mortalidade e transmissibilidade do vírus Mpox, bem como impactos socioeconômicos;

*Conscientes* das limitações de acesso e aquisição de contramedidas sanitárias, incluindo diagnósticos, tratamentos, vacinas e outras ferramentas para detecção precoce, confirmação, cuidado, tratamento e prevenção;

*Reconhecendo* a ameaça comum representada pelo surto de Mpox à saúde e à segurança económica das populações das regiões da África Central e Ocidental e à necessidade urgente de enfrentar esta ameaça comum por parte de todos os Estados-Membros da União Africana;

*Reconhecendo* os quadros, protocolos, estratégias e acordos existentes em matéria de solidariedade transfronteiriça, colaboração e coordenação em matéria de doenças infecciosas, incluindo:

- *O Ato Constitutivo da União Africana (2000);*
- *O Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (2002);*
- *O Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) e a Declaração da União Africana sobre a Aceleração da Implementação do RSI em África (2017);*
- *A Estratégia Regional da OMS para a Segurança da Saúde e Emergências, 2022-2030 e a Estratégia Integrada de Vigilância e Resposta às Doenças da Região Africana da OMS, 2020-2030;*
- *O Quadro para a Colaboração entre a OMS e a União Africana para a criação e operacionalização do CDC África para melhorar a segurança da saúde em África (2016);*
- *O Acordo que estabelece a Zona de Comércio Livre Continental Africana (2018);*
- *O Memorando de Entendimento entre a União Africana e a Organização Mundial da Saúde (2019);*
- *O Estatuto Alterado do CDC África (2022);*
- *As recomendações permanentes para Mpox emitidas pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) a todos Estados-Membros (2023).*

*Convencidos* da necessidade urgente de fortalecer a preparação e resposta ao Mpox nos pontos de entrada e dentro das respectivas fronteiras nacionais dos Estados-Membros da União Africana, incluindo a necessidade de abordagens regional e sub-regional coordenadas para preparar e responder de forma eficaz e rápida a epidemias de Mpox e outras semelhantes;

*Notando* a necessidade de um forte enfoque nacional nas intervenções abrangentes recomendadas (vigilância, rastreamento de contatos, participação da comunidade, vacinação e pesquisa orientada);

*Louvando* os governos da região pelas reflexões e análises permanentes da situação, bem como esforços para responder a epidemias de Mpox, incluindo iniciativas de colaboração em pesquisa para colmatar lacunas de conhecimento;

*Enalteçando* o CDC África, OMS, UNICEF, CDC dos EUA, USAID, CEPI (*Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*), Wellcome Trust, GAVI e outros parceiros técnicos e financeiros pelo seu apoio à resposta, incluindo a colaboração transfronteiriça entre os países vizinhos afetados e em risco;

Coletivamente, decidimos e comprometemos os nossos Governos e instituições a:

1. *Promover* uma abordagem de Uma Saúde e mecanismos de resposta inclusivos e centrados na comunidade, incluindo:
  - a. Empreender esforços de resposta e dar-lhes os recursos e empenhamento político que merecem;
  - b. Desenvolver e aplicar planos nacionais multissetoriais de Mpox, delineando ações críticas para o controlar em todos os contextos;
  - c. Estabelecer mecanismos de coordenação e responsabilização multissetoriais que incluam outros ministérios e parceiros;
  - d. Estabelecer e desenvolver capacidades de vigilância e de diagnóstico laboratorial para melhorar a detecção de epidemias e a avaliação de riscos;
  - e. Envolver-se em mais pesquisas para entender melhor a epidemiologia e a dinâmica de transmissão em nossos países, incluindo a transmissão sexual;
  - f. Prover atendimento clínico integrado e livre de estigma, incluindo o acesso a tratamentos específicos e medidas de apoio para proteger, se for caso disso, os profissionais de saúde e os prestadores de cuidados;
  - g. Colaborar e acelerar a pesquisa e desenvolvimento e processos regulatórios e garantir a equidade de acesso a contramedidas seguras, eficazes e de qualidade, incluindo vacinas, diagnósticos e terapêutica para as populações afetadas, incluindo crianças;
  - h. Desenvolver estratégias para a utilização de novas tecnologias que facilitem o transporte de amostras (drones, etc.);
  - i. Fortalecer redes de laboratórios nacionais organizados e estruturados e procedimentos de detecção mais racionais para melhorar a biomonitorização, a biossegurança e a bioproteção.
2. *Empreender* ações para facilitar a cooperação e a colaboração entre todos os Estados-Membros da União Africana, em particular afetados por um surto de Mpox e outros países vizinhos, no que respeita à preparação e à resposta, incluindo:
  - a. Partilha e digitalização em tempo real dos dados de vigilância epidemiológica e laboratorial e de outros relatórios pertinentes;
  - b. Colaboração e coordenação transfronteiriças em matéria de preparação e resposta;
  - c. Partilha de conhecimentos técnicos especializados e outros recursos necessários para a preparação e o controle;
  - d. Planeamento e execução transfronteiriços conjuntos das atividades de preparação e resposta, com campanhas de comunicação de riscos e de envolvimento da comunidade, incluindo populações-alvo;



- e. Partilha de informações sobre potenciais ameaças à segurança da saúde decorrentes de zonas afetadas por surtos de Mpox;
  - f. Acompanhamento da circulação de pessoas, animais e mercadorias além-fronteiras nacionais, em conformidade com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005);
  - g. Reforço de capacidades em termos de recursos humanos, incluindo capacitação conjunta, intercâmbios de aprendizagem e visitas de avaliação comparativa, bem como exercícios de simulação;
  - h. Desenvolvimento de processos legais e regulatórios, planejamento logístico para a rápida intervenção transfronteiriça de especialistas em saúde pública e pessoal médico para a resposta a Mpox.
3. *Facilitar* o suporte técnico através de mecanismos do CDC África e da OMS a vários níveis, incluindo as sedes principais (CDC África e OMS Afro) e seus escritórios sub-regionais e dos países.
  4. *Trocar* rapidamente informações no que diz respeito a questões de interesse comum sobre preparação e resposta em consonância com o RSI (2005), a fim de manter a paz, a segurança e a prosperidade dos Estados-Membros afetados e de todo o continente;
  5. *Decidem* criar o Grupo de Trabalho Africano de Coordenação da Mpox entre os Estados-Membros afetados e em risco para:
    - a. Facilitar o reforço das capacidades de preparação e de resposta para mitigar o impacto da Mpox em África e não só;
    - b. Fortalecer a resposta rápida a epidemias, vigilância eficaz, capacitação de laboratórios nacionais e envolvimento com as comunidades afetadas;
    - c. Elaborar um roteiro regional e nacional comum que descreva a prevenção, a detecção e o controlo do Mpox;
    - d. Priorizar a pesquisa científica e a síntese de evidências para uma melhor compreensão da doença e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências para prevenção e controle da doença.
  6. *Solicitar* à União Africana, ao CDC África e à OMS que facilitem conjuntamente o funcionamento do Grupo de Trabalho Africano de Coordenação da Mpox;
  7. *Apelar a todos* os parceiros para harmonizar o apoio aos Estados-Membros na luta contra o Mpox interagindo com o Grupo de Trabalho Africano de Coordenação para garantir que cada um cumpra os mandatos atribuídos por esta reunião.

### **Reclamação do CDC África sobre a posição da farmacêutica Moderna**

O CDC África registra com decepção que a Moderna [interrompeu](#) seus planos para estabelecer a fabricação de vacinas no Quênia. Embora reconheça que a necessidade e a demanda por vacinas contra a Covid-19 diminuíram significativamente, tanto na África quanto no mundo, é importante que se reflita sobre as nuances dessa posição.

O CDC de África recorda os esforços consideráveis envidados por África para aceder atempadamente às vacinas, uma vez que os Estados-Membros consideraram as vacinas como o meio mais eficaz na resposta à pandemia. Por meio de seus Chefes de Estado e de Governo, a UA e o CDC África pediram o acesso equitativo e oportuno e recebimento de vacinas. Uma chamada que, em muitos casos, ficou sem resposta da comunidade internacional e da indústria farmacêutica.

Foi de conhecimento público de que as vacinas foram entregues tardiamente à África, muito tempo depois que as vacinas foram disponibilizadas para o mundo desenvolvido. Tais ações contribuíram significativamente para diminuir a procura por vacinas, uma vez que estas



eventualmente foram disponibilizadas para a África. Esta disponibilidade tardia de vacinas para África afetou significativamente o curso da pandemia, bem como a absorção e procura de vacinas.

Com o objetivo de mobilizar fundos e encontrar uma solução responsiva, a União Africana estabeleceu o fundo de resposta à Covid-19 da UA e lançou o African Vaccine Acquisition Trust (AVAT) com o Banco Africano de Exportação e Importação (Afrexim Bank). A AVAT adquiriu 400 milhões de vacinas de outros fabricantes que não a Moderna, simplesmente porque as vacinas da Moderna não foram disponibilizadas, apesar das tentativas de compra. De facto, menos de 5% das vacinas administradas em África, eram da Moderna. Apesar desses esforços africanos, as vacinas ainda eram entregues tardiamente, muito depois de as vacinas serem disponibilizadas para o mundo desenvolvido.

Através do seu consórcio para Ensaios Clínicos de Vacinas Covid-19 (CONCVACT), o CDC África, desempenhou um papel de coordenação para facilitar o início e a conclusão bem-sucedida de ensaios clínicos durante a pandemia, fortalecendo os facilitadores no continente e na aceleração da aprovação regulatória de vacinas pós-ensaio.

Portanto, culpar a África e o CDC África pela falta de demanda por vacinas e, portanto, a razão para colocar em espera planos para fabricar vacinas na África, só serve para perpetuar a desigualdade que caracterizou a resposta à pandemia. Enquanto outros fabricantes de vacinas estão progredindo com seus planos e construção na África, a Moderna está abandonando o compromisso de construir capacidades de fabricação de vacinas altamente necessárias e relevantes na África, na verdade, demonstrando que o compromisso da Moderna não é, de fato, a igualdade vacinal e o acesso às vacinas, através da construção de fábricas na África.

O CDC África, mandatado pelos Chefes de Estado dos governos africanos, continuará a defender e apoiar o estabelecimento de um forte ecossistema local de fabrico de vacinas, que apoia a pesquisa e o desenvolvimento, capacidade de atender a visão continental da União Africana de produzir 60% das vacinas, terapêuticas e outros produtos de saúde até 2040.

No entanto, o CDC África reconhece que a construção de infraestrutura e capacidades de fabricação de vacinas é complexa, leva muito tempo e requer investimentos significativos. É por isso que, através da nossa Parceria para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM), agora renomeada PHAHM (*Platform for Harmonized African Health Products Manufacturing*) - Plataforma para a Fabricação Harmonizada de Produtos de Saúde Africanos, continua a trabalhar para construir e fortalecer a fabricação africana, com os Estados- Membros, instituições financeiras internacionais, reguladores e parceiros, incluindo fabricantes de vacinas.

Isso faz parte de abordagem abrangente e africana de preparação e prevenção de pandemias, e incentiva a Moderna, como um fabricante experiente de vacinas, a contribuir e apoiar o objetivo ambicioso da África segura para a melhoria da saúde africana e global.

### **Apoio à resposta de emergência nas comunidades transfronteiriças da África Oriental**

#### **[Comunicado de imprensa conjunto](#)**

A fim de fortalecer a prontidão regional de comunicação de risco transfronteiriço e envolvimento da comunidade (RCCE, *Risk Communication and Community Engagement*) durante emergências de saúde pública, o CDC África, UNICEF, IFRC (*International Federation of Red Cross*) e OMS, bem como IOM, [READY](#) e [UK-PHRST](#) (*UK Public Health Rapid Support Team*), organizaram em Mombaça, no Quênia, uma capacitação baseada em simulacro de emergência.

Este treinamento visa fortalecer a RCCE transfronteiriço para uma preparação e resposta coordenadas de emergência na região. Os países participantes incluíram Etiópia, Quênia, Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda. Dada a interconectividade e as emergências frequentes na região, incluindo surtos de saúde pública como Ebola, Marburg, cólera e febre amarela, entre outros, o aprimoramento da colaboração transfronteiriça é crucial.

"Ao enfrentar os desafios de segurança sanitária na região, é crucial reconhecer os riscos iminentes colocados pela dinâmica transfronteiriça", afirmou o Dr. Lul Riek, Diretor Regional dos Centros de Coordenação Regional da África Oriental e Austral do CDC África, tendo acrescentado:

"A coordenação transfronteiriça limitada e mecanismos fracos para a RCCE agravam esses desafios. Fortalecendo nossas colaborações regionais e aprimorando nossas estratégias de RCCE, podemos fornecer informações oportunas, claras e culturalmente sensíveis que capacitam as comunidades a tomar ações informadas durante as crises de saúde."

Nos últimos anos, a RCCE tem sido um componente crítico na resposta ao surto na África Oriental e Austral, particularmente para apoiar a mudança social e comportamental necessária para a adoção de intervenções de saúde e prontidão e resposta de emergência eficazes. Através da RCCE, as comunidades são mantidas informadas, com um sistema coordenado para gerenciar os riscos e as necessidades em evolução durante as crises. Essa mudança começou com atividades de preparação durante o surto de Ebola de 2018. Desde então, as iniciativas fortaleceram o papel crítico de colaboração entre parceiros para a execução coordenada de RCCE durante emergências de saúde e o compromisso de estimular conhecimentos da comunidade para informar e adaptar outros apoios chave de uma resposta.

"A urgência de nossa missão é intensificada por uma miríade de emergências, incluindo vacinações perdidas, conflitos, doenças sensíveis ao clima e desastres relacionados ao clima que ameaçam cada vez mais a resiliência e os meios de subsistência da comunidade na região. Esses desastres exacerbam vulnerabilidades, particularmente entre populações dinâmicas e móveis e para crianças, apresentando desafios únicos para nossas estratégias de resposta. Precisamos continuar a trabalhar juntos como atores de resposta através de pilares e fronteiras para compartilhar e responder rapidamente às recomendações que emergem do *feedback* da comunidade e dados de ciências sociais, para mais respostas centradas na comunidade", disse Lieke van de Wiel, Diretor Regional Adjunto do UNICEF para a África Oriental e Austral.

Ao longo dos anos, as atividades da RCCE evoluíram além da comunicação de risco unidirecional pelos Ministérios da Saúde e parceiros. Hoje, o foco está em abordagens coordenadas que envolvem as comunidades afetadas, ouvindo suas preocupações e aproveitando dados qualitativos e quantitativos. Mecanismos de *feedback* da comunidade, pesquisa qualitativa e triangulação de dados em canais *online*/digitais e *off-line* geram respostas direcionadas. Esses esforços aprofundam nossa compreensão de comportamentos críticos para a resposta ao surto e promovem medidas preventivas.

"Vamos aproveitar o poder dos dados e das práticas baseadas em evidências para informar nossos processos de tomada de decisão e adaptar nossas intervenções, incluindo mensagens para as necessidades específicas de cada

comunidade. Ao adotar a inovação e utilizar novas tecnologias, podemos melhorar nossa capacidade de coletar, analisar e utilizar dados RCCE de forma eficaz, aumentando assim nossa capacidade de resposta geral", afirmou Dr Daniel Langat, Chefe de Vigilância e Resposta, do Ministério da Saúde do Quênia.

Ao reunir os principais atores governamentais e parceiros de saúde pública, os parceiros da RCCE visam desenvolver procedimentos operacionais padrão (SOP, *standard operating procedures*), planos de ação e pacotes de treinamento para melhorar a prontidão e a utilização de dados da RCCE para respostas eficazes centradas na comunidade a surtos e desastres. Esta oficina é essencial para garantir a proteção de crianças e comunidades vulneráveis e manter serviços essenciais durante emergências.

Sophie Everest, especialista em RCCE da Equipa de Apoio Rápido de Saúde Pública da Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido, disse:

"O UK-PHRST tem o prazer de estar envolvido nesta parceria de especialistas RCCE de toda a África Oriental e Austral para compartilhar conhecimentos técnicos e facilitar exercícios baseados em cenários para ajudar a fortalecer as respostas de surtos liderados pela comunidade no futuro. É a primeira vez que os Ministérios da Saúde, o CDC África, Cruz Vermelha e Sociedades Nacionais do Crescente Vermelho, colegas da OMS e do UNICEF de todos os países se reúnem para discutir e planejar como priorizar esse trabalho, e estamos ansiosos para apoiar esses planos."

À medida que os parceiros de resposta a emergências na região navegam por um cenário complexo de emergências de saúde, exacerbado pelas mudanças climáticas e conflitos, a RCCE continua sendo uma ferramenta crítica para unir conhecimento, colaboração e ação, em apoio à resiliência, preparação e bem-estar da comunidade.

O CDC África e o UNICEF, em colaboração com a IFRC, a OMS e o UK-PHRST, bem como outros parceiros, estão empenhados em realizar oficinas adicionais de capacitação em RCCE transfronteiriços.

### **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

#### **Plano Estratégico de Cooperação para o Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP 2024 – 2030 (PECTAS-CPLP)**

No dia 19 de abril, realizou-se em Lisboa [a I Reunião Extraordinária de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais \(RMTAS\) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa \(CPLP\)](#). Este evento crucial visou reforçar a colaboração e a implementação de políticas laborais e sociais coordenadas entre os países membros. A reunião teve como foco consolidar as resoluções da XV Reunião Ordinária dos RMTAS, realizada em de 2023 em Luanda, e renovar o compromisso com estratégias de cooperação regional.

O PECTAS-CPLP 2024-2030 é um compromisso coletivo de cooperação horizontal e estruturante entre os Estados-Membros na área do Trabalho e Assuntos Sociais, que se inspira no conjunto de deliberações das quinze Reuniões de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizadas desde novembro de 2000 até maio de 2023, este plano estratégico também reflete os princípios estabelecidos nos Planos de Ação anteriores e as diretrizes do Regimento Interno da RMTAS.

Além disso, o PECTAS-CPLP 2024-2030 está alinhado com os objetivos globais de promoção do trabalho digno e as prioridades nacionais dos Estados-Membros na área de trabalho e assuntos sociais, visando contribuir significativamente para a redução da pobreza e das desigualdades. Este plano adota uma abordagem centralizada nos interesses e prioridades nacionais dos Estados-Membros e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os ODS 1, 8 e 10, que focam na erradicação da pobreza, no trabalho decente e na redução das desigualdades, respectivamente.



Fonte: CPLP, 2024

### **Eixos Estratégicos e Atividades Específicas do PECTAS-CPLP 2024-2030**

#### **1. Promoção de Trabalho Digno e Justiça Social:**

- Fortalecimento dos sistemas de proteção laboral, combate ao trabalho infantil e forçado, e formalização do trabalho informal.

- Desenvolvimento de medidas para condições de trabalho justas, prevenção de acidentes e discriminação, e promoção da igualdade de gênero.

- Promoção do diálogo social tripartido para enfrentar desafios como desemprego e informalidade.

#### **2. Reforço e Alargamento da Proteção Social:**

- Dinamização da cooperação para fortalecer os sistemas de proteção social, incluindo a formalização da economia e alargamento da cobertura da proteção social obrigatória.

- Desenvolvimento de políticas e programas para reduzir a pobreza extrema e proteger os grupos mais vulneráveis.

#### **3. Coordenação dos Sistemas de Proteção Social:**

- Incentivo à ratificação e implementação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP.

#### **4. Reforço da Educação e Formação ao Longo da Vida:**

- Partilha de experiências e promoção de políticas de formação profissional para garantir empregabilidade.

o Estabelecimento de parcerias para promover estágios e programas de aprendizagem.

**5. Concertação, Coordenação e Partilha de Informação e Boas Práticas:**

o Fortalecimento da cooperação e partilha de boas práticas no domínio do trabalho e dos assuntos sociais.

o Promoção de campanhas de sensibilização e desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de trabalho e proteção social.

**6. Reforço dos Sistemas de Inspeção do Trabalho:**

o Consolidação dos sistemas de inspeção do trabalho e desenvolvimento de políticas e programas para garantir o cumprimento das leis laborais.

**7. Combate ao Trabalho Infantil**

o Implementação de políticas públicas e partilha de experiências para erradicar o trabalho infantil.

**Governança e Mobilização de Recursos**

O modelo de governança do PECTAS-CPLP envolve a coordenação executiva do Estado-Membro que detém a presidência em exercício da CPLP, em colaboração com o Secretariado Técnico Permanente da RMTAS e o Secretariado Executivo da CPLP. A mobilização de recursos financeiros será prioritariamente proveniente dos Estados-Membros para o Fundo Especial da CPLP, com possível cofinanciamento de organizações internacionais.

**Cúpula Extraordinária da Troika do Órgão da SADC mais a Troika Ampliada**

Em março passado, Lusaka, capital da Zâmbia, foi palco da Cúpula/[Cimeira Extraordinária da Troika do Órgão da SADC](#), envolvendo também a Troika ampliada, os países que contribuem com tropas para a Missão da SADC na República Democrática do Congo (SAMIDRC), os países que fornecem efetivos para a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM), além dos governos da República Democrática do Congo e da República de Moçambique.

**Objetivo da Cimeira**

Presidida por Sua Excelência Hakainde Hichilema, Presidente da Zâmbia e Presidente em exercício do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, a Cúpula abordou a segurança regional, com foco especial nas situações de conflito na parte oriental da RDC e em Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Serão discutidos os avanços das missões SAMIDRC e SAMIM, que têm como objetivo apoiar os esforços de paz, segurança e estabilidade nesses países, criando um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável.

**Composição da Troika**

Atualmente, a Troika do Órgão da SADC é formada por:

- República da Zâmbia, Presidente em exercício;
- República Unida da Tanzânia, Próximo Presidente;
- República da Namíbia, Presidente Cessante.

A Troika da SADC inclui:

- República de Angola, Presidente em exercício da SADC;
- República do Zimbabwe, Próximo Presidente da SADC;

- República Democrática do Congo, Presidente Cessante da SADC.

### **Contribuições dos Países**

Os países contribuintes de efetivos para a SAMIM são Angola, Botswana, RDC, Lesoto, Malawi, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe. Para a SAMIDRC, as contribuições provêm de Malawi, África do Sul e República Unida da Tanzânia.

### **Agenda Preliminar**

Antecedendo a cimeira, ocorrerão importantes reuniões preparatórias:

- 22 de março de 2024: Reunião dos Altos Funcionários do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC e Reunião extraordinária do Comité Ministerial do Órgão (CMO);
- 21 de março de 2024: Reunião extraordinária do Subcomité Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC).

### **Implicações da Inteligência Artificial (IA) para Bancos Centrais na Região COMESA**

A inteligência artificial (IA) está moldando uma nova era na indústria bancária central, representando uma mudança significativa nas operações e estratégias de bancos centrais, particularmente na região do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA). Um relatório especial divulgado em março, explora os avanços da IA destacando seu papel crescente em várias funções de bancos centrais, desde a melhoria da comunicação de políticas até a previsão econômica e a gestão de riscos<sup>86</sup>.

A IA, em sua evolução, não apenas automatiza tarefas, mas também interpreta dados complexos, promovendo uma nova onda de produtividade e inovação. No contexto bancário, técnicas como o processamento de linguagem natural são utilizadas para analisar reações públicas às políticas dos bancos centrais e para realizar raspagem de dados web, ajudando na coleta de informações de preços no varejo em tempo real.

Os benefícios da IA para os bancos centrais são vastos, incluindo a capacidade de analisar grandes volumes de dados para identificar tendências econômicas complexas, o que pode informar políticas mais eficazes e medidas regulatórias. Além disso, a IA pode aprimorar a supervisão do setor bancário e melhorar a detecção de fraudes e atividades de lavagem de dinheiro, aumentando assim a eficiência operacional dos bancos centrais.

Contudo, a implementação da IA não está isenta de desafios. Questões como segurança de dados, riscos de cibersegurança e potenciais vieses algorítmicos são preocupações significativas. A qualidade dos dados é especialmente crítica, pois dados imprecisos podem levar a análises enganosas e aumentar o risco de decisões políticas inadequadas. A IA também está sujeita a erros, como "alucinações" que podem gerar resultados falsos, afetando a credibilidade das instituições financeiras.

Diante desses desafios, os bancos centrais na região COMESA precisam desenvolver estratégias robustas para gerir a implementação de tecnologias de IA. Isso inclui garantir a coleta e governança de dados de alta qualidade, bem como o desenvolvimento de capacidades

---

<sup>86</sup> NJOROGE, Lucas. Role of Artificial Intelligence (AI) in. 2024. Acesso em: <https://cmi.comesa.int/wp-content/uploads/2024/04/AI-and-Big-Data-Implication-for-Central-Banking-in-COMESA-region.pdf>

humanas para gerenciar e supervisionar tecnologias de IA. Além disso, é essencial investir em sistemas de IA seguros e confiáveis para melhorar a eficiência operacional e lidar com vulnerabilidades de cibersegurança.

### **Aviação em Eswatini: Workshop Pioneiro sobre Igualdade de Gênero<sup>87</sup>**

No contexto da aviação, um setor marcado por altas exigências técnicas e um impacto econômico substancial, as mulheres têm participado menos, especialmente em funções técnicas e de liderança. Para abordar essas disparidades e promover um ambiente mais inclusivo, a COMESA liderou uma iniciativa focada em ampliar as oportunidades de carreira para mulheres. Entre 10 e 12 de abril de 2024, o Reino de Eswatini, em parceria com a COMESA, realizou um workshop de três dias em Sibane, Eswatini, dedicado à promoção da igualdade de gênero na aviação na região da África Oriental, Austral e Oceano Índico.

#### **Objetivos e Parcerias**

Este evento faz parte do programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Transporte Aéreo (SATSD), financiado pela União Europeia e implementado pela COMESA juntamente com parceiros regionais, incluindo a Comunidade da África Oriental, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, a Comissão do Oceano Índico e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. A iniciativa contou com a participação de autoridades governamentais, líderes da indústria e stakeholders de toda a indústria da aviação.

#### **Discussões Centrais e Estratégias**

O *workshop* se concentrou em várias áreas-chave, incluindo a transformação da cultura corporativa do setor para torná-la mais inclusiva e atraente para o talento feminino. As discussões e sessões de treinamento destacaram a necessidade de adaptar as políticas de trabalho para apoiar o recrutamento, a retenção e a promoção de mulheres na aviação.

A Diretora do Ministério do Comércio, Indústria e Comércio de Eswatini, Sra. Lungile Portia Dlamini, destacou a discrepância entre os gêneros na aviação, onde menos de 5% dos profissionais são mulheres, apesar de as mulheres constituírem mais de 52% da população africana. Tsige Tadele Biyazen, oficial sênior de integração de gênero da COMESA, enfatizou a necessidade de transformar a cultura corporativa tradicionalmente masculina do setor para atrair, promover e reter talentos femininos.

#### **Educação e Sensibilização**

Um dos principais temas abordados foi a importância da educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), fundamentais para carreiras na aviação. O workshop sublinhou a necessidade de políticas que não apenas promovam a igualdade de gênero, mas também apoiem ativamente a educação e a progressão de carreira das mulheres no setor. Além disso, foram realizadas visitas de sensibilização a escolas secundárias locais, lideradas pela Autoridade de Aviação Civil de Eswatini (ESWACAA) e mulheres profissionais da aviação, para inspirar os estudantes a escolherem carreiras na aviação.

---

<sup>87</sup> <https://www.comesa.int/promoaviation-eswatini-hosts-pioneering-workshop-on-gender-equality/>



## **A Europa respira com a aprovação do pacote estadunidense de ajuda financeira e militar à Ucrânia**

### ***Europe breathes with the approval of the US financial and military aid package for Ukraine***

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *Europe breathes with the approval of the US financial and military aid package for Ukraine. After the Iranian attack on Israel, the European Union is considering applying new sanctions to the country. At a meeting of the EU Foreign Relations Council, the agenda is practically dominated by the topic of defense and the creation of a future EU army is considered. The informal meeting of health ministers, on the other hand, has as its agenda the crisis in the health workforce and security in the supply of medicines.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; War; Health workforce crisis; Security in the supply of medicines.*

**Resumo.** A Europa respira com a aprovação do pacote estadunidense de ajuda financeira e militar à Ucrânia. Após o ataque iraniano a Israel, a União Europeia estuda aplicar novas sanções ao país. Em reunião do Conselho de Relações Exteriores da UE, a pauta é praticamente dominada pelo tema da defesa e se cogita a criação de um futuro exército da UE. Já a reunião informal de ministros da saúde, tem como pauta a crise na força de trabalho em saúde e a segurança no fornecimento de medicamentos.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Guerra; Crise na força de trabalho em saúde; Segurança no fornecimento de medicamentos.

À exceção do ataque iraniano à Israel, a quinzena não foi muito movimentada no continente europeu. O assunto de maior relevância no momento, segue sendo as eleições para o Parlamento Europeu, que se aproximam e mobilizam o debate, com o início das campanhas eleitorais. As eleições acontecerão em 9 de junho próximo. A sucessão da presidência da Comissão Europeia, hoje ocupada por Úrsula Von Der Leyen, é motivo de especulação semanalmente, mas ela segue sendo a maior aposta.

A notícia de maior destaque foi a aprovação pelo parlamento americano de novo pacote de ajuda à Ucrânia, que vinha sendo motivo de embate há alguns meses entre republicanos e democratas. A guerra segue mobilizando energia e recursos. [Os gastos militares na Europa já são maiores do que no final da guerra fria](#). Apesar de estarem em franco crescimento, não garantem suprimentos imediatos para alimentar a guerra. A ajuda financeira e militar estadunidense é vital para evitar uma derrota para a Rússia.

Como resposta ao ataque iraniano à Israel, a União Europeia estuda um novo pacote de sanções. O Presidente do Conselho Europeu, [Charles Michel, espera que a aparente retaliação israelita contra o Irã, ponha fim à recente escalada entre os dois países, alertando que as próximas "horas e dias" serão críticos](#). Michel também apelou para que estas recentes tensões não desviem a atenção da tragédia humanitária na Faixa de Gaza, reiterando o apelo conjunto



dos líderes da UE a um cessar-fogo e a um acesso humanitário sem entraves, bem como ao regresso imediato dos reféns israelitas detidos pelo Hamas desde 7 de outubro.

[A reunião do Conselho de Relações Exteriores do Conselho da União Europeia deste dia 22 de abril, é praticamente toda dedicada à defesa.](#) Os ministros discutem novas sanções contra o Irã, a situação em Gaza e a ajuda a Kiev. No tocante à guerra na Ucrânia, o Conselho reunirá os Ministros das Relações Exteriores e os Ministros da Defesa da UE, com participação dos ministros ucranianos por vídeoconferência, para fornecer atualizações sobre os últimos desenvolvimentos no terreno e as prioridades atuais da Ucrânia. Dentre os pontos que podem ser abordados neste escopo, destaco a possibilidade de discussão sobre um futuro do Exército da UE. A situação no Oriente Médio também está na pauta, que não previa o ataque iraniano, que passa a fazer parte das discussões, com a possibilidade de imposição de um pacote de sanções. [A expectativa é que os ministros tentem um acordo político para sancionar a indústria de mísseis iranianos e alargar as medidas restritivas contra indivíduos e entidades.](#)

No âmbito da saúde, uma [reunião informal de ministros discute a crise na força de trabalho, a segurança do fornecimento de medicamentos e o plano europeu de combate ao câncer.](#) Os sistemas de saúde europeus enfrentam desafios e problemas críticos relativamente à força de trabalho. Dentre eles estão a escassez de profissionais, a distribuição desigual destes no continente, competências incompatíveis e a necessidade de adaptação às novas demandas em saúde e ao avanço tecnológico. O envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas agravam o quadro, além do envelhecimento da própria força de trabalho que se aposenta. A telemedicina também está em pauta e almeja-se harmonizar regulamentos entre os Estados-membros no tocante à qualidade e supervisão dos atendimentos. A UE pretende estabelecer iniciativas que apoiem estratégias nacionais de planejamento da força de trabalho, recrutamento, treinamento, desenvolvimento profissional, otimização do mix de habilidades e aproveitamento de soluções digitais. Objetivos comuns, mecanismos de compartilhamento de dados e monitoramento podem facilitar a implementação de tais estratégias. A avaliação dos quadros jurídicos que têm impacto nas profissões de saúde busca identificar áreas para melhoria.

Ao longo do último ano, a UE envidou esforços para combater a escassez de medicamentos e garantir a segurança em seu fornecimento. Na reunião informal, os ministros da saúde da UE discutem as medidas em curso e traçam os próximos passos, concentrando-se em áreas críticas como produção, compras, armazenagem e precificação de medicamentos essenciais. Dentre as medidas da Comissão Europeia nesta seara, estão iniciativas para garantir a disponibilidade de antibióticos essenciais, implementar um Mecanismo de Solidariedade Voluntária, publicar uma lista de medicamentos críticos e conduzir avaliações sobre as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento. Além disso, ferramentas como uma plataforma de matchmaking e uma outra para monitorar eventuais faltas, visam melhorar a previsão e agilizar o gerenciamento da cadeia de suprimentos. Uma ação conjunta sobre flexibilidades regulatórias deve ser lançada ainda em 2024, para acelerar a distribuição de medicamentos. Para apoiar os Estados-membros nas estratégias de constituição de reservas, a Comissão Europeia está desenvolvendo uma abordagem comum e anuncia o estabelecimento de uma Aliança de Medicamentos críticos para melhorar a oferta de medicamentos de segurança. Durante a reunião, os ministros discutem novas medidas, incluindo a cooperação através da Aliança, em armazenagem, fixação de preços e contratos públicos. A Aliança será lançada ao final do evento, que acontece hoje, dia 24 de abril.

## Apesar das guerras e tensões, a vida na Ásia e no Oriente Médio avança

**Lucia Marques**

*Por que a diplomacia humanitária está perdendo força? Talvez porque o modelo humanitário ocidental, baseado na humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, tenha se rompido por várias razões. Primeiro, por nações que operam dois pesos e duas medidas em respostas seletivas a diferentes contextos, seja Ucrânia ou Sudão. Se todas as vidas não são vistas como igualmente sagradas, a própria santidade do humanitarismo é desafiada.<sup>88</sup>*

**Resumo:** Apesar das guerras e aumento de tensões, a vida na **Ásia e no Oriente Médio** avança. Crescem as relações de cooperações multilaterais, trilaterais e bilaterais entre os países do Sul Global. Os países das duas regiões aprenderam a olhar para as oportunidades e a superar as diferenças - diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas - e aproveitar as similaridades. Todos buscam o desenvolvimento tecnológico, sustentável e reduzir as desigualdades. O informe traz alguns exemplos e uma nova área para a colaboração e avanços tecnológicos: a pesquisa espacial, que pode envolver trilhões de dólares até 2035. A evolução da tecnologia espacial poderá contribuir para melhorar os sistemas de alerta para catástrofes naturais, defesa e agilizar o fluxo do comércio global através de cadeias de abastecimento mais eficientes, como mostraram o [relatório](#) do Fórum Econômico Mundial – que deixou de fora o programa espacial chinês - e o [white paper](#), apresentado na Conferência Espacial do Oriente Médio em Mascate, Omã. No Tabuleiro da Geopolítica, quem tem poder de influenciar os dois rivais – Irã e Israel?

**Palavras chaves:** Ásia e Oriente Médio, Sul Global, Espaço Sideral

**Abstract:** *Despite wars and increased tensions, life in Asia and the Middle East is moving forward. Multilateral, trilateral and bilateral cooperation relations between countries in the Global South are growing. Countries in both regions have learned to look for opportunities and overcome differences - distinct levels of economic and social development, different geographic, climatic, political and geopolitical realities - and take advantage of similarities. Everyone seeks sustainable technological development and reducing inequalities. The report brings examples and a new area for collaboration and technological advances: space research, which could involve trillions of dollars by 2035. The evolution of space technology could contribute to improving warning systems for natural disasters, defense and streamlining the flow of global trade through more efficient supply chains, as shown in the World Economic Forum report – which left out the Chinese space program – and the white paper, presented at the Middle East Space Conference in Muscat, Oman. On the Geopolitics Board, who has the power to influence the two rivals – Iran and Israel?*

---

<sup>88</sup> Mukesh Kapila, ex-funcionário da ONU e professor emérito da Universidade de Manchester, em excelente artigo sobre a necessidade de uma nova diplomacia humanitária frente a um mundo em desordem. [Uma nova diplomacia humanitária é necessária para um mundo de desordem \(thenationalnews.com\)](https://thenationalnews.com)

**Keywords:** *Asia and the Middle East, Global South, Outer Space*

Apesar da guerra em Gaza e do aumento de tensões no Oriente Médio, envolvendo Israel e Irã e o apoio dos EUA e seus aliados à Israel, e do aumento de tensões no Mar Meridional da China, envolvendo o aumento da presença militar americana na região, a criação de uma iniciativa com fins militares entre EUA, Filipinas e Japão<sup>89</sup>, a vida segue na Ásia e no Oriente Médio. Crescem as relações de cooperação multilaterais, trilaterais e bilaterais, entre os países Árabes e China, ASEAN e países não aseanos, China e países aseanos, entre países árabes e países africanos, mostrando que os eventos belicosos recentes não interromperam as relações que, ao contrário, vêm se fortalecendo, desde o apartheid da vacina contra Covid-19, e, principalmente, desde 2022, com a explosão da guerra na Ucrânia.<sup>90</sup>

Desde a pandemia da Covid-19, que se somou às múltiplas crises econômica, climática, geopolítica, os países das duas regiões aprenderam a olhar para as oportunidades e a superar as diferenças - diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, diferentes realidades geográficas, climáticas, políticas e geopolíticas- , aproveitando as similaridades uma vez que abrigam culturas milenares e muitas etnias e, em algum momento de suas histórias, ambas as regiões sofreram influências do colonialismo europeu e do redesenho do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. E nos últimos anos vivem a pressão do poderio americano, que se move de acordo com seus interesses. Atualmente, o foco é o Indo-Pacífico e a disputa contra a China. Mesmo com a guerra russo-ucraniana em andamento e uma guerra desumana, religiosa, étnica, entre Israel e Gaza, com reflexos para toda região do Oriente Médio.

Pode-se dizer que os países do Sul Global se reorganizaram para fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e europeias e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de ouvir ou dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão.

O movimento pode ser observado desde a ampliação, com adesão de novos membros, como o BRICS+ e a OCX (Organização para Cooperação de Xangai). Com adesão dos Emirados Árabes Unidos, do Egito, da Etiópia, do Irã e da Arábia Saudita, o BRICS+ deverá se tornar uma das importantes potências econômicas, capaz de influenciar a governança global, apesar dos obstáculos geopolíticos.<sup>91</sup> A OCX reúne três BRICS (Rússia, China e Índia), quatro “stans (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Tajiquistão) e o Paquistão e, agora, o Irã, que teve sua entrada formalizada, em 2023.<sup>92</sup>

Multilateral, trilateral ou bilateralmente, os países do Sul Global pretendem fortalecer a cooperação em educação, ciência e tecnologia, cultura, saúde, gestão de desastres, bem como turismo, esportes e relacionamento interpessoal. contatos de pessoas, especialmente através de mulheres e jovens, instituições de diplomacia pública, centros e meios de comunicação.

### **Qatar e Sul Global**

Em fevereiro, uma iniciativa organizada pelo Conselho de Assuntos Globais do Oriente Médio, pela Fundação Bill e Melinda Gates, com apoio do Ministérios das Relações Exteriores

---

<sup>89</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310381.shtml>

<sup>90</sup> Saiba mais em Marques, L. [O centro do mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso. Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3-2023, p. 183-192.](#)

<sup>91</sup> <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/03/cadernos-cris-fiocruz-informe-04-2024> - Página 170

<sup>92</sup> Saiba mais em Marques, L. [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 13-2023, página 149-160.](#)

do Qatar reuniu especialistas e representantes dos Países de Baixa e Média Renda (LMICs) para definir estratégias, entender os desafios e buscar soluções para Melhorar o Acesso à Atenção Primária à Saúde no Sul Global.<sup>93</sup> Participaram Afeganistão, Burkina Faso, Congo, Etiópia, Malawi, Moçambique, Nigéria, Somália. O evento teve como objetivo o lançamento da [Iniciativa de Política de Saúde Global de Doha](#), que visa criar uma plataforma colaborativa de diálogo e aprendizagem para os países do Sul Global sobre questões que enfrentam e soluções que podem implementar para melhorar seus sistemas de saúde.

### **ASEAN e conectividade e crescimento Sustentável**

No âmbito da **ASEAN**, os membros reforçam a sua cooperação em matéria de conectividade e resiliência da bloco através da intensificação da cooperação da ASEAN no âmbito dos três pilares comunitários; promover a conectividade das infraestruturas, reduzir o fosso de desenvolvimento, promover uma maior integração económica e intercâmbios interpessoais; e reforçar ainda mais as relações da ASEAN com parceiros externos, mantendo ao mesmo tempo a relevância e a centralidade da ASEAN na arquitetura regional em evolução. ASEAN discute o futuro com inovações digitais.

Em parceria com o Instituto do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o bloco acaba de lançar um livro orientador [Transformando a ASEAN: Estratégias para Alcançar o Crescimento Inclusivo e Sustentável](#) que explora as oportunidades de partilha e colaboração sob a liderança da ASEAN. Examina como os países podem trabalhar em conjunto e o que os governos precisam de fazer para ajudar a região a alcançar e superar os seus objetivos. O documento considera que progresso futuro dependerá crucialmente da cooperação regional, da integração e da conectividade – elementos essenciais para alcançar as prioridades da recuperação, da economia digital e da sustentabilidade. Com recomendações políticas e estudos de caso, o livro pretende apoiar e oferecer conhecimentos oportunos e orientações políticas robustas a governos, decisores políticos, instituições financeiras e partes interessadas na prossecução dos compromissos climáticos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sublinha a necessidade de colaboração e investimento na construção e partilha de conhecimento entre as partes interessadas públicas e privadas para enfrentar eficazmente os desafios complexos de alcançar um crescimento inclusivo e sustentável na ASEAN.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) tornou-se uma força importante para o crescimento económico e a influência política no Sudeste Asiático. Embora subsistam riscos e incertezas, as perspectivas para a região em rápido crescimento são promissoras.

### **Comissão Económica e Social para Ásia e Pacífico**

Teve início nesse 22 de abril e vai até 26 de abril, a [80ª Sessão da Comissão Económica e Social para Ásia e Pacífico \(ESCAP\)](#), da ONU, em Bangkok, Tailândia, como o tema “Aproveitar a inovação digital para o desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico”.

Com a presença de cerca de 800 participantes de 61 Estados-membros, membros associados e observadores permanentes, bem como representantes da academia, organizações internacionais, jovens, empresas e sociedade civil. O fórum é uma oportunidade para reforçar a ação cooperativa em toda a região para alavancar a inovação digital. “Soluções digitais implementadas de forma inteligente e adequadamente governadas, baseadas num entendimento comum, abordagens partilhadas e governação colaborativa, formam as bases

---

<sup>93</sup> <https://mecouncil.org/events-list/the-doha-global-south-health-policy-initiative/>

para o impulso coletivo necessário para a consecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, disse Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Geral e Executiva da ESCAP.<sup>94</sup>

Numa era de rápida transformação digital, a Ásia e o Pacífico estão numa posição única para aproveitar as tecnologias digitais para superar os desafios do desenvolvimento sustentável. A região já é reconhecida como um centro dinâmico para a inovação impulsionada digitalmente, alimentada por tecnologias pioneiras como a Inteligência Artificial, Finanças Digitais, GovTech e a Internet das Coisas.

O [estudo temático](#) examina as inovações digitais existentes que aceleraram o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável e explora formas de aproveitar os seus sucessos. Propõe um quadro para compreender as interligações entre a inovação digital e o desenvolvimento sustentável, investiga práticas atuais e emergentes, explora como pode ser criado um ambiente favorável e fornece recomendações para a cooperação regional.



Sobre o mesmo tema, o Banco Asiático de Desenvolvimento também publicou um [documento](#) sobre Cenários de Empreendedorismo Digital na Ásia em Desenvolvimento: Insights do Índice Global de Sistemas de Empreendedorismo Digital, cujo olhar ampliado alcança toda a Ásia (Central, Sul, Sudeste, Pacífico, Ocidental).

### **Banco Asiático de Desenvolvimento**

O Instituto do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) acaba de lançar o aplicativo [ThinkÁsia](#), um novo centro global de conhecimento para o desenvolvimento sustentável. Um site gratuito e responsivo a dispositivos móveis, o ThinkAsia reúne as pesquisas, notícias e eventos mais recentes de todo o mundo. Hospedada pela ADB, esta nova plataforma está aberta a grupos de reflexão, universidades e outras organizações que trabalham no desenvolvimento sustentável para se tornarem parceiros da comunidade e partilharem as suas pesquisas mais recentes e eventos futuros.

O ThinkAsia tem as suas raízes na Ásia e no Pacífico, mas tem um âmbito global. Existe uma riqueza de conhecimentos na Ásia e fora dela que pode transformar vidas. As ideias e discussões originadas num país ou região podem ser relevantes ou úteis para outros.

### **Fórum de Cooperação Árabe-Chinesa**

Iniciativa de diálogo entre China e [Liga Árabe](#) (CASCF) conta com 21 membros e tem por objetivo promover a cooperação em vários campos, tais como política, comércio, cultura, tecnologia, relações exteriores, bem como promover a paz e o desenvolvimento através de intercâmbios amistosos.

Para marcar o 20º aniversário do estabelecimento do fórum, a 10ª sessão da reunião ministerial do fórum será realizada em Pequim no dia 30 de maio.

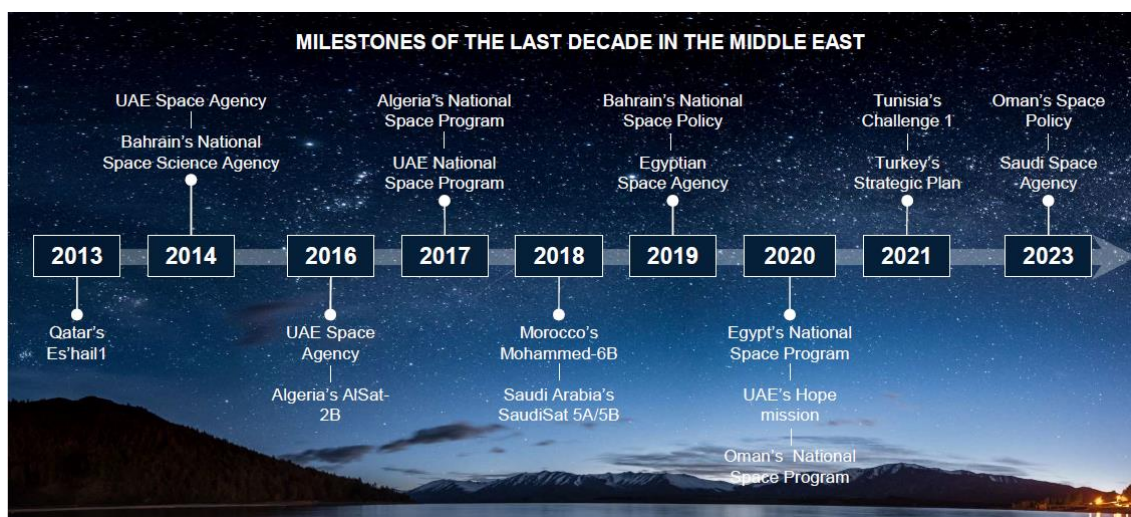
<sup>94</sup> <https://www.unescap.org/news/un-policy-forum-opens-call-region-embrace-digital-opportunities-and-innovate-sustainable>



Embora a agenda ainda não tenha sido anunciada, os representantes permanentes no CASCF estiveram reunidos em Pequim para discutir os vários temas de interesse dos países árabes, incluindo a questão palestina, que serão levados à Cúpula de Líderes.<sup>95</sup>

### O Espaço como um novo mapa para cooperação.

O Espaço sideral vem aproximando cada vez mais países do Golfo, da Ásia, da Europa e EUA, sob a perspectiva de colaboração. Dos eclipses lunares à indústria espacial de trilhões de dólares até 2035, a maravilha cósmica fornece um terreno comum muito necessário. A evolução da tecnologia espacial poderá contribuir para melhorar os sistemas de alerta para catástrofes naturais e impulsionar as iniciativas de defesa<sup>96</sup>, além de agilizar o fluxo do comércio global através de cadeias de abastecimento mais eficientes, como mostraram o [relatório](#) do Fórum Econômico Mundial – que deixou de fora o programa espacial chinês - e o [white paper](#), intitulado *Beyond the Stars: Middle East's Space Ecosystem on the Move*, apresentado na Conferência Espacial do Oriente Médio em Mascate, Omã – ambos em janeiro. O documento de 16 páginas aponta que o setor espacial do Oriente Médio pode valer US\$ 75 bilhões até 2032, ajudando a desempenhar um papel crucial na economia espacial global na próxima década, segundo pesquisas. Também lista o rápido crescimento na região, incluindo investimentos em satélites, serviços e missões de exploração. Emirados Árabes e Arábia Saudita lideram com seus programas espaciais e acordos internacionais.



Mais de 80 países investem no espaço e isso porque o espaço provou ser um investimento valioso para os países apoiarem seu desenvolvimento socioeconômico, mas também para enfrentar desafios estratégicos em um ambiente geopolítico muito complexo. O boom será atribuído ao crescente investimento em tudo, desde comunicações por satélite até logística, turismo, tecnologia de defesa e programas espaciais civis. O florescente setor espacial do Golfo, com a ajuda de parcerias internacionais, é um participante ativo.<sup>97</sup>

<sup>95</sup> [0058-Qatar-Participa-na-Reunião-de-Coordenação-Antes-do-Árabe-Chinês-Cooperação-Fórum \(qna.org.qa\)](#)

<sup>96</sup> [O interesse pelo espaço está crescendo e pode aproximar a humanidade \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>97</sup> [O interesse pelo espaço está crescendo e pode aproximar a humanidade \(thenationalnews.com\)](#)

Além de Rússia<sup>98</sup> e EUA, Austrália, Canadá, Singapura, os Emirados Árabes, Arábia Saudita<sup>99</sup>, China, Turquia<sup>100</sup>, Tailândia<sup>101</sup>, Índia<sup>102</sup>, Japão<sup>103</sup>, Bahrein<sup>104</sup>, Omã, estão investindo pesado na pesquisa especial e uso de tecnologias espaciais.

Além das duas estações espaciais na órbita da Terra - a Estação Espacial Internacional (ISS) e a Estação Espacial Tiangong da China – sondas e Rovers mapeiam e fazem coletas na Lua e Marte. E os países se preparam para permanência de astronautas na Lua.

Emirados Árabes têm astronautas nas duas estações espaciais que estão em órbita da Terra no momento.<sup>105</sup> E agora, após assinatura de acordo com a NASA, os Emirados vão integrar o projeto estação [Lunar Gateway](#) como parte de uma grande colaboração internacional destinada a promover a exploração espacial.<sup>106</sup> A estação é uma parte crucial do programa Artemis, da agência espacial americana, que visa construir uma presença sustentável de humanos na Lua. A Agência Espacial do país Árabe trabalha para ir além da Lua e de Marte.<sup>107</sup>

A China que, além da estação Espacial em órbita da Terra, também está na Lua e em Marte. E agora está trabalhando na Estação Internacional de Pesquisa Lunar (ILRS), em colaboração com 19 países e organizações, incluindo a Organização de Cooperação Espacial Ásia-Pacífico.<sup>108</sup> A versão básica da ILRS deve estar concluída antes de 2028 e será encarregada de executar a exploração do ambiente lunar e as verificações do uso dos recursos lunares.

As capacidades espaciais em expansão da China criam imperativos para o envolvimento associado em todo o mundo, desde iniciativas para construir coalizões internacionais, como a ILRS, até a busca de acesso a estações terrestres e outros locais de comunicação espacial para apoiar a constelação de satélites em expansão da China, atualmente com 700, bem como missões além da Terra. O aprofundamento da rivalidade com os Estados Unidos torna o acesso da China ao espaço a partir de pontos em ambos os hemisférios e nas regiões polares um imperativo estratégico para o componente espacial de qualquer conflito futuro com o Ocidente.

Essa combinação de imperativos impulsionou o aumento das atividades espaciais de Pequim no hemisfério ocidental nas últimas duas décadas. A China destacou seu interesse nesse engajamento com cada vez mais detalhes em seus Livros Brancos de Políticas China-América

---

<sup>98</sup> A Rússia acaba de convidar outros países do BRICS+ para participar da pesquisa lunar.

<sup>99</sup> Visa utilizar a exploração espacial para diversificar a sua economia e estabelecer uma indústria focada na tecnologia e fazer a transição da economia saudita para além da sua tradicional dependência dos recursos naturais.

<sup>100</sup> Acaba de se juntar ao programa da Estação Internacional de Pesquisa Lunar Sino-Russo. <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310311.shtml>

<sup>101</sup> Parceria com China para cooperação na exploração e uso pacífico do espaço sideral e sobre cooperação na estação internacional de pesquisa científica lunar. <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310035.shtml>

<sup>102</sup> <https://www.bbc.co.uk/news/world-asia-india-66594520>

<sup>103</sup> Uma parceria com os Estados Unidos visa melhorar a precisão e a fiabilidade dos sistemas de posicionamento, navegação e cronometragem em áreas urbanas densamente povoadas do Japão..

<sup>104</sup> [Reforço de caixa para o projeto espacial Bahrein-Reino Unido \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>105</sup> [Quatro astronautas chegam à Estação Espacial Internacional após voo da SpaceX \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>106</sup> [Emirados Árabes Unidos começam a trabalhar no projeto histórico Lunar Gateway \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>107</sup> [Astronautas dos Emirados Árabes Unidos observam missões e decolagens de satélites em 2024 \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>108</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202304/1289758.shtml>

Latina de 2008 e 2016. Mais recentemente, a China reiterou seu interesse na colaboração espacial com a região no Plano de Ação Conjunta China-CELAC 2022-2024. Lá, Pequim destacou seu interesse em trabalhar com a Agência Espacial da América Latina e do Caribe, estabelecida no México em setembro de 2021, e defendeu o uso ampliado da constelação de satélites chineses BeiDou na região. A linguagem sobre cooperação espacial também aparece na Iniciativa de Segurança Global (GSI) da China de 2023, na qual a China expressa interesse em trabalhar por meio da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e do BRICS.

## **No Tabuleiro da Geopolítica**

### **Quem tem poder de influenciar os dois rivais – Israel e Irã?**

Metaforicamente falando, jogar mais lenha na fogueira só contribuirá para aumentar e alastrar o incêndio. Mesmo que não haja água suficiente para apagar o fogo, criar aceiros ou barreiras de proteção ajuda, pelo menos, o que incêndio não se espalhe.

É o que está fazendo a China ao conversar com o Arábia Saudita e com o Irã.<sup>109</sup> Afinal, para a China, e seus planos de expansão econômica, uma Ásia Ocidental – não apenas o Oriente Médio - estável e em desenvolvimento é extremamente estratégica. Os diplomatas dos três países, que estiveram em Pequim para a primeira reunião do Comitê misto Trilateral China-Arábia Saudita-Irã, afirmaram que a diplomacia deve prevalecer para evitar uma nova escalada do confronto.

Como enfatizou o alto diplomata chinês, Wang Yi,<sup>110</sup> o caminho certo a seguir é implementar a solução de dois Estados o mais rapidamente possível, estabelecer um Estado independente da Palestina e restaurar os direitos nacionais legítimos do povo palestino para concretizar a coexistência pacífica entre a Palestina e Israel. Cabe à comunidade internacional tomar medidas mais ativas para ajudar a Palestina a tornar-se membro de pleno direito da ONU, promover a convocação de uma conferência de paz internacional maior, mais autorizada e mais eficaz, e desenvolver um calendário e um roteiro. caminho para a implementação da solução de dois Estados. Leia mais sobre [“Uma solução de dois Estados está de volta à agenda – à custa de milhares de mortos”, em Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 5-2024, p. 172-178. Marques, L.](#)

Em direção oposta, temos os EUA e seus aliados que têm poder de exercer influência sobre o governo israelense, mas não o fazem – afinal, um cessar-fogo não interessa à indústria armamentista e à de reconstrução. Ao mesmo tempo que fala que Netanyahu deve proteger os civis, Biden aprova o envio de mais armas para Israel e torna a exercer seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, se opondo à confirmação da Palestina como membro pleno das Nações Unidas – atualmente é Estado observador.<sup>111</sup>

Todos os Estados-membros da ONU são membros da Assembleia Geral. Os Estados são admitidos como membros por decisão da Assembleia Geral, sob recomendação do Conselho de Segurança – instância mais poderosa das Nações Unidas. Segundo a cientista política Phyllis

---

<sup>109</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wshd/202404/t20240417\\_11283133.html](https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wshd/202404/t20240417_11283133.html)

<sup>110</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wshd/202404/t20240417\\_11283136.html](https://www.fmprc.gov.cn/esp/wjdt/wshd/202404/t20240417_11283136.html)

<sup>111</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-vetam-projeto-para-onu-reconhecer-palestina-como-membro-pleno/>



Bennis,<sup>112</sup> "os EUA são a razão pela qual a ONU não é capaz de desempenhar o papel que sua carta exige, que é parar o flagelo da guerra". A América é desde 1966 até 2011 o segundo estado com mais vetos no Conselho de Segurança, com 82 destes, atrás apenas da URSS, com 121 vetos entre 1946 e 1989. O abuso do veto no Conselho de Segurança é versado no [Capítulo 2 da Carta das Nações Unidas](#) e enquadra-se nela.

O ataque de drones e mísseis iranianos a Israel, em retaliação ao ataque israelense à missão diplomática iraniana na Síria, serviu para ligar o alerta e a diplomacia falou mais alto: Irã avisou aos EUA que não está procurando a expansão da tensão na região e Washington deixou claro que não se juntará a nenhum ataque israelense ao Irã, mas prometeu impor novas sanções punitivas contra o Irã e conclamou seus aliados a fazerem o mesmo.<sup>113</sup>

Na ONU, o Qatar pediu à comunidade internacional que aja imediatamente para desanuviar a tensão e poupar a região do Oriente Médio do perigo de ser arrastada para um novo vórtice de conflitos. Exortou todas as partes a desescalar a situação e a exercer a máxima contenção, sublinhando que os preocupantes desenvolvimentos que se têm desenrolado na região nos últimos dias sublinham o alerta repetido do Qatar para o perigo da propagação do conflito, a menos que o derramamento de sangue na Faixa de Gaza seja cessado. Qatar reforça que cabe à comunidade internacional e ao Conselho de Segurança garantir a aplicação do direito internacional longe de dois pesos e duas medidas.<sup>114</sup>

No Conselho de Segurança, os EUA e o Reino Unido permaneceram firmes em apoiar Israel e se opor à Palestina como se nada estivesse errado, apesar das provocações implacáveis de Israel, assassinato rotineiro de palestinos, repetidas violações da ONU e agora o massacre em Gaza.<sup>115</sup>

A irredutibilidade de posições, presentes no Conselho de Segurança da ONU, estão a cansar os negociadores do Egito, EUA e Qatar para um cessar-fogo, cujas negociações paralisaram, depois de meses de esforços. E revelam vários interesses em jogo.

O Qatar tem exercido um importante papel diplomático em questões no Oriente Médio. No entanto, ruídos, carregados de jogos de interesses, têm afetado os envolvidos nas negociações. O primeiro-ministro do Qatar, Sheikh Mohammed bin Abdulrahman Al-Thani, disse que seu país está realizando "uma reavaliação completa de seu papel porque houve danos ao Qatar", que não tem relações diplomáticas com Israel,<sup>116</sup> e acaba de ver o fechamento abrupto do campus da universidade TAMUQ (Texas A&M University), em funcionamento desde 2003.<sup>117</sup> O fechamento é mais um movimento de desinformação anti-Qatar e se soma a uma longa linha de lobby que busca punir o Qatar por seu papel como mediador regional.

---

<sup>112</sup> Phyllis Bennis, pesquisadora sênior do *Institute for Policy Studies*, em entrevista, disse que o voto "não" dos EUA faz parte de um padrão mais amplo. <https://www.commondreams.org/news/2014/07/24/us-stands-alone-vote-against-un-inquiry-gaza-assault>

<sup>113</sup> <https://www.hurriyetaidailynews.com/israel-says-reserves-right-to-protect-itself-after-iran-attack-as-strikes-rock-gaza-192604>

<sup>114</sup> [Catar pede ação internacional urgente para poupar Oriente Médio de novo vórtice de conflitos \(qna.org.qa\)](http://qna.org.qa)

<sup>115</sup> <https://www.commondreams.org/opinion/us-uk-welcome-palestine-to-un>

<sup>116</sup> <https://www.hurriyetaidailynews.com/israel-says-reserves-right-to-protect-itself-after-iran-attack-as-strikes-rock-gaza-192604>

<sup>117</sup> [Texas A&M e a campanha de desinformação israelense para difamar o Catar \(newarab.com\)](http://newarab.com)

Sobre o Egito, outro negociador, alguns incômodos vêm à tona: a inação egípcia sobre os crimes israelenses em Gaza alimentou acusações de cumplicidade. Como escreve Emad Moussa<sup>118</sup>, “a posição egípcia cruza com os interesses palestinos e, ao mesmo tempo, serve a segurança nacional do Egito”. A guerra de Gaza revelou que a posição egípcia é em grande parte impulsionada pelo desejo de manter os laços com os Estados Unidos e Israel, especialmente porque o regime de al-Sisi está se afogando em problemas econômicos e fragilidade política.

Quanto ao outro negociador, os EUA, não parecem ter pressa em negociar um cessar-fogo. E são quem mais tem poder: de veto ou aprovação, no Conselho de Segurança, de fogo, como maior potência militar que é, e de aplicar sanções, como potência econômica que é.

Mas em meio à escalada de declarações raivosas, agora o governo dos EUA está considerando um novo acordo para persuadir Israel a reconhecer o Estado palestino em troca da normalização dos laços com a Arábia Saudita, enquanto as autoridades trabalham para orquestrar um plano pós-guerra para Israel e os palestinos. O acordo faria com que Israel aceitasse o Estado palestino em troca de um relacionamento frutífero com a Arábia Saudita, uma das nações mais poderosas da região e rivaliza com o Irã de maioria xiita.<sup>119</sup>

Como escreve o ex-funcionário da ONU, Mukesh Kapila, “a influência diplomática flui do poder. Mas mesmo quando isso é acompanhado de medidas coercitivas, como sanções ou intervenções militares, só é eficaz se o alvo for suscetível. Cada vez mais não é assim, com os países a sentirem-se desrespeitados e marginalizados. A resistência por meio do hiper nacionalismo segue e o globalismo é ameaçado por blocos regionais e coalizões ad hoc, como o BRICS. A rivalidade China-EUA de longa data e a guerra Rússia-Ucrânia aguçam a discórdia global. As consequências são evidentes na guerra Gaza-Israel e na beligerância associada do Hezbollah e dos Houthis, onde a diplomacia das maiores potências mundiais está em dificuldades. A desordem mundial resultante é o cenário para uma nova forma de diplomacia: humanitária.”<sup>120</sup>

### **Considerações finais**

Como dizem, a atual conjuntura global não é para amadores. Um erro de cálculo pode deflagrar um conflito maior ou mesmo uma guerra nuclear. Aumentam os orçamentos para armamentos em oposição ao caminho para o desenvolvimento sustentável e novas tecnologias.

Os países da Ásia e do Oriente Médio, apesar das guerras e tensões, avançam em colaborações e investem numa nova área – tecnologia espacial - que poderá contribuir para melhorar os sistemas de alerta para catástrofes naturais e impulsionar as iniciativas de defesa, além de agilizar o fluxo do comércio global através de cadeias de abastecimento mais eficientes.

Enquanto isso, que tem o poder de interromper ou arrefecer as atuais guerras e conflitos, não o fazem.

---

<sup>118</sup> Emad Moussa é um pesquisador e escritor palestino-britânico especializado em psicologia política de dinâmicas intergrupais e de conflitos, com foco no MENA com um interesse especial em Israel/Palestina.

<sup>119</sup> <https://www.newarab.com/news/us-pushing-new-israel-saudi-normalisation-deal-reports>

<sup>120</sup> Excelente texto, cuja leitura é recomendada. [Uma nova diplomacia humanitária é necessária para um mundo de desordem \(thenationalnews.com\)](https://www.thenationalnews.com)

## Vida Selvagem

### *Wild Life*

André Costa Lobato

**Abstract.** *China COSBAN's Subcommittee on Science and Technology holds a meeting prior to the Commission's meeting in Beijing in June. The San Francisco Zoo has signed an agreement to send new pandas and Beijing will have its own "pandarium". The White House's economic war against China enters new territory: the Wuxi biotechnology complex, where most of the vaccines distributed in Brazil during the pandemic came from.*

**Keywords:** Science and Technology, Diplomacy, Animal life

**Resumo.** Subcomissão de Ciência e Tecnologia da COSBAN realiza reunião prévia à reunião da Comissão em Pequim em junho. O zoológico de São Francisco firmou acordo para o envio de novos pandas e Pequim terá seu próprio “pandário”. Guerra econômica da Casa Branca contra a China entra em novo território: o complexo biotecnológico de Wuxi, de onde vieram boa parte das vacinas distribuídas no Brasil durante a Pandemia.

**Palavras-chave:** Ciência e Tecnologia, Diplomacia, vida animal

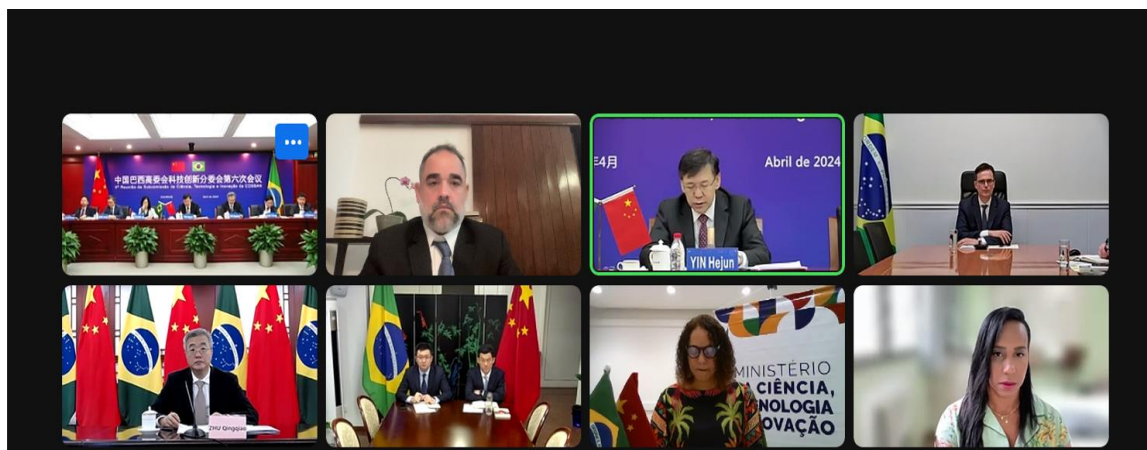
### Diplomática

• A Subcomissão de Ciência Tecnologia e Inovação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) se reuniu virtualmente em 18 de Abril. A abertura foi feita pelos ministros Luciana Santos e Yin Hejun. Após as boas-vindas dos ministros e embaixadas, os assessores técnicos da Subcomissão se manifestaram. O primeiro tópico, apresentado por CNPq e a cooperação internacional do ministério chinês, discutiu o intercâmbio de jovens cientistas com uma grande chamada pública para retomar as expectativas pré-covid. O segundo tópico foi da Academia de Ciências da China com Fiocruz e Sirius (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM). O Sirius apontou acordo recente de transferência mútua de tecnologia com o HEPS, em construção com tecnologia china em Pequim. A Fiocruz, representada por mim, mencionou visita ao SSRF (Shanghai) e apresentou, entre os resultados recentes, a expressão do multiepitopo do CDTs em células mamíferas no IM-CAS, a cooperação em viroma, genética, vacinas e diagnósticos. Afirmei também que temos como objetivo criar bens globais de saúde, trabalhos para nossa próxima reunião de GT e o interesse em tecnologias como do CRYO-EM. Wang Zhenyu, representante da CAS que estava na nossa assinatura do MoU em Pequim, fez um amplo panorama. Além do desenvolvimento de produtos de saúde de nossa cooperação, como vacinas, tratou de outros laboratórios conjuntos, como o de Geociências, Meteorologia etc. A ABCiências e a relação com a ANSO foram mencionadas. Finalmente, UFRJ e Tsinghua expõem sua longa parceria e a proposta de criar uma escola internacional de clima.

A ministra Luciana reforçou o convite a seu contraparte Hejun para a reunião do G20 em Manaus (19/09).

O ministro Hejun sublinhou sua relação com a CAS e a integração entre cooperação bilateral e multilateral (Brics, Celac).

Os ministros afirmaram que apoiarão os projetos apresentados na Subcomissão e encerraram a reunião, de pouco mais de uma hora.



- Em visita à China, o chanceler alemão, Olaf Scholz, disse que ambos os países se opõem ao uso de armas nucleares e às ameaças de uso de armas nucleares. Scholz disse acreditar que viu desenvolvimentos positivos em questões econômicas como condições para as empresas alemãs na China. "Encontrei um ambiente pragmático", disse. Questões como direitos autorais, propriedade intelectual e acesso a compras públicas foram discutidas com a liderança chinesa, disse Scholz.<sup>121</sup> O presidente chinês, Xi Jinping, disse que ambos os países deram grandes contribuições para o progresso da civilização humana e não representam ameaça à segurança um do outro. Xi disse que é importante manter vigilância contra o protecionismo e adotar uma "visão objetiva e dialética sobre a questão do excesso de capacidade por meio de uma perspectiva de mercado e global e com base nas leis da economia"<sup>122</sup>.

- A Associação de Conservação da Vida Selvagem da China e o Zoológico de São Francisco assinaram uma carta de intenções para a cooperação internacional de conservação de pandas. Um par de pandas deve chegar a São Francisco até 2025. Apenas quatro pandas gigantes estão atualmente nos EUA, todos no zoológico de Atlanta, segundo o Washington Post. Nos últimos anos, a China não renovou acordos de empréstimo com zoológicos em Washington e em Memphis, provocando temores de que estava encerrando sua histórica diplomacia de pandas com alguns países.<sup>123</sup>

- O Embaixador da China no Conselho de Segurança, Fu Cong, lamentou o veto dos EUA ao reconhecimento do Estado Palestino nas Nações Unidas. Ele disse que a formação de um Estado palestino é um sonho intergeracional que deve ser visto como uma parte do processo para paz entre israelenses e palestinos<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> <https://www.dw.com/en/chinas-xi-and-germanys-scholz-warn-against-trade-barriers/live-68835181>

<sup>122</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx\\_662805/202404/t20240416\\_11282464.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202404/t20240416_11282464.html)

<sup>123</sup><sup>123</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310925.shtml>

<sup>124</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=3KH6AeDIOVA>

## Sanitária

• A Biotechnology Innovation Organization (BIO), que reúne mais de mil empresas de biotecnologia, cortou laços com a Wuxi AppTech. O CEO da BIO, John F. Crowley, emitiu nota à imprensa em março, afirmando seu compromisso com o Biosecurity Act. A legislação, que só deve ser votada na Câmara após as eleições de novembro, lista a Wuxi AppTech como uma ameaça à segurança nacional dos EUA. A proposta bipartidária de lei é encabeçada por ex-veteranos de guerra, caso também de Crowley. O projeto de lei proíbe empresas americanas que recebem fundos do governo federal de fazer negócios com algumas empresas chinesas. Como o governo é um grande investidor em ciência nos EUA, é provável que a aprovação da lei represente um corte total entre empresas dos EUA e a Wuxi AppTech. Entre as empresas estadonidenses com acordos em Wuxi, estão a Eli Lilly e a Vertex Pharmaceuticals. Em nota à imprensa, Crowley se apresenta como um “veterano de combate e ex-Oficial de Inteligência Naval do JSOC e membro da Comunidade de Inteligência dos EUA” e afirma que a organização presidida por ele vai “garantir que os EUA continuem a liderar o mundo nesse importante setor estratégico”. A medida coloca o setor de vacinas na frente da guerra comercial da Casa Branca com a China.<sup>125126127</sup>

O cluster da indústria de biotecnologia na cidade de Wuxi abrange biomedicina, bioagricultura, proteção bioambiental e outros campos, com várias empresas biomédicas e instituições de pesquisa bem conhecidas no país e no exterior.

Os Ingredientes Farmaceuticos Ativos da vacina contra Covid-19 da Astranazeca importados pelo Ministério da Saúde foram produzidos pela WuxiBiologics. Embora não faça parte da BIO, a WuxiBiologics também está na lista da Lei de Biosegurança. Além da Wuxi, as empresas de sequenciamento genético BGI e MGI, também estão na lista. MGI é a principal concorrente em máquinas de sequenciamento genético, mas com uma fatia de mercado ainda pequena se comparada à rival Illumina.

## Socioeconômica

• A proporção de transações transfronteiriças da China em yuans para o comércio de bens (o que exclui investimentos) subiu para 25% em 2023, um aumento de 7 pontos percentuais em relação ao nível de 2022, diz o relatório da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT). De acordo com o relatório, a participação total do cresceu para 4,69% em março, o nível mais alto desde que o Swift estabeleceu um novo sistema de referência em julho passado. Quando o SWIFT começou a rastrear o uso do yuan em 2010, a moeda chinesa representava menos de 0,1% dos assentamentos globais<sup>128</sup>.

• A cidade de Pequim terá seu primeiro centro de conservação de Pandas. O novo centro, com previsão de ser aberto ainda este ano, terá 50 indivíduos. A cidade recentemente comemorou um recorde em espécies terrestres selvagens, com 612, sendo 519 de pássaros<sup>129130</sup>.

<sup>125</sup> <https://www.congress.gov/bill/118th-congress/house-bill/7085/text>

<sup>126</sup> <https://www.bio.org/press-release/biotechnology-national-security-imperative-says-bio-ceo>

<sup>127</sup> <https://www.ft.com/content/bfe48705-5610-4b6d-bbe4-0844f50483b2>

<sup>128</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310839.shtml>

<sup>129</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202306/1293076.shtml>

<sup>130</sup> <https://english.news.cn/20240413/17f1d20a04294f10b2a8c91916c22b49/c.html>

## A Estratégia de Segurança da Saúde Global 2024 do Governo dos EUA

*Guto Galvão*

**Resumo:** A Estratégia de Segurança da Saúde Global 2024 do Governo dos EUA foi lançada para fortalecer a segurança da saúde global nos próximos cinco anos. Enfatiza a prevenção, detecção e resposta a ameaças de doenças infecciosas. A visão é criar um mundo seguro contra ameaças de doenças por meio de cooperação, comunicação, abordagem conjunta e equidade. A abordagem da estratégia inclui coordenação interagências, parcerias bilaterais, apropriação dos países e sustentabilidade. As áreas de foco incluem o fortalecimento dos sistemas de saúde, a melhoria dos sistemas de vigilância e alerta precoce, a melhoria da capacidade laboratorial, a promoção da comunicação de riscos, o envolvimento da comunidade, a pesquisa e abordagens multissetoriais.

**Palavras-chave:** Segurança da Saúde Global, financiamento da saúde global, prevenção e preparação para pandemias

**Abstract:** The US Government Global Health Security Strategy 2024 has been launched to strengthen global health security over the next five years. It emphasizes preventing, detecting, and responding to infectious disease threats. The vision is to create a world safe from disease threats through cooperation, communication, joint approach, and equity. The strategy approach includes inter-agency coordination, bilateral partnerships, country ownership, and sustainability. The focus areas include strengthening health systems, improving surveillance and early warning systems, improving laboratory capacity, promoting risk communication, community engagement, research, and multisectoral approaches.

**Keywords:** Global Health Security, global health financing, pandemic prevention and preparedness

### Lançamento da Estratégia de Segurança da Saúde Global do Governo dos EUA 2024

A Estratégia de Segurança da Saúde Global do Governo dos EUA 2024 ([U.S. Government Global Health Security Strategy 2024](#)) descreve as ações dos Estados Unidos nos próximos cinco anos para fortalecer a segurança da saúde global. A estratégia enfatiza a importância de prevenir, detectar e responder às ameaças de doenças infecciosas, tanto doméstica quanto internacionalmente. Destaca a necessidade de cooperação, comunicação, abordagem conjunta dos setores do governo, apropriação pelos países participantes, equidade e inclusão.

A visão da segurança da saúde global é criar um mundo seguro e protegido contra ameaças de doenças infecciosas. A abordagem envolve uma estratégia abrangente e colaborativa que inclui coordenação interagências, parcerias bilaterais, apropriação pelos países e sustentabilidade. Também enfatiza a importância de fortalecer os sistemas de saúde, melhorar os sistemas de vigilância e alerta precoce, melhorar a capacidade laboratorial, promover a comunicação de riscos e o envolvimento da comunidade, avançar na pesquisa e desenvolvimento e apoiar abordagens multissetoriais. A abordagem também destaca a necessidade de engajamento diplomático, liderança política e coordenação com parceiros internacionais para enfrentar efetivamente os desafios globais de segurança sanitária.

Essa estratégia é também uma resposta à pandemia COVID-19 e outros desafios de saúde global pelo governo dos EUA. Ela está apoiada por vários programas complementares de saúde global que se concentram em prioridades específicas de doenças, fortalecimento dos sistemas de saúde, melhoria da capacidade laboratorial, melhoria dos dados e dos sistemas de vigilância, promoção de medidas de prevenção e controle de infecções e promoção da participação comunitária. Esses programas se alinham e apoiam os objetivos da Estratégia Global de Segurança da Saúde, contribuindo para o objetivo geral de proteger os Estados Unidos e o mundo de ameaças à segurança da saúde.



A Estratégia Global de Segurança da Saúde define três objetivos principais para fortalecer as capacidades globais de segurança da saúde:

1. Fortalecer as capacidades globais de segurança da saúde por meio de parcerias bilaterais:

- Parcerias por País:** Os Estados Unidos pretendem apoiar diretamente pelo menos 50 países parceiros em diferentes regiões para aumentar sua capacidade de prevenção, detecção e resposta a surtos de doenças infecciosas.

- Apropriação pelos países e sustentabilidade:** A estratégia enfatiza a importância de que os processos sejam orientados aos países. Os países parceiros devem identificar suas necessidades específicas e estabelecer metas mensuráveis para aumentar a capacidade e a resiliência da comunidade.

- Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem, Adaptação e Considerações sobre o País:** Os Estados Unidos apoiarão o monitoramento e a avaliação de programas com base em



avaliações internacionais, como o Quadro de Monitoramento e Avaliação (MEF) do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

- **Equidade de Gênero, Igualdade e Inclusão Social:** A estratégia reconhece a importância de abordar barreiras relacionadas a gênero, etnia, status socioeconômico, geografia e idade para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde e promover a inclusão nos esforços globais de segurança sanitária.

2. Catalisar o compromisso político, o financiamento e a liderança para alcançar a segurança sanitária:

- **Financiamento sustentável:** mobilizar financiamento interno e externo para fortalecer as capacidades de prevenção, preparação e resposta a surtos e pandemias.

- **Engajamento Bilateral:** Promover a vontade política e o apoio à segurança sanitária por meio de engajamentos diplomáticos direcionados e advocacia.

- **Engajamento regional:** Incentivar compromissos políticos e financeiros em nível regional, fortalecer parcerias e apoiar avaliações de risco regionais e planos de resposta.

- **Engajamento multilateral:** Mobilizar compromissos políticos e financeiros por meio de canais multilaterais, apoiar compromissos de biossegurança e biossegurança e aprimorar parcerias financeiro-saúde.

- **Engajamento da sociedade, do setor privado e de parceiros doadores:** faça parcerias com a sociedade civil, o setor privado e organizações não governamentais para aplicar uma abordagem abrangente à segurança da saúde.

3. Aumentar as ligações entre a segurança sanitária e os programas complementares para maximizar o impacto:

- **GHS e Programas de Saúde Global:** Integrar e coordenar a programação de saúde global, incorporar considerações GHS em abordagens específicas de doenças, alavancar sinergias e fortalecer os sistemas de saúde.

- **GHS e Desenvolvimento:** Alavancar sinergias com programas de desenvolvimento, melhorar o saneamento e integrar a segurança da saúde em esforços de desenvolvimento mais amplos.

- **One Health Approaches in Global Health Security, including Climate Change:** Promover a consciência situacional, construir redes, apoiar o financiamento intersetorial e promover a biovigilância e o compartilhamento de dados.

- **GHS e Segurança/Defesa:** Integre componentes de segurança e defesa no planejamento e execução do GHS, forneça suporte de retorno e envolva os setores de defesa e segurança na arquitetura GHS.

- **GHS e Programas de Pesquisa:** Melhorar a consciência situacional, construir redes, alavancar sinergias e desenvolver redes globais de pesquisa clínica.

Em geral, os objetivos da Estratégia Global de Segurança da Saúde são fortalecer as capacidades globais de segurança da saúde por meio de parcerias bilaterais, catalisar o compromisso político e o financiamento e aumentar as ligações entre a segurança da saúde e programas complementares para maximizar o impacto.



As principais áreas de foco para o fortalecimento da segurança sanitária regional incluem:

- Sistemas de vigilância e alerta precoce
- Fortalecimento dos Sistemas de Saúde
- Colaboração Multissetorial
- Capacitação Laboratorial
- Comunicação de Riscos e Engajamento com a Comunidade
- Planejamento da Preparação e Resposta
- Colaboração e Coordenação
- Mecanismos Regionais de Financiamento
- Parcerias e Redes
- Reforço das avaliações de risco regionais e dos planos de resposta
- Mobilização de Recursos para a Segurança Regional em Saúde
- Cooperação e Coordenação
- Capacitação e Desenvolvimento
- Desenvolvimento de Políticas
- Mobilização de Recursos Financeiros
- Colaboração transfronteiriça
- Fortalecimento do Sistema de Saúde

Os produtos relevantes incluem:

- Apoio técnico: Os Estados Unidos fornecerão apoio de reforço de capacidades adaptado às necessidades dos países parceiros em pelo menos cinco áreas técnicas de segurança sanitária selecionadas.

- Sustentabilidade: Os Estados Unidos promoverão a apropriação pelos países de programas, sistemas e recursos humanos necessários para a segurança da saúde global.

- Avaliação de Desempenho: Os Estados Unidos apoiarão o monitoramento e a avaliação robustos de programas com base em avaliações internacionais, como a Estrutura de Monitoramento e Avaliação do Regulamento Sanitário Internacional.

- Melhorar os compromissos por meio da diplomacia: Os Estados Unidos aprimorarão o engajamento diplomático, alavancarão estruturas e iniciativas internacionais e construirão parcerias sólidas para aumentar a priorização e o investimento em segurança da saúde global.

- Coordenação do Governo dos EUA: Os Estados Unidos promoverão fortes parcerias entre departamentos e agências federais e aumentarão as ligações entre a segurança da saúde e programas complementares para maximizar o impacto.

No geral, a Estratégia Global de Segurança da Saúde 2024 do Governo dos EUA visa fortalecer as capacidades globais de segurança da saúde, catalisar o compromisso político e o financiamento e aumentar as ligações entre a segurança da saúde e programas complementares para garantir um futuro mais seguro e saudável para as pessoas em todo o mundo.

A Estratégia Global de Segurança da Saúde está alinhada com as metas prioritárias de implementação da Estratégia Nacional de Biodefesa (NBS) de várias maneiras:

1. Fortalecimento das capacidades de segurança da saúde global: A estratégia GHS se concentra no aumento das capacidades para prevenir, detectar e responder a ameaças de doenças infecciosas, um objetivo crucial do NBS. Por meio de parcerias com países, organizações e partes interessadas, a estratégia visa construir sistemas robustos de segurança sanitária e melhorar a prontidão para emergências de saúde.

2. Parcerias bilaterais e propriedade do país: A estratégia GHS enfatiza a importância das parcerias bilaterais e da apropriação do país, o que se alinha com o objetivo do NBS de promover a colaboração e o engajamento com parceiros internacionais. Ao trabalhar em estreita colaboração com os países parceiros, a estratégia visa apoiar os seus esforços no reforço das capacidades de segurança sanitária e na apropriação dos seus sistemas nacionais de saúde.

3. Financiamento sustentável: Tanto a estratégia GHS quanto o NBS reconhecem a necessidade de financiamento sustentável para apoiar os esforços de segurança sanitária. A estratégia GHS destaca a importância de mobilizar financiamento interno e externo, enquanto o NBS enfatiza o estabelecimento e a manutenção de financiamento sustentável global para a segurança da saúde e a preparação para pandemias.

4. Engajamento multilateral: A estratégia GHS enfatiza o papel das organizações multilaterais na coordenação e orientação dos esforços internacionais para a segurança sanitária. Isso se alinha com o objetivo do NBS de fortalecer as parcerias internacionais e alavancar os mecanismos multilaterais para enfrentar as ameaças biológicas.

5. Pesquisa e Desenvolvimento: A estratégia GHS reconhece a importância da pesquisa e desenvolvimento para enfrentar os desafios de segurança sanitária. Isso se alinha com o foco do NBS no avanço da pesquisa e inovação para melhorar as capacidades de preparação e resposta.

Em geral, a Estratégia de Segurança da Saúde Global está alinhada com as metas prioritárias de implementação da Estratégia Nacional de Biodefesa, enfatizando o fortalecimento das capacidades globais de segurança da saúde, promovendo parcerias bilaterais e a apropriação dos países, garantindo financiamento sustentável, engajando-se em esforços multilaterais e apoiando a pesquisa e o desenvolvimento.

A Estratégia de Segurança da Saúde Global identifica vários programas complementares de saúde global do governo dos EUA que apoiam os objetivos globais de segurança da saúde. Esses programas incluem:

1. Plano de Emergência do Presidente para Alívio da Aids (Pepfar): O Pepfar se concentra no combate ao HIV/Aids globalmente e contribui para a segurança da saúde global investindo em capacidade laboratorial, treinamento da força de trabalho em saúde, sistemas de dados e vigilância, prevenção e controle de infecções e fortalecimento dos sistemas de saúde.

2. President's Malaria Initiative (PMI): O PMI visa reduzir a morbidade e a mortalidade relacionadas com a malária nos países parceiros. Apoiar a segurança da saúde global investindo em capacidade laboratorial, treinamento de profissionais de saúde, sistemas de dados e vigilância e medidas de prevenção e controle de infecções.

3. Estratégia Global de Tuberculose (TB): Liderado pela USAID, este programa apoia investimentos bilaterais na capacitação técnica e no desenvolvimento de programas nacionais de TB. Contribui para a segurança da saúde global ao fortalecer as redes de laboratórios, o

treinamento da força de trabalho em saúde, os sistemas de dados e vigilância e as medidas de prevenção e controle de infecções.

4. Alimentar o Futuro (FTF): A FTF é uma iniciativa que se concentra em melhorar a segurança alimentar e nutricional globalmente. Apoia a segurança da saúde global investindo em investigação para melhorar a saúde animal, incluindo o desenvolvimento de vacinas e diagnósticos e o reforço da capacidade local em laboratórios de saúde animal e biossegurança.

5. Programas de Água, Saneamento e Higiene (WASH): Esses programas visam melhorar o acesso à água potável e ao saneamento globalmente. Eles contribuem para a segurança da saúde global, aprimorando as medidas de prevenção e controle de infecções em instalações de saúde, comunidades e ambientes agrícolas.

6. Programas de Democracia e Governança: Esses programas fortalecem o engajamento da comunidade em saúde, apoiam a sociedade civil e combatem a disseminação de desinformação. Eles desempenham um papel na segurança da saúde global, promovendo a confiança nos líderes locais durante emergências de saúde e sustentando as capacidades do sistema de saúde.

Esses programas complementares de saúde global do governo dos EUA apoiam os objetivos globais de segurança da saúde, abordando prioridades específicas de doenças, fortalecendo os sistemas de saúde, melhorando a capacidade laboratorial, melhorando os dados e os sistemas de vigilância, promovendo medidas de prevenção e controle de infecções e promovendo o envolvimento da comunidade.

A segurança da saúde global é de extrema importância no mundo interconectado de hoje, e a América Latina desempenha um papel crucial nessa empreitada. A região enfrenta desafios de saúde únicos, incluindo doenças infecciosas, desastres naturais e disparidades socioeconômicas. O fortalecimento da segurança sanitária global na América Latina é essencial por várias razões:

- **Prevenção e Controle de Doenças:** Ao investir em sistemas de vigilância, capacidade laboratorial e sistemas de alerta precoce, os países latino-americanos podem efetivamente detectar e responder a surtos de doenças, evitando sua propagação dentro e fora da região.

- **Colaboração regional:** os países latino-americanos podem colaborar para compartilhar as melhores práticas, trocar informações e coordenar esforços para enfrentar ameaças comuns à saúde. As iniciativas colaborativas podem melhorar as capacidades regionais de preparação e resposta, garantindo uma abordagem mais eficaz e coordenada às emergências de saúde.

- **Desenvolvimento socioeconômico:** Melhorar a segurança sanitária na América Latina contribui para o desenvolvimento socioeconômico geral. Ao investir nos sistemas de saúde, os países podem fortalecer sua capacidade de fornecer serviços de saúde de qualidade, proteger as populações vulneráveis e promover o acesso equitativo aos cuidados de saúde, levando a melhores resultados de saúde e estabilidade econômica.

- **Diplomacia da Saúde Global:** Os países latino-americanos podem se envolver ativamente na diplomacia da saúde global, defendendo a cooperação internacional, a mobilização de recursos e o desenvolvimento de políticas para enfrentar os desafios globais de saúde. Ao participar ativamente de iniciativas de saúde global, as nações latino-americanas podem contribuir para moldar a agenda de saúde global e garantir que suas necessidades e prioridades específicas sejam atendidas.

- Resiliência regional: O fortalecimento da segurança sanitária global na América Latina aumenta a resiliência da região a emergências de saúde. Ao construir sistemas de saúde robustos, melhorar a preparação para emergências e promover a colaboração multissetorial, os países latino-americanos podem resistir e responder melhor a futuras crises de saúde, protegendo suas populações e minimizando o impacto socioeconômico.

Em resumo, priorizar a segurança sanitária global na América Latina é crucial para o bem-estar da região e do mundo. Ao investir em medidas de prevenção, preparação e resposta, os países latino-americanos podem contribuir para um cenário de saúde global mais seguro e protegido, protegendo suas populações e promovendo a equidade regional e global em saúde.

### **Tendências do financiamento da Saúde Global**

Segundo [uma análise da KFF](#) Os Estados Unidos é o maior contribuinte do mundo no financiamento de saúde global e tem aumentado ao longo do tempo.

1. O financiamento dos EUA para a saúde global por meio de dotações regulares aumentou significativamente nas últimas duas décadas, passando de US\$ 1,7 bilhão no ano fiscal de 2001 para US\$ 11,4 bilhões no ano fiscal de 2021. O aumento mais acentuado ocorreu entre o ano fiscal de 2001 e o ano fiscal de 2011.

2. Desde o ano fiscal de 2011, os aumentos de financiamento foram mais modestos, com um aumento de US\$ 1,4 bilhão entre o ano fiscal de 2011 e 2021.

3. Desde o ano fiscal de 2011, o financiamento para a maioria das áreas de programas de saúde global aumentou, exceto para planejamento familiar e saúde reprodutiva, que declinaram.

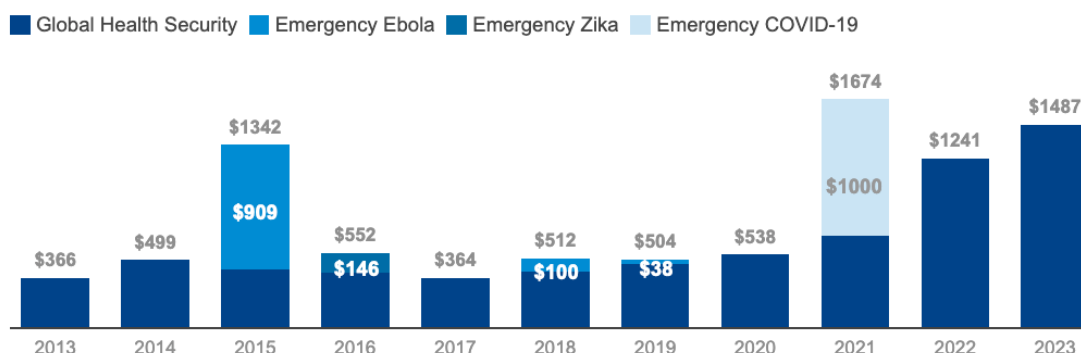
4. A maioria do financiamento global da saúde foi fornecida bilateralmente, mas a quantidade e a parcela do financiamento das organizações multilaterais aumentaram mais rapidamente. O financiamento multilateral representa agora 20% do orçamento global da saúde, contra 15% no ano fiscal de 2011.

5. O financiamento de emergência para ameaças de doenças específicas tornou-se uma parte mais proeminente do orçamento de saúde global, com US\$ 11,8 bilhões fornecidos desde o ano fiscal de 2011, principalmente para COVID-19.

Figure 1

## U.S. Funding for Global Health Security, FY 2013 - FY 2023

(In Millions)



NOTE: Includes Global Health Security funding through USAID, CDC and DoD. Totals include base and supplemental funding. FY13 includes the effects of sequestration. FY23 is based on funding provided in the "Consolidated Appropriations Act, 2023" (P.L. 117-328) and is a preliminary estimate. FY21 and FY22 funding for GEIS at DoD includes \$3.45 million and \$8.438 million respectively in reprogrammed funding. FY23 funding for GEIS at DoD is not yet available; for comparison purposes, this amount is based on the prior year level. In FY15, Congress provided \$5.4 billion in emergency funding to address the Ebola outbreak, of which \$909.0 million was specifically designated for global health security. In FY16, Congress provided \$1.1 billion in emergency funding to address the Zika outbreak, of which \$145.5 million was specifically designated for global health security. In FY18, Congress provided \$100 million in unspent Emergency Ebola funding for "programs to accelerate the capabilities of targeted countries to prevent, detect, and respond to infectious disease outbreaks." In FY19, Congress provided \$38 million in unspent Emergency Ebola funding for "programs to accelerate the capacities of targeted countries to prevent, detect, and respond to infectious disease outbreaks." In FY21, Congress provided \$9.4 billion in emergency supplemental global health funding to address the COVID-19 pandemic, of which \$750 million provided through CDC was designated as global health security and \$250 million provided through USAID was designated as U.S. contributions to the Pandemic Fund.

SOURCE: KFF analysis of data from the Office of Management and Budget, Agency Congressional Budget Justifications, Congressional Appropriations Bills, and U.S. Foreign Assistance Dashboard [website], available at: <http://www.foreignassistance.gov>. KFF personal communication from CDC, January 2023. KFF personal communication from USAID, June 2023. • [Get the data](#) • [PNG](#)

KFF

### Tendências por Áreas Programáticas

1. O financiamento do PEPFAR (HIV) permaneceu relativamente estável desde o ano fiscal de 2011, representando uma parcela decrescente do orçamento global de saúde.
2. O Fundo Global de Combate a Aids, Tuberculose e Malária teve o aumento mais significativo no financiamento, com contribuições que aumentaram de US\$ 1,046 bilhão no ano fiscal de 2011 para US\$ 1,56 bilhão no ano fiscal de 2021.
3. O financiamento da Saúde Materno-Infantil (MCH) aumentou, impulsionado pelo financiamento para os esforços contra a pólio e pela Gavi, a Aliança de Vacinas.
4. O financiamento da malária aumentou, principalmente através da Iniciativa do Presidente contra a Malária.
5. O financiamento para o planejamento familiar e a saúde reprodutiva diminuiu ao longo do período.
6. O financiamento para a segurança da saúde global teve o aumento percentual mais significativo, refletindo a crescente atenção à preparação para pandemias.
7. O financiamento para tuberculose, nutrição, doenças tropicais negligenciadas e crianças vulneráveis também aumentou.

### Tendências do Financiamento Bilateral vs Multilateral:

1. A maior parte do financiamento de saúde global dos EUA é fornecida bilateralmente, variando de 79% a 85% entre o ano fiscal de 2011 e 2021.

2. No entanto, nesse período o montante e a parte do financiamento das organizações multilaterais aumentaram rapidamente. O financiamento multilateral aumentou 48% no período, enquanto o financiamento bilateral aumentou 8%.

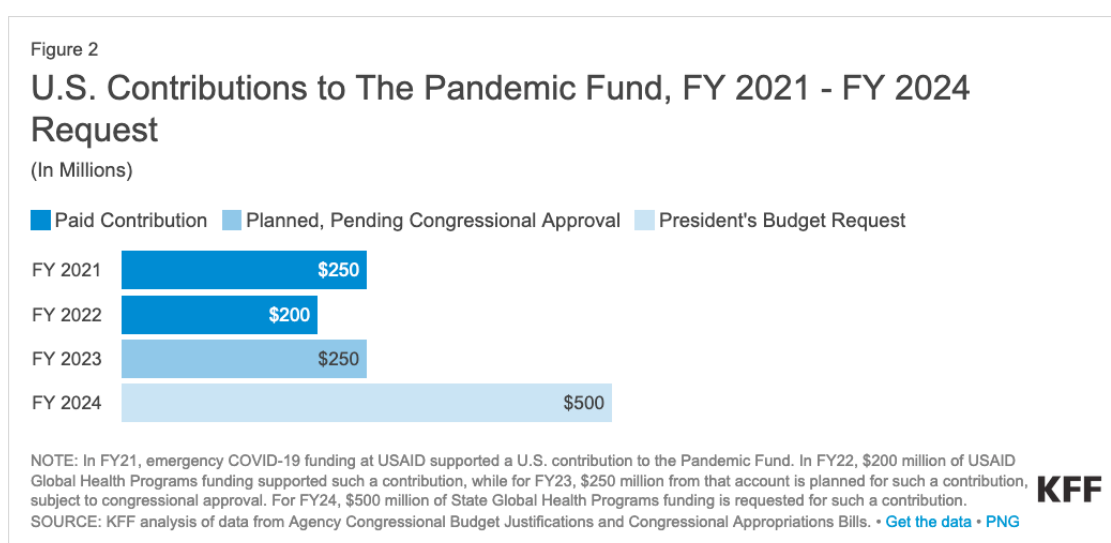
3. O financiamento multilateral representa agora 20% do financiamento global da saúde nos EUA, contra 15% no ano fiscal de 2011.

#### **Tendências no financiamento suplementar de emergência dos EUA:**

1. O financiamento suplementar de emergência tornou-se uma parte mais proeminente do orçamento de saúde global em resposta a surtos.

2. Desde o ano fiscal de 2011, os EUA forneceram US\$ 11,8 bilhões em financiamento de emergência, com 90% alocados para COVID-19.

3. Outros fundos de emergência foram fornecidos para surtos de ebola e zika.



Em resumo, o financiamento dos EUA para a saúde global cresceu significativamente ao longo do tempo, com os aumentos mais significativos ocorrendo entre o ano fiscal de 2001 e o ano fiscal de 2011. O financiamento para a maioria das áreas do programa aumentou, mas a uma taxa mais modesta nos últimos anos. O financiamento bilateral continua a ser a maioria, mas a parte do financiamento multilateral aumentou. O financiamento suplementar de emergência tornou-se mais proeminente, particularmente em resposta à COVID-19.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**João Miguel Estephanio** – Pesquisador do CRIS/Fiocruz

**Juan E. Garay** - Professor de Ética, Equidade e Métricas da Saúde Global em Cuba, México e Espanha; Pesquisador visitante sênior do CRIS FIOCRUZ

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Morais** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial



**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Santiago Alcázar** – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**02 de maio – *Agenda 2030 e ODS na América Latina e Caribe***

**15 de maio – *Saúde no G20***

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 06/2024**

***Período de 10 a 23 de abril de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024**

**199 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**